



Cadernos de Psicanálise SPCRJ

Mal-estar na Contemporaneidade


Sociedade de Psicanálise da
Cidade do Rio de Janeiro

SPCRJ – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro

CNPJ 42.132.233/0001-98

Rua Saturnino de Brito, 79 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro – RJ.

CEP 22470-030 – Tel./Fax (21) 2239-9848 / 2512-2265

secretaria@spcrj.org.br; www.spcrj.org.br

Biblioteca: biblio@spcrj.org.br

Cadernos de Psicanálise / Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro -
v. 1, n. 1 (1982). – Rio de Janeiro: A Sociedade, 1982 –
v. 25, n. 28, 2009

Anual

O título não foi editado em: 1989, 1993 e 1997.

ISSN 0103-4251

1. Psicanálise – Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro.

CDU 159.964.2 (05)

Bibliotecária: Elen Cristina de Aguiar Silva CRB-7/5940

Periódico indexado nas bases de dados:

* LILACS: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (BIREME)

* INDEX Psi Periódicos (BVS-Psi) – www.bvs-psi.org.br

* Psyc INFO American Psychological Association

Avaliação CAPES/ANPEPP 2008: Nacional B-2 – 60

DISPONÍVEL NAS BIBLIOTECAS DA REDE DE BIBLIOTECAS NA
ÁREA DE PSICOLOGIA-REBAP: www.bvs-psi.org.com.br/rebap

NOTA DA COMISSÃO EDITORIAL: A SPCRJ reconhece a importância de manter sua revista indexada nas bases de dados, bem como a necessidade de divulgação ampla do conhecimento. No entanto, é sua filosofia editorial preservar, promover e manter o diálogo analítico para um vivo exercício da Psicanálise. Assim a matéria publicada somente será disponibilizada em *mídia* eletrônica, no todo ou em parte, quando não comprometer o material clínico – matéria prima da construção teórico-técnica da Psicanálise - e mediante autorização expressa específica dos autores dos artigos publicados.



Cadernos de Psicanálise - SPCRJ

Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro

Mal-estar na Contemporaneidade

v. 25, n. 28, 2009



ISSN 0103-4251

Cadernos de Psicanálise-SPCRJ	Rio de Janeiro	v.25	n.28	p.1-380	2009
-------------------------------	----------------	------	------	---------	------

Comissão Editorial

Carla Pepe Ribeiro de Souza, Eliane Segabinazi Moreira,
Maria Helena Lara de Vasconcellos,
Suely Figueiredo Marques

Editora-Responsável

Maria Helena Lara de Vasconcellos

Conselho Consultivo

Alfredo Naffah Neto

Psicanalista; Prof. do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Psicologia Clínica /
PUC SP

Ana Maria Rudge

Psicanalista/SPID; Prof.^{da}. Graduação e
Pós-Grad. do Depto. de Psicologia/PUC-Rio;
Pesquisadora/CNPq; Membro da Assoc.
Univ. de Pesq. em Psicopatologia.
Fundamental

Bernardo Tanis

Psicanalista; Doutor em Psicol.Clinica
/PUC-SP; Membro da SBPSP e dos Deptos.
de Psicanálise e Psicanálise da Criança do
Inst. Sedes Sapientiae; Diretor de Comunida-
de e Cultura da FEPAL

Daniel Kupermann

Psicanalista; Mestre em Psicologia Clínica/
PUC-Rio; Doutor em Teoria Psicanalítica/
UFRJ; Prof. do Depto. de Psicologia
Clínica/USP

David Epelbaum Zimerman

Médico Psiquiatra; Psicanalista, Membro
Efetivo e Didata/SPPA; Psicoterapeuta de
grupo. Ex-presidente da Sociedade de
Psiquiatria/RS

Elizabeth Zogbi Brick

Psicanalista, Membro efetivo/SPCRJ

Esther Perelberg Kullock

Psicanalista; Membro Titular e Superviso-
ra/SPCRJ

Jeferson Machado Pinto

Psicanalista; Prof. do Depto. de Psicologi-
a/UFMG; Prof. dos Programas de Pós-
Grad. em Psicologia e Filosofia/UFMG

Karla Patrícia Holanda Martins

Psicanalista; Doutora em Teoria Psicana-
lítica/UFRJ; Prof. Titular /UNIFOR-
Ceará

Maria Inês Lamy

Psicanalista, Membro da Seção Rio da
Escola Brasileira de Psicanálise /
EBP-ECF

Maria Silvia G. Fernández Hanna

Psicanalista; Doutora em Teoria Psicanalíti-
ca/UFRJ; Membro Aderente/EBP-RJ

Nahman Armony

Médico-psiquiatra; Membro Psicanalís-
ta/SPID e CPRJ; Membro/Federação
Internacional das Sociedades Psicanalíti-
cas; Doutor em Comunicação /UFRJ.

Neyza Prochet

Psicanalista; Membro Efetivo/CPRJ;
Doutora em Psicologia Clínica/USP-SP

Rachel Sztajnberg


Psicanalista; Membro Efetivo e Supervi-
sora/SPCRJ

Regina Helena Landim

Psicanalista; Membro Aderente e Super-
visora/SPCRJ

Suely Figueiredo Marques

Psicanalista; Membro Efetivo e Supervi-
sora/SPCRJ; Docente do Curso de
Especialização em Teoria e Clínica
Psicanalítica/UGF



Conselho Diretor - Gestão 2008-2010

Presidente

Suely Figueiredo Marques (Turma L-1986)

Vice-Presidente

Maria Helena Lemos Mossé (Turma L-1986)

Secretária Administrativa

Cristiane Dib El-Khoury (Turma D1-2003)

Secretária de Finanças

Kátia Geluda (Turma C1-2002)

Secretária de Divulgação

Márcia Maria dos Anjos Azevedo (Turma E1-2004)

Diretora Técnica

Regina Helena Landim (1991)

Vice-Diretora Técnica

Rachel Sztajnberg (Turma E-1978)

Coordenadora da Comissão Científica e de Ensino (CCE)

Nêda Maria Braga de Matos (Turma L-1986)

Coordenadora da Comissão de Admissão e Acompanhamento (CAA)

Ana Cristina Moreira de Sousa Pinna (Turma S-1993)

Coordenadora da Comissão de Publicação e Biblioteca (CPB)

Maria Helena Lara de Vasconcellos (Turma B1-2001)

Coordenadora da Comissão Ética

Immacolata Tosto Oliveira (Turma I-1984)

Diretora Clínica

Anna Elisa R. Campello de Freitas Penalber (Turma R-1992)

Vice-Diretora Clínica

Maria da Conceição da Silva Garcia das Neves (Turma P-1990)

sumário



Editorial, 13-15

Tema em Debate - Mal-estar na Contemporaneidade

O mal-estar na clínica psicanalítica contemporânea, 19-44

Eliane Segabinazi Moreira
Maria Helena Lara de Vasconcellos

Existe algum mal-estar no meio psicanalítico contemporâneo?, 45-73

David Zimerman

Confrontando Winnicott com os azares da hipermodernidade, 75-119

Nahman Armony

Não existe pecado do lado de baixo do equador?, 121-142

Tania Coelho dos Santos

Entrevista

Antonino Ferro, 143-155

Maria Helena Lara de Vasconcellos

Artigos

A psicanálise dos grupos no mundo contemporâneo, 159-187

Carla Maria Pires e Albuquerque Penna

O impossível do amor, 189-216

Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Correa

O mal-estar e a complexidade da parentalidade contemporânea, 217-238

Isabel Cristina Gomes
Lidia Levy

Os prejuízos do segredo familiar, 239-261

Marcia Maria dos Anjos Azevedo

Psicanálise e ética, uma interlocução necessária, 263-277

Ronald de Paula Araújo

O mal-estar carioca: espelho das ambiguidades brasileiras e seus reflexos na clínica, 279-310

Virginia Heine

Resenhas

Técnica e criatividade – o trabalho analítico, 313-321

Antonino Ferro

Maria Helena Lara de Vasconcellos

O leitor, 323-335

Bernhard Schlink

Virginia Heine

Presença sensível-cuidado e criação na clínica psicanalítica, 337-341

Daniel Kupermann

Rachel Sztajnberg

A perversão comum: viver juntos sem outro, 343-359

Jean-Pierre Lebrun

Regina Helena Landim

Tempo, espaço e fantasia, 361-369

Rosine Perelberg

Esther Perelberg Kullock

Normas para envio de artigos, 371-375

Alguns números anteriores, 377-378

summary



Editorial, 13-15

Subject on Debate- Mal-estar na Contemporaneidade

Discontent in contemporary psychoanalytic clinic, 19-44

Eliane Segabinazi Moreira
Maria Helena Lara de Vasconcellos

Is there an uneasiness in the contemporary psychoanalysis?, 45-73

David Zimmerman

Confronting Winnicott with the hazards of hypermodernity, 75-119

Nahman Armony

There is, indeed, no sin below the line of the equator?, 121-142

Tania Coelho dos Santos

Interview

Antonino Ferro, 143-155

Maria Helena Lara de Vasconcellos

Papers

Psychoanalytic groups in contemporary world, 159-187

Carla Maria Pires e Albuquerque Penna

The impossibility of love, 189-216

Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Correa

The uneasiness and complexities of contemporary parenting, 217-238

Isabel Cristina Gomes
Lidia Levy

The damage of family secrets, 239-261

Marcia Maria dos Anjos Azevedo

Psychoanalysis and ethics, a necessary interlocution, 263-277

Ronald de Paula Araújo

Carioca uneasiness: mirror of Brazilian ambiguities and its reflections on the clinical practice, 279-310

Virginia Heine

Reviews

Technique and creativity- the psychoanalytic work, 313-321

Antonino Ferro

Maria Helena Lara de Vasconcellos

The reader, 323-335

Bernhard Schlink

Virginia Heine

Responsive presence: care and creativity in the psychoanalytic clinical practice, 337-341

Daniel Kupermann

Rachel Sztajnberg

Ordinary perversion: living together without the other, 343-359

Jean-Pierre Lebrun

Regina Helena Landim

Time, space and phantasy, 361-369

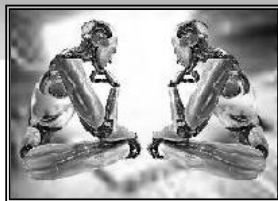
Rosine Perelberg

Esther Perelberg Kullock

Rules for submission of papers, 371-375

Some previous editions, 377-378

Editorial



Mantendo sua política permanente de promover novas trilhas de articulação entre a teoria, a técnica e a clínica - expandindo e divulgando o conhecimento psicanalítico - a atividade editorial da SPCRJ visa mobilizar a reflexão compartilhada sobre novas formas de compreensão dos fenômenos psicossociais e novas formas de intervenção clínica para uma ação efetiva e transformadora.

São estes os propósitos que norteiam a busca por um tema anual para os **Cadernos de Psicanálise - SPCRJ** que traduza as inquietações circulantes no meio psicanalítico como forma de instigar o pensamento a expressá-las em palavras, propiciando com isto a troca entre os pares e destes com outros pensadores da cultura e da sociedade em geral.

O **Mal-estar na Contemporaneidade** é, pois, o **Tema em Debate** nesta edição de nossa revista, que se desvela nas óticas singulares dos autores convidados e dos demais articulistas na seção **Artigos**, em suas tentativas de apreensão das aflições peculiares dos nossos tempos. Atendendo a esta convocação, os textos se complementam na medida em que abordam a questão por ângulos diversos, ao mesmo tempo em que convergem ao que parece permear o

editorial

pensamento de maneira geral: a relação paradoxal do homem em sociedade, cuja circunstância de vida gregária vem a ser, ao mesmo tempo, a fonte de seu desejado *bem-estar*, tanto quanto de seu inelutável *mal-estar*. Os limites impostos pela necessidade de regulação da convivência fazem sofrer e reduzir os ideais de felicidade, porque os direitos de um terminam nos direitos do outro; mas a diluição dessas fronteiras conduz ao desespero da falta de referências delimitadoras e constituintes do próprio sentimento de identidade. Isto, em si, nem é *contemporâneo*, pois remonta à própria existência do humano...

Nossos interlocutores, dialogando com seus autores de referência, sugerem que as transformações galopantes desta *hipermodernidade* em que vivemos, talvez como reação aos excessos de rigor e autoritarismo dos mecanismos reguladores dos séculos anteriores, nos trouxeram, com a tecnologia e a revolução dos costumes em geral, a uma era onde a homogeneização das diferenças de toda ordem conduz ao *tudo pode; tudo é fugaz; a lei maior é viver tudo já!*, e intensamente, porque o futuro se torna passado antes mesmo de ser vivido no presente.

Se essas reconfigurações – ou transformações – globalizantes, desenfreadas e inevitáveis nos proporcionam benefícios e recursos inimagináveis de *bem-estar*, por outro lado cobram seus custos: *quais são, na contemporaneidade, as nossas formas de mal-estar?*

editorial

Na seção **Entrevista** buscamos trazer um pouco do pensamento e da obra de Antonino Ferro. Psicanalista contemporâneo italiano, suas obras, tal como as demais apresentadas na seção **Resenhas**, se constituem- cada qual a seu modo - em valiosas reflexões sobre o homem dos nossos dias e seus modos de se relacionar.

Comissão Editorial



Tema em Debate- Mal-estar na Contemporaneidade

O mal-estar na clínica psicanalítica contemporânea
Discontent in contemporary psychoanalytic clinic

Eliane Segabinazi Moreira
Maria Helena Lara de Vasconcellos

Existe algum mal-estar no meio psicanalítico contemporâneo?
Is there an uneasiness in the contemporary psychoanalysis?

David Zimmerman

Confrontando Winnicott com os azares da hipermodernidade
Confronting Winnicott with the hazards of hypermodernity

Nahman Armony

Não existe pecado do lado de baixo do equador?
There is, indeed, no sin below the line of the equator?

Tania Coelho dos Santos



O mal-estar na clínica psicanalítica contemporânea
Discontent in contemporary psychoanalytic clinic

Eliane Segabinazi Moreira*
Maria Helena Lara de Vasconcelos**

Resumo

Neste artigo são retomadas brevemente as considerações freudianas acerca do mal-estar da civilização para se refletir a clínica contemporânea. Mediante a incidência crescente de pacientes cujo *mal-estar* apresenta-se pelo vazio do sentimento de Eu e o excesso de roupagens narcísicas, propõe-se o trabalho analítico no

* Psicanalista, Membro Efetivo e Coordenadora de Seminários da Formação/SPCRJ; Membro do Conselho Editorial dos Cadernos de Psicanálise-SPCRJ; Mestre em Psicologia /UFRJ; Prof. Adjunto e Supervisora do Curso de Psicologia/UGF; Coordenadora, Docente e Supervisora do Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica/UGF.

** Psicanalista, Membro Efetivo e Coordenadora de Seminários da Formação/SPCRJ; Coordenadora da Comissão de Publicação e Biblioteca e Editora-Responsável dos Cadernos de Psicanálise-SPCRJ; Mestre em Psicologia/UGF; Docente e Supervisora do Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica/UGF.

registro de uma *matriz parental* como um modelo necessário.

Palavras-chave: mal-estar, clínica contemporânea psicanalítica, narcisismo, consumismo, matriz parental, analista continente.

Abstract

Some Freudian considerations about the discontent of civilization are briefly resumed in this article to illuminate the contemporary psychoanalytical clinic. To cope with the increasing affluence of patients which discontent is enacted by the feeling of emptiness dressed in narcissistic costumes a parental matrix model of analytical performance is proposed as necessary.

Keywords: *discontent, contemporary psychoanalytic clinic, narcissism, consumerism, parental matrix, continent analyst.*



debate

O mal-estar na clínica psicanalítica contemporânea
Discontent in contemporary psychoanalytic clinic

Eliane Segabinazi Moreira
Maria Helena Lara de Vasconcellos

Teorias nascem em um determinado momento histórico e estão condicionadas por ele [...como] uma espécie de testemunha, de denúncia e também, de indicação de caminhos de transformação dessa própria mentalidade e episteme (Nahman Armony¹).

O tema suscita em primeiro plano o pensar, e este nos remete imediatamente ao sentir: afinal, *nós somos contemporâneos* e, portanto, sujeitos e assujeitados das circunstâncias - boas e más - dos nossos tempos. Para os efeitos e limites deste artigo, entretanto, iremos nos deter apenas sobre os aspectos menos favoráveis das relações humanas e sociais com seus reflexos na clínica psicanalítica contemporânea.

¹ ARMONY, 1995, p.123.

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

Quando Freud, em 1930, desenvolveu suas reflexões acerca do *Mal-estar na civilização* (saliendo não distinguir entre o que se diferencia, em língua alemã como ‘civilização’ e ‘cultura’), podemos inferir, que tentasse traduzir a própria angústia, esse sentimento aflitivo que por vezes encontra alívio quando se pode colocar, em palavras e à disposição do pensar. Afinal, ele mesmo havia postulado com clareza (em 1927²) sobre suas esperanças de que a razão - não sem um esforço continuado - pudesse dar conta dos excessos pulsionais aos quais se atribui não só o desequilíbrio do sujeito, como das relações sociais. Entretanto, “a voz do intelecto é suave, mas não descansa enquanto não consegue uma audiência” (FREUD, 1927, p. 68).

Isto talvez nos sirva como justificativa pessoal para fazer coro com um sem número de artigos voltados, nos nossos tempos, a repensar e atualizar o que se pode analisar sobre o aparentemente eterno *sentimento de mal-estar*. Parafraseando o mestre³: recordar, repetir - tentar identificar, reconhecer, elaborar o que hoje aparece, de modo crescente, na clínica psicanalítica. “As coisas começam a ir mal quando há um movimento de idéias, de modificações éticas que começam a dizer que o mal-estar não é um *bem*” (MELMAN, 1992, p. 141). Naturalmente cabe uma explicação. Quando Freud falou do *mal-estar* (1930[1929]), definiu-o como aquilo que aparece como insatisfação em lugar da culpa inconsciente pela agressividade inata, cuja primeira atuação

² FREUD, 1927.

³ FREUD, 1914.

memorável teria levado à morte mítica do pai da horda primitiva.

O pai da horda – opressor de direitos exclusivos e ilimitados – mereceu ser morto por seus próprios filhos, agora solidários na divisão da culpa pelo parricídio no compartilhamento da refeição totêmica: cada um assim, ficaria para sempre marcado pela nódoa indelével desse assassinato consensuado e comprometido à manutenção da nova Lei.

No respeito ao totem e ao tabu, agora instituídos como forma de evitação do surgimento de um outro pai tirânico e senhor absoluto de seus desejos, entretanto, nenhuma garantia de harmonia e tranquilidade ao grupo social:

Matar o próprio pai ou abster-se de matá-lo não é, realmente, a coisa decisiva. Em ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é uma expressão tanto do conflito devido à ambivalência, quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte (FREUD, 1930[1929], p.156).

Culpa, afinal, pelos sentimentos ambivalentes em relação ao pai assassinado, a quem odiavam porque os oprimia, a quem invejavam por seus deleites ilimitados, mas a quem também amavam, admiravam e idealizavam. É em nome desses sentimentos amorosos que seria feita a identificação com a figura paterna. O pai morto e devorado agora perpetua-se como objeto incorporado: “O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo [...] O que até então fora interdito por sua existência real foi doravante

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

proibido pelos próprios filhos, [...] sob o nome de “obediência adiada” (*Idem*, p. 171, 172).

A instituição do totem como substituto “vivo” do pai nega, assim, o sentimento de culpa pelo parricídio, do mesmo modo que obriga à renúncia a seus frutos, interditando as mulheres desejadas. O drama primitivo se reconfigura, como no mito do Édipo, na travessia constituinte do *infans* até o indivíduo inserido na cultura. O crime originário passaria, assim, a ser revivido indefinidamente como base auto-reguladora e garantidora contra novos assassinatos. Instalado no interior de cada sujeito como produto dessa mescla de amor e ódio, o poder paterno se exerce, a partir de então, pela via da instituição do superego.

As organizações sociais primitivas que deram origem àquilo que hoje nomeamos como processo civilizador buscavam a sobrevivência no congraçamento dos indivíduos e seus recursos para enfrentarem, juntos, as condições adversas da natureza. Mas logo os homens descobriram que havia outra “natureza”, menos aparente e mais perniciosa, a ser domada. Como disse Freud (*Idem*, p. 94, 95), é próprio e característico da natureza humana pensar a vida segundo o propósito de ser feliz e assim permanecer, admitindo que o “que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio [que] domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início” (*Loc.sit*). Além do mais, pode-se acrescentar que também estaria embutida neste princípio toda evitação de desprazer, cuja intercorrência seria sempre muito menos episódica do que aquilo que chamamos de “felicidade”, e que

Freud entende como uma resultante da economia individual da libido (*Idem*, p. 103). Para o balizamento das relações sociais, portanto, ao *homem civilizado* impôs-se abrir mão de alguma parcela de sua *felicidade* em troca de relativa segurança e proteção contra o desamparo e o sofrimento, induzindo-o, assim, e sob influência do mundo externo (a natureza e o outro) a um funcionamento regido pelo “mais modesto princípio da realidade” (*Idem*, p.95): a busca do desejo modulada pelos ditames da razão.

A realidade da vida comunitária atendia aos dois pilares da civilização: a formação de núcleos familiares, para a procriação, e com isto o incremento da força de trabalho. É justamente a virada do século XIX para o XX - berço da Psicanálise - aquela que se apresenta como o cenário de verdadeiras revoluções nas criações coletivas da civilização, desde a arte – como expressão da sensibilidade – até a ciência, como o expoente da racionalidade e da produtividade. Os sistemas econômicos e industriais produzem bens de conforto e de consumo em quantidades e qualidades inimagináveis. No entanto, é nesse momento que surge, com a desconcertante obra de Darwin⁴, a segunda⁵ reviravolta no pensamento da cultura, que especula acerca da sobrevivência dos mais fortes em detrimento dos mais fracos. O que equivale dizer que suas investigações poderiam bem ter sido suscitadas pela constatação

⁴ DARWIN, 1859.

⁵ O primeiro “desconcerto” do pensamento humano teria tido lugar no Renascimento, com a nova teoria do astrônomo Nicolau Copérnico de que a Terra não era o centro do Universo, conforme a tradição antiga desde Ptolomeu.

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

patente de que a promessa de felicidade e segurança ainda estaria, apesar de tudo, por se realizar. É também de Darwin, entre outras fortes influências reconhecidas por Freud, a matéria prima com que irá tecer sua genial capacidade de traduzir, em sua obra monumental, *o mal-estar* que persiste, apesar e desde os primeiros contratos sociais, e que encontra sua representação espetacular na sintomatologia da histórica.

Mais de um século se passou desde então. Aquilo que à época freudiana surpreendia, em todos os campos da produção civilizada, sequer dava margem a se prever os desenvolvimentos econômicos e tecnológicos até os nossos dias – e, menos ainda, suas conseqüências. Se antes havia que se congregar os recursos produtivos para atender às necessidades de segurança e bem-estar da sociedade, logo as exigências mercadológicas, geradas pela política capitalista passaram a servir de motor à fabricação desenfreada de “desejos de consumo” para, em verdade, sustentar a lucratividade das instalações industriais em escalas cada vez maiores. Caminhou-se, assim de um *capitalismo de produção* - voltado ao bem comum - para um *capitalismo de consumo* – fonte alimentar da insaciabilidade lucrativa concentrada nas fortes potências econômicas de pequenos grupos privilegiados. Perdeu-se no caminho o propósito da união dos esforços que partira de um princípio, de certa forma, de modulação entre a economia pulsional (egoísta) e a economia coletiva (altruísta), como garantia de colaboração mútua para a felicidade e segurança? Isto nos remete a pensar que as formações cooperativas em prol de uma otimiz-

ção de recursos visando a produção de riqueza, em amplo sentido, por algum desvirtuamento tenha redundado, ao contrário, justamente na “pobreza psicológica dos grupos” (FREUD, 1930[1929], p. 138): os modelos identificatórios tomados como líderes predadores, não na direção de uma sociedade de compartilhamento e solidariedade, mas, regressivamente, de individualismos, onipotência e desigualdades sociais.

Instaura-se um novo estágio do individualismo: o narcisismo designa a emergência de um perfil inédito do indivíduo nas suas relações consigo próprio e com o seu corpo, com outrem, com o mundo e com o tempo, no momento em que o ‘capitalismo’ autoritário dá a vez a um capitalismo hedonista e permissivo. (LIPOVETSKY, 1983, p.48)

O processo produtivo em escala globalizante não parece estar servindo ao homem para encontrar, no trabalho, a realização de seu potencial criativo e pessoal, nem a condição de manter seus laços afetivos e familiares. Pressionado por transformações numa velocidade cibernética capaz de quase anular as dimensões espaço-temporais, sequer há tempo para as diferenças individuais, pasteurizando-se valores, costumes, idéias e ideais.

É a perversão do laço social (e já não sexual), no anulamento do limite, do reconhecimento do outro, das relações de reciprocidade. A relação de mutualidade entre subjetividades dando lugar à relação de compulsividade. Pretensos sujeitos não passam, eles também, de objetos de consumo, alienados do

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

próprio desejo, vivendo a ilusão de que exercem seu arbítrio livre numa coisificação do outro, que lhes serve como objeto predatório. A palavra de ordem para estar-se inserido no sistema é comportar-se de maneira “politicamente correta”. É *vestir-se* com os *ident-kits* comercializados pela mídia, que produz as marcas identitárias que vestem o “sujeito” com uma identidade adesiva⁶ efêmera. Este que se consome na produção maciça e massificante de insatisfação que corre nas esteiras da indústria do supérfluo e descartável. Os líderes perderam seu papel de apontar para os ideais formadores do eu do sujeito, mas fortunas são gastas cotidianamente para *marketear* uma constelação de ídolos *prêt-a-porter* dos quais se empresta, por colagem, um arremedo de identidade, comprada com a chancela de um eu ideal.

Se o que balizava as interdições possibilitadoras do convívio era a autoridade simbólica da lei paterna introjetada no superego, parece que a economia que hoje rege algumas relações pauta-se, justamente, na *lei do imaginário*, do Super-ego onipotente e insaciável, que se autoriza para além do princípio do prazer. Ao eu ideal, nada restando a almejar senão o gozo – que se consome inteiramente no imediato –, falta-lhe, exatamente, o registro constituinte da falta. O assassinato primitivo do pai da horda cede lugar, no agora, ao assassinato do desejo, aniquilando o Sujeito: sujeito desejante, vivo, único, criativo e criador da cultura. É como se a proposta de grupamento que visava à produção e manutenção

⁶ BICK em 1968 descreveu uma forma de identificação primitiva, por “colagem” e que veio a nomear, posteriormente, em comunicações privadas como “identidade adesiva”.

de felicidade e segurança se tivesse enredado num caminho desviante dos ideais civilizatórios, conduzindo-nos por um processo irrefreável, em verdade, de sofisticada produção de sofrimento e de incerteza.

Também a economia afetiva das relações “amorosas” parece seguir semelhante trilha. O “outro” é buscado, muitas vezes, não como objeto de desejo – posto que este se vai esmaecendo no consumo indiscriminado e compulsivo – mas como objeto de necessidade, tão coisificado como qualquer produto de consumo imediato e fugaz. Essas relações tornam-se, portanto, pontuais: sem antes nem depois, nem passado nem futuro, porque, vivenciadas reciprocamente como experiências atuadas *em tempo real*, cuja durabilidade não vai além do contato explosivo e instantâneo – sem deixar resto, marca ou rastro. O “sujeito” que não encontra bordas limitadoras vive, pois, numa economia psíquica regida pelo princípio da descarga generalizada, cujas relações de amor, de trabalho, de amizade, do conhecimento, e até com o próprio corpo se esvaziam, inexoravelmente, do sentido e do registro emocional da experiência. É justamente esse vazio de si que o mantém assujeitado à compulsão viciosa e aditiva da maquínica produção de insatisfação de que se nutre a voracidade do sistema de consumo.

A realidade da clínica psicanalítica de nossos dias também acompanha – muitas vezes com susto, perplexidade, ignorância ou letargia – os reflexos deste jeito atual de viver, que se manifesta nas sintomatologias que, se não são inteiramente novas, ganham a dominância do comportamento, do discurso e da maneira de se relacionar do paciente com sua

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

análise e seu analista. Cada vez mais nos defrontamos com pacientes cujo *mal-estar* se expressa nos distúrbios alimentares; nas adições a drogas, a psicofármacos, ao tabagismo, ao jogo, ou ao trabalho; no consumismo compulsivo, nas relações sexuais rotativas, múltiplas e frenéticas; no culto estético do corpo e à eternização cosmética da juventude. Uma sintomatologia que se desloca do conflito psíquico – dentro de si - para o comportamento “social” – fora de si -, trazendo o eu do “sujeito” para a superfície de uma *identidade epidérmica*, chapada e sem interior.

A carência de um eu capaz de mediatizar entre as realidades – interna e externa - se camufla numa roupagem narcísica (de colorações, tanto libidinais, quanto destrutivas⁷) cujos excessos espetaculares já não são aqueles próprios da teatralidade histérica. Na medida em que falta um aparelho psíquico capaz de capturar, reter e transformar a energia da excitação em ações refletidas, elaboradas, específicas e discriminadoras, forma-se apenas um aparelho de descarga. O trabalho psíquico não sendo assim realizado pelo paciente exige ser assumido pelo analista, cujas novas solicitações requerem outra amplitude na capacidade da escuta e no manejo técnico. A tarefa analítica junto a estes pacientes ainda sem um eu capaz de realizar, satisfatoriamente, o recalque, será menos de decifração do inconsciente, e mais, e fundamentalmente, de construção de sentido para o que ainda se encontra no vasto e inescrutável campo do irrepresentável.

⁷ No sentido proposto por Herbert Rosenfeld (1988) como *narcisismo destrutivo*.

[...] distúrbios nas representações e na própria capacidade de representação [...] revelados pela repetição compulsiva, seja de imagens, seja de atos [...] provém da ausência de sentido do estado violento do excesso de excitação e de desamparo do *self*, a impossibilidade do ego de representá-lo para si. [...] Ou seja, estamos além do desejo e da fantasia; estamos no terreno do desamparo, da ameaça ao aniquilamento do *self*. É apenas secundariamente que o ego tentará dar um sentido à vivência súbita de perigo e ameaça (BOTELLA, 2002, p.93)

A Psicanálise proposta por Freud assentava-se sobre uma matriz paterno-filial - talvez a única possível de ser pensada quando a família se constituía na célula primordial da sociedade. Uma família estável, na qual o homem era o cabeça e o provedor, e aquele que, por tradição, enunciava os ditames da lei. Assim, a Psicanálise freudiana viria traduzir a ideologia de uma sociedade patriarcal. Como diz Armony, “que usurpa a visibilidade do maternal” (ARMONY, 1995, p.124).

Além do mais, as mulheres logo se opõem à civilização e demonstram sua influência retardante e coibidora – as mesmas mulheres que, de início, estabeleceram os fundamentos da civilização pelas reivindicações de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual. O trabalho de civilização [a produção científica-cultural] tornou-se

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

cada vez mais um assunto masculino.
(FREUD, 1930[1929] p.124).

O pensamento freudiano de que o amor (expresso na constituição da família) tem para com o processo civilizatório uma relação antitética inevitável, na medida em que o grupamento familiar afasta o indivíduo da comunidade maior, reflete-se na posição designada à figura feminina. A minimização do papel da mulher na cultura também fica patente no adiamento da consideração do papel da mãe na fase pré-edípica do desenvolvimento.

É somente quando Freud lança seu texto sobre a *Sexualidade Feminina* (1931) que vai esboçar ênfase maior à prolongada ligação com a mãe: “[...] a fase pré-edípica nas mulheres [... e que também será igualmente intensa no menino (p.270)] obtém uma importância que até agora não lhe havíamos atribuído” (p.260). Com isto admitia que ainda não dispunha de uma compreensão clara sobre os processos pré-edípicos, com os quais começava a se familiarizar (p.270). Esse reconhecimento por parte de Freud, no entanto, não fez com que a Psicanálise por ele postulada levasse, efetivamente, em conta os momentos iniciais de construção do eu. A Psicanálise freudiana permaneceu mais aderida à questão edípica como seu complexo nuclear, do que a explorar que a constituição de um eu precede a possibilidade de uma escolha de gênero e de objeto de desejo. Naturalmente, toda a sua teorização sobre o narcisismo (1914), o luto (1915), as identificações (1921;1923), o desamparo (1895; 1926; 1930[1929]), de algum modo, margeia considerações sobre os primórdios da constituição psíquica sem, entretanto,

conduzir a maiores aprofundamentos sobre a matriz mãe-bebê.

Serão os desdobramentos pós-freudianos que irão retomar muitas das sementes deixadas pelo caminho, e produzir outras tantas, no sentido de des-cortinar os processos psíquicos mais primitivos. É interessante pensar que, se Freud se remete à pré-história das relações humanas para compreender os mecanismos de formação das organizações sociais, não seria justamente investigando sobre os mecanismos psíquicos e as relações arcaicas de objeto um caminho para se alcançar uma compreensão maior sobre as organizações subjetivas?

É exatamente o surgimento de uma clientela no *setting* analítico que não se pode alcançar pelas técnicas calcadas apenas nas postulações de base edípica que impõe esse deslocamento do olhar psicanalítico da função paterna (na Lei, no Simbólico) para a função materna (na continência⁸, na preocupação materna primária⁹). Há, assim, um deslizamento do pilar da racionalidade civilizatória do nome do pai para o resgate da sensorialidade constitutiva do colo da mãe. Em outras palavras, a compreensão de que são as primeiras experiências sensoriais na relação materno-filial que se constituíram como a liga afetiva para a inscrição da Lei.

Os novos desafios da clínica, portanto, não podem ser enfrentados sem que se considerem essas transformações nas relações sociais e, em especial, suas conseqüências sobre as construções subjetivas. Isto, a nosso ver, exige da proposta analítica uma

⁸ BION, 1978[1959].

⁹ WINNICOTT, 1956.

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

flexibilidade de pensamento para considerações mais vastas e variadas, e, fundamentalmente, uma revisão do referencial teórico norteador de nossa empreitada, bem como do manejo técnico. Aliás, a Psicanálise somente pode se manter como um vivo exercício na medida em que esteja sempre aberta a retificações e a novas reflexões sobre a experiência humana. O que equivale a dizer que apenas uma cuidadosa e sensível associação de saberes psicanalíticos – inseridos na cultura em geral – poderá dar alguma sustentação à tarefa analítica contemporânea.

Nós nos tornamos conscientes de uma mente, ou pensamos que nos tornamos, e construímos esta vasta superestrutura de teorias sem qualquer consideração real do que uma mente ou personalidade realmente é. Aprendemos estas teorias – a de Freud, de Jung, de Klein – e tentamos torná-las absolutamente rígidas de modo a evitar ter que pensar mais. Mas nós não podemos tentar de modo deliberado e consciente ajudar o processo de desenvolvimento se começarmos por estar mentalmente fossilizados (BION, 1978, p.6)

É com frequência que nós, e nossos colegas psicanalistas, somos procurados para análise por pacientes cuja vida transcorre sem que lhes vejam sentido. As repetições compulsivas de toda ordem muitas vezes lhes servem de alguma forma de prótese, e a tal ponto que se anunciam “portadores” de seus sintomas como quem porta uma identidade, e a tônica dominante em seus parcos discursos é o vazi-

o. As falas são sincopadas e descritivas, e permeadas de silêncios, mas estes não se configuram como intervalos de reflexão, e nem sequer de resistência. Trata-se apenas de falta de palavras. Outras vezes, ao contrário, as palavras jorram, sem pausa para respiração ou para intervenções analíticas, mas apenas como um caudaloso exercício de esvaziamento de “pensamentos” e de emoções. Uma vacuidade afetiva que impede um verdadeiro pensar propulsor de mudança e desenvolvimento psíquico.

Funcionando num sistema de urgência – ou de emergência –, o analista é convocado, nestes casos, a trabalhar como um *intensivista psíquico*, propiciando um *setting* à guisa de UTI de ressuscitamento ou de um útero pós-natal. Transfere-se desse modo o trabalho psíquico quase que exclusivamente para o analista, bem como a vitalidade e a própria angústia mobilizadora do processo de análise. Isto exige do analista disponibilizar sua mente e sua capacidade de reverberação emocional para conter, processar e metabolizar¹⁰ os excessos de que se esvazia o paciente na compulsão viciante e mortífera. Este material tão primitivo, excindido e projetado intensamente, sem a capacidade de continência do analista tanto leva ao sentimento de escoamento e empobrecimento do eu do paciente, quanto priva a dupla analítica da produção de mudanças psíquicas estruturais e estáveis. O processo analítico, ele mesmo, fica em risco de tornar-se mais um objeto de consumo, circular e compulsivo.

¹⁰ BION, 1978[1959].

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

Muito diferente do *ideal* preconizado por Freud¹¹ em 1905, este paciente psiquicamente *pre-maturo* e desvitalizado de experiência emocional pode ser muito perturbador tanto ao *setting* quanto ao analista, instaurando-se uma relação transferencial-contratransferencial por demais turbulenta ou apática. Isto pode demandar do analista, mais que um esforço de manejo técnico, um aprimoramento no manejo das próprias emoções (como referido em 1955 por Roger Money-Kyrle, uma *pós-graduação* de sua análise pessoal¹²), e uma imensa capacidade para tolerar a frustração e o não-saber¹³, até que lhe seja possível decodificar e transformar as evacuações mentais dos pacientes em interpretações próprias e oportunas. Quanto a isto, parece-nos muito contemporânea a asserção de Antonino Ferro, que desloca a condição de analisabilidade do paciente, quando afirma que o critério balizador deveria ser a *capacidade* [do analista] *de por-se à prova* (FERRO, 1998, p.30).

Se o analista não for capaz de modular suas feridas narcísicas e as exigências de seu superego analítico perante as dificuldades de compreensão, poderá ser tomado por sua angústia e atuá-la de forma sádica por meio de interpretações evacuativas: precoces, violentas e retraumatizantes, mesmo que

¹¹ FREUD, 1905[1904] adulto jovem, bem educado, caráter idôneo, dotado de estado mental normal, sem manifestações mórbidas ou sintomas perigosos; excluem-se os casos de psicose, estados de confusão e depressão profundamente arraigados.

¹² MONEY-KYRLE, 1996, [1955] p.350.

¹³ BION, 1973, p.138: *capacidade negativa*, com a qual o analista pode suportar a angústia do não-saber na situação analítica.

teoricamente corretas; ou deixar-se narcotizar e paralisar pelo material da sessão; ou afastar-se emocionalmente do analisando, enredando-se em elucubrações intelectuais sobre o passado histórico do paciente. Ausenta-se, assim, do aqui-e-agora com interpretações arcaicas (simbólicas) inócuas, desconsiderando o colorido emocional-transformador do encontro analítico. Sem condição para discriminar-se das projeções maciças de que é alvo privilegiado, turba-se a sua função analítica que se expressa pela palavra:

É preciso que a palavra carregue a vida do analista dentro dela. [...] Cria-se então um campo afetivo-emocional-empático-identificatório; a emoção do cliente lhe é devolvida pelo terapeuta na expressividade da palavra. [...] A expressividade é a música do analista: está na melodia e no ritmo das palavras. O analista canta: conta e canta. O conto do analista só adquire força se for um conto cantado. [...] a significação simbólica só penetrará no psiquismo do outro se for mediada por uma expressão musical apropriada. É esta expressividade que faculta as transformações (ARMONY, 1989, p.62,63).

Seria justamente pela palavra-vazia do paciente assim encarnada na fala-viva do analista que viria a se constituir o *setting* analítico como um verdadeiro campo bi-pessoal¹⁴, de criação. O fluxo das transferências cruzadas (do analista e do analisando)

¹⁴ FERRO, 1998.

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

colocando-se como urdidura de sustentação para uma narrativa transformadora e única de um par produtivo: de um novo paciente, com possibilidades de funcionar no registro do Ser, em lugar do ter-e-fazer; e de um novo analista, exercendo seu trabalho no registro de uma *matriz parental* na qual se conjugam - pelas matrizes paterna e materna - as funções de continência (acolhimento, elaboração e significação) e de transmissão da Lei.

Este paciente cada vez mais típico da clínica contemporânea, que se apresenta tanto por um vazio de eu quanto pelo excesso compensatório de capas narcísicas requer, antes de tudo, um analista apto a exercer a função continente – numa relação dual – de maneira plástica, sensível, flexível, mas não flácida nem apática. Ao contrário, é necessário bascular a disponibilidade mental e afetiva do analista de se deixar habitar pelos conteúdos evacuados do paciente com um *setting* firme nos limites e regras do contrato analítico, sem concessões transgressivas nem ao paciente nem ao próprio analista, sob o risco de se reproduzirem os desvios das relações sociais e familiares que não servem à constituição de uma verdadeira subjetividade. Pensa-se que seja pela transmissão gradativa da Lei e da capacidade de continência do analista, desta maneira, que se pode preservar o processo de análise de ser tomado, este também, como mais um objeto de consumo – quer para um, que para o outro da parilha analítica.

As funções analíticas desempenhadas no modelo parental permitiriam ao paciente reintrojetar seus conteúdos e funções psíquicas evacuados, porém preservados e metabolizados mentalmente pelo

analista, forjando um *eu* de maneira gradativa. Do mesmo modo que lhe permitiriam, identificando-se com essas funções, transformar seu primitivo e vicioso *aparelho de descarga*. num *aparelho de pensar pensamentos*¹⁵ para administrar ele mesmo, o mais possível, as próprias tensões.

Para trabalhar na *matriz parental* parece-nos primordial que o analista tenha feito um bom percurso na construção e na integração da sua personalidade ou, nas palavras de Money-Kyrle (1996, p.456), que ele mesmo possa estar em bom acordo com o que o autor nomeia “os três fatos essenciais da vida”: o reconhecimento de sua dependência do mundo externo, o que implica na elaboração de seu narcisismo; a superação do complexo edípico, reconhecendo a diferença entre os sexos e entre as gerações e, por conseguinte, o reconhecimento e a aceitação da criatividade do casal parental, da qual ele está naturalmente excluído; o reconhecimento da inevitabilidade da passagem do tempo, das transformações conseqüentes em sua própria capacidade produtiva, e da certeza da morte. Um analista, portanto, tendo sido capaz de fazer a travessia do eu ideal para o ideal de eu – pois somente no registro da falta, e não do vazio, e nem dos excessos, haverá a possibilidade para fundação de um eu a germinar pensamentos, construções, re-construções. Um eu capaz de transformar seu *mal-estar* pela “*técnica da arte de viver*”¹⁶.

A Psicanálise não tem – nem poderia ter – a narcísica pretensão de reformar a sociedade, mas

¹⁵ BION, 1988 [1962]

¹⁶ FREUD, 1930[1929], p.101(grifo nosso).

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

tem com ela um compromisso, e um papel de compreensão dos processos humanos para uma interfe-reência clínica com vistas a contribuir numa constituição mais inteira e íntegra dos homens que fazem a sociedade. O que quer que tenha suscitado as reflexões de Freud acerca do que lhe parecia ser o *mal-estar da civilização* talvez tenha que ser tomado dentro de uma contextualização temporal – à luz dos costumes, das formas de relação nas famílias e na sociedade naquele momento histórico. Por outro lado, e na medida das transformações naturais nos modos de os homens se relacionarem consigo mesmos e uns com os outros, parece-nos apenas que reconfiguram-se os sintomas, mas o conflito e a angústia são aspectos invariantes, inerentes à existência do humano e do convívio organizado.

Assim como um planeta gira em torno de um corpo central enquanto roda em torno de seu próprio eixo, assim também o indivíduo humano participa do curso do desenvolvimento da humanidade, ao mesmo tempo em que persegue o seu próprio caminho na vida [...] Assim também as duas premências, a que se volta para a felicidade pessoal e a que se dirige para a união com os outros seres humanos, devem lutar entre si em todo indivíduo, e assim também os dois processos de desenvolvimento, o individual e o cultural, têm de colocar-se numa oposição hostil um para com o outro e disputar-se mutuamente a posse do terreno. [...] Trata-se de uma luta dentro da economia da libido, comparável àquela referente à dis-

tribuição da libido entre o ego e os objetos, admitindo uma acomodação final no indivíduo, tal como, podemos esperar, também o fará no futuro da civilização, por mais que essa civilização possa oprimir a vida do indivíduo. (FREUD, 1930[1929], p.165-166).

Tramitação:

Recebido em: 12 de junho de 2009.

Aprovado em: 05 de agosto de 2009.

Eliane Segabinazi Moreira

R. Pe. Elias Gorayeb n. 15, Cob.06/07.

Tijuca - Rio de Janeiro - RJ.

CEP 20.520-140.

Fone: (021) 2248-2278; (021) 2572-2967.

E-mail: esegabinazi@uol.com.br

Maria Helena Lara de Vasconcellos

R. Pe. Elias Gorayeb n. 15, Cob.06/07.

Tijuca-Rio de Janeiro - RJ.

CEP 20.520-140.

Fone: (021) 2572-2967; (021) 2278-2248.

E-mail: dalara@uol.com.br

Referências

ARMONY, Nahman. Utilização de técnicas expressivas em terapia. In: _____. *Psicanálise: da interpretação à vivência compartilhada*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1989. p. 61-64.

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

_____. De Édipo a Narciso: narcisismo e nosso tempo. *Cadernos de Psicanálise Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro*-Narcisismo e nosso tempo. Rio de Janeiro, ano 17, v.9, p.123-142, 1995.

BICK, E. A experiência da pele em relações de objeto arcaicas. In: SPILLIUS, Elizabeth Bott (Org.). *Melanie Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica*, v.1: artigos predominantemente teóricos. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 194-198.

BION, Wilfred R. *A atenção e interpretação: o acesso científico à intuição em psicanálise e grupo*. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

_____. *Discussions with Bion*. Pertshire: Clunie Press, 1978.

_____. Ataques ao elo de ligação. In:_____. *Estudos psicanalíticos revisados*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 87-100.

_____. Uma teoria sobre o processo de pensar. In:_____. *Estudos psicanalíticos revisados*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p.101-109.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia: Criação Humana, 2002.

DARWIN, C. *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: John Murray, 1859.

FERRO, Antonino. *Na sala de análise: emoções, relatos, transformações*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. 252 p.

FREUD, Sigmund. Sobre a psicoterapia. In:_____. *Fragmento da análise de um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. p. 263-278. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 7). (Artigo original publicado em 1905).

_____. Recordar, repetir e elaborar: (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In:_____. *O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 191-203. (ESB, 12). (Artigo original publicado em 1914).

_____. O futuro de uma ilusão. In:_____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p.15-74. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1927).

_____. O mal-estar na civilização. In:_____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p.75-171. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1930).

Eliane Segabinazi / Maria Helena Lara

_____. Sexualidade feminina. In: _____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p. 257-282. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1931).

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d'água, 1983.

MELMAN, Charles. *Alcoolismo, delinqüência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 1992.

MONEY-KYRLE, R. Contratransferência normal e alguns de seus desvios. In: _____. *Obras selecionadas de Roger Money-Kyrle*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 348-360.

_____. A meta da psicanálise. In: _____. *Obras selecionadas de Roger Money-Kyrle*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 455-461,

ROSENFELD, Herbert. *Impasse e interpretação: fatores terapêuticos e antiterapêuticos no processo psicanalítico de pacientes neuróticos, psicóticos e fronteiriços*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. (Nova Biblioteca de Psicanálise)

WINNICOTT, D. W. Preocupação materna primária. In: _____. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 491-498. (Artigo original publicado em 1956).



Existe algum mal-estar no meio psicanalítico contemporâneo?

Is there an uneasiness in contemporary psychoanalysis?

David Zimmerman *

Resumo

Partindo de uma experiência psicanalítica de mais de cinquenta anos de exercício, o autor, visando o momento atual da psicanálise contemporânea, levanta uma série de questões como: existe, de fato, um mal-estar entre os psicanalistas e nas instituições de ensino de psicanálise? Em caso de resposta afirmativa, qual é este mal-estar; como, onde e por que ele aparece? A psicanálise está em crise? Essa é positiva ou negativa? Existem profundas diferenças entre psicanálise e psicoterapia psicanalítica? O artigo se propõe a refletir sobre essas perguntas, e o seu maior enfoque consiste nas reflexões acerca das transformações no perfil da pessoa do paciente atual, do psicanalista e do próprio processo psicanalítico.

* Médico psiquiatra. Psicanalista Didata. Membro efetivo/SPPA. Autor de 10 livros sobre psicanálise e sobre grupos.

Palavras-chave: psicanálise contemporânea; mal-estar na psicanálise; crise na psicanálise; transformações nos pacientes, psicanalistas e no processo psicanalítico.

Abstract

From a psychoanalytical experience of over fifty years in office, the author, aimed at the current moment of contemporary psychoanalysis, raises several questions such as: there is indeed uneasiness among psychoanalysts and educational institutions of psychoanalysis? If yes, what is this uneasiness, how, where and why it appears? Psychoanalysis is in crisis? This is positive or negative? There are profound differences between psychoanalysis and psychoanalytical psychotherapy? The article purports to reflect on these questions, and their main focus is on the reflections about the transformations in the profile of the person's current patient, the psychoanalyst and the psychoanalytical process itself.

Keywords: *contemporary psychoanalysis; uneasiness on psychoanalysis, crisis in psychoanalysis; transformations in patients, psychoanalyst and in psychoanalytical process.*



debate

Existe algum mal-estar no meio psicanalítico contemporâneo?

Is there an uneasiness in contemporary psychoanalysis?

David Zimmerman

Introdução

Não obstante o fato de que eu pertença e seja membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, e mantenha uma relação bastante cordial e de recíproco respeito com todos os colegas da nossa Sociedade, as minhas reflexões e considerações que seguem, de forma alguma têm a pretensão de representar o pensamento vigente na SPPA; ou seja, elas são de minha inteira responsabilidade pessoal, na feitura do presente trabalho, atendendo a um honroso e carinhoso convite dessa excelente publicação da SPCRJ – os “Cadernos de Psicanálise”.

Assim, a primeira reflexão que me ocorre é a de que, inicialmente, intitulei este artigo como “O mal-estar em nosso meio psicanalítico”; no entanto, logo me dei conta de que seria um exagero dar uma idéia de que o mal-estar seja realmente afirmativo, generalizado e definitivo, de forma absoluta. Achei mais justo colocar em forma interrogativa e reco-

David Zimerman

nhecer que, embora exista, sim, um inequívoco mal-estar na psicanálise e em analistas, ele é relativo. Essa relatividade pode ser aferida pela larga frequência e boa repercussão dos congressos nacionais e internacionais; pelo vivo intercâmbio com notáveis psicanalistas provindos dos mais diversos e conceituados centros do mundo psicanalítico; uma pletoia de edição de revistas e livros de psicanálise de, virtualmente, todas as Sociedades psicanalíticas do Brasil, a maioria delas, de excelente qualidade; uma intensa participação de criação de artigos, tanto por parte de psicanalistas veteranos quanto de jovens e também de candidatos.

Então, cabe perguntar: qual o mal-estar? onde e como ele aparece? Correlatamente a essas perguntas, é necessário propor uma outra questão: a psicanálise está em crise? Começemos por essa última.

A psicanálise está em crise?

A partir da minha experiência clínica psicanalítica – que se prolonga por quase cinquenta anos – tenho acompanhado várias crises da psicanálise e de psicanalistas, assim como também percebo profundas transformações tanto nas clássicas concepções metapsicológicas e teóricas, quanto nas técnicas e, sobretudo, na prática da clínica psicanalítica cotidiana. Particularmente, tenho a convicção de que a minha forma de entender e de praticar a psicanálise na atualidade é tão diferente da forma de como eu a praticava até algumas décadas atrás, que uma comparação me levaria ao parecer de que a minha forma passada de exercer a clínica psicanalítica é, para mim mesmo, quase que irreconhecível na atualidade.

Acredito que a psicanálise esteja, no atual momento de sua existência, atravessando mais uma *crise*, especialmente em torno da percepção de que novas - e aceleradas - transformações estão se processando em todas as áreas do mundo; logo, também a psicanálise, forçosamente, terá que se adaptar às mudanças sociais, econômicas, culturais, científicas, etc.

Cabe repisar a pergunta referente a se a psicanálise atual está em crise. Parto a princípio do significado da palavra 'crise' - *krinen*, do grego, que quer dizer separar, decidir, e que designa que as coisas atingiram um ponto culminante, algo intolerável - fato que vale para instituições em geral, tanto quanto para empresas, casais, e evidentemente também para a psicanálise. Toda crise se bifurca em duas possibilidades: ou ela se deteriora progressivamente e termina em cisões e separações, revelando o *começo de um fim*; ou pode representar um *começo de um novo começo*, com significativas mudanças para muito melhor de como estava antes.

Uma situação de crise, portanto, não significa necessariamente que esteja havendo uma deterioração mesmo quando, especificamente em relação à psicanálise, a resposta é que *sim*, a psicanálise atual está atravessando uma crise; assim como já atravessou a tantas outras ao longo de mais de um século desde a sua criação. Embora com várias limitações, a psicanálise superou a todas as distintas fases críticas, o que sempre exigiu sérias mudanças na sua prática, na formação de novos psicanalistas, no convívio com associados e com a mídia, para acompanhar as transformações do mundo.

David Zimmerman

Ao mesmo tempo, a resposta também poderia ser a de que a psicanálise *não* está em crise (no sentido negativo da palavra), pois existem claras evidências de que ela está muito viva, como é possível observar nas aplicações de suas concepções no meio educacional em geral, em relação ao crescente debate de novas concepções de ensino-aprendizagem; no progressivo interesse da população em geral no que diz respeito à importância dos princípios psicanalíticos; na forma respeitosa de como a mídia está abordando temas relativos à psicanálise; nas artes em geral, notoriamente em produções teatrais e cinematográficas, numa interação com diversos tipos de públicos; em programas voltados para a saúde mental; na medicina em geral; em todas as ciências humanísticas, como no direito, na sociologia, filosofia, entre tantas outras. Afinal, a existência de uma crise, por melhor que ela possa vir a ser, necessariamente acarreta *algum mal-estar*, maior ou menor, e tanto se manifesta de forma silenciosa quanto muito barulhenta, com possíveis repercussões daninhas.

Como se manifesta o *mal-estar* existente na psicanálise?

Apesar da obviedade de que o *mal-estar* varia de Sociedade para Sociedade, dentro do Brasil ou entre as diversas Sociedades psicanalíticas disseminadas em inúmeras nações do universo psicanalítico, creio que algumas características gerais subsistem em todas elas. Talvez seja mais adequado enumerá-las, tal como segue, não por ordem de importância, mas, sim, de minha lembrança.

Parece óbvio, mas cabe repisar que o mundo, nas últimas décadas, esteja sofrendo inúmeras e ver-

tiginosas transformações tanto no que tange às condições sócio-econômico-cultural-político-científicas, com importantíssimos avanços tecnológicos, notadamente no campo da medicina, portanto também na psiquiatria, especialmente no que diz respeito à moderna psicofarmacologia. Portanto, tudo leva a crer que também a psicanálise deva sofrer transformações evolutivas para acompanhar o ritmo que se processa em todas as áreas da humanidade. Pois é justamente aí que começa um indisfarçável *mal-estar*.

Entendo que este *mal-estar* guarda uma analogia, por exemplo, com o que acontece com a Igreja Católica, cuja cúpula manifesta enfaticamente sua posição de que, se eles flexibilizassem os sete sacramentos da sagrada escritura em certos aspectos, estariam abrindo as portas para um esvaziamento dos princípios básicos da ortodoxia cristã. Num exemplo muito recentemente disto a cúpula católica ameaçou excomungar todos os crentes que manifestassem publicamente uma opinião a favor da eutanásia, num caso muito divulgado em que um pai rogava para aliviar a vida vegetativa de sua filha que já estava em morte cerebral há, aproximadamente, 20 anos.

Ainda que reconhecendo não caber uma comparação direta com a Igreja, todos sabemos que ainda existem muitos psicanalistas participantes de uma cúpula diretiva internacional mais rígida que perdura por longas décadas que, juntamente com seus fiéis e leais seguidores nas mais distintas Sociedades e Institutos de Psicanálise, não flexibilizam tudo aquilo que possa se afastar de uma ortodoxia - apesar dos esforços contrários dos últimos presiden-

David Zimerman

tes da IPA, que têm demonstrado uma atitude de maior transigência e liberdade. Por outro lado, também existe um enorme contingente de psicanalistas que consideram que esse radicalismo ortodoxo está seriamente desatualizado, esclerosado e que peca por um excesso de rigidez. Essa dualidade de posições contrárias tem contribuído como um fermento para a crise na Psicanálise.

As aludidas inevitáveis transformações que a psicanálise vem sofrendo - ainda que parciais - remetem a três aspectos e se referem ao perfil da pessoa do paciente, ao do psicanalista e ao próprio processo psicanalítico:

Mudanças nos pacientes.

Diferentemente de épocas passadas quando o grande contingente de pessoas que procuravam tratamento psicanalítico era composto de pacientes neuróticos, em suas diversas modalidades, as patologias psíquicas contemporâneas abrangem um largo leque de pacientes bastante mais regressivos.

Por exemplo, comparecem para tratamento psicanalítico na atualidade muitos pacientes que sofrem de *baixa auto-estima* e *transtornos do sentimento de identidade*. É crescente, e cada vez mais freqüente, o número de pacientes com patologia *depressiva*, personalidades do tipo *false self*; transtornos alimentares (como é o caso da *anorexia nervosa*). Sobretudo, o maior contingente de patologias contemporâneas é composto por pacientes que sofrem da *patologia do vazio* (pacientes portadores de *escudos autísticos*; pacientes psicóticos; *borderlines*; adictos em geral, etc.).

Como decorrência do aumento quantitativo de pacientes portadores da *patologia do vazio*, os psicanalistas seguidores de diferentes correntes da psicanálise podem opor-se entre si. Assim, outro fator que contribui para certo *mal-estar* no meio psicanalítico é o fato de que, para analistas igualmente sérios e competentes, existem diferenças metapsicológicas, teóricas e, em conseqüência, com repercussões nas variações técnicas de sua prática clínica.

Um exemplo que me recordo, foi a minha perplexidade diante de uma discussão de casos clínicos, durante um congresso brasileiro acontecido há uns dez anos, aproximadamente. Pois bem, uma provável metade dos analistas presentes, de formação predominantemente freudiana, aliados a uma forte corrente de kleinianos, visualizava a dinâmica do caso em tela como foco nas vicissitudes do complexo edípico, complementadas pelas concepções de M. Klein (a respeito ao surgimento precoce das pulsões sádico-destrutivas, oriundas da inveja primária, das conseqüentes culpas e da necessidade de o paciente fazer reparações verdadeiras). Entretanto, a outra metade dos participantes privilegiava o entendimento do caso em debate sob a ótica do narcisismo primário; ou de um narcisismo decorrente de mecanismos defensivos, com ênfase na constituição desses pacientes, com *vazios* (“buracos negros”) decorrentes de traumas, faltas, falhas e inadequações nos cuidados maternos e causadoras de graves feridas emocionais e os conseqüentes bloqueios no desenvolvimento emocional primitivo. Na grande maioria seguidores de Winnicott, Bion e Kohut, esses cole-

David Zimerman

gas batalhavam para fazer prevalecer os seus pontos de vista. Até aí, tudo normal, além de bastante sadio, porque sabemos que é das diferenças, contrastes, divergências e controvérsias, que a verdade, sempre relativa, tem maiores chances de surgir.

Acontece que, para atingir este ponto saudável e frutífero se impunha a necessidade de que todos os livres debatedores possuíssem uma amadurecida *capacidade de escutar* - o que é muito diferente de, simplesmente, *ouvir*. Como esse tipo de escuta não acontecia, porque imperava o “narcisismo das pequenas diferenças” e uma volúpia pela “posse da verdade final”, o restante do clima do congresso pautou-se por uma nítida dissociação entre os adeptos “edipianos” *versus* os “narcisanos”: nos corredores e bastidores, os primeiros eram rotulados pelos segundos como “já eram; estão superados e ainda não sabem disso”, enquanto, vive-versa, os segundos recebiam a pecha de “novidadeiros; querem reinventar a roda”, e assim por diante. Creio que essas modalidades de comunicação, com o predomínio de futricas equivalentes e péssima capacidade de escuta, ainda são vigentes em, virtualmente, todas as instituições analíticas e em encontros confidenciais entre psicanalistas.

Também existe uma procura bastante maior pelas *terapias de base psicanalítica*, por parte de crianças, casais e famílias. Aí se evidencia outro sinal de *mal-estar* que está contido na pergunta que segue: a psicanálise tradicional, por vezes bastante ortodoxa, aceita considerar como sendo psicanalítico o atendimento que muitos analistas contemporâneos fazem com o método de psicoterapia de base analíti-

ca, com grupoanálise? E também o tratamento de casais e famílias? Muitos colegas que as praticam tecem louvores, outros que não praticam costumam silenciar, porém muitos outros que também não praticam essas modalidades de atendimento (mesmo que existam sobradas razões que possam atestar resultados muito exitosos, do ponto de vista de mudanças caracterológicas, isto é, psicanalíticas) criticam de forma acerbada a “ousadia de quem usa indevidamente o nome de Psicanálise para algo *que não passa de uma simples psicoterapia*”.

Psicanálise e Psicoterapias analíticas.

Já aqui encontramos uma outra importante fonte de *mal-estar*, contida na seguinte pergunta: as psicoterapias de fundamentação psicanalítica estão muitíssimo longe da pureza (“ouro puro”, como dizia Freud) da psicanálise individual e devem se “recolher ao seu lugar”, onde, constrangidas, ela se mantiveram por longas décadas, ou a distância entre ambas encurtou significativamente, a ponto de muitos psicanalistas renomados afirmarem que, muitas e muitas vezes, elas se tangenciam, se superpõem e assim se nivelam em muitos aspectos? Quem está com a razão? Enquanto não surgir uma resposta consensual, as sementes do *mal-estar* continuam germinando.

Mudanças no perfil do psicanalista?

Nos tempos pioneiros da Psicanálise, e durante muitas décadas após, um *bom analista* seria aquele que demonstrava uma boa capacidade pra decifrar o simbolismo dos sonhos; conseguir trabalhar exaustivamente no conflito edípico, acoplado às

David Zimerman

fantasias da cena primária. Posteriormente, com a forte influência da escola kleiniana, a avaliação da boa eficácia de um psicanalista era medida por sua capacidade de interpretar - sempre na transferência - tanto as fantasias primitivas inconscientes e a presença dos objetos parciais internalizados (seio, pênis...), quanto as pulsões sádico-destrutivas, acompanhadas pelas respectivas culpas e uma necessidade de fazer reparações verdadeiras. Principalmente a partir das influências de Bion e Winnicott muita coisa começou a mudar na forma de entender e praticar um tratamento psicanalítico.

Assim, em função do incremento de pacientes portadores de patologias bastante regressivas, os Institutos deveriam se organizar para preparar os candidatos à necessidade de eles desenvolverem os atributos pessoais que Bion chamava de “Condições mínimas necessárias para ser psicanalista”.

Dentre essas “condições mínimas” cabe destacar algumas, como: capacidade de ser *contenente*, para poder acolher, conter, decodificar, dar um significado, sentido e nomeação às necessidades e angústias que o paciente regredido, (que está cheio de vazios, acuado por uma terrível “angústia de desamparo”) projeta dentro dele, analista, da mesma forma como o bebê tenta fazer com sua mãe.

Uma outra condição mínima fundamental é a de o analista possuir a capacidade de *empatia*, isto é, a de ele conseguir colocar-se no lugar de seu paciente e, assim poder sentir - *junto* com ele - a dor psíquica (“*pathos*”) que o suplicia. Um paciente, o qual, muitas vezes, não consegue verbalizar como é essa dor de angústia e nem de onde ela vem, por-

quanto, na maioria das vezes, trata-se de um “terror sem nome” (Bion), cabendo ao analista decifrar a sua origem e propiciar ao paciente os respectivos *insights*.

Ainda outra condição mínima necessária para um bom analista consistiria na capacidade de ele, o analista, *sobreviver aos ataques agressivos, eróticos e narcisistas* que, naturalmente, partem, em abundância, deste tipo de pacientes.

Essas aludidas capacidades mínimas no perfil do psicanalista contemporâneo vão muito além de suas palavras, inclusive naquelas que compõem as suas interpretações; também vão além do tipo de qualidade de sua formação como psicanalista, de sua competência, do êxito da análise pessoal que ele fez com seu analista didata, e até de seus traços de caráter. É uma mescla disso tudo que faz brotar *um algo mais* que procede autenticamente do interior do terapeuta e transparece no seu tom de voz, em seu olhar, etc.

A tendência moderna é qualificar esse último perfil do psicanalista como sendo “a pessoa real do analista”. Fundamento essa crença, pela razão de que nos casos de alta regressividade e com uma plethora de vazios na mente, este paciente, mais do que interpretações, (embora teoricamente exatas) está sedento por alguém que lhe preencha as demandas de sentir um novo - e importantíssimo - *modelo de identificação* na pessoa do analista, que lhe suplemente os frágeis núcleos de confiança básica (que faltou em seu passado familiar); um reconhecimento de que ele, paciente regressivo, é respeitado, reconhecido em seus méritos, incentivado a ser livre e a

David Zimmerman

crescer como um cidadão que conhece os seus direitos, mas também os seus deveres.

Não obstante o fato de eu me incorporar entre os que acreditam na importância da “pessoa real”, autêntica, que o analista, de fato, é!, não posso deixar de reconhecer que, de longe, prevalece uma significativa maioria de colegas que discordam disto, com um argumento que merece ser levado a sério: alegam que, do ponto de vista da psicanálise, o que importa é aquilo que o paciente projeta no analista e, seja este a pessoa que for, homem ou mulher, jovem ou velho, mais silencioso ou prolixo, etc., se ele for competente para reconhecer o tipo da transferência e os sentimentos contratransferenciais, isto lhe permitirá a verbalização das interpretações ao nível do inconsciente, levando o paciente à aquisição dos respectivos *insights*, elaboração e cura.

Neste caso, o *mal-estar* reside na dúvida de que essa convincente argumentação vale somente para os pacientes com uma boa organização mental. E nos casos daqueles bastante regressivos, com dificuldades até para saber pensar adequadamente, ou para quererem conhecer suas verdades, ou com extremas resistências a fazer apego afetivo por medo de sofrerem rejeições – vale o mesmo argumento?

Ainda em relação à pessoa do analista: também existem convergências e divergências quanto ao *estilo* próprio de cada um *ser* no ato analítico; à *ideologia* em relação à Psicanálise, e aos nossos valores e costumes, como cidadãos, que caracterizam de formas diferentes a todos nós - fato que os pacientes logo captam.

Outros focos de divergência entre analistas: cabe responder a *certas perguntas* fora do contexto analítico da sessão? E o que dizer do uso do *divã*? É uma condição *sine-qua-non* para ser uma análise de verdade, ou o analista crê que o paciente é livre para fazer a sua análise deitado, ou sentado, sem que isto influencie a evolução da análise? Também na época pioneira da Psicanálise a recomendação freudiana era a de que para pacientes psicóticos ou os idosos, a Psicanálise não seria indicada; no entanto os analistas contemporâneos encaram com naturalidade a análise com esses pacientes, o que acarreta em diferenças naturais, mas sem prejuízo. Isto, porém, inúmeras vezes gera um *mal-estar*, devido às críticas recíprocas (entre os analistas que atendem e os que não atendem estes tais pacientes).

Talvez o maior foco de *mal-estar* focado na pessoa do psicanalista se refira à *formação do candidato*, não só no que diz respeito à importância do seu psicanalista didata e dos professores dos seminários teóricos e técnicos, como também a alta relevância da influência dos seus *supervisores* na formação do candidato. Neste terreno existe um caldo de cultura de possíveis intrigas: o candidato relata para o seu analista as vivências de sua supervisão, na maioria das vezes de forma natural e produtiva; no entanto, em muitas outras vezes o faz ora idealizando o seu supervisor - o que, não raramente, promove ciúme ou inveja no próprio analista-, ora denegrindo o supervisor, numa forma indireta de convidar o analista a fazer algum comentário que endosse o ponto de vista do seu paciente-candidato, de modo

David Zimerman

que este possa fazer confidências com colegas seus, e o *mal-estar* se generaliza.

Não há como negarmos que em todas Sociedades psicanalíticas formam-se sub-grupos tanto de analistas com funções didáticas que se aliam por comungarem dos mesmos pensamentos, sentimentos e de uma mesma ideologia psicanalítica, quanto também é bastante freqüente que determinados psicanalistas formem com seus pacientes atuais, ou ex-pacientes, uma espécie de confraria, cimentada por uma forte e mútua idealização, em cujos encontros as *fofocas* contra os outros sub-grupos, *correm soltas*, tanto no plano do ensino-aprendizagem, quanto no que diz respeito à *política* (às vezes *politicagem*) da instituição.

Ainda em relação à crise na pessoa do candidato ou nas de psicanalistas, inclusive veteranos, um dos maiores responsáveis pela crise - no caso, mais de natureza pessoal do que terapêutica, é um aspecto de ordem pragmática: fora de dúvidas, existe uma grande concorrência que a psicanálise está sofrendo com outros métodos terapêuticos. É evidente que existe um grande contingente de pacientes, os quais, endossados por familiares, buscam resultados mais rápidos, de menor custo, sem grande disposição para encarar o *sacrifício* de passar por prováveis fases difíceis, e não suficientemente motivados para ficar envolvidos em deveres, cumprimento dos compromissos e coisas do gênero. Somado a isso, também existe a realidade de que, de modo geral, diminuiu o poder aquisitivo e aumentou sensivelmente o número de terapeutas, psicanalistas ou não, e de psi-

quiатras que se especializam na moderna psicobiologia.

Daí resulta que muitos colegas - psicanalistas competentes - estão sentindo um esvaziamento em seus consultórios, ou, contra a sua vontade, sentem-se forçados a aceitar uma análise que foge dos parâmetros clássicos, como a firme proposição do paciente de se tratar, no máximo, com duas ou uma sessão semanal. No entanto, para uma classe social mais esclarecida que não busca terapias alternativas que prometem curas mágicas, o maior concorrente dos psicanalistas (especialmente os mais jovens) é, sem dúvida, a utilização da moderna psicofarmacologia. Deste modo, o balanço entre o custo (de uma formação longa, custosa, embora muito enriquecedora) e o benefício (em termos de um retorno econômico) pode ser desfavorável, o que tende a contribuir para uma crise, individual ou coletiva.

Transformações no processo analítico.

Dentro do contexto deste artigo, cabe uma série de assuntos, referentes à metodologia e à prática da cotidiana clínica psicanalítica; assuntos esses que ainda estão bastante polêmicos. Como exemplo, vou levantar mais uma questão: para ser considerada como sendo *verdadeira*, uma psicanálise pode se processar com menos de quatro sessões semanais, como três ou até mesmo duas sessões? Todos sabemos que Associação Psicanalítica de Paris - já há alguns anos - oficializou o número mínimo de três sessões semanais, e no cone latino-americano Sociedades psicanalíticas de alguns países como o Uruguai (há muitos anos), a Argentina (um movimento forte), e o Brasil (ainda em fase de rumores) os insti-

David Zimerman

tutos psicanalíticos estão seguindo na mesma direção que a Sociedade francesa.

Dentre os fenômenos que caracterizam o campo analítico: a seleção, por parte do analista, dos pacientes que procuram análise; o contrato analítico; *o setting*; o cumprimento das regras técnicas; a resistência-contraresistência; a transferência-contratransferência; os *actings*; os transtornos de comunicação; o surgimento de sonhos; o estabelecimento de vínculos; as interpretações; o trabalho de elaboração; a aquisição de *insights*; os critérios de cura, todos estes aspectos têm sofrido significativas transformações em nosso entendimento e na prática clínica. No entanto, pela óbvia limitação do espaço aqui, vou me restringir a um brevíssimo comentário sobre cada um destes elementos que compõem o processo psicanalítico de forma comparativa entre o passado e o presente, e vou detendo-me um pouco mais no fenômeno da *interpretação*: talvez aquele que mais transformações vem sofrendo ao longo das últimas décadas.

O critério de seleção de pacientes para tratamento psicanalítico não prioriza tanto o diagnóstico clínico, tampouco o prognóstico baseado unicamente nas facetas da patologia. Pelo contrário, tanto ou mais do que a patologia, o psicanalista contemporâneo deve valorizar a existência da reserva de capacidades positivas do postulante a uma análise, a sua motivação para fazer mudanças, e a sua condição de permitir uma *acessibilidade* às suas zonas obscuras do inconsciente.

O *contrato analítico* já não é mais tão rígido e minucioso na combinação de detalhes e recomenda-

ções. Na análise contemporânea as combinações enfocam aspectos que são essenciais, como os dias e horários das sessões; o compromisso de que o paciente está assegurando um espaço que será exclusivamente dele e pelo qual assumirá a inteira responsabilidade, inclusive a de pagar a sessão a que eventualmente ele faltar (salvo em situações excepcionais); o acordo sobre os honorários e um plano de férias. Os demais detalhes são combinados conjuntamente, pelo par analítico, à medida que surgirem situações específicas ao longo da análise.

O *setting* (ou enquadre) não se limita unicamente a um espaço que, mercê das combinações já feitas, permite um propício andamento da análise; o enquadre, na atualidade, também leva em conta a presença da *pessoa real do analista*, ou seja, qual está sendo a natureza dos *vínculos* (amorosos, agressivos e narcisistas) que estão se estabelecendo entre paciente e analista.

Em relação ao *Cumprimento das Regras* psicanalíticas (ou “recomendações”) que Freud nos legou (a “regra fundamental”, ou seja, a da “livre associação de idéias; a regra da “abstinência”; a da “atenção flutuante”; a do “amor às verdades” (creio que essa última, podemos acrescentar, tal foi a ênfase na honestidade do analista que Freud deixou transparecer em seus escritos) e a regra da “neutralidade, esta última sendo a mais polêmica e controvertida de todas as regras, e assim também é uma fonte geradora de *mal-estar* no meio psicanalítico: entre os conservadores e os *liberais*, que propugnam uma maior flexibilidade. Isso se deve ao fato de que a regra da neutralidade, quando levada a extremos, fica muito

David Zimerman

coercitiva, correndo-se o risco de uma ação iatrogênica (ou seja, “o próprio médico exerce uma ação patogênica”) pelo fato de que pode estar reforçando um superego do paciente que já seja rígido e punitivo, e assim dificultando um dos maiores objetivos da psicanálise, que é de propiciar uma liberdade interna do paciente em relação aos seus opressores personagens internos. Não raras vezes o cumprimento por demais rigoroso da neutralidade pode estar a serviço de uma fobia do próprio analista quanto a uma aproximação algo mais íntima - no sentido psicanalítico, é evidente.

Partindo da concepção atual de que um vínculo entre o par analítico sempre pressupõe que haja uma permanente interação, com influências recíprocas entre paciente e analista, fica sem sentido, estudar separadamente o fenômeno da resistência e o da contrarresistência. Assim, o que cabe realçar nas transformações entre o passado e o presente é que, na atualidade, a resistência, ao contrário de uma manifestação contrária a um bom andamento da análise (porque, segundo Freud, impedia que o reprimido no inconsciente pudesse a ressurgir no consciente). Deste modo, hoje a resistência, com a respectiva contrarresistência no analista, é considerada como uma demonstração de como, porque e de quê, o paciente está se protegendo, a ponto de permitir que façamos uma adaptação de uma conhecida máxima: *“diga-me como resistes e direi quem tu és”*. Outro destaque necessário na interação entre a resistência do paciente e a contrarresistência do analista reside na possibilidade de que ambos contraíam algum tipo de conluio inconsciente, como numa “acomodação

numa análise que está estagnada”; ou numa outra forma, mais comum do que se pensa, qual seja, a de um conluio numa “recíproca fascinação narcisista” (Zimerman, 1999)

Com o mesmo argumento que usamos com a resistência, também a transferência é indissociável da contratransferência. Para ser sintético ao máximo, cabe lembrar que a transferência, conforme Freud nos ensinava, consistia numa *necessidade de repetição* (ou seja, uma “compulsão à repetição” pela pressão das pulsões instintivas); no entanto, no numeroso contingente de pacientes portadores da patologia do vazio, da atualidade, a máxima de Freud se inverte e passa a ser assim formulada: eles fazem uma *repetição das necessidades* à espera de que o seu analista as preencha, visto que, quando crianças, as pessoas responsáveis por seus cuidados falharam época na devida do primitivo desenvolvimento de suas personalidades.

Relativamente aos *actings* (isto é: “atuações”), houve uma grande transformação. Na época passada o cometimento de uma atuação por parte do paciente era visto quase que como uma coisa feia, reprovável, vergonhosa, enquanto que na Psicanálise contemporânea o analista procura entender o *acting* como uma forma de linguagem não verbal, equivalente ao aporte de um sonho.

A comunicação entre paciente e analista, comparativamente a como era antigamente também sofreu profundas e significativas modificações, notadamente no só que se refere à valorização do clássico (e mais nobre) uso da linguagem verbal, mas também a daquela não verbal, através de gestos, da

David Zimerman

forma de se vestir, se pentear, de cumprimentar, etc. Em outras palavras: por meio de atuações, expressas em somatizações, na tonalidade e altura da voz, nas expressões faciais e corporais, numa sutil sedução, no próprio silêncio e, muito especialmente, na maneira como o paciente e o analista, reciprocamente, se escutam. A expressão em voga é a de uma “escuta da escuta”: do analista em relação ao que o paciente diz ou faz, e do paciente em relação às colocações do analista, e deste para sintonizar a sua escuta para o tipo de escuta que o paciente faz daquilo que ele diz. De forma bastante sintética, cabe afirmar que a comunicação na Psicanálise contemporânea se resume a três planos: o das modalidades da transmissão das mensagens (com timidez; arrogância, etc); o das formas de recepção das mesmas (submissa, paranóide, etc.) e dos canais (verbal, pré-verbal, não verbal) de comunicação.

É importante ainda assinalar dois importantes aspectos relativos à comunicação: um, é o fato, sublinhado por Bion, de que não raras vezes a comunicação verbal é utilizada justamente *para não comunicar*, e a segunda observação é de que tudo o que foi dito centrado na pessoa do paciente, vale igualmente para aquela do analista.

Os sonhos, aos quais a psicanálise tem uma eterna dívida de gratidão desde que foram concebidos por Freud como sendo “a via régia de acesso ao inconsciente”, continuam sendo de primordial importância no processo analítico. Porém, longe de ser a sua “coluna mestra”, até mesmo porque já existe uma melhor compreensão e captação de outras, inúmeras formas de ter acesso ao inconsciente. Desta

forma, a postura do analista entender e trabalhar com os sonhos do paciente mudou substancialmente para os psicanalistas contemporâneos, que sofrem certa oposição daqueles que mantêm uma radical lealdade a Freud.

Os vínculos na relação analista-paciente - é evidente que sempre existiram; no entanto coube a Bion o aprofundamento, a divulgação e uma ênfase em sua importância tanto no que se refere à normalidade, quanto à patologia e respectivas configurações vinculares. Embora sempre indissociáveis entre si, Bion enalteceu os vínculos do Amor, do Ódio e do Conhecimento (aos quais tenho manifestado a ousadia de acrescentar o vínculo do Reconhecimento. Como nem todos analistas reconhecem a importância de uma visão qualitativa dos vínculos, também isso se constitui como um fator de *mal-estar* no meio psicanalítico.

A interpretação, como antes já foi assinalado, talvez seja o recurso psicanalítico que maiores transformações tem sofrido ao longo dos seus cento e tantos anos, desde o nascimento da Psicanálise. Nos tempos pioneiros da Psicanálise, como já foi antes mencionado, a competência do psicanalista era avaliada por sua capacidade de interpretar os sonhos, mesmo que as interpretações tivessem um aproveitamento, para analista e paciente, de não mais do que uma bonita intelectualização. No auge do período kleiniano, nos anos 60 e muitas décadas após, as interpretações deveriam ser sistematicamente enfocadas na “transferência”, de preferência, nos primitivos “objetos parciais” (como seio e pênis, bons ou maus), e com uma especial ênfase nas fantasias in-

David Zimerman

conscientes, no que dizia respeito à inveja primária com a conseqüente exacerbação das pulsões instintivas sádico-destrutivas. Uma forte recomendação para os analistas, especialmente para os candidatos que ainda estavam em formação, além da receita de não fazer perguntas ao paciente, também era a de que a interpretação - ainda com uma forte idealização, quase que a elevando a um nível mágico - fosse acompanhada com um rigor na regra da neutralidade, tal como então essa recomendação era entendida e praticada, beirando à indiferença.

Na contemporaneidade, pelo menos de minha parte, creio que melhor do que darmos ênfase ao termo ‘interpretação’ como que sendo uma função algo isolada, o mais apropriado seria o emprego da terminologia *atividade interpretativa*, de mais abrangente. Abarca, por exemplo, não só permitir, como estimular o uso analiticamente apropriado de perguntas: não aquelas que visam unicamente levantar dados de uma anamnese, ou que, no fundo, atendem a uma curiosidade, nem sempre sadia, do analista; muito menos, indagações na forma de um “inquérito policial-militar”, mas, ao contrário, perguntas que instiguem o paciente a fazer reflexões.

A Psicanálise contemporânea - apesar de uma forte oposição dos psicanalistas muito conservadores - também contempla a aprovação de um estilo interpretativo mais descontraído, informal. Por que não, se for autêntico, um estilo coloquial? Cabe também a possibilidade de o analista responder a perguntas que o paciente lhe dirigir, desde que, a seu critério, não sejam perguntas invasivas à sua discrição, ao sigilo ou à privacidade. Além disto, o

psicanalista deve reconhecer que a sua interpretação *não é a verdade final e definitiva*, mas que se trata de não mais do que *hipótese provável*, a ser referendada - ou não - pelo paciente.

Outro aspecto bastante discutível entre os psicanalistas diz respeito a se a interpretação deve ser dirigida unicamente ao momento transferencial do paciente, na base do clássico jargão de que tudo o que ele está falando se refere ao “é aqui, agora, comigo, como lá e então”, ou se também é válido incluir na *atividade interpretativa* o entendimento e a valorização das manifestações do paciente referidas num plano *extra-transferencial*, do tipo de um relato sobre uma briga conjugal, uma situação de sedução, etc.

Igualmente discutível é o confronto entre os analistas conservadores e os mais liberais acerca da “interpretação sistemática e enfática na transferência”, visto que isso pode adquirir um tom de artificialidade, além do risco de o candidato em formação psicanalítica, ou de psicanalistas jovens ficarem escravos do seu superego psicanalítico de modo a se transformarem em “caçadores de transferência”. Assim, cabe aos supervisores instruí-los quanto ao fato de que sempre existe alguma forma de transferência *em* tudo, mas nem tudo é uma transferência *na* situação analítica que justifique uma interpretação transferencial. A polêmica que igualmente contribui para algum *mal-estar* está manifesta nas discordâncias entre o que é “interpretação superficial” e “profunda”. Particularmente, eu penso que uma “interpretação profunda” é aquela que vai *pro-fundo* do psiquismo do paciente mesmo quando, aparentemen-

David Zimerman

te, ela só toca na superfície. Também é importante consignar que atualmente a interpretação não visa unicamente tocar no conflito que se trava no psiquismo entre as pulsões instintivas e as defesas do ego e a reação do superego contra as referidas pulsões. Indo bem mais adiante, o psicanalista contemporâneo visa, muitas vezes, uma *ressignificação*, ou seja, novas significações aos significados primitivos, muitas vezes distorcidos, de situações antigas (traumas, repressões, negações, fantasias inconscientes, etc.) que ficaram impressas e representadas no ego com um significado doentio.

Para concluir, cabe lembrar que uma *atividade interpretativa* é composta de, no mínimo, cinco elementos: 1.o *conteúdo* do que vai ser formulado; 2. a *forma* de como o analista vai interpretar; 3.a *oportunidade*, isto é, o momento certo e de acordo com as possibilidades do paciente; 4.a *finalidade* do ato interpretativo; isto é, ela visa ser *compreensiva, integradora, disruptiva, instigadora, nomeadora* ou *reconstrutora*? - cada qual dessas, com características específicas (Zimerman, 1999). Falta completar com o quinto elemento componente da atividade interpretativa: o *destino* da interpretação na mente do paciente. Este sendo aquele que eu considero como sendo o mais importante, porque, se não for levado em conta, mesmo na presença ótima dos outros quatro elementos, compromete a eficácia da interpretação. Com outras palavras, cabe afirmar que mesmo na hipótese de uma interpretação correta no conteúdo, na forma, no momento adequado, com uma finalidade objetiva e necessária, ainda assim, ela pode estar sendo ineficaz. A razão disso é que

pode ter sido totalmente distorcida - caso dos pacientes muito paranóides ou depressivos - ou reduzida e esvaziada em seu valor - freqüente com pacientes muito narcisistas que evitam “dar o gostinho” de reconhecer o mérito do seu analista, ou entrar em contato verdadeiro com os aspectos frágeis e falsos de sua personalidade.

Ainda uma última colocação antes de encerrar este artigo é sobre a importância do supervisor. Pois este, certamente, vai transmitir, em grande parte, uma ideologia psicanalítica ao seu supervisionando, no sentido de como entender e trabalhar com angústias, dúvidas e incógnitas do seu paciente; do mesmo modo como será tomado, ou não, como um modelo de pensar e analisar do *ser psicanalista*.

Ao longo das onze décadas da Psicanálise, creio que já tivemos três modelos paradigmáticos: o primeiro deles pode-se denominar como sendo um *modelo linear*, que predominou no período da hegemonia freudiana, cujo principal objetivo do analista era de descobrir a relação de causa-e-efeito entre os fenômenos psíquicos e a conduta exterior. O segundo modelo, que sugiro nomear como o *modelo da roda*, compreende vários pontos de vista a partir de diferentes fontes teóricas, no entanto todos os eixos convergindo para um ponto central, referendado pela corrente à qual se alinhavam os psicanalistas. No auge da hegemonia kleiniana, isso era facilmente observável. O terceiro modelo e mais vigente na psicanálise contemporânea, sugiro chamar de *modelo reticular*, no qual uma rede de fios, em meio a vazios, se junta em linhas horizontais, verticais, diagonais, ou um misto dessas, da mesma forma que o

David Zimerman

analista deve pensar na rede mental e emocional de seus pacientes. Por exemplo, de como o seu inconsciente transa com o consciente; a parte infantil com a adulta, a parte psicótica da personalidade (ou parte doente) com a não-psicótica (ou a sadia); o passado, ainda fortemente atuante no presente que influencia o seu futuro. O futuro do paciente pode ficar sendo uma vítima eterna de uma *compulsão à repetição* dos seus antigos traumas com as respectivas significações e representações que estão inscritas em alguma zona oculta do ego, à espera que o analista as descubra, nomeie e o liberte de sua saga.

Como o leitor deve ter percebido houve e continua havendo intensas transformações no campo analítico, das quais apenas esboçamos uma amostragem, e que, certamente, ainda dividem as posições dos analistas de todo o mundo. Isto sem falar dos diferentes aspectos administrativos, políticos, econômicos e narcisistas, que determinam, *sim*, um disseminado *mal-estar* entre a cúpula da IPA e as múltiplas Sociedades e Institutos do universo da Psicanálise, dos psicanalistas e dos candidatos.

David Zimerman

Rua Santo Inácio, 525, ap. 1401.

Bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre. R. S.

CEP: 90570-150.

E-mail:dgzimer@terra.com.br

Referências

BION, Wilfred R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 144 p.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar: (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In:_____. *O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p.191-203. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 12). (Artigo original publicado em 1914).

ZIMERMAN, David E. *Bión, da teoria à prática: uma leitura didática*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 349 p.

_____. *Fundamentos Psicanalíticos*. Porto Alegre: Artmed, 1999. 478 p.



Confrontando Winnicott com os azares da hipermodernidade

Confronting Winnicott with the hazards of hypermodernity

Nahman Armony*

Resumo

Estudarei a maneira pela qual os diversos dispositivos da cultura incidem sobre a pessoa que virá a ser nosso analisando. Falarei de uma cultura da modernidade e de uma cultura da hipermodernidade que teoricamente correspondem ao exercício da repressão e da permissividade. Falarei das influências destas culturas no homem concreto atual (portanto também em nossos analisandos e em nós mesmos terapeutas) produzindo tanto mal-estar quanto bem-estar. E, finalmente, apontarei os caminhos

* Médico-psiquiatra; Membro Psicanalista/SPID e CPRJ; Membro/Federação Internacional das Sociedades Psicanalíticas; Doutor em Comunicação/UFRJ; autor dos livros *Psicanálise: da interpretação à vivência compartilhada* e *Borderline: uma outra normalidade*; Professor do Curso de Pós-graduação *lato sensu* Psicologia Médica e Psicossomática/Universidade Estácio de Sá.

presumíveis de superação do mal-estar da modernidade e da hipermodernidade tendo como um dos principais guias o pensamento de Winnicott.

Palavras-chave: Modernidade, hipermodernidade, dialética, Winnicott, mal-estar, *borderline*, identificação dual-porosa, ética, repressão, permissividade.

Abstract

This article will present a study on how the many cultural devices affect our psychoanalytical clients to be. A culture of modernity as well as a culture of hypermodernity will be considered as theoretically corresponding to the exercise of repression and permissiveness, respectively, and how the concrete current man (this including our clinical patients and ourselves therapists) is influenced by such cultures in the production of as much discontent as well-being. Finally, it points out ways of overcoming the discontent of modernity and hypermodernity taking the thinking of Winnicott as a major leading guide.

Keywords: *modernity, hypermodernity, dialectics, Winnicott, discontents, borderline, dual-porous identification, ethics, repression, permissiveness.*



debate

Confrontando Winnicott com os azares da hipermodernidade

Confronting Winnicott with the hazards of hypermodernity

Nahman Armony

Introdução

O mal-estar causado pela palavra pós-modernidade está se dissipando, já que a maioria dos sociólogos resolveu proporcionar-lhe uma aposentadoria provavelmente definitiva. Aqueles que a tinham não muito convincentemente adotado como Bauman e Lipovetsky preferiram trocar de nomenclatura. O primeiro chama o período em que vivemos de “modernidade líquida”¹, resultado de uma gradativa evolução de uma modernidade sólida de séculos atrás. O segundo passou a usar o termo “hipermodernidade”². O argumento de ambos é que a modernidade não foi propriamente superada, mas sim levada a um extremo, mantendo suas caracterís-

¹ BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

² LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarola, 2004.

Nahman Armony

ticas básicas que já apareciam no capitalismo primeiro, o capitalismo de acumulação. Lá encontramos os primórdios do consumo de massa: aumento crescente do comércio, ampliação gradativa dos mercados, diversificação das ofertas, diminuição dos custos, incremento das vendas, barateamento dos produtos; a mercadoria começa o seu avanço em direção a uma posição de predominância que acabará por transformar as pessoas em mercadorias. Esse avanço, portanto promove, juntamente com outros fatores, transformações psicológicas o que é reconhecido tanto por Bauman quanto por Lipovetsky³. Embora a hipermodernidade seja “apenas” uma exacerbação da modernidade ela é acompanhada, segundo o próprio Lipovetsky, de uma drástica transformação na subjetividade. Para efeitos deste trabalho considero que a subjetividade, desde o início da modernidade vitoriana até hoje, apresenta três faces: uma primeira, de repressão com freio nos desejos e moderação no consumo; uma segunda, de permissividade, com estímulo ao consumo e liberação dos desejos. Estamos nos aproximando de uma terceira. É o que diz Marcos Cavalcanti, pesquisador da COPPE da UFRJ e pertencente ao “Novo Clube de Paris”⁴. Segundo esse grupo pensa-se em colocar um breque à pressa e à compulsão pela totalidade da informação substituindo-as pelo conhecimento. Isto

³LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

⁴ O Novo Clube de Paris formado por pessoas das mais diversas atividades – matemáticos, ministros, presidentes de Bancos, etc. – está preocupado com os rumos tomados pela hipermodernidade (ou modernidade líquida) acreditando que estamos chegando a um limite muito perigoso.

significa uma desaceleração do tempo subjetivo que vai permitir a reflexão, a contemplação e uma percepção/consciência mais apurada da totalidade que afeta a todos. É nesta terceira fase ainda em gestação que eu insiro alguns achados de Winnicott que me permitem dizer que se considerarmos a repressão como tese e a permissividade como antítese, os conceitos winnicottianos de *holding*, *concern*, criatividade⁵ e outros representam uma síntese positiva e esperançosa desta dialética. Essas noções ajudarão àqueles que percebem que a sobrevivência da espécie humana está ameaçada e que é preciso fazer algo para pôr uma trava numa subjetividade suicida, uma subjetividade que prioriza a informação em detrimento do conhecimento, que realiza uma infinidade de tarefas ao mesmo tempo, uma subjetividade acosada por competição e prazos dentro de um tempo que acaba por se tornar inviável, uma subjetividade que está sempre com medo de estar perdendo alguma coisa que está sendo dita ou acontecendo em algum lugar. Numa entrevista Bauman pergunta⁶:

Como chegamos a esse ponto? Cegueira? (p.30). [E continua mais adiante:] Na sociedade contemporânea somos treinados desde a infância a viver com pressa... A arte de viver consiste em esticar o tempo além do limite... a pressa --- e o vazio --- é fruto disso, das oportunidades que não podemos perder. Elas são infinitas se a-

⁵ ABRAM, J. *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

⁶ BAUMAN, Z. Revista do Globo. Jornal O Globo de 25/04/09 – Entrevista.

Nahman Armony

creditamos nelas (p.36). [E mais:]Esse tempo de modernidade líquida gera ansiedade e a sensação de ter perdido algo. Não importa o quanto tentamos nunca estaremos em dia com o que aparentemente nos é oferecido (BAUMAN, 1998, p. 30; 36).

Temos de aproveitar todas as oportunidades. Daí a pressa. Mas só poderemos pensar em abarcar tudo se estivermos livres dos grilhões da repressão. Então o mal-estar da hipermodernidade encontra-se, ainda segundo Bauman⁷, no excesso de liberdade ou, traduzido à minha maneira, no excesso de permissividade. Esquemáticamente podemos dizer que o mal-estar da modernidade tem a ver com a repressão e que o mal-estar da hipermodernidade tem a ver com a permissividade. Prefiro a palavra permissividade à liberdade, pois a liberdade da época atual tem suas limitações. Somos mais ou menos manipulados pela mídia, pelas exigências da moda e pelo desejo de pertencimento. Não queremos ser tão diferentes de nossos semelhantes a ponto de nos colocar fora da corrente de sociabilidade. Queremos, porém ter uma marca que nos distinga dos outros, uma marca de nossa individualidade. Queremos ser, ao mesmo tempo, iguais e diferentes, pertencentes a um grupo, mas individualizados. Temos uma relativa liberdade para escolher nosso caminho. Nisso o homem hipermoderno difere do moderno ao qual era imposto um caminho prévio, já determinando o seu futuro. Sua identidade social já lhe era dada *a priori*. Para

⁷ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

conseguir esta identidade social estável precisava de um Eu coerente e constante o que só foi possível com a repressão de todos os seus outros eus desejantes que habitam a alma humana. A permissividade da hipermodernidade permite a convivência destes muitos pequenos eus e perturba as escolhas de vida, provocando dúvidas, ansiedades, acúmulos, dispersões. O homem hipermoderno vive mais num regime de dissociações que de repressões, o que lhe permite ter à sua disposição os seus pequenos eus. Esse acesso simultâneo aos muitos eus faz com que se sinta retalhado. Quando faz uma escolha é por tempo limitado, indo de um pequeno eu para outro. Ou então uma coerência na ação torna-se obrigatória em razão das exigências de sobrevivência, o que não abafa a reivindicação de seus pequenos eus em obter satisfação. Esta situação pode ser angustiante quando a dissociação é incompleta, pois por mais que se corra não há tempo para atender a todas as solicitações dos muitos pequenos eus, ainda mais porque muitas vezes eles são conflitantes entre si e em relação à corrente egóica predominante naquele momento.

Esta é uma amostra inicial de um quadro contemporâneo apresentado à maneira de impacto. Vou passar a desenvolvê-lo mais lenta e sistematicamente, embora com isso se perca a leveza da escrita.

A modernidade e seu mal-estar

Eu me propus a desenvolver este artigo dentro de uma dialética de inspiração hegeliana que atribui o movimento do espírito a uma seqüência cuja primeira proposição é a tese - uma afirmação, a segunda é a antítese que nega a afirmação da tese, e a

Nahman Armony

síntese que é a resultante do embate da tese com a antítese. Por sua vez a síntese se transformará em nova tese que trará em seu interior uma antítese e assim por diante.

Vejamos então a primeira proposição que é a tese, proposição preenchida pelo processo de repressão/recalque.

Um dos importantes achados de Freud foi a conexão da repressão com o mal-estar da modernidade como ele mostra em “O mal-estar na civilização”. Cada ser humano tinha de renunciar à realização plena das suas pulsões para poder viver em sociedade. Citando Freud:

Em terceiro lugar, finalmente - e isso parece o mais importante de tudo -, é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa ‘frustração cultural’ domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar. Também ela fará exigências severas à nossa obra científica, e muito teremos a explicar aqui. Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se fi-

car certo de que sérios distúrbios decorrerão disso (FREUD, 1930, p.118)⁸.

Apresentada esta genial síntese freudiana sobre a modernidade vou agora destrinchar o que ficou escondido na barriga desta generalização. Antes farei pequenas viagens pontuais ao passado da repressão.

Os padres da Idade Média exigiam uma extrema contenção da sexualidade e não admitiam o usufruto dos prazeres da vida. Eles impunham a seus párocos a caça implacável e o aniquilamento completo de qualquer manifestação de desejo que não fosse o de servir à igreja e seus preceitos. Quando surge a ciência com sua reivindicação de objetividade as manifestações subjetivas tornam-se depreciadas. Essa reivindicação estendia-se até ao significado das palavras que deveriam ser precisas perdendo sua aura de mistério e poesia. Falar tornou-se um problema, pois a espontaneidade do discurso com suas inevitáveis figuras de retórica, metáforas, imprecisões, vaguezas poéticas e paradoxos eram vistas com maus olhos pelos adeptos da exatidão científica. O sucesso incontestável da ciência invadiu todas as áreas da atividade humana, fazendo do cientificismo uma doutrina cada vez mais poderosa, preparando o cenário para o aparecimento da era vitoriana em que a repressão firmemente se instala adquirindo eficientes mecanismos de ação. Foucault encontrou um exemplo paradigmático do processo de repressão na

⁸ FREUD, S. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

Nahman Armony

estrutura do panóptico⁹: de uma torre central todas as celas podiam ser vigiadas o que obrigava aos prisioneiros uma disciplina que eles impunham a si mesmos, pois nunca sabiam se estavam sendo observados ou não. Esse observador do panóptico é análogo ao superego freudiano que é também uma estrutura central observadora e punitiva com a diferença de que se trata de uma estrutura central interna e não externa como no panóptico. Podemos dizer que o superego é um correlato de uma atividade panóptica da sociedade, atividade esta que torna a repressão e o conseqüente recalque onipresentes na modernidade vitoriana.

Como vimos, Freud atribuiu, grosso modo, o mal-estar da cultura (cultura da modernidade) à atividade da repressão. Seguindo o prometido vamos agora explorar os conteúdos e processos desta cultura.

No bojo da repressão/recalque encontramos o autoritarismo e as várias dicotomias das quais as que mais nos interessam são a dicotomia sujeito/objeto, a dicotomia semideuses/meros mortais (onipotência/impotência) e a corpo/alma, pois são questões que ainda encontramos freqüentemente em nossos consultórios provocando sintomas, mal-estar e mal-entendidos.

Embora o recalque, assim como a dissociação, sejam processos constitutivos e defensivos universais, no neurótico predominam os processos de repressão e recalque enquanto que no *borderline* os processos de dissociação ganham proeminência. No neurótico o recalco impedido de verbalização di-

⁹ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

reta devido a uma ação proibitiva de um superego comprometido com a preservação de um ideal do eu, se expressa sob forma de sintomas. Temos aqui duas questões: o mal estar por um excesso e má distribuição dos recalques e os possíveis dolorosos sintomas daí decorrentes. O analista levará em consideração estes dois aspectos. Se os processos de repressão/recalque funcionarem para além de certa intensidade, o trabalho de desrepressão, isto é, tornar o inconsciente consciente, será um interminável trabalho de Sísifo. Para romper a compulsão à repetição será preciso não apenas conscientizar os desejos reprimidos, mas principalmente agir sobre o próprio processo de recalque que é um processo de defesa associado a certa maneira de vivenciar o tempo. O recalque imobiliza a memória não permitindo que ela flua livremente. O tempo do neurótico é um tempo petrificado que não progride. Esta forma de vivenciar o tempo imobiliza o acontecimento em um cubículo estanque não permitindo sua dissipação, mantendo-o como uma espinha irritativa produtora de sintomas. Será preciso fazer o tempo fluir para libertar o acontecimento traumático de sua prisão, diluindo-o no devir. Não basta pôr a nu o motivo do recalque. Será preciso também modificar o modo de vivenciar o tempo para que não se instale a compulsão à repetição, pois mesmo consciente das motivações a pessoa repetirá o mesmo comportamento ou manterá o mesmo sintoma caso não mude sua relação com o tempo. Se o analista colocar-se em estado de vir-a-ser, de tempo fluido, acompanhando os movimentos fractais e imprevisíveis do analisando, facilitará, por um processo de identificação, a entrada

Nahman Armony

deste no devir, propiciando a liquefação do reprimido e alterações nos dinamismos intersubjetivos.

A subjetividade neurótica, conveniente à modernidade, pede um comportamento obediente, rígido e regido pelas regras da hierarquia. Seu pensamento é dicotômico. Há os que mandam e os que obedecem sem questionamentos. Numa relação analítica o analisando é um objeto esquadrihado por um cientista neutro, possuidor de um conhecimento inconteste de seu inconsciente. O analisando é meramente um mortal, enquanto o analista habita o Olimpo dos deuses. Uma análise que não rompa esta dinâmica dicotômica tem como destino fazer do analisando uma cópia do analista, tornando-o também portador de uma verdade incontestável que todos deverão aceitar. Como veremos adiante, a psicanálise na hipermodernidade realiza-se não em um regime dicotômico, mas em um registro unitário, onde dois seres humanos se encontram para aumentar a potência de vida. Importante expor aqui uma diferença entre dicotomia e dualidade. A dualidade não nega as diferenças (nem as semelhanças), mas coloca dois sujeitos que se relacionam no mesmo patamar qualitativo, participantes do mesmo universo ontológico. Na dicotomia cada sujeito pertence a uma substância diferente. Semideuses pertenceriam a uma substância e meros mortais a outra. Em contraposição a esta concepção dicotômica existe uma concepção dualista que enxerga não um sujeito e um objeto com diferenças ontológicas, mas dois sujeitos que pertencem a uma humanidade comum, cada qual, porém, com suas características próprias. Não há semideuses e humanos, mas apenas humanos com

diferentes experiências, conhecimentos e sensibilidades que se encontram para estabelecer uma relação produtiva de crescimento e criatividade através da qual se reduz o mal-estar e o sofrimento.

Outros valores da modernidade que também têm a ver com o processo de repressão/recalque são a disciplina, a ordem, o respeito, a organização, o controle, a objetificação, a reverência hierárquica, a distância afetiva, o convencionalismo. Sem dúvida são características que darão certo colorido à relação e às quais o analista deverá prestar atenção, levando-as em consideração.

Sentimentos de honra, de pundonor derivados do recalque são encontrados no consultório. Quando estão a serviço da preservação da autoimagem podem vir a constituir um enorme obstáculo à honestidade e à sinceridade na relação terapêutica. Exigirá do analista toda uma paciente costura que terá como alguns dos fios a aceitação incondicional, a perseverança tranqüila, e um comportamento poroso, aberto e sincero. A resultante bem-vinda será a instalação de uma relação de confiança mútua. A valorização social do sentimento de honra e pundonor é um obstáculo a mais para abertura de um espaço honesto e sincero.

A trajetória de vida do neurótico modelar é retilínea e acumulativa. Este resultado é conseguido com o recalque dos muitos desejos e pequenos eus a fim de que reine absoluto e sem contestação o Eu “Verdadeiro” com seu desejo único. O impedimento do retorno à consciência dos pequenos eus provoca sentimentos de insatisfação, de inutilidade da vida, de incompletude e vários sintomas.

Nahman Armony

Pelo seu aspecto neurótico, a pessoa está aprisionada por convenções, regras e leis ficando com a sua espontaneidade e criatividade coartadas. A barreira do recalque dificulta a percepção de seu inconsciente, do inconsciente do outro e da subjetividade circulante.

A comunicação neurótica é mais superficial que a *borderline*, pois está barrada pelo convencionalismo das palavras e dos valores especialmente os da hierarquia que impedem o diálogo íntimo.

A vida neurótica está normatizada e segue os trilhos consagrados pela tradição e pelos preconceitos. A saúde psíquica do neurótico “normal” está resguardada pelo recalque das grandes inquietações existenciais, mas tende a ser tensa e descolorida, pontilhada de irrelevantes sintomas e pequenas obsessões.

A culpa é um sentimento onipresente no funcionamento neurótico. Nesse modo existencial uma Personificação de Autoridade inconsciente atormenta e controla o sujeito. Sendo essa Personificação de Autoridade a responsável pela sua culpa caberia a ela tirá-lo do atoleiro da depressão. Esta expectativa atiza a culpa elevando-a a um ápice insuportável quando uma intervenção se faz necessária. A Personificação de Autoridade terá então cumprido a sua função imaginária. A culpa é também uma maneira de reter o fluxo do tempo, pois ela mantém os acontecimentos paralisados na memória.

O neurótico modelo está mais voltado para si mesmo do que para o exterior. Mais se interioriza que se exterioriza. Ele preserva a sua intimidade. Reluta em falar de suas fraquezas, de tudo aquilo

que poderia, na sua concepção, ser criticado pelo analista. Envolve-se em uma capa protetora que avalia e filtra tudo o que vem de fora. Dentro de sua concepção é ele quem deverá resolver os seus problemas. O outro não tem nenhum papel a desempenhar a não ser lhe fornecer dicas de questionável importância. Estas características dificultam o estabelecimento de uma relação de intimidade.

As considerações acima se referem à primeira fase da dialética inicialmente proposta, a fase da repressão.

A hipermodernidade e seu mal-estar

Passemos para a segunda proposição dialética. Coloco como antítese da repressão, a permissividade. É justamente a permissividade que domina a hipermodernidade. A permissividade provoca o aparecimento de outra maneira de ser e viver diferente do modo neurótico. É o modo *borderline*, típico do período em que vivemos. O *borderline* não internaliza um firme superego que lhe garantiria incontestáveis pontos de referência. Solto no mundo, com suas valências identificatórias abertas¹⁰, sem uma forte identificação com os valores dos pais, necessita da aprovação do ambiente. Esta seria uma das razões das intimidades expostas nos webblogs e webcams. Seus valores não são fixos, pois não estão regidos por um código interno. Dependem da reação do ambiente. Se aprovados sentem-se bem. Se desaprovados ficam envergonhados de terem tido uma conduta inadequada. Na hipermodernidade (ou modernidade

¹⁰ ARMONY, N. *Borderline: uma outra normalidade* (p. 57). Rio de Janeiro: Revinter, 1998, 63-72.

Nahman Armony

líquida) predomina a cultura da vergonha sobre a cultura da culpa. Também as formas de vivenciar o tempo e a interioridade se modificam. Paula Sibilia¹¹ escreve:

A eficiência e a eficácia - a capacidade de produzir determinados efeitos-tornam-se justificativas auto-suficientes que dispensam toda explicação causal e qualquer pergunta pelo sentido. [...] A velha função do passado parece ter caducado: o passado não serve mais para conceder inteligibilidade ao caótico fluir do tempo, e nem para explicar o presente ou a mítica singularidade do *eu*. (p.40)...esses novos fenômenos revelam mais um traço no processo de reconfiguração que atravessam as subjetividades contemporâneas. Os gêneros autobiográficos que proliferam na Internet são sintomáticos destas novas torções subjetivas, por evidenciarem importantes mudanças nos valores atribuídos à idéia de *interioridade* e ao estatuto do *passado* como dois alicerces fundamentais do *eu*. Essas duas noções foram primordiais na constituição das subjetividades modernas e, apesar da sua permanência como fatores ainda relevantes, parecem estar perdendo seu peso na definição do que cada um é (SIBILIA, 2005, p. 48).

¹¹ SIBILIA, P. “A vida como relato na era do *fast-forward* e do *real time*: algumas reflexões sobre o fenômeno dos *blogs*”. *Em questão*. Porto Alegre, v.11, p. 35-51, jan./jun. 2005.

Estas citações são importantes por nos remeterem a situações clínicas atuais: muitos analisando não se interessam por ter um conhecimento penetrante de sua vida subjetiva. Esta mais parece um produto da relação analista-analisando. Há uma falta de interesse quanto à origem e resolução dos sintomas. Eles são aceitos como quase incontornáveis características idiossincráticas, algo próximo da ordem da necessidade e, portanto praticamente inacessíveis à investigação. O passado dos sintomas não lhes interessa, e a perturbação provocada por eles é aceita e integrada nas ações. Interessa-lhes o presente. Isto coloca mais um desafio para o analista que em uma primeira instância conversaria sobre as dificuldades objetivas do presente buscando soluções sem procurar suas origens no passado, tentando encontrar com o analisando um equilíbrio pessoal e social que inclua os sintomas e os dinamismos expostos - e isto dá lugar a um intenso diálogo entre analista e analisando; em uma segunda instância tentariam ultrapassar os obstáculos, entendendo as dinâmicas que estão ocorrendo no momento mesmo dos acontecimentos: isto parece agradar menos ao analisando que ouve sim, o que o analista diz, mas que passa batido pelo dito como se fosse uma parte não importante da conversa, não dando continuidade ao assunto, e continuando a falar como se nada lhe tivesse sido dito. Porém, com o tempo, dá para perceber que as palavras do analista tiveram efeito; em uma terceira instância procurar a dinâmica no passado. A isto o analisando é ainda mais refratário e a ocasião para fazer tais interpretações deve ser bem escolhida, isto é, deve fazer parte do devir de uma

Nahman Armony

conversação normal que por acaso tocou na infância, sem uma impostação que transmita a impressão de que algo professoral e básico esteja sendo dito. Podemos perceber, dentro de certo prazo, o efeito positivo da interpretação. Mas o que predomina é o repúdio pelo passado e uma forte inserção no presente que dificilmente se estende para um futuro, pois este se apresenta imprevisível e então há pouco que falar sobre ele. É claro que as coisas não são tão simples e esquemáticas como as apresento, pois estamos lidando com situações de complexidade. Mas servem para nos situar melhor diante dos aspectos hipermodernos da subjetividade.

O que mais se pode dizer do sujeito hiper-moderno? Quais outras conseqüências de uma sociedade e educação permissivas? A mais óbvia é a falta de limites; a pessoa cresce com a convicção de que tudo o que existe no meio social pertence de direito a ela. É dever da sociedade abrir-lhe todas as portas. “É proibido proibir”¹². É inconcebível que se ponham limites aos seus desejos. Ser contrariada é um crime de lesa-majestade, impossível sequer de se pensar - uma aberração da natureza, um tabu. É evidente que nestas circunstâncias os direitos e sentimentos dos outros não conseguem ser sequer vistos.

O complemento social desta atitude pessoal é a abundância potencial de ofertas e oportunidades que a sociedade coloca à disposição. O encontro dos pequenos eus desreprimidos com a virtual abundância de ofertas sociais tem várias conseqüências: os muitos pequenos eus embriagam-se com as muitas ofertas tentando dar conta de todas elas, comprimindo

¹² Caetano Veloso, 1968.

do o tempo, e entrando em ansiedade. Muda a maneira de vivenciar o tempo: é preciso correr para dar conta de todas as tentações e para chegar antes. A velocidade assimilada pelo corpo/psique torna-se parte integrante do ser e converte-se no ritmo da hipermodernidade, um *prestissimo* febril e ansioso. Também a idéia de não perder nenhuma oportunidade provoca ansiedade e pressa. A pessoa nunca se dá por inteiramente satisfeita com suas escolhas, pois lá adiante pode haver algo muito melhor. A pergunta não é “fiz uma boa escolha?”, mas “será que perdi alguma coisa fabulosa, ‘irada’”? As outras inúmeras possibilidades desconhecidas fazem sua ronda tentadora e constante em torno da cabeça de nosso voraz protagonista sussurrando em seus ouvidos possibilidades de escolhas melhores, de aparecimento de oportunidades incríveis que transformarão por completo sua vida. E será preciso lá chegar antes que outros se apossessem da chance. É comum um movimento errático em que o jovem passa de um investimento para outro à procura daquilo que seria *o melhor dos máximos*.

Um aspecto positivo a ser considerado é a porosidade que o jovem da hipermodernidade apresenta e que lhe permite ter acesso ao seu inconsciente implícito e à subjetividade da sociedade em transformação. Este é um aspecto a ser preservado. O terapeuta deverá ter muito cuidado com o que chamamos de interpretação, pois ela poderá entupir a porosidade, impedindo o acesso aos aspectos femininos, ao inconsciente e à percepção da subjetividade social corrente. A preservação da porosidade permitirá um trabalho terapêutico que irá além do

Nahman Armony

representacional, propiciando aquilo que Freud chamou de comunicação de inconsciente a inconsciente e que tem a ver com algo misterioso, sim, mas também com os sutis movimentos, expressões, mímicas faciais, olhares, modulação de voz e tantas outras coisas que frequentemente estão fora do campo de nossa consciência e que, portanto, não controlamos. Por essa razão o analista precisa ter um “cuidado de si”¹³ que permita que seu corpo/psique demonstre, propague, passe uma verdadeira renúncia psicocorporal ao narcisismo e um verdadeiro acolhimento psicocorporal consciente e inconsciente da pessoa do analisando tal qual ele é no momento da relação. Esta seria a atitude ideal, porém nem sempre presente, já que o analista por mais que tenha “cuidado de si”, terá com alguma frequência o seu inconsciente corporal implícito e afetivo mobilizado de uma maneira mais ou menos afastada da ideal, especialmente diante dos novos analisandos que o procuram. Deverá então ficar o mais possível atento às suas reações corporais e ao tipo de cargas afetivas que estão sendo produzidas, e então tentar progredir em direção a uma atmosfera de conforto, confiança, relaxamento, ritmos sincrônicos e interesse afetivo¹⁴.

Bauman nos fala que na modernidade líquida existe um desrespeito pelo compromisso¹⁵. Esta é

¹³ Ver FOUCAULT, M. *A hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

¹⁴ BEEBE, B. *et al. Forms of intersubjectivity in infant research and adult treatment*. New York: Other Press, 2005.

¹⁵ “O que realmente conta é apenas a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto do

uma experiência freqüente de todos nós. Só somos levados a sério se, no momento, apresentamos algum interesse pragmático. Caso contrário, somos ignorados. A sociedade nos trata como mercadorias a serem consumidas¹⁶. Isto afeta nosso sentimento de valor com direito à deferência e consideração. Não somos vistos como pessoas com uma subjetividade a ser respeitada, mas como mercadorias. Se, para ser levado em consideração é preciso que o sujeito seja mercadoria, ele se esforça por sê-la.

O conhecimento e assimilação destes fatos sociais podem modificar o equilíbrio narcísico de nossos analisandos. Daí a importância do analista poder apresentar um panorama da subjetividade social em que vivemos, um de cujos aspectos é não dar importância ao indivíduo como uma singularidade subjetiva a ser respeitada.

Ainda falando do narcisismo e de suas possibilidades de transformação: uma abertura pessoal que permitisse a compreensão da subjetividade do outro, colocando em suspensão as reações emocionais à crítica alheia, à desconsideração, ao apontamento de seus defeitos seria uma importante aquisição no campo do narcisismo. “Será que ele tem razão de me ver e sentir desta maneira? Quais são os seus motivos?” são perguntas a serem feitas permanentemente. Colocar a indignação entre parêntesis

desejo (ou melhor, o tempo suficiente para desaparecer a conveniência desse objeto” in Bauman, Z. *Globalização, as consequências humanas* (p. 89). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

¹⁶ “Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria...” (p.20) in Bauman, Z. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Nahman Armony

para avaliar o quanto a palavra do outro é pertinente (e aí é preciso levar em consideração o contexto em que a “ofensa” acontece) para até poder se aperfeiçoar, e também compreender o outro, as razões de seus ataques e de suas críticas. Importante distinguir entre a ofensa com a intenção de ferir e o apontamento de características sem esta intenção. Não significa que se deverá adotar uma atitude indiferente, sem emoção. Esta certamente deverá estar presente, mas integrada a um questionamento não-narcísico.

O mal-estar advindo da desconsideração, da objetificação, da transformação em mercadoria pode ser fortemente atenuado por uma redistribuição dos sentimentos narcísicos. Uma compreensão da subjetividade pessoal do outro e da subjetividade social contemporânea cumprirá esta tarefa. A auto-estima advirá então desta nova distribuição narcísica. Este remanejamento encontrará enormes resistências, pois para isso deveremos vencer nossos atavismos. Será certamente uma tarefa de muitas gerações. Esta nova subjetividade difícil de se instalar diante das reações espontâneas hereditárias de cada um, só aos poucos, mediante pequenos atos, atitudes e mínimas transformações irá se espalhar por uma espécie de osmose psíquica pelo corpo societário. E será importante aprovar explicitamente qualquer passo nessa direção. O sentimento de *estar ferido em seu amor-próprio* quando uma característica/*defeito* é apontada deverá ser substituído pela valorização do auto-conhecimento e de heteroconhecimento das dinâmicas em jogo.

A situação de intensa disputa da hipermodernidade que aproveita qualquer brecha para atacar e

diminuir o outro torna ainda mais difícil esta trajetória. Aquele que procura substituir o sentimento de honra pela sinceridade e honestidade encontrará dificuldades diante da hipercompetitividade de nosso tempo.

Este é um quadro sociológico que devemos conhecer para ajudar nosso analisando a se situar no mundo atual; sem isso ele ficaria perdido, sem compreender os acontecimentos, e atribuindo a si o que faz parte de um contexto social.

A conjugação da abundância de ofertas vindas da sociedade (excesso de ofertas externas) com a desrepressão dos pequenos eus (excesso de demandas internas) produz uma atividade incessante e febril. Este excesso provoca desorientação, ansiedade, exaustão.

Sem dúvida a psicanálise contribuiu, com o conceito e trabalho de desrepressão para a permissividade descontrolada e o mal-estar da atualidade. Não era esta, porém a intenção de Freud. Pelo contrário, um de seus postulados básicos apresenta o recalque como constitutivo da personalidade. Mas recalques obsoletos e fora de lugar são inúteis e provocam sofrimento. Faz-se necessária uma redistribuição dos recalques. Repressões úteis devem ocupar o lugar das repressões infantis irracionais. Em suas palavras:

A análise, contudo, capacita o ego, que atingiu maior maturidade e força, a compreender uma revisão dessas antigas repressões; algumas são demolidas, ao passo que outras são identificadas, mas construídas de novo, a partir de um material

Nahman Armony

mais sólido. O grau de firmeza dessas novas represas é bastante diferente do das anteriores; podemos confiar em que não cederão facilmente ante uma maré ascendente da força instintual. Dessa maneira, a façanha real da terapia analítica seria a subsequente correção do processo original de repressão, correção que põe fim à dominância do fator quantitativo (FREUD, 1937, p. 259/260).¹⁷.

Porém o movimento da sociedade foi mais radical e ao processo de desrepressão não se seguiu uma repressão seletiva e adequada como Freud esperava. A desrepressão tornou-se liberação geral das pulsões. Quando falo de movimento geral da sociedade refiro-me à passagem do capitalismo de acumulação para o capitalismo consumista, da contenção ao desperdício, da criação de modismos e de novas necessidades para aumento do consumo; e também da falta de limites de cada um que se sente no direito de fazer o que quer, sem respeito nem à lei nem ao direito do outro, à roubalheira desenfreada, aos excessos de velocidade com aumento de mortes, à desobediência a regras necessárias ao bom convívio, ao uso do poder e das leis para benefício próprio. Um quadro desolador. E sem dúvida, mesmo que involuntariamente, a psicanálise contribuiu para isso com a difusão da idéia de desrepressão.

¹⁷ FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 259/260. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 23). (Artigo original publicado em 1937).

Síntese – A ecologia humana como caminho Contribuições de Winnicott

Passemos agora da desrepressão, componente fundamental da antítese, para uma síntese à qual eu darei o nome de ecologia. Tese - subjetividade repressiva. Antítese - subjetividade permissiva. Síntese - subjetividade ecológica.

De que ecologia estou falando? Veremos, na pesquisa que realizei, a evolução da concepção de ecologia, desde a ecologia simples, passando pela ecologia social e outras até a que mais nos interessa: a ecologia humana. Começarei pelo site pessoal de Ivair Gomes¹⁸.

O termo "Ecologia" foi criado por Haeckel (1834-1919) em 1869, em seu livro "Generelle Morphologie des Organismen", para designar "o estudo das relações de um organismo com seu ambiente inorgânico ou orgânico, em particular o estudo das relações do tipo positivo ou amistoso e do tipo negativo (inimigos) com as plantas e animais". Aparece pela primeira vez, no Brasil, em Pontes de Miranda, 1924, "Introdução à Política Científica". O conceito original evoluiu até o presente no sentido de designar uma ciência, parte da Biologia, e uma área específica do conhecimento humano que tratam do estudo das relações dos organismos uns com os outros e com todos os demais fatores naturais e sociais que

¹⁸ Site: ivairr.sites.uol.com.br/ecologia.html.

Nahman Armony

compreendem seu ambiente (GOMES, *site pessoal*)¹⁹.

Vemos aí uma progressão da concepção de ecologia que de relação dos organismos com seu ambiente natural orgânico e inorgânico passa a incluir o social que, de certo ponto de vista (que não é o meu), é de uma ordem diferente do natural.

Passemos à citação de Maria Silva²⁰. Ela fez uma adaptação do livro “*The Green Fuse – Social Ecology*”. Começa citando uma frase de Murray Bookchin, que se encontra na p.1 de seu livro “A ecologia da liberdade”: “A dominação da natureza pelo homem tem origem na própria dominação do humano sobre o humano.”

E segue resumindo:

A ecologia social reclama que a crise ambiental é um resultado da organização hierárquica do poder e da mentalidade autoritária, enraizada nas estruturas da nossa sociedade. A ideologia ocidental da dominação da natureza advém destas relações sociais... A alternativa é uma sociedade baseada em princípios ecológicos; uma unidade orgânica na diversidade, liberta da hierarquia e baseada no respeito mútuo pelo interrelacionamento de todos os aspectos da vida. Se mudarmos a sociedade humana, as nossas relações com o resto da natureza também se modificarão.

¹⁹ ivairr.sites.uol.com.br/ecologia.html.

²⁰ www.terraviva.weblog.co.pt/arquivo/2005/04/perspectivas_s_o.html

As relações humanas são introduzidas como origem e parte dos problemas ecológicos os quais só serão resolvidos quando as relações humanas deixarem de ser relações de poder, hierárquicas e autoritárias. O equilíbrio da natureza em sua totalidade depende então, em grande parte, do equilíbrio nas relações humanas.

Uma última referência à Maria Silva - ela cita John Clark autor de "Renovando a terra":

A ecologia mostra que a natureza nos pode fornecer princípios éticos. Um ecossistema vigoroso maximiza a diversidade e a interação e minimiza a hierarquia e a dominação. O melhor de tudo é que é arquivado/ conjugado/ alcançado através de uma 'individualidade rica e um complexo interrelacionamento das partes' (p.5).²¹

A concepção de uma ecologia ética que minimiza a hierarquia e maximiza a diversidade, remete-nos, como veremos, a uma psicanálise promotora de uma transformação da subjetividade que ao se realizar trará como corolário uma mais equitativa distribuição de benefícios e malefícios.

É a vez de Flávio Souza dar uma contribuição ao meu diálogo com a ecologia. Retirei o seguinte trecho do artigo por ele intitulado *Ecologia humana*²²:

²¹ www.terraviva.weblog.co.pt/arquivo/2005/04/perspectivas_s_o.html

²² Site www.academiadopalestrante.com.br/artigos/ecologia-humana

Nahman Armony

A palavra *ecologia* vem do grego e significa *Eco = Habitat/ Lugar de vida/ Sistema de relação e Logia = Estudo/ Ciência*, então ecologia pode ser também definida como estudo de sistemas. Nós seres humanos somos um sistema de órgãos e tecidos, um sistema de células, moléculas e átomos, um sistema de pensamentos, de interação com o nosso mundo interno e externo e dos relacionamentos com as outras pessoas. Então, podemos falar em *ecologia humana*.

Esta é a expressão que eu gostaria de usar: acrescentar o humano à ecologia para delimitar o campo principal em que a ecologia ética será exercida. Não seria impróprio falar de *ecologia ética humana*, embora se possa argumentar que toda ética parte do homem. Parte do homem, sim, mas pode ser aplicado em diversos campos. O campo privilegiado da psicanálise é a relação humana. Daí a minha proposta de batizar a síntese de *ética ecológica humana*. Como uma introdução a esta ética eu diria que o psicanalista pensaria uma ecologia que permitisse uma evitação do pior e uma busca do melhor coletivo. Desenvolvendo: o psicanalista pensaria numa distribuição o mais possível equitativa de prazer e desprazer, de mal-estar e bem-estar, de alegrias e sofrimentos entre os membros de um grupo, seja um grupo de duas pessoas como no tratamento psicanalítico individual ou de muitas pessoas como no tratamento de família. A ecologia humana de nosso interesse envolve a totalidade das pessoas de um grupo em interação consciente e inconsciente, com suas relações interpessoais e intersubjetivas, seus dinamismos repetitivos, sua distribuição de poder e

de sintomas. A concentração de sintomas em uma ou poucas pessoas e a dominação e colonização de muitos em relação a alguns ou de uma pessoa em relação à outra, será considerada um problema psicológico e psicossocial a ser modificado para que cada membro do grupo e o grupo como um todo possa ser mais espontâneo e criativo.

Na perspectiva ecológica a mínima modificação de uma subjetividade afeta as subjetividades que fazem parte do conjunto ecológico, produzindo novos equilíbrios. É o que ocorre no tratamento psicanalítico individual e de grupo, onde o contato com uma nova subjetividade que não se deixa absorver pela dinâmica vigente, trazendo sua própria contribuição dinâmica na interação com o outro ou os outros, introduz modificações nos dinamismos psíquicos²³.

Vista a questão da nomeação da síntese (ética ecológica humana) posso agora me dedicar a desenvolvê-la.

Como já foi dito os conceitos winnicottianos serão usados para este desenvolvimento. Para isto eu os separei em três grupos: 1-*holding*; 2- espaço potencial, criatividade, área e objeto transicional; 3- identificação primária, mutualidade, identificações cruzadas e *concern*.

²³ Ver ARMONY, N. Dinamismos em psicanálise. In: *Psicanálise: da interpretação à vivência compartilhada*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1989. p.91-100.

Nahman Armony

*Holding*²⁴

O paradigma da noção de *holding* é uma mãe sustentando o bebê em seus braços e colo. Uma mãe amorosa acolhedora, não ansiosa, transmitirá uma sensação de segurança, de confiabilidade, de liberdade e de limite ao bebê. Tudo lhe é permitido no espaço abarcado pelo corpo da mãe. Mas é um corpo que provê um limite. Paradoxalmente o bebê se sente livre e protegido pelos limites que o colo e braços da mãe proporcionam. Uma citação de Winnicott nos permitirá perceber o alcance e a importância da noção de *holding*:

É possível perceber aqui uma série - o corpo da mãe, seus braços, o relacionamento dos pais, o lar, a família, incluindo primos e parentes próximos, a escola, o bairro com sua delegacia, o país, suas leis²⁵.

Esta seqüência nos dá uma concepção de uma lei-*holding* que reúne limite e acolhimento, correção e suporte; diferentemente da lei freudiana posta em prática através de uma intervenção impiedosa da autoridade à qual ele chamou apropriadamente de “castração”. Vejamos isto em duas citações de Freud:

O superego reteve características essenciais das pessoas introjetadas - a sua for-

²⁴ Ver ABRAM, J. *Holding*. In *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. p.135-140.

²⁵ WINNICOTT, D.W. (2000) A tendência anti-social. In: *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1956. p.406-416.

ça, sua severidade, a sua inclinação a supervisar e punir. Como já disse noutro lugar, é facilmente concebível que, graças à defusão de instinto que ocorre juntamente com essa introdução no ego, a severidade fosse aumentada. O superego - a consciência em ação no ego - pode então tornar-se dura, cruel e inexorável contra o ego que está a seu cargo. O Imperativo Categórico de Kant é, assim, o herdeiro direto do complexo de Édipo²⁶.

O superego conservará o caráter do pai e quanto mais intenso foi o complexo de Édipo e mais rápido se produziu sua repressão (sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar, da leitura), tanto mais rigoroso virá a ser o império do superego sobre o ego como consciência moral, talvez também como sentimento inconsciente de culpa, sobre o ego²⁷.

Esta concepção de superego fez com que se confundissem a figura do Tirano, do Déspota, com a do Guia (Guru, Mestre), e a necessidade de limites com a castração implacável e insensível.

²⁶ FREUD, S. *O problema econômico do masoquismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.208-209. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19). (Artigo original publicado em 1924).

²⁷ FREUD, S. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.49. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19). (Artigo original publicado em 1923).

Nahman Armony

A reação da sociedade a esta confusão, a este excesso foi um outro excesso: o da permissividade total bem expressa na frase de ordem “é proibido proibir”²⁸. Esta a 2ª fase, a antítese de nossa dialética. Entramos agora numa 3ª fase procurando aberturas e é aí que contamos com a ajuda de Winnicott. O conceito de *holding* permite uma convivência pacífica da limitação com a liberdade. Faz parte do *holding* saber apresentar o mundo à criança de acordo com suas necessidades e possibilidades. Isto é diferente da imposição de idéias de um regime patriarcal autoritário. Permite que o ser humano sinta que a limitação necessária para a vida em sociedade foi também uma criação sua. A limitação torna-se intrínseca ao sujeito e a permissividade e transgressão ganham contornos adequados²⁹. Distingue-se do resultado da ação de castração da 1ª fase de nossa dialética. Naquela circunstância, tendo sido impedido o acesso da criança à mãe, ao feminino, ela perde o contacto com sua sensibilidade, a sua vida afetiva e não tem condições de exercer a intuição, a empatia, a identificação primária, etc. Transforma-se então em Homem Objeto, poderoso e forte em sua defesa da Lei, um Homem que não aceita o mundo feminino da sensibilidade. Com a ação de *holding* Winnicott reconecta o ser humano com o feminino possibilitando uma colocação sensível de limites sem ter de obrigatoriamente realizar ações duras, implacáveis, impiedosas, violentas. O limite deixa de ser um

²⁸ CAETANO VELOSO, 1968.

²⁹ ARMONY, N. Do universal/particular ao local/global: o superego sob nova ótica. In: *Winnicott, seminários cariocas*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. p. 111-127.

duro muro de pedra que arrebenta a cabeça de quem o enfrenta e torna-se uma flexível, macia e acolhedora cortina de veludo. Estaríamos então fora da repressão excessiva e da permissividade desenfreada.

Espaço potencial³⁰, criatividade, área e fenômeno transicional

O espaço potencial surge quando o estado de fusão mãe-bebê se desfaz. Até então a mãe não deixava nenhuma solução de continuidade entre a necessidade do bebê e seu atendimento. Quando finalmente se estabelece mais claramente que as necessidades do bebê serão postergadas e mesmo não atendidas, surge a ameaça teórica de uma fenda que é a perda da continuidade da relação mãe-bebê. Na saúde esta ameaça não se concretiza porque a díada inventa a mente e o fenômeno transicional: a fenda virtual ganha então a qualidade de espaço potencial. Por que espaço potencial? Antes do aparecimento deste espaço tudo o que surgia no campo de psiquismo da criança era sua criação onipotente: a única criação que lhe era possível, e, portanto, em termos sociais, uma não-criação. Com o aparecimento do símbolo transicional a onipotência torna-se mitigada: existem agora o eu e o não-eu que pode estar fora da área de onipotência do bebê. Este não-eu generalizado traz a semente da objetividade, caminha em direção ao objetivamente percebido. Porém, uma pessoa absolutamente objetiva não traria nada de novo ao mundo, pois estaria aprisionada pelo já consensualmente acordado. Uma pessoa absoluta-

³⁰ ABRAM, J. O espaço potencial e a separação. In: *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000 p. 263-265.

Nahman Armony

mente subjetiva também não influiria sobre o mundo real. Os extremos subjetivo e objetivo não são socialmente criativos. A criatividade acontece quando o subjetivamente concebido se entremeia com o objetivamente percebido. O subjetivo atua sobre o objetivo dando-lhe cores, nuances, transformando-o; o objetivo atua sobre o subjetivo fornecendo-lhe dados de realidade para a construção de limites.

A potência criativa se encontra na fenda virtual que por isto mesmo recebe o nome de espaço potencial. Estando a potência criativa no limite ou mesmo fora das regras instituídas ela depende de um clima permissivo que propicie ultrapassar o já estabelecido. Ao invés de uma permissividade descontrolada teremos uma permissividade criativa que se exerce na área intermediária, transicional, área de superposição do subjetivamente concebido com o objetivamente percebido.

À palavra *criatividade*³¹ Winnicott dá uma conotação teórica muito particular que a afasta do sentido corriqueiro. Podemos tomar como paradigma da criatividade winnicottiana um bebê com fome que necessita de um seio e este seio aparece. O bebê criou um seio que já existia. Esta a fórmula geral da criatividade para Winnicott: criar o que já existe. Difere do significado comum que, como todos sabemos, é fazer algo novo. Isto não quer dizer que a criatividade no sentido winnicottiano não possa também trazer algo novo. A partir do paradigma exposto podemos dizer que a criatividade cria o que já existe, dando vida ao existente ao disseminar sua

³¹ ABRAM, J. Criatividade. In: *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000 p.83-95.

subjetividade sobre a objetividade fenomênica. Indo mais adiante, a subjetividade pode criar um fenômeno já existente como virtual, ainda não concretamente presente. Criatividade teria ao mesmo tempo uma conotação winnicottiana e comum. O sentido comum não é importante para os meus propósitos. O relevante é a criação de um elo intrínseco entre o ser humano e o mundo, vivificando-o, dando-lhe colorido; a subjetividade lançada sobre o objeto ou fenômeno objetivo torna-o transicional. Uma forte e intrínseca ligação se estabelece entre o ser humano e o mundo, já que o mundo é criado e recriado inúmeras vezes por ele. O mundo é parte da pessoa que o cria e o sujeito exerce um cuidado com aquilo que está em processo de criação permanente, pertencendo, pois, ao seu campo narcísico. A permissividade exerce-se então construtivamente, e não mais no excesso destrutivo da 2ª fase.

Identificação primária, mutualidade, identificações cruzadas e *concern*.

Identificação primária - O bebê, ao nascer, deverá encontrar uma mãe em estado de “preocupação materna primária”. Neste estado ela é capaz de propiciar ao bebê uma fusão formando com ele uma unidade na qual um não se distingue do outro. Citando Winnicott:

Duas pessoas separadas podem *sentir-se* em união, mas aqui, nessa área que examino, o bebê e o objeto *são* um. A expressão “identificação primária” talvez tenha sido usada para designar exatamente isto que estou descrevendo, e estou

Nahman Armony

tentando demonstrar quão vitalmente importante é essa primeira experiência para o início de todas as experiências subsequentes de identificação.³²

Neste texto de 1966 Winnicott parece não querer se comprometer por inteiro com a expressão “identificação primária” ao colocar a palavra “talvez”. No entanto já o havia feito em 1960 quando fala de “O desenvolvimento do lactente durante a fase do *holding*: [...] É neste estágio que processo primário, identificação primária, auto-erotismo e narcisismo primário são realidades vivas”³³.

Apesar da relutância de Winnicott resolver colocá-la em circulação não apenas porque ela é amplamente usada pelos psicanalistas, mas principalmente por me parecer mais apropriada ao que aqui desejo transmitir: estou tentando encontrar em cada camada de desenvolvimento, a possível ética implicada. Nesta fase inicial da vida humana a detentora da ética é aquela mãe capaz de viver uma “preocupação materna primária”. É neste estado que acontece a identificação primária, a fusão mãe-bebê. Se olho de fora, vejo duas pessoas e posso então dizer que a preservação e o bem-estar de si-mesmo e do outro estão contemplados. Estamos na camada do

³² WINNICOTT, D. W. Sobre os elementos masculinos e femininos ex-cindidos. In: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 p.140. (Artigo original publicado em 1966).

³³ *Idem*. (Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982 p. 44. (Artigo original publicado em 1960).

Ser, do aspecto feminino puro³⁴, que persistirá no desenvolvimento subsequente do ser humano como sensação implícita, de alguma maneira influenciando na constituição da ética pessoal. Podemos colocá-la na categoria de ética espontânea e dar-lhe o nome de ética da identificação primária.

O paradigma da mutualidade³⁵ encontra-se na relação da mãe com um bebê de aproximadamente doze semanas que, ao ser amamentado, brinca de amamentar a mãe colocando um dedo na sua boca. Estabelece-se uma situação de amamentação mútua. De um lado o leite do seio/dedo da mãe e do outro o leite do dedo/seio do bebê; já não estamos no espaço de fusão mas sim no espaço potencial, espaço do brincar. Isto se passa dentro de um intenso clima afetivo de uma identificação no qual tanto a mãe e o bebê (m)amam e são (m)amados. Repito: trata-se de uma identificação na dependência relativa, uma identificação secundária, pois já existe a separação eu/não-eu. É uma separação relativa uma vez que mãe e filho estão ligados por processos de identificação projetiva e introjetiva, portanto no nível de relação de objeto. O eu se distingue do não-eu, porém o não-eu não é conhecido em sua singularidade, sendo principalmente um receptáculo não-eu de fantasias ainda em trânsito para a percepção objetiva. Os intensos processos de identificação projetiva e

³⁴ WINNICOTT, D. W. Elementos masculinos e femininos puros. In: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 p.139-141.(Artigo original publicado em 1966).

³⁵ WINNICOTT, D.W. A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 p. 195-202. (Artigo original publicado em 1969).

Nahman Armony

introjetiva incluem o eu e o outro em uma unidade maior que Mahler³⁶ chama de simbiótica. Eu e não-eu estão separados no interior de uma fronteira comum que os engloba. Essa unidade faz com que o cuidado do outro seja também o cuidado de si e vice-versa. Podemos então falar de uma ética espontânea em um nível diferente da anterior e à qual se poderia dar o nome de ética da mutualidade.

O adulto maduro que viveu a mutualidade³⁷ e que teve a oportunidade de internalizar limitações sem passar pelo trauma da castração conserva a capacidade para experiências de mutualidade; agora o que se troca não é mais a amamentação e leite real/imaginário, mas afetos e fantasias que livremente circulam entre dois seres em relação íntima e sem barreiras. Temos aqui um adulto capaz de identificação dual-porosa³⁸: uma pessoa singular, autônoma e raciocinante (com a Mente desenvolvida) apta a abrir seus poros psicossomáticos para trocar fantasias e afetos com as subjetividades individuais e sociais. Uma identificação e ética espontâneas em um adulto desenvolvido, capaz de um pensamento lógico, portanto capaz também de uma ética da responsabilidade. Dois planos de desenvolvimento. Lembro que estamos, no momento, no plano da ética espontânea.

³⁶ MAHLER, M. *O nascimento psicológico da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1993

³⁷ WINNICOTT, D.W. (1969) A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 p. 195-202.

³⁸ ARMONY, N. Formando e localizando o conceito de identificação dual-porosa. In: *Borderline: uma outra normalidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998 p.63-72.

Chamaríamos a esta ética espontânea de dualporosa³⁹.

Após este desvio/adiantamento, retornemos à seqüência que se interrompeu na ética da mutualidade.

Identificações cruzadas⁴⁰: Começarei por uma frase de Winnicott:

A sobrevivência do analista à destrutividade que é própria desta mudança, e a ela se segue, permite que aconteça algo de novo, que é o *uso*, pelo paciente, do analista, e o início de um novo relacionamento baseado em identificações cruzadas. O paciente pode agora começar a colocar-se imaginativamente [*sublinhado meu*] no lugar do analista, e (ao mesmo tempo) é possível e bom para este colocar-se no lugar do paciente, a partir de certa posição, isto é, ter os próprios pés no chão⁴¹.

Este fragmento permite-me dizer que as identificações cruzadas ocorrem no estágio de uso do objeto, quando o analista já pode ser visto em sua realidade humana, com seus defeitos e virtudes. Posso também dizer que as identificações cruzadas estão

³⁹ Ver ARMONY, N. Ética e subjetividade nos *borderlines* próximos da normalidade. In: *Psicanálise: uma prática teorizada*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2007 p.163-169.

⁴⁰ WINNICOTT, D.W. (1968) Inter-relacionar-se independentemente do impulso instintual e em função de identificações cruzadas. In: *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975 p. 176-186.

⁴¹ *Idem*. *O Brincar e a Realidade*. *Idem* p. 186

Nahman Armony

no ápice do processo evolutivo das identificações projetivas e introjetivas. É aqui que se introduz uma ambigüidade que certamente tem a ver com o estilo de Winnicott (que é deixar questões em aberto para a produção criativa do leitor). Tanto posso pensar em identificações cruzadas como as próprias identificações projetivas e introjetivas usadas agora de forma saudável ou pensar que as identificações cruzadas representam uma nova forma de se relacionar, diferente das identificações projetivas e introjetivas; este último pensamento vem da expressão “colocar-se imaginativamente no lugar do analista”, que poderia nos fazer pensar na existência de um tipo de identificação diferente da projetiva e introjetiva e que seria uma identificação imaginativa, um colocar-se propositalmente “nos sapatos do outro”. De qualquer forma está em curso uma desidealização que dará acesso a um outro nível de conhecimento, relação e (introduzo agora o conceito) ética. Tenho para mim que a ética das identificações é uma ética espontânea. Seria bem menos espontânea se abraçássemos a idéia de uma identificação imaginativa qualitativamente diferente da identificação projetiva e introjetiva. Nós nos depararíamos então com um esforço para se identificar, o que já introduziria uma intervenção do raciocínio, da mente. Porém a partir do momento em que esse esforço fosse bem sucedido estaríamos, talvez, de volta à espontaneidade.

*Concern*⁴² – ao fim e ao cabo *concern* significa zelo e preocupação com o bem-estar de outrem.

⁴² ABRAM, J. Preocupação. In: *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter. 2000, p.172-182

Ele surge a partir da própria evolução maturacional do ser humano. Representa a fase terminal de um processo que começa por vivenciar como duas pessoas diferentes a mesma mãe: uma é vivenciada como mãe-ambiente e a outra como mãe-objeto. Enquanto perdura esta dualidade o ataque à mãe objeto não traz nenhuma conseqüência para a relação com a mãe ambiente. Quando o infante integra as duas mães em uma só aparece o *concern*, a preocupação de estar destruindo a mãe unificada ao atacá-la. A criança se torna zelosa desta mãe. Aqui ainda funcionam as identificações projetivas e introjetivas que são movimentos do psíquico, mas também já podemos falar de um movimento mental que procura uma identificação imaginativa com a mãe. Estamos agora próximos da ética da responsabilidade que em parte se confunde e em parte ultrapassa a ética do *concern*.

A ética fusional, a narcísica (mutualidade e identificações cruzadas) e a do *concern* surgem espontaneamente no desenvolvimento do ser humano. A elas eu acrescentaria, como ainda espontânea, a ética da identificação dual-porosa que depende da conservação da porosidade primeva, permitindo que dois sujeitos autônomos se unam por trocas afetivas e por dinamismos psíquicos, um processo do psiquessoma que não depende da intervenção da Mente. Esta sim (a mente), é necessária na *ética da responsabilidade*, uma ética da evolução espiritual da civilização.

É importante evitar o desgaste das éticas espontâneas. Precisamos escapar dos convencionalismos que matam a criatividade, precisamos manter a porosidade interna e externa para que não se percam

Nahman Armony

o contacto com o feminino que existe dentro de nós e o contacto com a subjetividade em devir da sociedade.

Pude chegar até este ponto do estudo dialético a que me propus. Temos agora mais uma utopia em nosso horizonte que tanto concerne à clínica quanto ao social. Uma utopia que privilegia o acolhimento, a colocação delicada e sensível de limites, a compreensão da subjetividade alheia e da própria, o comprometimento com uma ecologia humana ética. O consultório pode tornar-se um lócus de resistência ao massacre da sociedade hipercapitalista com suas dissimuladas, mas hábeis e eficientes imposições e um fulcro para a transformação da subjetividade pessoal e social.

Nahman Armony

Rua Paissandu, 94/402.

Flamengo – Rio de Janeiro – RJ.

CEP 22210-080.

Fone: (021) 2285-8782.

E-mail: nahman.armony@gmail.com

Referências

ABRAM, Jan. Holding. In: _____. *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. p. 135-140.

ARMONY, Nahman. Formando e localizando o conceito de identificação dual-porosa. In:_____. *Borderline: uma outra normalidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. cap. 3, p. 63-72.

_____. Dinamismos em psicanálise. In:_____. *Psicanálise: da interpretação à vivência compartilhada*. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula, 1989. p.91-100.

_____. Ética e subjetividade nos *borderlines* próximos da normalidade. In: COUTINHO, Ângela (Org.). *Psicanálise: uma prática teorizada: tributo a Horus Vital Brazil*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2007. p.163-169.

_____. Do universal/particular ao local/global: o superego sob nova ótica. In: MELGAÇO, Anna; OUTEIRAL, José; ARMONY, Nahman (Orgs.). *Winnicott: seminários cariocas*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. p. 111-127.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260 p.

_____. Entrevista. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2009. Revista do Globo.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

Nahman Armony

FREUD, Sigmund. _____. O ego e o id. In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 32-41.(Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19). (Artigo original publicado em 1923).

_____. O problema econômico do masoquismo. In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 199-212. (ESB, 19). (Artigo original publicado em 1924).

O mal-estar na civilização. In:_____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p.75-171. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1930).

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004. 136 p.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

MAHLER, Margaret S. *O nascimento psicológico da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

SIBILA, Paula. A vida como relato na era do fast-forward e do real time: algumas reflexões sobre o fenômeno dos blogs. *Em questão*, Porto Alegre, v.11, n.1, p. 35-51, jan./jun. 2005.

debate

WINNICOTT, D. W. Inter-relacionar-se independentemente do impulso instintual e em função de identificações cruzadas. In:_____. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 163-186.

_____. A tendência anti-social. In:_____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 1956. p. 406-416.

Artigos



A psicanálise dos grupos no mundo contemporâneo
Psychoanalytic groups in contemporary world
Carla Maria Pires e Albuquerque Penna

O impossível do amor
The impossibility of love
Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Correa

O mal-estar e a complexidade da parentalidade contemporânea
The uneasiness and complexities of contemporary parenting
Isabel Cristina Gomes
Lidia Levy

Os prejuízos do segredo familiar
The damage of family secrets
Marcia Maria dos Anjos Azevedo

Psicanálise e ética, uma interlocução necessária
Psychoanalysis and ethics, a necessary interlocution
Ronald de Paula Araújo

O mal-estar carioca: espelho das ambigüidades brasileiras e seus reflexos na clínica
Carioca uneasiness: mirror of Brazilian ambiguities and its reflections on the clinical practice
Virginia Heine

artigo



A psicanálise dos grupos no mundo contemporâneo* *Psychoanalytic groups in contemporary world*

Carla Maria Pires e Albuquerque Penna**

Resumo

Partindo das oposições construídas na modernidade em torno da relação indivíduo-sociedade e da teoria psicanalítica dos grupos este artigo tem o objetivo de investigar, no contexto contemporâneo, como a psicanálise pode contribuir para a compreensão e intervenção em fenômenos atuais que envolvem indivíduos e grandes grupos. Este artigo aponta ainda para a necessidade de uma ampliação do

* Para Mariana Coutinho de Oliveira Fontes.

** Psicanalista/CPRJ; Membro Efetivo/Group-Analytic Society of London; Ex-presidente/ Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo/ABPG; Ex-presidente /SPAG E. RIO; Doutorado em Psicologia Clínica/PUC-RJ

arcabouço teórico da psicanálise atual que inclua as contribuições da psicanálise dos grandes grupos.

Palavras-chave: relação indivíduo-sociedade, contemporaneidade, psicanálise atual, psicanálise de grupo, psicanálise dos grandes grupos.

Abstract

Starting from the constructed oppositions developed in Modernity around the relationship individual-society and of the psychoanalytic theory of groups this article aims to investigate, in the contemporary context, how psychoanalysis can contribute for a better understanding and interventions in current phenomena involving individuals and large groups. This article still points with respect to the necessity of enlarging the theoretical framework of current psychoanalysis with the contributions of the large-groups psychoanalysis.

Keywords: *individual-group, contemporary, current psychoanalysis, psychoanalytic groups, large-groups psychoanalysis.*



artigo

A psicanálise dos grupos no mundo contemporâneo *Psychoanalytic groups in contemporary world*

Carla Maria Pires e Albuquerque Penna

Especialmente nos últimos anos, a psicanálise brasileira vem se dedicando à necessidade de compreensão das transformações ocorridas na cultura e nos efeitos destas mudanças nas relações intersubjetivas. Apesar de incluir, cada vez mais, em seu arcabouço teórico, contribuições da sociologia, filosofia e literatura, parece-nos ainda por vezes, mergulhada em questões que no âmbito sociológico se caracterizam pela oposição indivíduo-sociedade. Entretanto, como psicanalistas não podemos imaginar constituições subjetivas fora de um contexto relacional e de uma provisão ambiental (Winnicott, 1971), onde o eu só pode emergir na presença do outro. O aprofundamento destas reflexões deve levar em conta um paradigma que escape das polaridades da modernidade e das armadilhas que a idéia de indivíduo ainda nos impõe.

Moscovici afirma em *L'âge de foules* (1981) que a invenção mais importante dos tempos modernos é a idéia de indivíduo. De fato, a modernidade

Carla Penna

representou uma grande mudança no pensamento ocidental, devido à idéia de progresso e à valorização da noção de indivíduo - paradigmática da modernidade ocidental. O indivíduo moderno surgiu a partir de influências humanistas, iluministas e românticas que o alçaram à condição de centro do universo, com autonomia de espírito e razão, liberdade, responsabilidade e subjetividade psicológica (Figueira, 1981; Bezerra, 2002).

Não só a idéia de indivíduo, mas também muitos dos conceitos que utilizamos hoje em nossa vida cotidiana foram construídos ao longo dos séculos, impregnados pelo racionalismo moderno, e acabaram por transformar em oposições dualistas, algo que no passado era visto de uma forma mais integrada. Autores como Simmel (1917) e Dumont (1985) debruçaram-se sobre a questão do individualismo, entretanto, nos deteremos neste artigo, nas considerações do sociólogo Norbert Elias sobre as relações indivíduo-sociedade, por encontrarmos em suas reflexões, influências da psicanálise (Garrigou, 1997) e da grupanálise¹, que revolucionaram a percepção das relações entre os indivíduos, a formação dos grupos e a sociedade.

Em *A Sociedade dos Indivíduos* (1987), através de três ensaios escritos em períodos diferentes de sua vida, Norbert Elias realiza uma importante reflexão sobre a aparente oposição indivíduo-sociedade que parece nortear grande parte do mal-estar ocidental contemporâneo. O autor aponta para

¹ Norbert Elias foi um dos principais colaboradores da Group-Analytic Society of London, fundada por Foulkes em 1967, para o ensino e o trabalho com grupos analíticos.

a idéia de que o conceito de indivíduo é recente, tendo sido construído ao longo de um processo no qual a *identidade-eu* e a *identidade-nós* (*ibidem*, p.173) foram se mesclando e diferenciando, num continuum sócio-histórico e evolutivo das sociedades primitivas para as sociedades modernas, dando a idéia de serem ontologicamente diferentes (*ibidem*, p.56). Nas sociedades mais primitivas, o sentido de *nós* era muito mais marcado. A vida e o trabalho em comunidade, as tradições e o panteísmo religioso conduziam a uma vida centrada na coletividade. O *eu* tinha pouca importância e a sobrevivência da comunidade era vital. Nas sociedades modernas, pós Idade Média, onde a divisão de funções e o monopólio dos bens e dos valores sociais acabaram por se estabelecer, houve uma evolução no caráter econômico e psicológico do comportamento humano onde: “a sublimação pulsional fez-se necessária, sendo substituída pelas funções sociais e pelas regras de educação, decoro e convívio social” (*id.*, 1994, p.57).

Assim, o que hoje se assemelha a um conceito universalmente válido sobre o indivíduo pode ser percebido como algo que foi instituído através de um processo histórico relativamente recente. Gradualmente através de uma evolução não linear composta de movimentos articulados, simultâneos como “versões do mesmo processo de constituição das subjetividades modernas, através de lutas e acomodações, entre esferas públicas e privadas” (Figueiredo, 1996, p.110), firmou-se o conceito de indivíduo, fundamental para a constituição da ideologia moder-

Carla Penna

na em seu caráter filosófico, político, econômico e religioso.

Embora o individualismo moderno seja apontado como estando em seu limite, por autores como Alain Ehrenberg (2000) ou ainda, já ultrapassado, pelo alvorecer de um novo paradigma contemporâneo - o tribalismo pós-moderno postulado por Michael Maffesoli (2000) - continuamos a ser atravessados pelos seus efeitos na contemporaneidade. A fantasia de sermos únicos, totalmente diferentes dos demais, o narcisismo das pequenas diferenças, o antagonismo entre o indivíduo e cultura (Freud, 1930), a cultura narcísica, as relações de poder, de inclusão e exclusão social e as diversas dicotomias, que opõem indivíduos e grupos, estariam, apesar do enorme desgaste e das conseqüências psicopatológicas observadas na contemporaneidade, demasiadamente arraigadas no imaginário das culturas ocidentais.

A psicanálise surgiu no final do século XIX, imersa nos ideais iluministas e românticos da época moderna, que contribuíram em grande para o dualismo observado no pensamento freudiano. Entretanto, retomando uma importante consideração de Freud, no início de *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) que se refere ao contraste entre psicologia individual e psicologia social ou de grupo depreende-se que:

Apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está envolvido na vida mental do indiví-

duo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mais inteiramente justificável das palavras é, ao mesmo tempo, também psicologia social (*op.cit*,p.91).

Embora amplamente conhecidas, as palavras de Freud parecem ter sido pouco compreendidas em seu aspecto mais amplo, que escapa das polaridades da modernidade, na medida em que Freud afirma que a psicologia individual é ao mesmo tempo psicologia social. Mesmo tendo dedicado pouco espaço em sua obra às relações indivíduo-grupo, as contribuições de Freud propiciaram o desenvolvimento do estudo e do trabalho psicanalítico com grupos. Muitos psicanalistas, no entanto, ainda resistem postulando que a psicanálise deve ater-se somente às questões da psicologia individual, esquecendo-se que ela também é coletiva.

As primeiras tentativas de aplicação da psicanálise aos grupos provêm dos primórdios do movimento psicanalítico, através de iniciativas de alguns dissidentes, como Adler, que antes da Primeira Guerra Mundial tentou trabalhar com grupos de operários e clínicas de orientação infantil (Martins, 1986). Entretanto para Martins (*ibidem*, p.44) foi durante a guerra, quando os homens foram compelidos a ingressarem num grupo artificial - o Exército – que o tratamento grupal adquiriu importância. Foi assim na Primeira Guerra Mundial, com Ernst Simmel (Freud, 1919) diretor do hospital de Posen, na Alemanha, que utilizando o método catártico (ab-

Carla Penna

reação ativa) foi o primeiro a aplicar conhecimentos analíticos ao tratamento em grupo de neuróticos de guerra. Após o armistício, sua atuação foi premiada pela Sociedade Psicanalítica de Viena e Freud (*ibidem*, p.269) refere-se ao trabalho de Ernst Simmel de forma elogiosa.

Na Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1944, novamente o tratamento em grupo entra em cena. No hospital de Northfield Army Neurosis Center, o atendimento da ala de reabilitação foi entregue aos psiquiatras de orientação analítica Bion, Rickman, Foulkes, Anthony e Main (Bléandonu, 1999). O exército necessitava então de oficiais e o serviço de saúde estava carente de profissionais para testá-los, examiná-los e selecioná-los. Era preciso descobrir técnicas capazes de selecionar rapidamente um grande número de candidatos. Assim, Bion desenvolveu um projeto que foi pioneiro e definitivo para a compreensão dos fenômenos grupais. Durante seis semanas reuniu os pacientes em grupos, *grupos sem líder* (Leaderless Group Project), realizando exercícios físicos e reuniões diárias para discutir os problemas, esclarecer tensões intragrupais e principalmente avaliar como cada membro funcionava no grupo em termos de aptidão relacional, liderança e solução de dificuldades, que em geral, se opunham à realização da tarefa do grupo (*ibidem*). Embora a experiência em Northfield tenha sido interrompida de forma prematura e inexplicada pelo exército (Py, 1986) ela foi suficiente para que anos mais tarde Bion (1970) a relatasse no clássico, *Experiências com grupos* de 1948, onde apresenta sua teoria sobre o funcionamento grupal, descrevendo a existência de

uma mentalidade grupal e de uma cultura própria aos grupos. Suas observações deram origem à postulação de três supostos básicos – dependência, luta e fuga e acasalamento² – presentes em todos os grupos.

Diferentemente de Bion, mas também em Northfield, Foulkes e Anthony, a partir de 1948, desenvolveram a grupanálise, apoiada na interface da psicanálise com as ciências sociais, sob a influência de referenciais estruturalistas e gestálticos. Do grupo original de Northfield surgiram as duas correntes principais de trabalhos com grupos. É por isso que as experiências realizadas em Northfield são consideradas como o berço do trabalho com grupos analíticos (Kreeger, 1975).

Na verdade podemos constatar que um grande número de psiquiatras/psicanalistas ingleses, envolvidos nos esforços de guerra, através do War Office Selection Board, de uma maneira ou de outra, passaram a trabalhar com grupos. A partir de 1946, Thomas Main foi o responsável pelo desenvolvimento de comunidades terapêuticas na Inglaterra

² No suposto básico de dependência, o grupo se comporta como se um de seus membros fosse capaz de tomar a liderança e garantir que todas as necessidades do grupo sejam satisfeitas. A suposição de luta-fuga representa a convicção inconsciente do grupo como um todo de que existe um inimigo a ser evitado e que só existem “duas técnicas de auto-preservação no grupo, luta e fuga” (Bion, 1970, p.55-57). A suposição básica de acasalamento corresponde à crença coletiva inconsciente de que os problemas do grupo serão solucionados por um par, que gerará um Messias que solucionará os problemas do grupo. (Py, 1986, p.59)

Carla Penna

(Kreeger, 1975) bem como, Foulkes e Anthony (1967) implantaram o trabalho com pequenos grupos. Pierre Turquet (1975) desenvolveu a pesquisa com grandes grupos e também com famílias (criação do Institute of Marital Studies com o Tavistock Institute). Além disso, a fundação do Tavistock Institute of Human Relations em 1946 está diretamente ligada aos esforços pioneiros destes analistas (*ibidem*, p.24).

Entre as décadas de 60 e 70, surgiram os trabalhos de psicanalistas franceses sobre a psicodinâmica dos grupos, entre eles Didier Anzieu (1975), René Kaës (1976) que sofrendo a influência de Deleuze, Guatarri e da esquizoanálise (Mello Filho, 2000), bem como vivendo na França sob o impacto das confluências sócio-culturais de 1968, introduziram conceitos fundamentais para a psicoterapia analítica de grupos. A partir destes autores as grupoterapias de orientação psicanalítica desenvolveram referenciais teóricos específicos, consolidando uma identidade própria.

A maioria das experiências grupais surgiu em períodos de crise e de grandes conflitos internacionais, quando os psicanalistas foram convocados a intervir mais ativamente em um social conturbado. Esta constatação torna nítida a intrínseca relação existente entre o trabalho psicanalítico com grupos e as transformações na cultura. Assim, também ocorreu com a psicoterapia de grupo na América Latina. Diversos analistas que fugiram dos horrores da Segunda Guerra Mundial ou migraram após seu fim, tiveram que reiniciar suas atividades profissionais em outro continente, dando início ainda na década de 40, na Argentina, à psicanálise e aos trabalhos

grupais. Entre os que se dedicaram aos grupos encontramos em Pichón-Rivière, Grinberg, Langer e Rodrigué, a influência teórica principal para a formação dos primeiros analistas de grupo do Brasil (Mello Filho, 2000).

Em nosso país, o trabalho com grupos analíticos teve um período áureo, entre os anos 60 e 80, que refletiu um momento, distinto do da contemporaneidade, no qual as atividades em grupo, os ideais comunitários e os movimentos da psiquiatria tinham como base o sentimento coletivo. Com as restrições sofridas durante a ditadura militar e com o surgimento de novas correntes teóricas, houve um declínio do movimento grupal, uma estagnação na produção teórico-técnica nacional, ficando a prática restrita ao âmbito institucional (Mello Franco, 2003, p.20). Vale ressaltar que neste campo, inúmeras práticas grupais, de orientações não analíticas, ou mesmo autodidáticas, sem uma necessária comunicação científica com os demais praticantes, vêm adquirindo espaço hoje no Brasil (Zimerman, 1997, p.xii).

Em contrapartida, o mesmo não ocorreu na Europa ou nos Estados Unidos, onde o arcabouço teórico da psicoterapia analítica de grupo expandiu-se, incorporando as mudanças da psicanálise, além de uma ampliação da interface com a sociologia, filosofia e ciências afins. Assim, no contexto da grupoterapia contemporânea, verificamos uma complexificação das reflexões sobre o tema, que procuram escapar das tradicionais dicotomias indivíduo-grupo, valorizando novos aportes. Farhad Dalal (1998), grupanalista inglês, de origem indiana, a-

Carla Penna

ponta justamente para o fato de que a dicotomia cartesiana existente entre indivíduo e sociedade é falsa e refere-se a duas formas diferentes de encarar as relações indivíduo-grupo. Para ele podem ser depreendidas nas entrelinhas das concepções teóricas de Foulkes (1967) duas formas opostas de se encarar esta relação. A primeira delas é representada pela teoria ortodoxa e mais tradicional, que prioriza o individual sobre o social, procurando compreender o indivíduo a partir do grupo e se contrapõe à teoria radical que postula que as relações sociais não são externas ao indivíduo e nem estão tampouco em oposição a ele. Desta forma, mais do que considerar o papel do indivíduo no grupo, depreendemos que: “*What is inside is outside. The social is not external but very much internal too and penetrates the innermost being of the individual personality*” (op.cit, p.226-7)³.

Neste sentido, faz-se necessário retomar as *perspectivas interacionistas* apresentadas por Norbert Elias na reflexão sobre a relação indivíduo-sociedade/grupo. Recorreremos à sociologia eliasiana não só para explicar em espectro mais amplo, algo que na psicanálise é um dado inquestionável nas relações intersubjetivas, mas também por encontrarmos, nas considerações do sociólogo, uma interface ainda pouco explorada pela psicanálise⁴.

³ “O que está dentro está fora. O social não é externo, mas muito interno também e penetra no íntimo da personalidade individual” (Foulkes, 1967, p.226-7; tradução minha).

⁴ O pensamento sociológico de Elias sofre influências diretas de Simmel, Weber e Marx, bem como apresenta uma oposição aberta às teorias de Talcot Parsons. Para ele o panorama epistemológico do século XX encontrava-se fortemente influenciado

Procurando transcender as dicotomias existentes entre a relação indivíduo-sociedade Elias (1939, 1976, 1987) apresenta os conceitos de interdependência e configuração (ou figuração)⁵, para descrever a impossibilidade de priorizarmos o individual sobre o social ou vice-versa. Para Elias a polarização não é natural, mas contingente ao processo civilizador (1939), que transformou não só a estrutura da sociedade, mas a personalidade dos indivíduos. Esta teoria descreve o processo de formação da civilização européia, através de uma “crescente interiorização das limitações e do autocontrole dos impulsos, sob o efeito das transformações provocadas pelo surgimento do Estado Moderno que concentraria sobre si o monopólio da violência” (Carneiro, 2005)⁶. Em Elias (1994) as inter-relações e as interdependências remetem-nos à idéia de que a socieda-

ado por uma errônea compreensão dos conceitos de indivíduo e sociedade (Garrigou, 1997).

⁵ Elias utiliza em inglês os dois termos *figuration* (figuração) e *configuration* (configuração) para designar o mesmo conceito. A escolha de um ou de outro termo depende de cada autor. No Brasil as traduções utilizam ambos os termos, havendo uma tendência entre os tradutores oficiais e os estudiosos ao emprego de configuração, que será a escolhida para este artigo. O termo figuração aparecerá nas citações literais aos autores, respeitando o texto original.

⁶ Em relação ao contexto contemporâneo, inúmeras reflexões podem ser desenvolvidas a partir da teoria do processo civilizador de Elias e dos textos sobre a cultura de Freud, em especial *Mal-estar na Civilização* (1930). Entretanto, deixaremos de lado neste artigo a *teoria dos processos* de Elias e suas relações com a contemporaneidade, para nos atermos à *teoria das configurações*.

Carla Penna

de é uma rede de relações, um todo relacional, onde o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes. Para ele:

O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são os que os ligam uns aos outros. Eles são o núcleo do que é aqui designado como figuração, como figuração dos homens dependentes uns em relação aos outros. Como os homens são mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. Esta é a razão pela qual, como já foi dito, não é muito proveitoso se compreender como imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem dos homens, uma imagem de vários homens interdependentes que formam figurações entre si, portanto grupos ou sociedades de tipo variado (...) a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos (*op.cit*,p.238).

Assim as configurações dos seres humanos interdependentes têm a característica de escaparem de um *monismo sociológico*, “que dicotomiza o indivíduo (encapsulado) e a sociedade (como ente externo) na medida em que valoriza as ligações entre as mudanças na estrutura da sociedade e a constituição psíquica dos indivíduos” (Carneiro, 2005, p.4). As configurações são modelos diádicos que devem ser interpretados como representações de seres huma-

nos ligados uns aos outros no tempo e no espaço, rompendo com as polarizações clássicas que tendem a pensar indivíduo e sociedade como formas antagônicas.

Valendo-se de um artifício metafórico para descrever a relação indivíduo-sociedade, Dalal (1998) propõe que somos ligados uns aos outros por uma série de *elastic bands*, o que significa que nossas atividades e nossos pensamentos são determinados pelo grupo, mais do que isso, são impostos pelo grupo. Para Dalal a reflexão sobre as interdependências remete às relações de poder, ou seja: “a noção de figuração dá um tiro mortal contra o existencialismo e as idéias humanísticas de livre-arbítrio ou livre escolha de nosso destino, já que precisamos nos habituar à idéia de um outro dentro de nós mesmos” (*ibidem*, p.90). Dalal afirma que o que Elias nos propõe com o conceito de configuração e com a rede de interdependências não é uma ênfase nas restrições exercidas pelas estruturas sociais, como se elas existissem - como uma realidade objetiva – acima dos indivíduos que as produzem. Elias procura não reduzir a sociedade aos indivíduos, ou considerá-los meros “fantoques” do social. O que Elias procura demonstrar é que as forças sociais na verdade são forças exercidas pelas pessoas umas sobre as outras e sobre elas mesmas. Dalal (*ibidem*) acrescenta que isso só pode ocorrer através de relações de poder. De fato, as idéias de Elias apontam para uma sociologia dos grupos sociais, atenta às relações de tensão e poder, que se estabelecem entre e intra grupos.

Carla Penna

A importância da obra de Elias para a psicanálise seja ela individual, de grupo ou de família reside no fato de que partindo de um ponto de vista sociológico permite uma ampliação da análise das relações indivíduo-sociedade. Esquivando-se das polaridades da modernidade, promove um campo fértil para as reflexões da psicanálise atual sobre a interdependência entre as relações intersubjetivas contemporâneas, as *novas* patologias e o social. De fato, revela no âmbito da sociologia uma compreensão que no nível das relações intersubjetivas da psicanálise já são clássicas, mas que na forma da psicanálise pensar as relações com o social e os efeitos deste sobre os sujeitos, ainda exige maior complexificação.

Lentamente, a psicanálise atual revela renovado interesse pelo estudo dos fenômenos grupais, com o intuito de compreender as grandes mudanças estruturais que o mundo contemporâneo atravessa, em especial, no que diz respeito, ao terrorismo, à violência, aos conflitos intra e inter grupais que apresentam desastrosas conseqüências para a sociedade e para os indivíduos. De fato, a psicanálise tem sido frequentemente convocada a opinar sobre as questões de nosso tempo que envolvem grandes grupos, talvez pelo fato das explicações econômicas, históricas e políticas não darem conta da violência, irracionalidade e impacto dos conflitos que ocorrem no interior e entre os grandes grupos.

Vamik Volkan (2005), psicanalista cipriota, afirma que décadas atrás a psicanálise não estava interessada em examinar perigos externos de uma forma mais ampla. Justificando sua premissa dá co-

mo exemplo o caso Richard atendido por Melanie Klein, em plena Segunda Guerra Mundial, a qual não se reporta, pelo menos no relato do atendimento, ao perigo que ambos sofreram durante o período (*ibidem*). Volkan dedica-se desde 1976, ao trabalho com pessoas e sociedades traumatizadas, procurando compreender a psicologia dos grandes grupos, em geral antagônicos. Volkan (Hough, 2003, p.822) acredita que a psicanálise necessita desenvolver uma psicologia dos grandes grupos, debruçando-se ainda sobre o estudo das identidades individuais e grupais, que estão no âmago destas questões.

Atualmente muitos psicanalistas encontram-se envolvidos em estudos sobre trauma, transgeracionalidade e seus efeitos. Na Europa e em Israel, os descendentes de vítimas do Holocausto têm revelado, através de diversas patologias, os efeitos a longo prazo de traumas coletivos, vivenciados por seus progenitores, propiciando elaborações teóricas sobre a transmissão psíquica (*id.*,2004). Mais recentemente, principalmente após o 11 de Setembro de 2001, psicanalistas do mundo todo, se mobilizam na tentativa de compreensão do fenômeno do terrorismo, que marcou a entrada do mundo contemporâneo no século XXI.

Mas como a psicanálise poderia contribuir para a análise de fenômenos sociais que revelam formas extremas de agressão e conflito intergrupais? Otto Kernberg (2001) - em uma conferência proferida na New York Academy of Medicine, logo após os atentados de 11 de Setembro - aponta para a necessidade da psicanálise se debruçar no estudo e na compreensão de problemas sócio-culturais da atuali-

Carla Penna

dade, tais como: a avaliação da personalidade dos homens-bomba ou a análise psicológica das diferentes estruturas grupais que compõem os movimentos terroristas. Para Kernberg (*ibidem*), o arcabouço teórico que dá origem às pesquisas sobre o tema se encontra muito próximo do conhecimento psicanalítico clássico. Trata-se da *Psicologia das Massas* de Freud (1921), enriquecida pela análise de Moscovici (1981), bem como através da utilização da teoria de supostos básicos - postulada por Bion para a compreensão do funcionamento grupal, em *Experiências com grupos* (1970) - e a teoria de Turquet (1975) sobre os grandes grupos não estruturados.

De fato como observa Kernberg (1998), os processos grupais em geral, seja através de pequenos grupos, seja através de grandes grupos ou multidões, impõem uma ameaça básica à identidade pessoal, que se traduz pela “ativação de níveis psicológicos primitivos, que incluem relações objetais primitivas, operações defensivas primitivas e agressão primitiva com características pré-genitais” (*ibidem*,p.19).

A partir dos anos 70, justamente no auge das grandes transformações contemporâneas, a pesquisa grupanalítica na Inglaterra dirige seu interesse para o trabalho com grandes grupos, praticamente desconhecidos no Brasil. Os trabalhos com grandes grupos se iniciaram logo após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto semelhante ao das comunidades terapêuticas, incentivados pela Leicester University e pelo Tavistock Institute of Human Relations (Hailey, 1991). O objetivo principal era o de investigar aspectos do comportamento humano não-observáveis em pequenos grupos.

Em grandes grupos não estruturados predominam mecanismos psicóticos, devido à ameaça da perda de identidade que o indivíduo sofre. A dificuldade de manutenção de fronteiras psíquicas delimitadas, a comunicação truncada, a presença de ansiedades paranóides e de identificações projetivas mágicas conduzem os indivíduos no grande grupo a uma regressão a estados pré-edípicos e uma tendência à homogeneização. A pesquisa com grandes grupos fornecem importante material para os estudiosos de grupo na compreensão de processos sociais interativos e na apreensão de dimensões pouco exploradas do comportamento dos indivíduos em grupo.

Pierre Turquet (1975) é um dos pioneiros no trabalho com grandes grupos e suas observações conduziram à conceitualização de um quarto suposto básico⁷ – a teoria de *Oneness* – referente ao comportamento dos indivíduos dentro de grandes grupos não estruturados. A importância da teoria de Turquet, hoje um clássico no estudo de grandes grupos,

⁷ A teoria de *Oneness*, foi considerada na década de 70, como um quarto suposto básico presente no funcionamento dos grandes grupos, que se acrescenta aos três supostos básicos - de dependência, luta e fuga e acasalamento – propostos por Bion em 1948 (Bion,1970). Posteriormente, novos desenvolvimentos surgiram tendo como base o trabalho de enfoque kleiniano de Turquet. Lawrence, Bain e Gould (2000), ensaiaram na Tavistock a postulação de um quinto suposto básico (*Me-ness*). Earl Hopper (2003), baseando-se na observação dos processos de incoesão nos grandes grupos, postula na atualidade a universalidade de um quarto suposto básico – *Incohesion: agregation/massification* ou (ba) I:A/M – largamente utilizado nos trabalhos com grandes grupos na Europa.

Carla Penna

reside no fato de que suas conceituações dão prosseguimento às reflexões iniciadas por Le Bon (1855), Mac Dougall (1920) e Freud (1921) sobre a psicologia das massas.

A visão de Turquet (*ibiden*) privilegia o comportamento do indivíduo dentro do grande grupo, mais do que o próprio grupo como um todo (Bion, 1970). O autor postula que os membros do grupo estariam em busca de uma união com uma força onipotente, que levaria os sujeitos a se renderem como indivíduos ao grupo com o objetivo de preservar sua existência através de um sentimento de *wholeness*. O suposto básico de *Oneness* resulta da transformação do comportamento dos indivíduos, que sentem suas identidades ameaçadas, diante da ausência de fronteiras delimitadas pelo grupo, bem como devido à multiplicidade de estímulos dentro do grupo e do bombardeamento de reações provocadas por estes. Como resposta, observamos uma profunda regressão nos indivíduos levando a um comportamento caracterizado por: (a) inveja, (b) identificações projetivas, (c) medo de aniquilação (d) angústia de separação (e) fusão e *skin phenomena* (*ibiden*, p.90).

Para Turquet (1975) um indivíduo que adere a um grande grupo entra em um estado, que Turquet nomeou de *Singleton* (S) - que se refere à existência de uma única carta de um naipe na mão de um jogador de *bridge*. Ou seja, em busca de uma relação com outros *singletons* (S) ou de um papel para si mesmo dentro do grupo, o indivíduo se depara com inúmeras dificuldades inerentes a sua dinâmica. Em grandes grupos não-estruturados o diálogo é parali-

sado em função da descontinuidade na comunicação e ao malogro nos esforços de estabelecimento de subgrupos ou fronteiras seguras. Remetido apenas a si mesmo, tomado por identificações projetivas múltiplas, e temeroso quanto à agressividade dos demais indivíduos, o indivíduo regride. Tal estado de coisas leva ao medo da aniquilação e à ameaça da perda da identidade. Em virtude de tamanha ameaça, um *Singleton* (S) oscilará entre três estados – *Membership Individual* (MI), *Individual Member* (IM) ou *Isolate* (I) - que determinam diferentes comportamentos e caminhos no grande grupo. Estes estados são intermediários e transitórios e representam possibilidades, conscientes ou não, de pertencimento (*ibidem*, p.95). Em última instância, revelam a luta interna dentro do indivíduo que anseia por interagir mais que defende sua individualidade, diante das poderosas forças unificadoras do grupo.

A agressão no grande grupo adquire a forma da inveja - inveja do pensamento, da individualidade, da racionalidade, da diferença (*ibidem*, p.105). Diante da ameaça evocada pelo grande grupo surge então uma tendência natural à homogeneização, na tentativa de neutralização dos efeitos ameaçadores do grupo sobre o indivíduo. Desta forma, em grandes grupos onde os indivíduos assumem o papel de *Membership Individual* (MI) ocorre um estado de homogeneidade social e cultural, caracterizada por uma absoluta igualdade, semelhança de crenças, nenhuma diferenciação de papéis e uma linguagem própria. Através da homogeneização, o desejo de fusão dos indivíduos no grupo se realiza ao mesmo tempo em que funciona como uma defesa contra a

Carla Penna

inveja. Este tipo de comportamento é basicamente aquele que caracteriza o quarto suposto básico de *Oneness* atribuído a Turquet⁸.

A teoria de *Oneness* dá início ao estudo psicanalítico dos grandes grupos, que são considerados hoje importantes ferramentas na investigação do comportamento dos indivíduos em grupo e em instituições e nas intervenções em regiões de conflito, como na Iugoslávia ou na Faixa de Gaza. Neste sentido, podemos considerar que as pesquisas da grupanalise atual - através da condução de Grandes Grupos (Hopper, 2003) - trazem novos aportes ampliando a compreensão psicodinâmica das relações indivíduo-grupo e dos fenômenos sociais contemporâneos.

Há pouco mais de 100 anos, através do conceito de inconsciente, Freud pode dar sentido a aspectos até então desconhecidos do funcionamento humano, como sonhos, parapraxias e chistes, dando início a uma revolução na maneira como passamos a encarar culpas e desejos. Hoje os desafios do mundo contemporâneo conduzem novamente a psicanálise a um conjunto de mal-estares, que nos remetem a mesma perplexidade do passado diante do desconhecido. Desta vez as patologias atuais, as passagens ao ato, as adições, o não reconhecimento do outro, bem como, as extremas formas de agressão, desde o terrorismo até a violência crescente no Brasil insti-

⁸ Não podemos deixar de ressaltar aqui as semelhanças entre a teoria de *Oneness* e o fenômeno da *ilusão grupal*, onde os membros do grupo partilham de um ideal de ego comum, descrito por Anzieu (1976) e Kaës (1975) nos anos 70.

gam a psicanálise a uma reflexão e a um posicionamento.

Hoje, as dimensões indivíduo-sociedade/ grupo, livres das dicotomias da modernidade, podem propiciar uma visão mais holística das intrincadas relações humanas no social, liberando o campo de trabalho das ciências humanas e sociais para uma maior interdependência. Na medida em que a psicologia individual é também psicologia social (Freud, 1921), um vasto panorama se oferece para a pesquisa em psicanálise. A idéia não é nova, o próprio Freud deu início em seus textos sobre a cultura e as massas, basta apenas retomá-la, com as contribuições das ciências afins, da psicanálise atual e da psicologia dos grandes grupos. Talvez a partir de uma ampliação do arcabouço teórico da psicanálise, de uma diminuição dos preconceitos entre as diferentes correntes teóricas, possamos ampliar nossa rede de atuação. Desta forma, a análise do contemporâneo poderá se complexificar, permitindo à psicanálise penetrar em seus mistérios, trazendo um pouco de alívio ao mal-estar experimentado pelos sujeitos na atualidade. Este parece ser o desafio para a psicanálise do século XXI.

Tramitação:

Recebido em: 12 de junho de 2009.

Aprovado em: 05 de agosto de 2009.

Carla Penna

Carla Maria Pires e Albuquerque Penna

Av. Visconde de Albuquerque 694 apto 402.

Leblon- Rio de Janeiro- RJ.

CEP 22450-000.

Fone: (021) 2512-4189; (021) 2285-7812;

(021) 9974-0340

E-mail: carlapenna@ig.com.br

Referências

ANZIEU, Didier. *O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1984. 227 p.

BEZERRA, B. O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In: PLASTINO, Carlos (Org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

BION, W. R. *Experiência com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago, 1970. 185 p.

BLÉANDONU, Gérard. *Wilfred R. Bion: a vida e a obra (1897-1979)*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CARNEIRO, Deivy F. Interacionismo e interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para a História Social. In: COLÓQUIO DO LAHES (Laboratório de História Econômica e Social), 1., 2005, Juiz de Fora. *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*. Disponível em: <<http://www.lahes.ufjf.br/publicacoes>

[/Coloquio1% 20PDF/ Deivy%20Ferreira%20 Carneiro.pdf](#)>. Acesso em: 18 abr. 2009.

DALAL, Farhad. *Taking the group seriously: towards a post-Foulkesian Group Analytic Theory*. London: Jessica Kingsley Publisher, 1998. (International Library of Group Analysis, 5).

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EHRENBERG, Alain. *La fatigue d'être soi: depression et société*. Paris: Odile Jacob, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, v.1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 280 p.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 204 p.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 258 p.

FIGUEIREDO, Luis Claudio. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*. São Paulo: Escuta, 1996.

Carla Penna

FREUD, Sigmund. Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra. In: _____. *História de uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 257-270. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 17). (Artigo original publicado em 1919).

_____. Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 89-179. (ESB, 18). (Artigo original publicado em 1921).

_____. O mal-estar na civilização. In: _____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p. 75-171. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1930).

FOULKES, S. H.; ANTHONY E. J. *Group psychotherapy: the psychoanalytic approach*. London: Cox and Wyman, 1967.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

HAILEY, T. Obituary of Thomas Forrest Main. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 72, p.719-723, 1991.

HOPPER, Earl. *Traumatic experience in the unconscious life of groups: the fourth basic assumption*.

tion: incohesion: agregation/aassification or (ba) I:A/M. London: Jessica Kingsley Publisher, 2003. (International Library of Group Analysis, 23).

HOUGH, George. Does psychoanalysis have anything to offer an understanding of terrorism?. *Journal of the American Association*, Boston, v. 52, n. 3, p. 813-828, 2004. Disponível em: < [https:// www.apsa.org/portals/1/docs/Japa/523/HoughPan.813828.pdf](https://www.apsa.org/portals/1/docs/Japa/523/HoughPan.813828.pdf) >. Acesso em: 18 maio. 2009.

KAËS, Rene. *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KERNBERG, Otto. *Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações*. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 312 p.

_____. *The psychology of religious fundamentalist ideologies*. Disponível em< <http://theapm.org/content/Kernbergtext.html> >. Acesso em: 5 maio. 2005.

KREEGER, Lionel (Org.). *The large group: dynamics and therapy*. London: Karnac Books, 1975. p.13-29.

LAWRENCE, W.; BAIN, A.; GOULD, J. The fifth basic assumption. In: _____. *Tongued with fire: groups in experience*. London: Karnac Books, 2000. p.28-55.

Carla Penna

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 224 p. (Coleção Tópicos).

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MARTINS, R. B. Contribuições de Freud à psicoterapia de grupo. In: OSÓRIO, Luiz Carlos (Org.). *Grupoterapia hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. p. 43-56.

MELLO FILHO, Júlio (Org.). *Grupo e corpo: psicoterapia de grupo com pacientes somáticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MELLO FRANCO, O. Psicoterapia analítica de grupo: A trajetória de uma idéia e de uma práxis. In: FERNANDES, Waldemar (Org.). *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: ArtMed, 2003. p 15-23.

MOSCOVICI, Serge. *L'âge des foules: un traité historique de psychologie des masses*. Paris: Arthème Fayards, 1981.

PY, L. A. Contribuições de Bion a psicoterapia de grupo. In: OSÓRIO, Luiz Carlos (Org.). *Grupoterapia Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. p.57-63.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 120 p.

TURQUET, P. Threats to identity in large groups. In: KREEGER, L. (Org) *The large group: dynamics and therapy*. London: Karnac Books, 1975. p. 87-144.

VOLKAN, Vamik. *After wars: psychoanalytic observations on societal traumas*. Disponível em: < http://www.freudconference.com/online_papers/After_Wars.pdf >. Acesso: 15 maio. 2009.

_____. *Blind trust: large groups and his leader in times of crisis and terror*. Virginia: Pitchstone Publishing, 2004.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203 p. (Coleção Psicologia Psicanalítica).

ZIMERMAN, David E.; OSÓRIO, Luiz Carlos. Prólogo. In: _____. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 11- 15.

artigo



O impossível do amor *The impossibility of love*

Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Correa*

Resumo

O artigo aborda a problemática do amor em sua relação com o desejo. Argumenta que se de um lado a dimensão idealizante do amor se apresenta como resistência ao desejo, de outro, temos a indicação de Lacan do amor como veículo por excelência do desejo. Nesta direção, o artigo defende a importância clínica de amar sem idealizar.

Palavras-chave: amor, desejo, ideal, Freud, Lacan.

Abstract:

This article discusses the question of love in its relationship to desire. The author posits that if on the one hand, love comprises the idealization which opens the doors to resistance to desire, on the other hand, we have Lacan's indi-

* Psicanalista; Mestre em Filosofia e Ética da Saúde Mental pela University of Warwick (UK)

cation that love is the vehicle of desire, in its own right. In this sense, this article affirms the clinical relevance of loving without idealizing.

Keywords: *love, desire, ideal, Freud, Lacan.*



artigo

O impossível do amor *The impossibility of love*

Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Correa

A dimensão idealizante do amor

Freud (1921) argumenta que, quando o sujeito está amando, o objeto amado desfruta de certa liberdade quanto à crítica, e todas as suas características são mais altamente valorizadas do que as das pessoas que não são amadas, ou do que as próprias características dele numa ocasião em que não era amado. Freud conclui que tal tendência que falsifica o julgamento nesse respeito concerne à *idealização*, que, em muitas formas de escolha amorosa, consiste em o sujeito utilizar do objeto como sucedâneo para algum inatingido Ideal do seu próprio eu. O sujeito o ama por causa das perfeições que se esforça por conseguir para seu próprio eu e que agora gostaria de adquirir, dessa maneira indireta, como forma de satisfazer o seu narcisismo (FREUD, 1921). Esse processo de *idealização*, à medida que se intensifica, o eu se torna cada vez mais desprezioso e modesto e o objeto cada vez mais sublime e precioso, até obter finalmente a posse de todo o autoamor do eu, desembocando no sacrifício como consequência

Cristia Correa

natural. O objeto consome o eu que apresenta traços de humildade e de danos causados a si próprio (FREUD, 1921). Uma verdadeira posição de sujeição. Não somente essa ‘devoção’ do eu ao objeto, que se traduz como uma devoção sublimada a uma ideia abstrata, está em jogo nesse processo, mas também o fato de as funções atribuídas ao Ideal do eu deixarem inteiramente de funcionar. A crítica exercida por essa instância silencia, e tudo o que o objeto faz e demanda é correto e inocente. Em suma, “o sujeito coloca o objeto no lugar do Ideal do eu” (FREUD, 1921, p. 123). Esse primeiro momento diz de uma euforia e entusiasmo que a idealização comporta, provocando “uma verdadeira subdução do simbólico” (LACAN, 1953-1954, p. 166), submetendo o sujeito a uma posição de ‘fascinação’ e ‘servidão’ em relação ao objeto colocado no lugar do Ideal do eu.

Entretanto, Freud argumenta tomando a hipnose como referência, em que é cristalina a posição de sujeição do hipnotizado em relação ao hipnotizador que é colocado no lugar do Ideal do eu pelo sujeito hipnotizado, que a resistência pode se colocar a despeito da submissão sugestiva.

Essa dimensão idealizante do amor pode ser mais bem entendida se nos reportarmos ao artigo de Freud de 1914, *Sobre o narcisismo: uma introdução*, em que Freud destaca a função do Ideal do eu na problemática do amor.

Freud (1914) reivindica que, em um dado momento da estruturação do sujeito, sua antiga megalomania é arrefecida, e os indicadores psíquicos do seu narcisismo infantil são apagados. Freud então

pergunta sobre o que acontece para que tal desenvolvimento do eu tome lugar. Sugere como resposta que os impulsos libidinais, ao entrar em conflito com as ideias culturais e éticas do sujeito, são submetidos à operação do recalque. Como consequência dessa operação, o sujeito reconhece tais ideias como um padrão para si próprio, submetendo-se às exigências que elas lhe fazem. Dessa maneira, “o homem fixa um *ideal* em si mesmo, pelo qual mede seu eu real, de tal forma que a formação de um ideal se constitui num fator condicionante do recalque” (FREUD, 1914, p.100). Freud emprega pela primeira vez no texto o termo *eu ideal*, dizendo que é para esse *eu ideal* que agora se dirige o amor de si, desfrutado na infância pelo *eu real*. Contudo, Freud diz a seguir que como acontece toda vez que a libido está envolvida, mais uma vez o sujeito não é capaz de renunciar à perfeição narcisista de sua infância, buscando reencontrá-la sob a nova forma do seu *Ideal do eu*. Como bem salienta Lacan (1953-1954), constitui um enigma desse texto, a coexistência, no mesmo parágrafo, dos dois termos, a saber: o *eu ideal* e o *Ideal do eu*, considerando o rigor da escrita de Freud. Segundo Lacan, Freud emprega nesse texto *Ideal do eu* como exatamente simétrico e oposto ao *eu ideal*, designando, portanto, duas funções diferentes. “Nessa operação de substituição do *eu ideal* pelo *Ideal do eu*, Freud faz preceder o *Ideal do eu* de nova forma” (LACAN, 1953-1954, p.157). Freud diz que o que o sujeito projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal. Ou seja, o que o

Cristia Correa

sujeito projeta diante dele como o seu ideal é a nova forma do seu *Ideal do eu*.

Dessa maneira, esse texto do Freud indica que a formação do *Ideal do eu* aumenta as exigências do eu, favorecendo ao máximo o recalque (LACAN, 1953-1954). E traz ainda que “o desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e engendra um vigoroso esforço para ganhá-lo novamente. Esse afastamento se faz por meio de um deslocamento da libido para um *Ideal do eu* imposto pelo exterior, e a satisfação resulta da realização desse ideal” (LACAN, 1953-1954, p.159).

Lacan endossa a referida abordagem do *Ideal do eu* feita por Freud no que institui o *Ideal* como um guia que se encontra para além da relação imaginária, ao nível do plano simbólico – “guia que comanda o sujeito” (LACAN, 1953-1954, p.166). Nesse sentido, trabalha essa noção do *Ideal do eu* a partir da experiência da criança diante de sua imagem no espelho, definindo o *eu ideal* como concernente ao imaginário e o *Ideal do eu* privilegiadamente ao registro simbólico. Nessa abordagem, o *Ideal do eu* diz da impotência primitiva do ser humano, na própria medida em que concerne a uma forma realizada, total: a miragem de si mesmo que só é vista fora de si. O Ideal do eu concerne a uma introjeção simbólica no que a regulação da imagem própria é comandada por ele. Nesse sentido, o Ideal do eu concerne à relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê; que define o maior ou o menor grau de perfeição, de aproximação do imaginário no que a imagem que o sujeito vê no

espelho pode ser tanto uma imagem nítida como uma imagem bastante fragmentada.

No seminário *As formações do inconsciente*, Lacan prossegue nessa direção dizendo que, de início, a imagem do corpo próprio, por se figurar completa, fornece uma realidade virtual a ser conquistada pelo sujeito. Em jogo está o falo, o objeto imaginário com que a criança tem que se identificar para satisfazer o desejo da mãe (LACAN, 1957-1958).

Nessa conquista primária da realidade, a formação do *Ideal do eu* “parte do referenciamento imaginário, mas se dirige ao simbólico quando o pai intervém para proibir, fazendo passar à categoria propriamente simbólica o objeto do desejo da mãe, de tal sorte que este deixa de ser somente um objeto imaginário” (LACAN, 1957-1958, p. 235). “Este objeto, o falo, é então promovido ao estado de significante por ser correlativo à inscrição do Nome-do-Pai no campo do Outro” (BUZAN, 2008, p. 131). A formação do *Ideal do eu* resulta, então, da castração simbólica que consiste na lei proibitiva do incesto, na intervenção paterna para além do desejo da mãe, no que o pai opera como o significante do Nome-do-Pai. Nesse sentido, “o lugar do *Ideal do eu* é o lugar da criança desejada, tendo sido reconhecida em seu desejo” (LACAN, 1957-1958, p. 270-271).

Buzan (2008) argumenta que parece estar exatamente aí a problemática desta identificação descoberta por Freud concernente ao *Ideal do eu*.

Por um lado, ela introduz as marcas do desejo em decorrência da inscrição da lei. Por outro, sendo o desejo de incesto, num movimento de reconhecimento e recusa

Cristia Correa

da castração, fato estrutural na constituição de todo ser falante, o sujeito, sem o saber, se utiliza das máscaras – Eu ideal e Ideal do eu – encobrando o real do objeto, tal como aparece na fantasia e no sintoma neurótico. (BUZAN, 2008, p.132).

O problema com essa identificação parece se colocar no que, na medida em que o amor reabre a porta à perfeição, por ser um fenômeno que se passa ao nível do imaginário, ele provoca “uma verdadeira subdução do simbólico, uma espécie de anulação, de perturbação da função do Ideal do eu” (LACAN, 1953-1954, p. 166). “E se o Ideal do eu que vela o real da falta de objeto estiver no comando, há uma proliferação do imaginário que produz o mestre que é colocado no lugar de Ideal do eu. Lugar de um aprisionamento identificatório, de um gozo que não cede para dar lugar ao desejo como causa” (BUZAN, 2008, p.130), o que aponta o Ideal do eu concernente não apenas aos registros simbólico e imaginário, mas também ao registro do real: o Ideal do eu como um dado de estrutura.

Lacan (1967) reivindica algo concernente ao Ideal do eu que esclarece mais essa formação do Ideal que parece estar a serviço do desmentido (*verleugnung*) no que reconhece a castração, mas a recusa em um mesmo movimento (FREUD, 1927). “A *verleugnung*, como um dado de estrutura, está longe de reduzir-se à estrutura clínica da perversão na qual o referido mecanismo se constitui no caminho preferencial do sujeito, na sua relação à angústia do Outro” (BECKER, 2006, p. 48). Lacan, nessa proposição, ao abordar a dimensão do Ideal na psicanálise

em intenção e em extensão, nos sugere com uma fina elegância que onde o Ideal do eu está em jogo, temos como contrapartida lógica a segregação, a exclusão das diferenças que tocam no real da castração (LACAN, 1967). Trata-se de um campo onde as diferenças são sentidas no registro da exclusão e não simplesmente como diferenças em direção à depuração de um estilo.

O retorno a Sócrates, por parte de Lacan, ao *Banquete* de Platão, que constitui um elogio ao amor, retorno feito no seu seminário sobre a transferência para situar o conceito de transferência em sua dimensão ética, traz uma abordagem do amor que extrapola o âmbito da transferência e por isso muito nos interessa nesse artigo.

Este elogio ao amor consistiu em uma reunião na casa do Agatão após ter este ganho o concurso de tragédias. E o combinado é que cada um, Fedro, Pausânias, Erixímaco, Aristófanes, Agatão e Sócrates, faria um elogio ao amor. Isto constituiria o *Banquete* sem a inclusão do ponto crucial que correspondeu à subversão de todas as regras instituídas de início que foi a entrada de Alcibíades. Dentro do que nos interessa nesse artigo, queremos recortar apenas o elogio de Fedro, o de Aristófanes, o de Sócrates e o diálogo entre Sócrates e Alcibíades para cernir a problemática do impossível do amor.

Fedro é o primeiro a falar e introduz-nos o amor dizendo ser ele um grande deus. Portanto, para Fedro, falar de amor é, essencialmente, falar de teologia. Mas o que há de precioso nesse discurso é a alusão a um maravilhamento dos deuses quando ocorre de o amado se comportar como se espera que

Cristia Correa

se comporte o amante. Amante e amado são articulados nesse discurso com o par atividade / passividade, respectivamente. Fedro reporta ao mito de Aquiles e de Alceste. Aquiles era o amado de Pátroclo. O seu lugar de amado é indicado por ser mais belo e mais novo que Pátroclo. Aquiles, mesmo informado que morreria se matasse Heitor, teve a coragem de preferir socorrer o seu amante Pátroclo e vingá-lo, não apenas morrendo por ele, mas sucumbindo à sua morte. Já Alceste era casada com Admeto, rei de Feres, na Tessália. Alceste aceita morrer em lugar do esposo, eis o seu sacrifício como amante, já que a mulher na Grécia antiga era caracterizada pela atividade. Fedro opõe-se aos dois mitos, concluindo que seria Aquiles a receber o prêmio dado ao amor pelos deuses. Isto porque, enquanto Alceste estava na posição do *érastès*, do amante, Aquiles, antes, no lugar de amado, *érôménos*, se comportou como amante, e nessa medida, sua atitude foi mais sublime.

O que caracteriza o par *érastès-érôménos*, para além da atividade/passividade, é a relação que se estabelece frente a um desencontro. O *érastès*, o amante, é marcado essencialmente por aquilo que lhe falta, e que ele não sabe o que é. O *érôménos*, o objeto amado, é caracterizado como aquele que não sabe o que ele tem de oculto que causa o desejo. Nessa direção, Lacan (1960-61) reivindica que entre esses dois termos que constituem, em sua essência, o amante e o amado, não há nenhuma coincidência que possibilitaria um encontro harmonioso, pois “o que falta a um não é o que existe, escondido, no outro. Aí está todo o problema do amor. Basta amar,

para ser presa desta hiância”(LACAN, 1960-61, p. 46). Podemos desde já ver delineado, articulado com o amor o lugar do desejo, na medida em que, quando o *érôménos* vem no lugar do *érastès*, ele se torna o sujeito da falta e logo aquele que deseja.

Na vez de Aristófanes (PLATÃO, 1995), esse poeta cômico que, paradoxalmente fala da tragédia nesse discurso, afirma que eram três os gêneros da humanidade, e não dois como agora. O masculino, o feminino e um andrógino que tanto na forma como no nome era comum aos dois, masculino e feminino. Aconteceu de eles se voltarem contra os deuses e Zeus, como castigo, cortara cada um em dois, para se tornarem mais fracos. E passaram a ter duas pernas no lugar de quatro e, por conseguinte, a andar eretos. Com essa realidade mutilada, cada uma das partes fora condenada a uma errância, desejosas de reencontrar a sua própria metade perdida e a ela se unir.

Zeus, sensibilizado, muda-lhes o sexo para a frente, pois eles não o tinham nessa condição, para que assim fosse possível constituir a raça através da geração quando do encontro do homem com uma mulher. É nessa origem que se assenta o amor no discurso de Aristófanes. O amor de um ser pelo outro em um movimento de restaurar a nossa antiga natureza, na medida em que, por meio de um suposto encontro do seu complemento, parte perdida de si, o sujeito pudesse fazer um só de dois: a completude se houvesse coincidência entre o que é procurado e o que é encontrado. O que é impossível, pois o que o amor coloca como problema é que não se trata da relação de objeto enquanto possível esse encontro

Cristia Correa

harmônico, e sim de uma falta radical do objeto que é somente reencontrado como objeto impossível, por nunca ter existido.

Quando Sócrates fala, ele afirma que o objeto do desejo se articula a partir de uma ausência, de uma falta. Sócrates, por se afirmar em uma verdade que se incluiria de forma total na estrutura significante, o discurso da *épistème*, se vê inevitavelmente, por estar ele tratando do amor, diante de um impasse que comporta um limite irredutível a um saber todo. E frente a esse impasse, de algo que escapa ao discurso socrático e por se colocar em relação ao seu saber como no que se refere ao amor só se podendo falar do ponto onde *ele não sabia*, Sócrates sai de cena e faz falar Diotima, a estrangeira de Mantinea, que é apresentada como uma sacerdotisa (LACAN, 1960-61). Frente a uma solicitação de saber por parte de Sócrates sobre as origens do amor, Diotima apresenta o mito do nascimento do amor que consiste no amor como filho de *Recurso (Poros)* e *Pobreza (Aporia)*. É festa entre os deuses por motivo do nascimento de Afrodite. *Poros* encontra-se presente nesse banquete, e *Aporia*, que para lá se dirigira e ficara pela porta por não ter nada a dar, aproveita-se da embriaguez e do sono de *Poros*, deita-se a seu lado e concebe o amor. O amor então, nesse mito, nasce, quando nasce Afrodite, a deusa da beleza.

Eis porque ficou companheiro e servo de Afrodite o Amor, gerado em seu natalício, ao mesmo tempo que por natureza, amante do belo, porque também Afrodite é bela. É por ser filho o Amor de *Recurso* e de *Pobreza* foi esta condição em que

ele ficou. Primeiramente ele é sempre pobre, e longe está de ser delicado e belo, como a maioria imagina, mas é duro, seco, descalço e sem lar, sempre por terra e sem forro, deitando-se ao desabrigo, às portas e nos caminhos, porque tem a natureza da mãe sempre convivendo com a precisão. Segundo o pai, porém, ele é insidioso e enérgico, caçador terrível, sempre a tecer maquinações, ávido de sabedoria e cheio de recursos a filosofar por toda a vida (PLATÃO, 1995, p.157).

Nesse sentido, Lacan traz a fórmula que amar é dar o que não se tem, uma vez que o que *Aporia* tem a dar é a sua falta constitutiva. O discurso de Diotima é essencial, na medida em que quando ela se propõe a articular o amor, ela o faz delineando a função do desejo. O desejo em sua função metonímica, que sem ter um objeto específico se mantém insatisfeito. Diotima conclui o seu discurso, e, de súbito, produz-se um grande barulho, e ouve-se a voz de Alcibíades, embriagado, perguntando por Agatão, que entra e se recosta perto dele, entre este e Sócrates.

A partir da entrada de Alcibíades na casa de Agatão, tudo muda, inclusive as regras antes instituídas. Alcibíades propõe em lugar do elogio ao Amor, elogios ao outro, ao seu vizinho da direita. E Alcibíades adentra, sem qualquer vestígio de pudor em uma confissão pública do que acontecera entre ele e Sócrates, que já tinha sido seu amante. Alcibíades louva Sócrates, comparando-o a uma imagem cujo exterior representava um sátiro ou um sileno, divindades campestres, figuradas com cauda e cascos de boi ou de bode e rosto humano, singularmente feias, mas em

Cristia Correa

cujo interior havia uma outra coisa, coisa preciosa (PLATÃO, 1995, p. 186-187).

[...] Que esta sua atitude [ignorar tudo e nada saber] não é conforme à dos silenos? E muito mesmo. Pois é aquela com que por fora ele se reveste, como o sileno esculpido; mas lá dentro, uma vez aberto, de quanta sabedoria imaginais, companheiros de bebida, estar ele cheio? [...] Não sei se alguém já viu as estátuas lá dentro, eu por mim já uma vez as vi, e tão divinas me pareceram elas, com tanto ouro, com uma beleza tão completa e tão extraordinária que eu só tinha que fazer imediatamente o que me mandasse Sócrates (PLATÃO, 1995, 186-187).

Alcibíades avista *agalмата* em Sócrates e surge como efeito o amor. *Agalma* é um termo grego que pode ser traduzido por ornamento, tesouro. Embora, nesse momento, Lacan ainda não houvesse formulado o objeto *a* como tal, tal formulação só veio a acontecer no seminário da angústia (LACAN, 1962-1963), a noção de *agalma* representa o ponto pivô da conceituação lacaniana do objeto causa do desejo (KAUFMANN, 1996).

O desejo no que visa a algo acentua um objeto entre todos, privilegiando esse objeto, capturando o sujeito pelo *agalma* oculto nele. O desejo de Alcibíades se desencadeia na medida em que ele vê em Sócrates esse objeto precioso e, por isso, era preciso que Sócrates lhe desse o que ele era suposto saber, e isso Alcibíades tentara conseguir mediante uma solitação de amor a Sócrates.

Tu me pareces, disse-lhe eu, ser um amante digno de mim, o único, e te mostras hesitante em declarar-me. Eu porém, é assim que me sinto: inteiramente estúpido, eu acho não te aquiescer não só nisso como também em algum caso em que precisasses ou de minha fortuna ou dos meus amigos. A mim, com efeito, nada me é mais digno de respeito do que o tornar-me eu o melhor possível, e para isso creio que nenhum auxiliar me é mais importante do que tu (PLATÃO, 1995, p. 190).

Frente a essa demanda de amor, Sócrates responde com uma recusa, porque sabe que não tem o que é procurado, o objeto faltante que causa o desejo. Porque sabe tratar-se de um engodo esse pretendo encontro, porque sabe que lhe falta, assim como falta a Alcibíades. Sócrates não realiza a metáfora do amor, já que amar é dar o que não se tem (LACAN, 1960-1961, p. 157).

[...] Caro Alcibíades, é bem provável que realmente não sejas um vulgar, se chega a ser verdade o que dizes a meu respeito, e se há em mim algum poder pelo qual tu te poderias tornar melhor; sim, uma irresistível beleza verias em mim, e totalmente diferente da formosura que há em ti. Se então, ao contemplá-la, tentas compartilhá-la comigo e trocar beleza por beleza, não é em pouco que pensas me levar vantagens, mas ao contrário, em lugar da aparência é a realidade do que é belo que tentas adquirir, e realmente é “ouro por cobre” que pensas trocar. No entanto, di-

Cristia Correa

toso amigo, examina melhor; não te passe despercebido que nada sou (PLATÃO, 1995, p. 190-191).

Se Sócrates assim se coloca frente à solicitação de amor por parte de Alcibíades, onde você vê alguma coisa, eu nada sou, é porque ele sabe tratar-se de um vazio o seu ser. Alcibíades conclui o seu elogio, prevenindo Agatão a não se deixar enganar por Sócrates. E é singular a escuta de Sócrates no que capta o essencial que se apresenta acessoriamente (LACAN, 1960-1961, p. 160-161). Sócrates inter-vém, pontuando para Alcibíades que o que este falara não fora para ele, Sócrates, mas para Agatão. Sócrates assim aponta para além da sua pessoa.

Dessa maneira, podemos depreender dessa abordagem lacaniana do amor a partir do *Banquete* de Platão, que de um lado o amor na sua dimensão idealizante comporta um caráter de escamoteação do desejo. E como o desejo é o desejo do Outro, o amor comporta um caráter de resistência ao desejo como desejo do Outro. Entretanto, de outro lado, essa abordagem tem o mérito de ressaltar o aspecto do amor que possibilita a veiculação do desejo, como veremos melhor na próxima seção.

A dialética da demanda e do desejo

Conforme o que Lacan (1958) nos ensina, toda demanda é sempre um pedido de amor como tentativa de se manter objeto amado do outro, como um mais-além da satisfação das suas necessidades. O que se demanda é, no Outro, um reconhecimento de seu ser de sujeito, enquanto se espera um dom do amor do Outro, na medida em que o dom é signo de

seu amor. Há então aqui a necessidade de situar a demanda de amor não no objeto, mas no que falta a ele, pois o dom se constitui, na medida em que o sujeito dá alguma coisa, apesar de lhe faltar. “Em outras palavras, o que faz o dom é que um sujeito dá alguma coisa de uma maneira gratuita; na medida em que por detrás do que ele dá, existe tudo o que lhe falta, é que o sujeito sacrifica para além daquilo que tem” (LACAN, 1956-57, p. 143).

Nesse sentido, há algo na própria demanda que exige que não seja satisfeita, o que é uma referência ao desejo. “A equivalência primeira, própria a toda demanda, é que, em toda demanda, é igualmente implicado que o sujeito não quer que ela seja satisfeita. O sujeito visa em si à salvaguarda do desejo e testemunha a presença do desejo inominado e cego” (LACAN, 1960-1961, p. 202). Lacan nos diz em seu escrito *A significação do falo*, que “o desejo não é, portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda” (LACAN, 1958, p. 698).

A indicação de Lacan de que o desejo é veiculado pela demanda, nós já podemos encontrar no seu seminário sobre *As formações do inconsciente* (LACAN, 1957-1958). Nesse seminário, Lacan indica que o desejo fundado a partir da presença da falta não pode ser articulado para o sujeito sem a via da demanda.

Nessa direção, Lacan (1957-1958), concernido com a dialética do desejo e da demanda, reivindicava que o desejo humano se fundamenta na fala do Outro. Portanto, é impossível o desejo não ser do

Cristia Correa

Outro, não passar pelo Outro da linguagem, não estar referenciado ao Outro. Trata-se de uma alienação radical e ineliminável do desejo do sujeito ao desejo do Outro. O desejo está obrigado a passar pela fala, pelo desfiladeiro da demanda, e a fala só se desenvolve por sua natureza, a saber, no Outro como lugar da fala.

Lacan introduz a pergunta sobre o que acontece “quando se trata de o sujeito se sustentar na presença do Outro” (LACAN, 1957-1958, p. 370) asseverando essa dialética confinar com a chamada dialética do reconhecimento. Lacan referencia-se a Hegel, mas vai além dele dizendo haver outra coisa além da dialética da luta entre o senhor e o escravo, a saber, a demanda é o que acontece no nível do reconhecimento. Para Lacan, trata-se essencialmente de verificar quando e como o desejo do sujeito, alienado na demanda, profundamente transformado pelo fato de ter de passar pela demanda, pode e deve reintroduzir-se. Dado o caráter de desamparo da criança, ela é falada antes de falar. E a sua impotência a coloca em uma posição de completa sujeição à demanda, à fala do Outro, “que modifica, reestrutura, aliena profundamente a natureza de seu desejo”(p.370). Enquanto na demanda oral, a demanda do Outro é “que se deixe alimentar”, que se incorpore o objeto oral, na demanda anal, trata-se da demanda do Outro de que o sujeito aceda ao que lhe é pedido: ”faça-me dom disso na hora certa”. A necessidade vai ser legitimada como dom. Se de um lado, “o profundo remanejamento dos primeiros desejos pela demanda nos é perpetuamente sensível na dialética do objeto oral e, particularmente, na do objeto anal” (p.371),

conferindo como resultado um Outro na relação de demanda com o sujeito, “submetido a uma dialética de assimilação, ou de incorporação, ou de rejeição”(p.371), por outro lado “deve-se então introduzir uma coisa diferente, pela qual a originalidade, a irredutibilidade, a autenticidade do desejo do sujeito é restabelecida”(p.371). Essa coisa diferente que se deve reintroduzir da qual nos fala Lacan, esse progresso realizado na via do desejo é o encontro traumático do sujeito com o desejo do Outro, ponto enigmático no qual “o sujeito reconhece um desejo para além da demanda, um desejo não adulterado pela demanda” (p.371) e o situa para além do Outro materno, lugar de endereçamento da sua demanda. O desejo, portanto, não se reduz a uma satisfação da necessidade e não se resolve no atendimento da demanda.

No nível da demanda, há entre o sujeito e o Outro uma situação de reciprocidade. Apesar de o desejo do sujeito depender inteiramente de sua demanda ao Outro, o que o Outro demanda também depende do sujeito. Isso se exprime, nas relações da criança com a mãe, pelo fato de que a criança sabe muito bem que ela também detém algo que pode recusar à demanda da mãe, recusando-se, por exemplo, a aceder aos requisitos da disciplina excrementícia. Essa relação entre os dois sujeitos em torno da demanda ser complementada pela introdução de uma nova dimensão, que faça com que o sujeito seja outra coisa que não um sujeito dependente, e cuja relação de dependência

Cristia Correa

constitua o ser essencial. O que tem de ser introduzido, e que está ali desde a origem, é que, para – além daquilo que o Outro demanda, do sujeito, deve haver a presença e a dimensão do que o Outro deseja (LACAN, 1957-1958, p.371).

Dáí podemos depreender o lugar privilegiado da dimensão do desejo introduzida pelo pai, no que é essa dimensão que constitui a saída da relação especular entre criança e mãe e se constitui como “dimensão radical que retira o sujeito deste lugar de pedinte” (FLANZER, 2008, p. 21).

Entretanto, o sujeito se defende dessa saída que é o desejo do Outro no que esse desejo o faz sofrer, pois esse desejo surge diante da falta de significante no Outro que aponta que esse Outro, lugar da suposta garantia, é inconsistente, diante de um não sentido do que deseja esse Outro, que se constitui em um enigma.

Discussão

Antes mesmo da Psicanálise, o impossível do amor já tinha sido visualizado. Na filosofia, Kant (1788), ao reduzir a lei moral a uma lei *a priori* independente da experiência, prescinde da intenção, do sentimento e faz uma verdadeira apoteose da ausência do amor (na contramão da ética cristã), no que ele situa a lei moral no mesmo campo do tempo, espaço e causalidade. Kant define a lei moral como uma ação necessária. A partir da noção do impossível do *real* na psicanálise, poderíamos pensar que Kant no que toca ao amor fundamentou a lei moral no impossível do amor extraído do campo do real?

No impossível da relação sexual e da convivência humana? Impossível ilustrado pela metáfora dos porcos-espinhos tomada de empréstimo de Schopenhauer por Freud (1921), para ilustrar a insuportabilidade de uma relação íntima do sujeito com o outro. A insuportabilidade dos espinhos vindo como uma resposta à insuportabilidade do frio deflagra a insuportabilidade e a impossibilidade do encontro harmonioso e completo com o outro. Freud, a partir de Schopenhauer, fala de uma distância moderada entre o sujeito e o outro.

Nessa direção, embora Kant em sua abordagem da ética não tenha extraído as devidas consequências da existência da pulsão de morte e do gozo (Lacan, 1959-60), ele teve o mérito de reconhecer a problemática que o amor pode introduzir no campo das ações humanas, da vontade (em Kant) que regula as ações e o mérito de reconhecer as vias enganosas do amor. Mas, como Schopenhauer (1840) apontou, o problema parece ficar na apoteose do impossível desse amor, na falta de amor tomado em sua radicalidade extrema, de onde o legado de Sade mostra ser apenas o avesso (no sentido topológico) dessa lei moral colocada como ação necessária, como imperativo categórico.

Dessa forma, embora Kant tenha reconhecido o impossível do amor, passo significativo e de ruptura com a ética cristã e com a ética moral de longa tradição fundamentada na ética cristã, ele tomou esse impossível na dimensão de impotência, e não como o impossível a partir do qual se funda o possível e o contingente. E o que faz Sade em sua resposta à *Crítica da Razão Prática* é mostrar a Kant onde desem-

Cristia Correa

boca essa falta radical de amor. Mostrar a presença radical desse elemento que é o gozo.

O termo ‘prazer’ em Freud, o ‘Princípio do Prazer’, é concebido de modo diferente do prazer concebido pela moral tradicional. Desde antes das formulações extremas do ‘*Mais além do princípio do prazer*’ (FREUD, 1920), na sua primeira formulação do princípio do prazer como princípio de desprazer ou do menos padecer (FREUD, 1895), é possível ver com clareza já aí essa formulação comportando um para além, mas que é feito justamente para nos manter aquém. O princípio do prazer nesse momento de sua elaboração regula a busca do objeto tratando-se de reencontrá-lo na medida em que ele é perdido desde sempre, mas impondo a ele rodeios que conservam sua distância em relação ao seu fim. Em outras palavras, o sujeito busca o objeto que lhe falta, mas não deseja encontrá-lo. “A originalidade do *Entwurf* provém da noção dos trilhamentos que comandam a repartição dos investimentos libidinais de tal maneira que certo nível não seja ultrapassado, para além do qual a excitação é insuportável para o sujeito” (LACAN, 1958-59, p. 271).

O encontro completo com o outro seria o encontro com o outro insuportável e, logo, impossível. O desejo é um movimento de busca desse objeto e o amor vem significar esse movimento (LACAN, 1962-1963). O amor para se constituir precisa da renúncia a esse gozo nocivo e com isso temos a incompatibilidade entre amor e gozo. Lacan nos diz que só o amor-sublimação permite ao gozo condescender ao desejo (LACAN, 1962-1963, p. 199), parecendo apontar com esse aforismo sobre o amor

que só a partir do amor feito causa, é possível negociar com o desejo e o gozo (AMBERTÍN, 2003, p. 331). Lacan, nesse aforismo, parece sugerir certa dose de tempero que o amor pode introduzir na problemática do desejo e do gozo. Parece reconhecer no amor um ponto de saída para o obstáculo clínico da reação terapêutica negativa que se traduz em necessidade de castigo ou punição (Freud, 1937) cuja problemática é justamente a do gozo que teima em não ceder. Nessa direção, podemos verificar o quanto é ética a visada do Freud no que concerne à análise, quando nos interroga do que se pode esperar de uma análise para a vida do paciente senão amor e trabalho.

A ética da psicanálise não é a ética do amor, e sim a ética do desejo. Mas a psicanálise não pode prescindir do amor da maneira como Antígona na tragédia antiga de Sófocles (1996) ou Sygne de Coufontaine na tragédia contemporânea de Paul Claudel (2005) o fizeram. A ética da psicanálise não é a ética do desejo puro dessas heroínas, que se desgarram radicalmente da demanda, cujo destino é sempre trágico (LACAN, 1959-1960), e sim a ética do desejo temperado de Pensée, heroína da terceira peça da trilogia de Claudel, em que o desejo se mantém veiculado pelo pedido de amor. Pensée, diante da dor da perda do seu objeto de desejo, ao invés de sucumbir a essa dor e cumprir um destino trágico, diz que não desistirá de viver, que perseverará no viver pela criança obscura, que nela é herdeira da alma dela e de Orian, o homem a quem ela ama e que está morto, que irá viver tanto quanto lhe for demandado. Por toda a vida, até o último minuto! Diz que não há

Cristia Correa

como escapar da coragem de submeter-se à vida quando ela própria estava sendo encarregada de dá-la a alguém (CORREA, 2009).

No cerne dessa tragédia, está o desejo decidido e temperado de Pensée que prefere a vida à morte, por mais decepada que a vida possa ser e que, diante do encontro com o real, o toma como causa e persevera no viver (CORREA, 2009). Reivindicamos que nessa direção trata-se de um amor não colado à demanda, veículo por excelência do desejo. Trata-se de um amor de que o sujeito prescinde, servindo-se dele; de um amor que “deixa a desejar” (FLANZER, 2008). Mas o que dizer sobre a dimensão idealizante do amor que se constitui em um entrave para o impossível que lhe concerne ser sustentado em sua impossibilidade, que nada quer saber sobre as diferenças e a falta de um objeto harmonioso e que, nessa direção, escamoteia o desejo?

A prática psicanalítica visa eticamente ao processo de desidealização, à queda do Ideal que mascara a verdade da castração, encobre o real do objeto, vela a inexistência da relação sexual e exclui as diferenças, no que o Ideal traz em seu bojo o comando de padrões e preconceitos prerrogando igualdade na busca consumista e inesgotável de amor, reconhecimento e garantia.

Reivindicamos que essa via trata da queda do ideal franqueado pelo “desejo em sua função separadora” (LACAN, 1964, 1964a), e, por conseguinte, de amar sem idealizar. O impossível do encontro harmonioso e as diferenças, longe de serem ambicionadas como complementares, são colocados no lugar de causa e fundam os encontros possíveis.

Submeter-se a esse impossível, que toca no real da diferença que a castração introduz, que funda possibilidades e contingências, parece-nos a única saída possível para o sujeito da busca desenfreada na contemporaneidade do amor ideal. Amor ideal que não suporta o mal-estar estrutural das relações, que não comporta diferenças e nem perseveração, e sim relações efêmeras e descartáveis, conferindo paradoxalmente abertura para um excesso desse mal-estar.

Tramitação:

Enviado em: 12 de junho de 2009.

Aprovado em: 05 de agosto de 2009.

Cristia Rosineiri Gonçalves Lopes Correa

Rua Santo Antônio, 1042.

Centro Juiz de Fora – M.G.

Fone: (32) 9117-9273.

E-mail: crlopes2001@yahoo.com.br

Referências:

BUZAN, Z. Do ideal ao estilo. *Revista do Ato Freudiano*, Juiz de Fora, ano 4, v. 3, p.129-135, 2008.

CLAUDEL, Paul. *L'otage suivi de le pain dur et de le père humilié*. Montreal: Gallimard, 2005.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. *Publicações pré-analíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 381-393. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 1). (Artigo original publicado em 1895).

Cristia Correa

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigo sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 85-120. (ESB, 14). (Artigo original publicado em 1914).

Além do princípio do prazer. In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-86. (ESB, 18). (Artigo original publicado em 1920).

_____. Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 89-180. (ESB, 18). (Artigo original publicado em 1921).

_____. Fetichismo. In: _____. *O futuro de uma ilusão, mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p.179-187. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1927).

_____. Análise terminável e interminável. In: _____. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 239-287. (ESB, 23). (Artigo original publicado em 1937).

GEREZ-AMBERTÍN, Marta. *As vozes do supereu na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KAUFMANN, Pierre (Org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 790 p.

LACAN, Jacques. *O seminário 1: os escritos técnicos de Freud: 1953-1954*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 336 p.

_____. *O seminário 4: a relação de objeto: 1956-1957*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 456 p.

_____. *O seminário 5: as formações do inconsciente: 1957-1958*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 531 p.

_____. A significação do falo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 692-703.

_____. *O seminário 7: a ética da psicanálise: 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 396 p.

_____. *O seminário 8: a transferência: 1960-1961*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 386 p.

_____. *O seminário 10: a angústia: 1962-1963*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *O seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise: 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 269 p.

Cristia Correa

_____. Posição do inconsciente. In:_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 843-864.

_____. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LANZER, Sandra Niskier. Quando o amor “deixa a desejar”. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 21, v.196, n.4, p.19-26, dez. 2008.

PLATÃO. *O banquete*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SADE, Marquis de. *Os 120 dias de Sodoma: ou a escola da libertinagem*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. *Justine, philosophy in the bedroom and other writings*. New York: Grove Press, 1995.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 312 p.

SÓFOCLES. *A trilogia tebana: Édipo Rei/Édipo em Colona/Antígona*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.



artigo

O mal-estar e a complexidade da parentalidade contemporânea

The uneasiness and complexities of contemporary parenting

Isabel Cristina Gomes *
Lidia Levy **

Resumo

A contemporaneidade tem colocado o sujeito diante de uma multiplicidade de configurações familiares que desafiam o modelo de exclusividade e apontam para a relevância da noção de pluriparentalidade. As famílias não são mais organizadas sob a égide do patriarcado, diluído em poder familiar. A partir da possibilidade de diversos indivíduos exercerem as funções parentais, ganha-se flexibilidade e criatividade

* Doutora em Psicologia, Professora USP

** Psicanalista Membro Aderente/SPCRJ; Membro Psicanalista/SPID; Docente do Departamento de Psicologia/PUC-Rio e do Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica/UGF; Doutora em Psicologia/ PUC-Rio

com a pluralidade de experiências de natureza afetiva para a criança, porém, observa-se na clínica o mal-estar provocado pela convivência no tempo e no espaço do novo e do tradicional.

Palavras-chave: conjugalidade, parentalidade, filiação, contrato narcisista.

Abstract

Contemporary experience has placed the subject before a multiplicity of family configurations that defy the exclusivity model and point to the relevant notion of plural parenting. Families are no longer organized through patriarchal values, which are now diluted in a “family power”. With the possibility that parenting functions can be exerted by several different individuals, we gain flexibility and creativity with a plurality of affective experiences. Nevertheless, we have observed in our clinical work the uneasiness provoked by the coexistence of traditional and contemporary experiences.

Keywords: conjugality, parenting, affiliation, narcissistic contract.



artigo

O mal-estar e a complexidade da parentalidade contemporânea

The uneasiness and complexities of contemporary parenting

Isabel Cristina Gomes
Lidia Levy

A clínica psicanalítica com casais e/ou famílias vem, ultimamente, revelando um mal-estar diante da complexidade das relações que são observadas no interior da família contemporânea. Esta encerra inúmeras possibilidades inovadoras por um lado, mas por outro o caos se instala quando os indivíduos se perdem diante das novas exigências sócio-culturais e não mais reconhecem os lugares a serem por eles ocupados.

Desde seus primeiros trabalhos, Freud apontava para o antagonismo entre as exigências pulsionais e as restrições da civilização, tema retomado em *O mal-estar da civilização* (1930). O sujeito em seu processo de integração à família e à comunidade submete-se a um superego cultural, que estabelece ideais e demarca caminhos através dos quais a felicidade seria conquistada.

Isabel Gomes / Lidia Levy

Por um longo período de tempo, a família nuclear, denominada ‘tradicional’, correspondeu a um modelo ideal no imaginário cultural. Entretanto, as transformações da contemporaneidade e os ideais impostos pela cultura, como a exigência de igualdade entre os sexos, a urgência de preservar certo grau de liberdade individual, o movimento insistente de preservação das diferenças, vêm afetando o que até então ditava as coordenadas para a formação dos laços familiares. Além do mais, as famílias não são mais organizadas sob a égide do patriarcado e são múltiplas em suas variações. É possível perceber um descompasso entre a diversidade de ideais, a rapidez das mudanças sociais e a capacidade do sujeito em processá-las.

O aumento do número de divórcios provocou um interesse no estudo das novas configurações familiares e em seus efeitos na construção da parentalidade. Mudanças significativas na vida familiar demandaram inclusive uma ampliação na terminologia até então existente. Nesse sentido, utiliza-se o termo “família reconstituída” para designar aquela na qual estão presentes no lar filhos provenientes de uniões anteriores de um ou de outro cônjuge. A “família monoparental”, composta por apenas um dos pais, pode vir a se tornar uma “família recomposta”. Esta corresponderia a uma visão mais global do conjunto das relações familiares e abrangeria a casa da figura parental com quem a(as) criança(s) vive(m), a casa do outro pai, os parentes de cada um dos pais, bem como os parentes do padrasto e da madrasta.

Se seguíssemos a trajetória familiar de uma criança do século XXI, não seria difícil encontrar

situações onde, por ocasião de seu nascimento, esteve inserida numa família nuclear, passando por uma primeira separação em decorrência do divórcio de seus genitores, para em seguida viver numa família monoparental e, posteriormente, vir a integrar uma família recomposta, com ou sem fratria, que também pode vir a dissolver-se no futuro.

Confrontada com a separação parental, muitas crianças são invadidas por um intenso sentimento de perda de referências afetivas, na medida em que a ruptura da relação entre os pais constitui-se em ameaça ao vínculo que as une a cada um deles. Não mais têm a família em torno delas, mas deverão aprender a conviver com duas casas, dois distintos modos de vida e, muitas vezes, com a chegada de novos companheiros na casa dos pais e crianças, filhos daqueles ou da nova relação.

Não se trata, porém, de propor um retorno à família tradicional, pois esta tanto quanto qualquer outra, não pode ser equiparada a um modelo ideal. Ceccarelli (2002) relembra a quantidade de casos encontrados na clínica onde o problema apresentado por uma criança não está ligado aos diferentes modos de parentalidade hoje existentes, mas traduz a grande confusão dos pais quanto a seus respectivos papéis e revela uma indefinição quanto ao lugar da criança como filho. Para o autor, a espécie humana atravessa o que pode ser chamado de “crise das referências simbólicas”, fruto de transformações da atualidade, sobretudo econômicas, que produziram um declínio do patriarcado. Vivemos uma crise da atribuição fálica como organizador social, crise do que era aceito como única possibilidade de subjetivação:

Isabel Gomes / Lidia Levy

a referência ao pai. A função fálica “é cada vez menos exercida pelo homem, o que pode provocar profundas crises de angústia” (Ceccarelli, 2002, p. 91).

O mal-estar vivenciado por alguns diante da multiplicidade de formas de parentalidade não mais se refere a comparações com um modelo ideal, mas tem sido provocado pela minimização das diferenças e pelos efeitos referidos ao declínio da função patriarcal, ou seja, o enfraquecimento do lugar da autoridade no social, no contexto da sociedade ocidental.

Da mesma forma, Lebrun (2009) afirma que, atualmente, não mais se aceita um ponto de referência fixo, exógeno, para unificar o social. Uma das consequências desta transformação pode ser encontrada quando percebemos que o termo parentalidade ganha hoje o sentido de uma dupla parentalidade. Neste sentido, observa-se em diferentes países a substituição progressiva, no campo da Justiça, do termo ‘Poder Patriarcal’ pelo termo ‘Poder Familiar’.

Passos (2007), por sua vez, reconhece que muito embora as referências não sejam mais fixas, as funções parentais são fundamentais para organizar o processo de subjetivação e definir as bases por meio das quais os pais configuram seus lugares na rede parental e no processo de filiação. A autora destaca que o termo parentalidade se refere a uma relação que pode ser construída tanto por consangüinidade, quanto por aliança, e sua instauração depende dos recursos intrapsíquicos dos pais e de como estes foram inseridos em suas redes parentais de origem. Já a noção de filiação enfatiza a reciprocidade exis-

tente na relação entre dois sujeitos, pressupondo-se o reconhecimento dos lugares de cada um.

Na contemporaneidade, os novos arranjos familiares apontam para a questão da pluriparentalidade. Divórcios, recasamentos, e a multiplicação dos lugares parentais demandam que se criem novas formas de convívio familiar. A recomposição familiar coloca em questão os direitos, deveres e obrigações de cada um dos personagens envolvidos na rede familiar. Como entender o sentimento de filiação neste cenário? Como compreender a relação a ser estabelecida entre os novos cônjuges e as crianças geradas em relações anteriores de um ou de ambos os pais biológicos? Tais questões nos levam a perceber a importância de discutir o tema da pluriparentalidade e os efeitos de mal-estar por ela provocados em algumas famílias na atualidade.

Filiação e parentalidade

Por muito tempo, o casamento daqueles que se declaravam pai e mãe de uma criança foi condição suficiente para assegurar sua filiação. Hoje, os critérios que determinam a filiação são múltiplos, incluindo não apenas a transmissão genética ou o simples reconhecimento jurídico da paternidade/maternidade, mas, também, os cuidados, a responsabilidade com a criança, o reconhecimento social e simbólico do vínculo.

A existência de diversas configurações familiares e filiações complexas revela a importância crescente a ser dada ao aspecto simbólico de toda filiação. A filiação simbólica permite à criança ascender à condição de sujeito e não se manter imobi-

Isabel Gomes / Lidia Levy

lizada como objeto, aprisionada à necessidade parental. O reconhecimento de um filho demanda sua inscrição em uma linhagem, sua inserção em uma organização genealógica, de modo que a transmissão de sua história de origem permita-lhe construir um futuro.

Aulagnier (1979) utiliza o termo “contrato narcisista” para pensar o pacto entre os membros do grupo familiar em sua inserção social, que autoriza a criança a nascer e a ancorar-se na família. A criança investida narcisicamente ocupará um lugar que lhe é oferecido pela cadeia social e intergeracional que a precede, e receberá um mandato de transmitir determinado discurso, assegurando a continuidade da geração e do conjunto social. Além do mais, para que um vínculo possa se constituir e se manter é necessário que acordos inconscientes e uma complementaridade de interesses assegurem a continuidade dos investimentos ligados à subsistência dos ideais e do contrato narcisista.

Um filho, seja ele biológico ou adotivo, se inscreve numa cadeia de desejos, expectativas e fantasias. Vale lembrar que a criança adotada encontra-se entre duas parentalidades, uma simbólica e apoiada em um vínculo afetivo, e outra apoiada em uma realidade biológica, igualmente infiltrada de fantasmas arcaicos. A construção de um mito familiar, a possibilidade de simbolizar suas origens, lhe permitirá encontrar um lugar na nova família. Um vínculo deve ser construído com os pais adotivos em um registro psíquico e uma reelaboração imaginária deve ser feita em relação aos pais biológicos. No caso da parentalidade adotiva, faz-se necessária uma

experiência fundante do vínculo familiar no qual a criança também desempenha um papel fundador, ao nomear seus pais e os membros de sua família. Espera-se um movimento recíproco de adoção.

Arnaud (2004) tem um interessante texto onde afirma que o primeiro contato da criança com a mãe adotiva está fundado no olhar. É pela imagem que o laço vai ser instalado, diferentemente de um vínculo biológico que se constrói através de diversos outros recursos além do visual. Também Rocha (2007) compartilha esta leitura ao afirmar: “O cordão umbilical representa a vida biológica enquanto o olhar é responsável pela vida psíquica” (Rocha, 2007, p. 146).

Retomando o texto de Arnaud (2004), no processo de adoção internacional o primeiro investimento afetivo é feito através de uma foto recebida pelos futuros pais adotivos. O olhar, portanto, adquire uma importância fundamental ao estabelecer um organizador especular com um poder considerável na formação do laço, constituindo-se no que ele chama de um novo contrato narcisista. O autor enfatiza o momento inaugural que faz da criança “um filho de” e faz da mãe, “a mãe de”, em um reconhecimento mútuo e também social, se considerarmos aqueles que assistem a cena.

Da mesma forma, em pesquisa anterior (Levy, 2001), valorizamos a descrição realizada por pais adotivos quando do primeiro encontro com o filho e destacamos do discurso dos adotantes a necessidade de iniciarem uma nova história, a importância de um momento inaugural que marcasse um segundo nascimento e os transformasse, a partir de

Isabel Gomes / Lidia Levy

então, nos responsáveis pela existência daquela criança. Nas entrevistas realizadas com alguns casais após a concretização da adoção, encontramos depoimentos que confirmam a importância do reconhecimento mútuo e social, como o que transcrevemos a seguir: “Quando E. chegou, tinha 6 dias, mas seu olhar era triste e assustado. Conversamos muito com ele e depois de três dias já não tinha mais aquele olhar; foi muito gratificante”.

Para Schettini (1998) “é o afeto dedicado a uma criança que faz dela um filho e constrói em nós a postura de pais” (Schettini, 1998, p. 48). Neste sentido, o autor utiliza a expressão “gestação psicológica”.

Também para autores como Mahler (1977), o nascimento psicológico é distinto do nascimento biológico. Ao segurar o bebê, olhá-lo, erogenizando seu corpo, a mãe fornece ao filho a experiência de ser contido, a noção de um espaço interno e possibilita-lhe construir uma identidade.

Golse (2004) percebe nos candidatos à adoção, após lhes ser atribuído o certificado de habilitação, a vivência de algo equivalente a uma gravidez psíquica, apesar da ausência da gravidez física e considera ser este estado extremamente favorável para o acolhimento da criança.

De acordo com o exposto acima, toda criança deve ser objeto de um processo de adoção simbólica por parte de seus pais, seja nas famílias biológicas, nas famílias adotivas ou nas famílias reconstituídas. Assim a maternidade é uma construção psíquica ligada a representações imaginárias e à herança transgeracional. É neste sentido que, qualquer que seja a forma de filiação, espera-se que a criança seja

investida narcisicamente e, através de acordos inconscientes, os investimentos possam ser mantidos de ambos os lados.

Sendo assim, retomamos a questão já levantada sobre os novos arranjos familiares e sobre a construção de laços afetivos entre aqueles que, enquanto padrasto/madrasta, precisam descobrir seus lugares em uma rede familiar pré-existente.

A pluriparentalidade

Para Daubigny (1997), os fundamentos da filiação foram subvertidos pelo crescente número de famílias recompostas, famílias monoparentais, e pela pluriparentalidade. Esta última esbarra no modelo da família nuclear e na soberania do biológico e aponta para a necessidade de se valorizar igualmente os laços construídos com a convivência e a partir do desejo. A idéia de pluriparentalidade propõe não uma hierarquização ou substituição do vínculo anteriormente estabelecido, mas uma adição. Já um modelo substitutivo busca apagar na vida da criança qualquer vínculo com seus genitores e instituir novas relações parentais. Para a autora, a filiação não deveria ser excludente, mas cumulativa.

Assim como Daubigny (1997), Fine (2001) aproxima questões ligadas à filiação e à parentalidade de crianças adotadas a temas presentes em famílias recompostas após divórcio, onde a criança é freqüentemente dotada de um pai e de um padrasto, de uma mãe e de uma madrastra. A partilha por diversos sujeitos de funções parentais referentes a uma mesma criança, e a valorização das ligações eletivas no parentesco, são características da atualidade. A

Isabel Gomes / Lidia Levy

multiplicidade de pais sociais, que hoje fazem parte da vida das crianças, além dos pais biológicos, reforça os estudos que têm sido feitos sobre a pluriparentalidade.

A autora ressalta que essa noção entra em contradição com os fundamentos de nosso sistema de filiação ocidental que, além de assimilar engendramento e filiação, se caracteriza pela bilateralidade e pela exclusividade, ou seja, a filiação é transmitida por uma mãe e por um pai. Por muito tempo as famílias recompostas foram percebidas negativamente, sendo comum a proposta de um modelo substitutivo, ou seja, ao padrasto caberia assumir o lugar do pai ausente. Quando se pensa em adoção pelo cônjuge é possível perceber a vontade de reconstituir uma nova família conforme a norma de exclusividade; ou seja, a ruptura do casal parental acarretaria a dissolução do vínculo de filiação existente entre a criança e o pai ou mãe biológicos.

Por vezes, após um divórcio, a recomposição familiar introduz na vida da criança um padrasto/madrasta que não ocupa um lugar vazio, mas virá se inserir em um contexto familiar onde existe um pai e uma mãe. A presença daqueles, assumindo funções parentais perante uma criança, contraria a norma da exclusividade e a primazia do biológico como fundamento da filiação. Fine (2001) ressalta, contudo, que os estatutos do pai e padrasto, de mãe e madrasta são, em princípio, claramente distintos, ao menos no direito, visto que somente os pais biológicos são os pais aos olhos da lei, enquanto o padrasto é mergulhado na inexistência jurídica, não havendo qualquer norma que regule seu papel. Como a lei

não reconhece o vínculo entre enteado e padrasto, este último exerce apenas a função que a mãe lhe conceder. Se antigamente a madrasta substituía a mãe morta ou ausente, hoje ela é apenas a nova esposa do pai. Assim sendo, na maioria das vezes, não está ocupando o lugar de ninguém na vida dos enteados. Entretanto, uma criança, mesmo que próxima do pai ou da mãe, pode se afeiçoar ao padrasto/madrasta com quem viveu desde pequena e ter o sofrimento inicial provocado pela separação dos pais reativado por uma nova ruptura.

O padrasto/madrasta guardião assume por vezes uma função educativa que pode, ou não, ser compartilhada com o pai e a mãe de seu enteado. Entretanto, é comum observarmos que a partilha das tarefas educativas assumidas pelos adultos num clima de concorrência e de rivalidade, particularmente freqüente entre a mãe e a madrasta, gera inúmeros desgastes.

Algumas questões levantadas por Poussin e Martin-Lebrun (1997) remetem às dúvidas expressas pelas famílias reconstituídas, diante da pulverização de papéis percebida nas famílias hoje: a criança deve ou não obedecer ao novo companheiro da mãe e/ou do pai? Deve ou não gostar dele? O que compete apenas aos pais biológicos? O que pode ser partilhado? Para as autoras, quando a comunicação dos pais é possível e a criança pode exprimir-se livremente, sua educação poderá ser assumida pelos diversos adultos que intervêm na sua vida. Assim é que a distribuição de papéis fica menos rígida quando o progenitor aceita a presença de um novo cônjuge na vida do ex-parceiro.

Isabel Gomes / Lidia Levy

Quando se pensa na dinâmica relacional inerente às famílias reconstituídas, o tema central, segundo Guimarães e Amaral (2009), diz respeito ao equilíbrio delicado entre a parentalidade biológica, a parentalidade adquirida, que estamos definindo de forma semelhante às filiações adotivas, e a conjugalidade. Em nossa experiência clínica no atendimento a esse tipo de família, observamos um interjogo complexo de sentimentos, atitudes e posicionamentos, que, embora não inviabilizem a existência real desses grupos, exige, outrossim, de seus participantes, maior flexibilidade nos parâmetros valorativos e maturidade permeando a vida em comum.

Nas famílias reconstituídas pode ocorrer tanto a construção de uma filiação adotiva, como mencionado acima, entre o novo parceiro de um dos pais e o(s) filho(s) de relacionamento(s) anterior(s) deste, mantendo-se os laços afetivos com o pai que não tem a guarda da criança, quanto um estado de “orfandade” dos filhos causado pela supremacia do conjugal diante do parental. A ruptura da relação conjugal com a conseqüente separação do núcleo familiar produz sempre um processo de luto e perdas comuns a todos os envolvidos. A forma como os conflitos serão administrados determinará o bem estar de cada membro do casal que, por sua vez, poderá propiciar a superação da crise por parte dos filhos e o restabelecimento da saúde emocional dos mesmos ou contribuirá para o sentimento de “abandono filial”, com conseqüências sérias no desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes.

A vivência de um “abandono filial” é mais freqüente em casos onde o casal não consegue elaborar psiqui-

camente a separação, mesmo com o passar do tempo e até após o estabelecimento de um re-casamento. Nessa situação, os filhos são os representantes da dor e da frustração experimentada pelas figuras parentais frente à impossibilidade de manter a ilusão de felicidade eterna. O caminho escolhido, muitas vezes, é o do afastamento ou do uso dos filhos como forma de atingir o outro, na luta incessante para manter vivo o ódio, como formação reativa frente à fragilidade de cada um pela perda daqueles ideais (Gomes, 2009). Não podemos esquecer que uma separação será tanto mais dolorosa quando um dos pais força a criança a desistir do outro, sendo que, em alguns casos, preserva-se o pai ausente idealizado no pensamento do filho mesmo que a separação tenha sido marcada por um abandono.

Os impasses e conflitos decorrentes dos recasamentos abrangem outra faceta que envolve questões relativas às experiências do ciclo vital de cada parceiro, isto é, especificamente quando um deles é solteiro e o outro divorciado. Como conciliar expectativas prioritárias de um parceiro diferenciadas das do outro? De que modo a parentalidade estaria incluída nessa nova construção conjugal? Como lidar com as diferenças que, por vezes, se estabelecem entre o filho gerado pelo novo casal e os filhos de relacionamentos anteriores?

É comum encontrarmos na clínica, um conflito de interesses entre o casal, que deseja privacidade, e as crianças fruto de casamentos anteriores. Sensíveis à perda do espaço que anteriormente ocupavam, exigem mais tempo dos pais e o demonstram, inclusive adoecendo. Diante dessa última

Isabel Gomes / Lidia Levy

perspectiva, percebemos que, em alguns casos, os filhos de casamentos anteriores tornam-se “entraves” para a realização da nova vida a dois, na medida em que desejos e expectativas atuais contrapõem-se ao processo de acoplamento que a família reconstituída requer (Khouri et al., 2008).

Por outro lado, o novo casal pode construir uma fantasia de completude e idealização em relação ao re-casamento, principalmente quando optam por ter um filho, provocando conflitos e um distanciamento na convivência com os filhos do casamento anterior. Geralmente, busca-se nos novos relacionamentos uma reparação daquilo que foi perdido e não foi elaborado. Filhos de uniões anteriores acabam ficando num lugar que incomoda os pais, quando são sentidos como representantes de algum tipo de fracasso e/ou sofrimento. Muitas vezes, o exercício da parentalidade é deixado em segundo plano e substituído pela “re-parentalidade” ou a parentalidade que surge com o(s) filho(s) do re-casamento. Percebe-se, então, uma diferenciação realizada pelo novo casal entre o(s) filho(s) tido(s) em comum e o(s) de relacionamento(s) anterior(es). É freqüente o ciúme pelo passado do companheiro e por todos aqueles que o representam, gerando tensões familiares e conjugais. Mal-estar provocado pelo desejo de exclusividade oriundo dos resquícios do modelo tradicional de família que precisa conviver com as atuais configurações familiares, impelindo para uma pluriparentalidade. A fala a seguir exemplifica a diversidade de sentimentos que permeia os vínculos de filiação nas famílias reconstituídas: “A coisa que eu mais queria na vida é que só existissem meu marido e minha

filhinha. Porém, quando chego em casa e encontro todos, os meninos também [filhos de relacionamentos anteriores da mãe], me dá um cansaço...”.

Considerações finais

A contemporaneidade tem colocado o sujeito diante de uma multiplicidade de configurações familiares. A minimização das diferenças desmontou o que até então era qualificado de família tradicional e apontou para a inexistência de lugares fixos a serem ocupados pelos membros de uma família. O organizador não é mais o poder patriarcal, que se transforma ou se dilui em poder familiar, ampliando-se a possibilidade de diversos indivíduos exercerem as funções parentais. Se por um lado ganha-se com isto, na medida em que as crianças se vêem envoltas por mais cuidadores, por outro lado é necessário que os adultos consigam definir suas posições sem abolir a diferença entre gerações.

Vimos, ainda, que a atualidade encerra vínculos de filiação mais complexos, exigindo que a parentalidade seja concebida não apenas como resultante de forças biológicas, mas, fundamentalmente, como um processo psíquico e social. Toda criança para ser inserida na teia familiar e geracional, necessita vivenciar uma “adoção”. Sendo assim, toda parentalidade implica em investimentos afetivos e no estabelecimento de um contrato narcisista, nos termos explicitados por Aulagnier (1979).

Verificamos como as famílias recompostas após uma separação conjugal desafiam o modelo de exclusividade e apontam para a relevância da noção de pluriparentalidade. Na atualidade, a criança pode

Isabel Gomes / Lidia Levy

ter em sua vida, simultânea ou sucessivamente, vários adultos exercendo ou tendo exercido funções parentais. Dada a diversidade de configurações familiares existentes, não é possível prever, por exemplo, o lugar a ser ocupado pela esposa do pai ou pelo marido da mãe na vida de uma criança. Tudo dependerá da relação entre os pais, entre os novos cônjuges, e do lugar que a criança ocupará em cada uma das suas novas famílias.

Deduz-se que a segurança em relação aos vínculos de filiação facilitaria a elaboração dos novos laços a serem construídos pela criança. Quando esta sente que continua a ocupar um lugar central na vida dos pais, volta a confiar na sua capacidade de suscitar amor e projeta-se novamente no futuro. Entretanto, rupturas sucessivas nos vínculos familiares abalam a vida psíquica de uma criança, principalmente se os conflitos persistirem entre os pais.

Finalizando, a parentalidade na contemporaneidade encerra um paradoxo. Ao mesmo tempo em que ela se reveste de flexibilidade e criatividade, promovendo uma pluralidade de experiências de natureza afetiva para a criança, também desperta sentimentos e ações excludentes nos adultos. O *mal-estar* presentifica-se na contemporaneidade diante da convivência no tempo e no espaço do novo e do tradicional, quando modelos anteriormente definidos com clareza vão sendo substituídos por outros, construídos na ausência de pontos fixos de referência. Vive-se, assim, um embate entre: parentalidade e conjugalidade, presente e passado, individualidade/ autonomia e a dependência exigida em qualquer tipo de relação afetiva.

Tramitação:

Enviado em: 12 de junho de 2009

Aprovado em: 05 de agosto de 2009

Lidia Levy

Rua Visconde de Pirajá 156/ 506.

Ipanema - Rio de Janeiro – RJ.

CEP 22410-001.

Fone: 21- 25134022.

E.mail: l_levy@puc-rio.br

Isabel Cristina Gomes

Rua Cerro Corá, 792, apto. 33.

São Paulo – SP.

CEP 05061-100.

Fone: (11) 30214509.

E.mail: isagomes@ajato.com.br

Referências

ARNAUD, M. La maternité au risque de l’adoption. *Le divan familial*, Paris, n.12, p. 65-75, 2004.

AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. 284 p.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional revista de psicanálise*, São Paulo, ano 15, v. 161, p. 88-98, set. 2002.

Isabel Gomes / Lidia Levy

DAUBIGNY, C. L'effacement de l'identité, une pratique culturelle, encore. *Le Coq-Héron, Paris*, n.148, p.35-48, 1997.

FINE, Agnès. Rumo ao reconhecimento da pluriparentalidade?. Disponível em: <<http://www.tj.rj.gov.br/infanju/1vara/boletim/artigos/pluriparentalidade.htm>>. Acesso em: 20 maio. 2009.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In:_____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p.75-171. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 21). (Artigo original publicado em 1930).

GOLSE, B. Adopter un enfant qui n'est plus un bébé et devenir son parent. Ce que la psychiatrie périnatale nous a appris. In: OZOUX-TEFFAINE, O. (Org.). *Enjeux de l'adoption tardive*. Ramonville Saint-Agne: Éres, 2004, p. 63-93.

GOMES, I. C. Promovendo a saúde em famílias reconstituídas. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DA SAÚDE, 1., 2009, Faro. Resumos e textos. Faro: Universidade do Algarve, 2009. v. 1., p. 645-655.

GUIMARÃES, N. V. O.; AMARAL, A. C. Famílias com filhos de casamentos anteriores. In: OSÓRIO, L.C.; VALLE, M. E. P. (Orgs.). *Manual de terapia-familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 273-285.

KHOURI, M. et al. Famílias reconstituídas e o sintoma depositado na criança: a psicanálise de casais/famílias como abordagem de tratamento. In: JORNADA APOIAR, 6., 2008, São Paulo. Anais da VI Jornada APOIAR. São Paulo: IPUSP, 2008. v. 1, p. 147-158.

LEBRUN, J-P. Un monde sans limite. Toulouse: Ères, 2009.

LEVY, L. Da criança idealizada à criança real. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p. 12-22.

MAHLER, M. S. O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

PASSOS, M. C. Funções materna e paterna nas famílias homoparentais. In: Feres-Carneiro, T. (org). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 269-281.

POUSSIN, G.; MARTIN-LEBRUN, E. *Les enfants du divorce*. Paris: Dunod, 1997.

ROCHA, Fernando. Vicissitudes das sementes de Narciso e clínica psicanalítica. *Revista Psicanálise*, Porto Alegre, v. 9, n.1, p.139-153, 2007.

Isabel Gomes / Lidia Levy

SCHETTINI FILHO, Luiz. *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço, 1998.

artigo



Os prejuízos do segredo familiar *The damage of family secrets*

Marcia Maria dos Anjos Azevedo*

Resumo

Nesse trabalho encontram-se algumas questões suscitadas dentro do campo da clínica psicanalítica. A autora propõe uma articulação do adoecimento somático com a existência de segredos que provocam uma repetição de algo que deveria ser mantido oculto. Esses são da ordem de não-ditos advindos de lutos não elaborados de certos membros da família e que prejudicam a capacidade representacional do portador do segredo.

Palavras chave: transmissão psíquica, adoecimento somático, segredos familiares, prejuízos simbólicos.

* Membro Associado/SPCRJ; Membro/AIPCF; Membro-Pesquisador do NUIPSO - Núcleo de Investigação em Psicossomática – UFJF; Prof^a. Adjunto I de Psicologia Clínica/ UFF – Rio das Ostras (PURO); Mestre em Psicologia/UFRJ; Doutora em Psicologia/UFRJ.

Abstract

This article raises some issues about the field of psychoanalytic clinical practice. The author proposes an articulation of the somatic illness in regards with the existence of secrets that cause a repetition of something that should have remained hidden, being such the unspoken unelaborated grieves that affect the representational capacity of the secret holder.

Keywords: *psychic transmission, somatic illness, family secrets, symbolic damage.*



artigo

Os prejuízos do segredo familiar *The damage of family secrets*

Marcia Maria dos Anjos Azevedo

Introdução

Podemos dizer que no campo da pesquisa em Psicanálise importa a investigação de um amplo espectro de fatores que se referem ao funcionamento humano e, aqui, estão incluídos tanto os aspectos da constituição psíquica e afetiva dos sujeitos, quanto os fatores que o levam a adoecer. Esse trabalho apresenta um fragmento da tese de doutoramento da autora, na qual são abordados aspectos do adoecimento somático articulados com os não ditos familiares. Sabe-se que o funcionamento psicossomático do sujeito é complexo, uma vez que envolve as dimensões psíquica, corporal, histórica e temporal, indissociáveis na busca da compreensão sobre os prejuízos decorrentes de seus impasses. Para tanto, essa pesquisa busca integrar a questão do adoecer somático a partir de quatro categorias que são a transmissão psíquica transgeracional, o lugar do corpo na transmissão, a repetição como manifestação do conteúdo encriptado e a técnica analítica.

No trabalho clínico com pacientes adoecidos

Marcia Azevedo

com patologias somáticas graves que se repetem em seu grupo familiar, observa-se um comprometimento de aspectos fundamentais sobre a história e a pré-história do sujeito que, quando recusados a ele, constituem um segredo provocador de um prejuízo em termos de sua constituição psíquica e representacional.

O sujeito como elo de uma corrente geracional

A sustentação dessa articulação começa a partir da noção de que constituição da vida fantasmática individual depende, dentre outros fatores, do investimento narcísico e libidinal que o grupo familiar oferece a cada novo membro. Esse investimento é sustentado a partir da vida psíquica da mãe (ou de quem ocupe essa função) e invade o corpo da criança através de sua sensorialidade. Com isso, o fato do sujeito se constituir em um grupo e se tornar um elo da corrente geracional, delimita a forma de processamento intra e intersubjetivo a partir dos seus primeiros “encontros”¹. Nessa perspectiva, pode-se observar que a base intersubjetiva da vida psíquica individual² é sustentada por alianças, contratos e pactos inconscientes estabelecidos na malha psíquica familiar.

A genealogia de uma família é construída a partir da continuidade da corrente de gerações, a hereditariedade psíquica é mantida através das liga-

¹ O conceito de encontro e suas potencialidades é desenvolvido por Aulagnier em *Um intérprete em busca de sentido*. São Paulo: Escuta, 1988.

² KAËS, R. *Transmission de la vie psychique entre generations*. Paris: Dunod, 1998, p.6.

ções afetivas e inconscientes estabelecidas entre seus membros, construída em um sistema de crenças em torno das quais o sujeito vai se organizar. Em função dessa ligação, o inconsciente de cada sujeito leva a marca, em sua estrutura e seus conteúdos, do inconsciente de um outro e, mais precisamente, de mais de um outro (KAËS, 1998, p.14). Com isso, um traumatismo vivido por uma determinada geração pode adquirir força suficiente para provocar um entrave na capacidade representacional, de seus membros em gerações subseqüentes.

Essa investigação suscita ainda, a discussão a respeito de um paradoxo, uma vez que o adoecimento poderia ser pensado, como uma forma de pertencimento e uma tentativa de separação, no sentido de uma tentativa de abertura de um espaço entre dois corpos. O que poderia ser traduzido, ainda, em última instância, como uma forma de romper com o silêncio imposto pelo segredo familiar.

A existência de determinados segredos familiares pode prejudicar o processo de simbolização, de introjeção e a identificação dos sujeitos na sucessão das gerações, na medida em que impossibilita a transmissão e a conseqüente integração no psiquismo de algo que era do outro; além de não favorecer ao sujeito encontrar recursos para se defender efetivamente daquilo que lhe é traumático. É o vazio de significação e de sentido provocado pela imposição do segredo que ressalta a importância da linguagem nesse processo. Situação que aponta para a existência de uma *transmissão negativa* ou uma *não trans-*

Marcia Azevedo

*missão*³, cuja marca se apresenta através da impossibilidade de tradução do discurso familiar. A noção de transmissão apresentada aqui, segundo Kaës (1998), refere-se à realidade psíquica que se transporta, desloca-se ou transfere-se de um indivíduo a outro, entre eles ou através deles, ou nos vínculos de um conjunto, ainda que a matéria psíquica transmitida se transforme ou permaneça idêntica nesta passagem. Kaës acentua ainda que a marca do *negativo* se apresenta naquilo que não se contém, não se retém, não se representa, como por exemplo: a falta, a doença, a vergonha, o objeto do recalçamento, assim como os objetos perdidos.

O processo de transmissão psíquica

Na clínica observa-se que quando o sujeito repete o modo de adoecer de seu grupo de pertencimento primário, a integridade física e psíquica encontram-se ameaçadas, em função de uma fragilidade em seu filtro protetor⁴, que tem a função de regular o excesso de excitação proveniente dessa transmissão. Essa instância reguladora, que tem o papel de uma fronteira entre interno e externo, ao ser responsável por filtrar as excitações contribui para a produção de sentido, o que, segundo Winnicott (1975), é desempenhado inicialmente pela mãe. Porém, quando essa função falha, são constituídas fendas na fronteira do psiquismo, que uma vez repetidas no desenvolvimento se acumulam de forma silenciosa e invisível. Em relação a isso, o analista deverá

³ Encontra-se no capítulo 3 da tese da autora uma observação mais pormenorizada sobre este aspecto.

⁴ Este termo foi tomado por empréstimo da teoria de Winnicott.

estar atento à necessidade de lançar mão de sua capacidade de sentir, para, então, poder entrar em contato com aspectos muito primitivos, essencialmente, psicossomáticos de seu paciente. E, nesse processo, seu corpo e sua capacidade de sentir estarão implicados.

Se a constituição psíquica da criança vai depender da capacidade interpretativa da mãe com todos os seus recursos, isso pode favorecer a uma vivência traumática na criança, na medida em que revela uma confusão dessa ordem na própria mãe. Pois a mãe, ou quem se ocupe desta função, participa da formação do psiquismo do filho com seu corpo, seus atributos, sua história e seu funcionamento psíquico, oferecendo-se como uma “prótese”⁵ que funciona a partir de um duplo apoio, que é nutriz e libidinal. Portanto, operações falhas do psiquismo daquele que *apóia* o funcionamento psíquico de outrem, comprometem a construção de uma rede de ligações simbólicas. Além disso, os conteúdos veiculados através do contato corporal entre mãe-bebê, não passíveis de tradução, constituem uma sombra. Esse quadro favorece um processo de repetição e de somatização. Sob essa ótica, voltamos ao paradoxo entre pertencer a uma determinada linhagem, ao preço de seu desaparecimento como sujeito e a possibilidade de se separar, à guisa de uma possibilidade de exclusão.

O sentimento de pertencimento dentro de uma genealogia familiar depende do processo de transmissão psíquica, que envolve, essencialmente,

⁵ AULAGNIER, P. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

Marcia Azevedo

três fatores que são: o conteúdo das mensagens, a capacidade tradutiva e o veículo utilizado. Em primeira instância, “o conteúdo transmitido é revestido por uma linguagem inconsciente, cuja transferência seria feita do inconsciente de um ao inconsciente do outro, e a característica da mensagem em questão é da ordem de um enigma”⁶. Em função do caráter incipiente de seu aparelho psíquico, a criança, em sua condição de passividade originária, é penetrada por diversos conteúdos que ficam sem a possibilidade de tradução, principalmente aqueles relacionados aos aspectos enigmáticos da sexualidade. Esses ultrapassam sua capacidade de assimilação e produzem certos entraves em sua capacidade representativa. A partir dessa concepção observa-se que é a condição de “intraduzível” que impede a ação do recalçamento e, conseqüentemente, da possibilidade de substituição ou deslocamento. Todo esse processo de transmissão depende, fundamentalmente, do lugar do corpo, veículo que compõe a parte concreta da existência humana.

O corpo como veículo da ligação

Entre o corpo, como uma fronteira entre o Eu e o Outro, e a história em que está inserido, se estabelece a dimensão espaço-temporal. Nessa relação se vinculam o tempo, como o registro em que a história se inscreve, e o contexto afetivo, social, histórico e cultural no qual a existência do sujeito ganha sentido. Pode-se atribuir, ainda, nesse contexto duas dimensões. A primeira delas é a da história contada,

⁶ AZEVEDO, M. M. A. *O adoecimento do seio e a transmissão psíquica*, 2001.

na qual são trazidos elementos que servirão de referências identificatórias constituintes dos ideais do sujeito, e que organizam sua mitologia individual. A segunda é a história sentida, que se passa sem que o sujeito perceba que está tomado ou identificado por ela. Em ambas, o “corpo”, como fronteira porosa e superfície do aparelho psíquico, com sua sensorialidade, será o veículo receptor de diversas informações verbais ou não, e de sensações traduzíveis ou não, cuja codificação ou decodificação possível será realizada pelo habitante deste corpo, conhecido como o “Eu”.

A experiência clínica mostra que é esse último quem cria a possibilidade de comunicação com o outro, constrói o pensamento no acesso a diferentes memórias e, com isso, busca construir sentido para poder compreender o que o cerca. Nesse sentido, é a via por onde transitam os não-ditos e se aloja a cripta familiar. É assim que o fantasma se estabelece, relacionado ao que se passa em silêncio nas histórias recusadas pela censura familiar, tais como morte, incesto, suicídio, violência e outras. Estas assombram a descendência sob a forma de sintomas, somatizações, delírios e fobias, por meio de um misterioso processo de comunicação inconsciente. O que faz sombra, portanto, na transmissão, é um objeto que está em outro lugar, que deixou uma impressão, mas não foi representado.

Contudo, diante da ausência de palavra para efetivar esta codificação e sua posterior interpretação, há a manifestação de recursos primitivos, suscitados e disponibilizados pelo corpo, na medida em que é o espaço intermediário onde o Eu e a história

Marcia Azevedo

se intrincam. Esse fato faz pensar na importância do Outro na construção do psiquismo e nas suas formas de adoecer.

A capacidade de criar representações mentais, de simbolizar, é que possibilita ao sujeito libertar-se do espaço e do tempo presentes. Isso depende de três modos de criação representacional. O primeiro deles é sobre o registro corporal que se utiliza de recursos sensoriais, emocionais e motores; o segundo é sobre o registro de imagens que se utilizam do modo visual-sensorial e do imaginado e, por fim, sobre o modo verbal, que também depende do aspecto sensorial⁷. Apesar de estarem dispostos separadamente, observa-se que os três registros dependem do aspecto sensorial, inclusive o imaginado, dependendo não só dos registros que o sujeito possui na memória, mas, também, da possibilidade de quem lhe relata algo, de criar imagens através de sua capacidade de figurar e de contextualizar a situação. Em última instância, vimos mais uma vez que é o outro, em sua condição de alteridade, que estabelece uma diferença necessária à constituição psíquica; mas, paradoxalmente, é, também, a alteridade radical enquistada que aprisiona e aliena.

Uma citação de Goethe nos auxilia a sublinhar a necessidade do indivíduo singular de adquirir ativamente o que lhe é transmitido pela via da hereditariedade psíquica⁸, pois “aquilo que herdaste de teus pais conquista-o para fazê-lo teu”. Sendo que a

⁷ TISSERON, S. Les secrets de famille, la honte, leurs images et leurs objets. In. ROUCHY, J.C. (Ed.). *La Psychanalyse avec Nicholas Abraham et Maria Torok*. Paris: Erès, 2002.

⁸ Apud AZEVEDO, 2001,18

entonação afetiva possível vai ser dada pelo *conjunto de vozes* que participa da construção da história de um determinado grupo familiar. Contudo, em casos de sujeitos que foram prejudicados pelo segredo familiar, cujas sensações ficaram sem tradução, não havia o que ser evocado como lembrança do romance familiar, ou seja, como cena construída. Assim, o que não foi inscrito não possui resíduos afetivos disponíveis tais como reminiscências e nem há possibilidade de pô-lo em palavras. Isso é que impõe conseqüências interpessoais e transgeracionais no registro do não-dito, que o adoecimento somático semelhante vai denunciar.

Quando o corpo adoce em função do segredo

Vimos que os prejuízos simbólicos produzidos pelo segredo, por sua condição de irrepresentável, comprometem a constituição psíquica dos sujeitos em diversos aspectos. Contudo, os segredos de família são estabelecidos geralmente em nome do amor, em nome da proteção, da economia de sofrimento. A dimensão do amor é reconhecidamente narcísica; sendo assim, o ocultado versa sobre alguma ferida narcísica, cujo luto não pode ser elaborado, sendo sobre filhos ilegítimos, doenças ou situações consideradas vergonhosas, que em geral são conscientes nos sujeitos que se revelam como guardiões do segredo. Portanto, o que chega a entrar no processamento psíquico se integra nos processos constitutivos do eu e se transforma em processo de pensamento, que o sujeito poderá torná-lo seu e, se identificar com ele. Nessa complexa construção, o que era da dimensão sensorial é que vai formar um

Marcia Azevedo

espelho interno, a partir do funcionamento da *prótese* do outro.

No entanto, quando é o corpo que adoece, ocorre a reatualização de algo que constitui não só o seu presente, como, também, o seu passado. Na verdade, seria possível falar de uma superposição do passado sobre o presente, na qual este não pode cumprir sua tarefa articuladora e transformadora. Do mesmo modo, o futuro não pode ser projetado como diferente. Como visto anteriormente, é no cruzamento entre espaço e tempo que corpo e história se intrincam.

A partir dessa ótica, o corpo é utilizado na transmissão como fonte e alvo na dinâmica pulsional, o próprio objeto de ligação, mas em uma condição de desligamento. Esse aspecto contribui para que se possa dizer que a forma de adoecer exclusivamente pela via somática não seria propriamente *um salto do psíquico no somático*, como nas conversões, mas *um retorno do somático ao somático* e, por isso, encontra-se remetido à noção de um curto circuito.

Observa-se que no processo de geração do Eu são integrados não só elementos, núcleos e traços oriundos da transmissão psíquica e discursiva, mas, também, vivências pessoais e familiares. Isso leva a que o psiquismo em construção tenha recursos para delinear sua mitologia pessoal, a partir de suas fantasias inconscientes elaboradas em função do que foi vivido, visto, ouvido e sentido consciente ou inconscientemente. Nesse processo de integração, juntamente com o discurso do meio, são acrescidos elementos tais como o olhar e o cuidado maternos, a

expressividade e a sensorialidade, o afeto que acompanha o investimento libidinal oferecido pelo entorno, e os dramas ou romances vividos na história familiar.

A doença seria uma manifestação da sombra do objeto que não cessa de divagar na própria pessoa do sujeito. Uma vez que estamos trabalhando na dimensão transgeracional, o outro do outro se torna sombra. Pois, ao adoecer, o que deveria manter-se escondido reapareceu como um conteúdo estranho e temido, vivido como se fosse parte de si próprio, no sentido de um duplo, contudo mantido como um *corpo estranho*. Entretanto, como representante do outro e primeira alteridade, o corpo é transformado em alvo de uma força pulsional mortífera. O aspecto traumático da ausência de palavras para enunciar uma história de dor reativa o desamparo primordial, em situações de ameaças de perda e de abandono, e torna a atuação e a repetição mecanismos constantemente observados. Além disso, há o fato de reagir com outra forma de violência, porém, desta vez, contra si próprio.

Em se tratando de lutos familiares não elaborados e recusados ao outro, podemos nos remeter às concepções freudianas sobre o fato de o narcisismo dos filhos ser constituído pelo narcisismo dos pais há muito esquecido. Da mesma forma que o superego dos filhos é constituído a partir do desdobramento do superego dos pais. Observa-se nas duas afirmações que o outro do outro vai estar sempre implicado na formação psíquica do sujeito.

Nessa investigação sobre o adoecer em função de lutos familiares não elaborados, o conceito de

Marcia Azevedo

“cripta”, desenvolvido por N. Abraham e Torok, é nuclear. Seu significado etimológico aponta para o escondido, o enterrado e o oculto, da mesma forma que o verbo ‘criptar’ significa cifrar, operação simbólica ou semiótica que consiste em manipular um código secreto, o que jamais se pode fazer só, sem a ajuda de um outro⁹.

Nessa concepção, o processo de adoecimento em função da existência de uma cripta transgeracional mostra a existência de uma dificuldade no estabelecimento de fronteiras internas e externas, com vínculos marcadamente indiferenciados e ambivalentes que são, ao mesmo tempo, *salvadores* e *destruidores*, repetindo-se um modelo especular e narcísico de relação. Assim, adoecer somaticamente, nessa perspectiva, mais que demonstrar a luta contra a angústia de castração e as interdições edípicas, revela o temor provocado pelos anseios fusionais e a sua luta contra a indiferenciação em relação ao outro, porque “em lugar da ambivalência aparece a metáfora somática”¹⁰.

Esse mecanismo confirma a hipótese de que o que foi positivado, no funcionamento psíquico do paciente, era o que devia ter se mantido oculto. Em função disso, na clínica, o analista encontra uma dificuldade em identificar os incorporados, na medida em que não há linguagem para nomeá-los, por serem parte das sombras que recaíram sobre o Eu do paciente. Esses incorporados não fazem o mesmo

⁹ LANDA, Fabio. . *Ensaio sobre a criação teórica em psicanálise*: de Ferenczi a Nicolas Abraham e Maria Torok. São Paulo: UNESP, 1999

¹⁰ MCDOUGALL, 1991,163.

movimento que o sintoma neurótico e não apresentam uma formação substitutiva característica da dinâmica pulsional inconsciente. Entretanto, um indicativo do caráter estranho do objeto incorporado seria a somatização como marca da repetição, como atuação de algo que era do outro. Nesse sentido, esse adoecimento seria uma das formas de manifestação da sombra do outro que recai sobre o eu do sujeito.

Com isso, em função da vulnerabilidade causada pela falta de inscrições simbólicas, o corpo adoece, porque o que não se representa se apresenta ou se atualiza. Essa questão traz de volta o paradoxo pertencimento-separação. Em última análise, para Abraham (1995, p.75) uma estrutura psíquica é formada não de um conjunto de coisas, mas de um conjunto de sentidos e, desta forma, nos casos mais graves a morte seria uma tentativa de inscrição possível. Ainda no pensamento de Abraham e Torok¹¹ uma situação traumática é transformada em segredo para tentar “proteger” a vida psíquica dos envolvidos. A partir deste é que se constrói a cripta com seus muros, no vazio de significação que o segredo carrega. Além disso, encontra-se na dimensão do negativo, cuja tendência é repetir. Nesse sentido, o negativo é o único positivo que o sujeito possui¹².

Porém, se o elemento fundamental de ligação pulsional está além da revelação do segredo, este processo deveria ser feito através da construção de ligações intermediárias e de uma linguagem carregada de sentido e de afeto.

¹¹ ABRAHAM N. e TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995

¹² WINNICOTT. *O brincar e a Realidade*, 1975, p. 42.

A quem o guardião do segredo tenta proteger?

O segredo familiar é guardado por uma figura significativa para o sujeito, que tem o estatuto de testemunha viva de sua história. Além disso, tem valor absoluto e, apesar de não poder ser revelado, em algum lugar é sabido. O segredo, que necessitaria ser revelado para que sua ação pudesse ganhar sentido, está vinculado à dinâmica psíquica do portador. Assim, o que não se teve acesso através da linguagem, está além do verbalizável e impedido de ser elaborado pela via da fantasia. Logo, os elementos psíquicos desligados, rechaçados, são capazes de adquirir uma potência de destruição e de violência, na medida em que não são transformados no metabolismo do processo psíquico grupal. Portanto, aquilo que é indizível, torna-se impensável. Desta forma, a expressão da angústia sem nome passa primeiro por estados do corpo, pela imagem do corpo fragmentada e, posteriormente, por cenários fantasmáticos com diversos personagens e, enfim, pelas palavras.

A característica do guardião do segredo na transmissão transgeracional é a de fechar todos os sentimentos e lembranças em si e recusá-los ao outro. Nesse contexto, o sujeito herdeiro do silêncio torna-se o portador da cripta, seus processos simbólicos falham e o processo de diferenciação fica comprometido. Vimos que o que não se pode ter acesso direto através da linguagem aparece como uma sombra, podendo ser exemplificado a partir de diversas situações psicopatológicas tais como, em quadros

melancólicos, depressivos, alcoolismo, toxicomanias e doenças psicossomáticas (ROUCHY, 2000, p. 46).

Nesses casos o sujeito adoece gravemente em função do rompimento de seu frágil alinhavo narcísico. Enfim, se o que a cripta protege é da ordem de uma sombra e se esta se encontra na fronteira do corpo, será este último o alvo do ataque pulsional, chamado aqui de auto-ataque, em um curto circuito pulsional.

Sobre o processo de análise nesses casos

O processo de análise pode contribuir para devolver a palavra onde havia silêncio, restitui o segredo (intrapsíquico) enterrado, revela aspectos do funcionamento psíquico, além de poder adquirir a categoria de objeto, a partir das construções possíveis para o sujeito. Além disso, visa, também, restabelecer para o sujeito a função de um filtro protetor que deveria ter sido estabelecido pelo meio, pelas figuras parentais.

O contexto analítico funcionará como suporte, na reabilitação da vitalidade, da capacidade de transformação do sujeito, que ocorre a partir da possibilidade de haver uma reconfiguração do seu funcionamento psíquico e, conseqüentemente, somático. Isso se tornaria viável a partir da reconstrução de uma história na qual ele possa criar novos referenciais e se encontrar com seus próprios conteúdos, além de construir uma mitologia que lhe seja própria e que possa se identificar com ela.

Uma apreciação sobre o manejo clínico dos aspectos crípticos no adoecimento somático contribui para o entendimento a respeito da importância

Marcia Azevedo

do olhar, da escuta e do funcionamento do analista, como elementos fundamentais na construção da possibilidade de reconfiguração da dinâmica psicossomática e da capacidade representacional do paciente.

Guillaumin¹³ aponta que o analista participa do processo analítico com o seu *aparelho de pensar psicanaliticamente*, que remete a duas dimensões fundamentais inerentes ao processo analítico, que são a alteridade e a temporalidade. A primeira pode ser percebida como o encontro com a diferença, uma vez que, o sujeito humano é entendido como um ser pulsional que se constitui a partir do encontro com o outro, sendo esta a marca primordial do humano. Concomitantemente, a temporalidade apresenta-se em referência à noção de continuidade da vida. Entretanto, só quando existe alteridade é que se pode buscar evitar a confusão entre tempo e espaço. Portanto, se é no cruzamento dessas duas dimensões que se delinea o funcionamento e o impasse psíquico, gerador dos diversos sintomas é, também, a partir daí que se reorganiza o espaço psíquico.

Essa reconstrução implica a dimensão espaço-temporal, a partir do enquadre analítico, que pode ser viabilizada no desenvolvimento de um *espaço potencial* entre a dupla paciente-analista. Uma nova dimensão é estabelecida, de modo a situar o sujeito, na sua própria história e no seu próprio tempo. Des-

¹³ GUILLAUMIN, J. Les contrebandiers du transfert ou le contre-transfert et le contournement du cadre par la réalité extérieure. *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, v.58, n.5, p.1481-1520, 1994.

sa forma, é que a continuidade do processo analítico possibilita a reconstrução do tempo psíquico. Inclusive, sobre essa questão, Freud recorreu a Kant para dizer que tempo e espaço são formas necessárias de pensamento (1920, p.43). E, é preciso “reconhecer que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido”. Portanto, é preciso lembrar que é na continuidade do tempo que a história do sujeito é construída e reconstruída. O que aponta para o fato de que, quando a capacidade de pensar apresenta-se entravada, há uma distorção da temporalidade. Associado a isso, a reorientação do tempo psíquico contribui para a ampliação da capacidade de resposta afetiva do sujeito.

Nesse sentido, a posição face a face é indicada em detrimento do divã, na medida em que esta favorece a reconstituição de aspectos sensoriais primitivos do funcionamento psíquico do paciente. E, por fim, o processo de *com-figuração* que se desdobra entre paciente e analista no campo transferencial, a partir de uma possível construção ou reconstrução da função simbólica, dentro de um movimento que associa a dimensão de alteridade e temporalidade. Esse processo corresponde ao fato de poder haver uma reconfiguração do funcionamento psíquico, com uma integração entre os núcleos que compõem o seu Eu e a ampliação de seu espectro de respostas psíquicas, além de suas possibilidades relacionadas aos diversos campos da sua existência, favorecendo o surgimento de representações significativas, não mais tendo que responder às angústias inomináveis, através de uma desorganização psicossomática.

Marcia Azevedo

Considerações finais

O ser humano se desenvolve na ligação, na interação e na comunicação com o outro e, nesta tentativa de enlace, o corpo é uma fronteira e um duplo limite. Ao mesmo tempo, é o elo concreto da vinculação familiar e veículo da ligação somatopsíquica e com o outro. Pode-se dizer ainda, juntamente com Aulagnier (1985) que está em poder do eu, de seu trabalho de investigação, de conhecimento, de previsão, inventar respostas frente às mudanças do “meio” psíquico e físico que o envolve, mas que não está em seu poder inventar novas defesas, se certas condições (internas ou externas), necessárias para o seu funcionamento, lhe faltarem.

Vimos que o adoecimento somático é a marca de um dos prejuízos possíveis causados pelo segredo familiar. O adoecimento ocorre porque o corpo enquanto fronteira do processo de transmitir e a parte real da existência, é o espaço em que se manifesta uma confusão entre o dentro e o fora, o antes e o depois; é o local em que as palavras que foram enterradas vivas, as quais foram atuadas somaticamente. Esse corpo manifesta através de seus recursos, por mais primitivos que sejam, aquilo que não pode ser dito ou dramatizado. Nessa situação o Eu submergido imporá sua vulnerabilidade ao soma - a ser atacado por ser o outro estranho. Portanto, ao faltar uma voz que referencie o sujeito em uma determinada linhagem familiar, este se mantém alienado no lugar do objeto morto em um corpo-cripta.

Em síntese, se a forma de adoecer, em função dos prejuízos simbólicos, implica a relação com o objeto que se oferece como prótese na constituição

psíquica de cada membro de um grupo familiar, pode-se dizer que no campo transferencial o analista vai reeditar essa função de prótese psíquica. E construir com o paciente, ao longo do processo de análise, a possibilidade de rearranjos que envolvem as dimensões temporal, corporal e histórica. A partir daí, criam-se condições psíquicas mínimas para que o sujeito possa romper com a repetição à qual se encontrava alienado, não necessitando utilizar, exclusivamente, a via somática como forma de descarga e poder abrir espaço, então, a novas trilhas possíveis de resposta psíquica.

Tramitação:

Enviado em: 12 de junho de 2009

Aprovado em: 06 de agosto de 2009.

Marcia Maria dos Anjos Azevedo

Rua Timóteo da Costa, 1100, bl. 02, apto 303.

Leblon – Rio de Janeiro - RJ.

CEP. 22450 130.

Fone: 22745352 – 96398346.

E-mail: mmazevedo@globo.com

Referências

ABRAHAM, Nicholas; TOROK, Maria. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995. 444 p.

Marcia Azevedo

AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

_____. *Um interprete em busca de sentido*. São Paulo: Escuta, 1988. 310 p.

AZEVEDO, Márcia Maria dos Anjos. *O adoecimento do seio e a transmissão psíquica*. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Segredos que adoecem: um estudo psicanalítico sobre o crí(p)tico adoecimento somático na perspectiva transgeracional*. 2006. 166 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio de Prazer. In: _____. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1985. p.17-88. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 18). (Artigo original publicado em 1920).

GREEN, Andre. *El trabajo de lo negativo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995. 416 p.

GUILLAUMIN, J. Les contrebandiers du transfert ou le contre-transfert et le contournement du cadre par la réalité extérieure. *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, v.58, n.5, p.1481-1520, 1994.

KAËS, R. *Transmission de la vie psychique entre generations*. Paris: Dunod, 1998.

LANDA, Fabio. *Ensaio sobre a criação teórica em Psicanálise: de Ferenczi a Nicolas Abraham e Maria Torok*. São Paulo: UNESP, 1999. 319 p.

MARTY, Pierre. *Les mouvements individuels de vie et de mort*. Paris: Payot, 1976.

MCDOUGALL, Joyce. *Em defesa de uma certa anormalidade*. Porto Alegre: Art Med, 1991. 182 p.

ROUCHY, Jean Claude. Fantôme in héritage: du morcellement au lien in. *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, Paris, n.34, p. 89-101, 2000.

TISSERON, S. Les Secrets de famille, la honte, leurs images et leurs objets. In. ROUCHY, J.C. (Ed.). *La Psychanalyse avec Nicholas Abraham et Maria Torok*. Paris: Erès, 2002.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203 p. (Coleção Psicologia Psicanalítica).

artigo



Psicanálise e ética, uma interlocução necessária *Psychoanalysis and ethics, a necessary interlocution*

Ronald de Paula Araújo *

Resumo

O problema da universalização da lei na nossa modernidade e a sua inoperância lança uma preocupação ética para além da simples moral ou da simples aplicação dos diversos códigos legais. A Psicanálise poderia contribuir com suas descobertas e elaborações para uma reflexão ética mais ampla?

Palavras-chave: psicanálise, ética, desejo, lei.

Abstract

The problem of the universalization of law in our modern world and its inaction launches an ethical concern beyond ordinary morality or the mere application of the various legal

* Psicanalista, Membro do Corpo Freudiano, Escola de Psicanálise – Seção Fortaleza; Mestre em Psicologia / Universidade Federal do Ceará.

codes. Could Psychoanalysis contribute with its discoveries and elaborations to a broader ethical reflection?

Keywords: *psychoanalysis, ethics, desire, law.*



artigo

Psicanálise e ética, uma interlocução necessária¹
Psychoanalysis and ethics, a necessary interlocution

Ronald de Paula Araújo

Os trágicos acontecimentos que povoam a grande mídia de hoje e o apelo de esclarecimento, de obter um sentido, para esses acontecimentos aparentemente incompreensíveis, assim como a inoperância do Estado em tratar o problema da crescente marginalização no mundo todo, criam um campo cada vez mais fértil aos discursos autoritários e segregadores. E com isto, o risco iminente de perdermos antigas conquistas no âmbito dos chamados “direitos humanos”, devido aos impasses, cada vez maiores, de aplicabilidade destes direitos nos casos concretos, com a falta de conseqüências positivas na realidade cotidiana.

O problema da obrigatoriedade da universalização da lei na nossa modernidade, sem levar em conta as diversas subjetividades envolvidas em cada

¹ Trabalho apresentado no I Colóquio Internacional de Psicanálise da Universidade Federal do Ceará, em junho de 2008.

Ronald Araújo

caso, faz com que a sociedade se estarreça ante os seus limites e se preocupe com a discussão ética para além da simples moral ou da simples aplicação dos diversos códigos legais, demandando a nós, que fazemos parte dos chamados meios “psi” (psicanalistas, psiquiatras e psicólogos), além do apacramento da angústia que tais fatos causam, a tomada de uma posição política e uma ação efetiva a respeito, que gere conseqüências frente ao problema.

O que a Psicanálise pode dizer e nos ajudar nessa reflexão?

O amplo problema da ética humana é abordado por Freud durante toda a sua obra, culminando na criação do conceito de Supereu. Torna-se necessário um rápido resumo deste desenvolvimento, para atingirmos a complexidade da questão, culminando no conceito de gozo de Jacques Lacan. Afinal, no que a Psicanálise pode, ou não, contribuir para o campo da Ética, como a Psicanálise se localiza nesta discussão, o que ela aponta de impossibilidade e qual a sua função neste momento de incertezas que rege a vida humana?

Ainda no *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, Freud (1977) aponta a dependência total da criança a um outro como possível origem dos preceitos morais: o psiquismo não se diferencia do meio externo, trata com indefinição e ambivalência as primeiras noções de prazer e desprazer, toma estas “*impressões*” como forma de representar os primeiros objetos de satisfação e as marca no inconsciente, enquanto lugar privilegiado da nossa verdadeira memória. O psiquismo infantil trata com ambivalência tais objetos, até, posteriormente, ex-

pulsar aquilo que lhe causa desprazer, assim como absorver aquilo que lhe causa prazer, tomando o princípio de prazer como único norte do psiquismo em relação ao princípio de realidade crescente e ao meio externo. A procura da repetição das primeiras experiências de prazer localiza a noção de desejo (*Wunsch*), em Freud, enquanto voto de algo a realizar-se novamente. Torna-se claro que aquilo que agora está fora como odiado, já esteve incluso um dia, já fez parte do próprio psiquismo, assim como aquilo que está agora representado como amado, como prazeroso, e que o psiquismo irá procurar reencontrar nos objetos externos, já esteve fora. Ódio e amor, como podemos ver na nossa clínica, e com um pouco mais de reflexão na vida cotidiana, são, portanto, questões extremamente problemáticas e confusas, assim como a definição do que podemos tomar como bem e do que podemos tomar como mal, problema ainda sem resposta definitiva e fundamentada pela Filosofia e seus sistemas, da ética clássica às éticas contemporâneas (OLIVEIRA, 1997).

Em 1914, no texto *Sobre o narcisismo*, Freud (2004) apresenta como posterior ao auto-erotismo do desorganizado corpo pulsional infantil, a substituição de um *Eu-ideal* do *narcisismo primário* por “uma devoção a um *Ideal do eu* erigido dentro de si próprio” (STRACHEY, 1976, p. 20, grifo nosso), num *narcisismo secundário*. O psiquismo toma parte de si próprio como objeto desejado, impondo a si mesmo uma alteração, carregando para si parte das satisfações e impressões dos objetos desejados no mundo exterior. A este processo de introjeção e formação da instância do Eu (*Ego*), a partir de uma

Ronald Araújo

transformação do Isso (*Id*) mais primitivo, Freud (1976) chamou de *identificação* e o trabalhou no artigo *Psicologia das massas e análise do eu*, de 1921, já no período da segunda tópica, e após o conceito de pulsão de morte, com a noção clara de que há algo que rege o psiquismo para *Além do princípio do prazer* (1920), mas não nos apressemos.

Em 1923, no texto *Eu e o isso*, Freud (1976) apresenta pela primeira vez o termo *Supereu* em substituição ao termo Ideal do eu. Aqui, a instância censora aparece ainda indiferenciada do Ideal do eu, ou seja, o próprio Ideal do eu se confunde com aquilo que obriga o Eu a atingi-lo, que pune o Eu e que o faz abandonar as satisfações primitivas exigidas pelo Isso, na sua relação com o meio externo. A ampla questão da moral humana é, então, atingida diretamente por Freud, porém com toda a complexidade dos paradoxos observados até então no desenvolvimento do psiquismo, havendo a necessidade da teoria se adequar ao que surgia da prática clínica acumulada. Ora, o que Freud observou é que este *Supereu* é uma terceira alteração no psiquismo, agora na superfície do próprio *Eu*, porém na sua face mais arcaica, aquela que está mergulhada no *Isso*, sendo, portanto, depositário de todo o *Supereu* cultural absorvido pela espécie humana como herdado, enquanto alteração de incontáveis *Eus* no decurso da história da civilização², assim como sobre ele acionam-se os ideais da educação, na socialização de cada indi-

² Pois os objetos exteriores só têm seus traços introjetados através da parte consciente do *eu*, pelo sistema perceptivo (Pcpt), que mantêm o contato com o meio externo.

víduo no contato não menos conflituoso com o semelhante.

No entanto, a vinculação do Supereu ao Isso mais arcaico origina a forma obscura e massacrante como o primeiro pune o Eu, independentemente da conduta moral do indivíduo, tendo este ou não sucumbido aos desejos mais primitivos de satisfação pulsional, lembrando-nos a verdade incontestável de que os mais virtuosos no decorrer de nossa história foram e são aqueles que sofrem mais por mais se recriminarem; que se punem por não ter atingido algo mais perfeito; e que voltam para si mesmos a agressividade inerente às relações com o outro, buscando aquilo que seria mais ético. O inverso também é verdadeiro – aqueles que menos levam em consideração o outro retornam menos a agressividade inicialmente dirigida a este outro para si próprio, gerando menos sentimento de culpa e tendo menos preocupações éticas.

O problema se torna ainda mais complexo quando percebemos em Freud (1976 [1923]) que o Supereu força o Eu a lutar por atingir um ideal impossível, ao mesmo tempo em que não lhe permite atingi-lo, pois isto significaria a morte do próprio Ideal do eu, com a colocação de si mesmo em seu lugar. O Supereu assim dá ordens totalmente paradoxais: “[...] ‘Você *deveria ser* assim (como o seu pai)’” e “‘você *não pode ser* assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele’” (p. 49, grifos do autor).

Assim, Freud tem a coragem de formular o problema tal qual ele se apresenta, sem a *pré-*

Ronald Araújo

ocupação de apontar uma solução, algo que faz a Psicanálise atingir uma reflexão mais aprofundada sobre os impasses da ética, em sentido amplo. Lembremos a crítica de Foucault ao humanismo, quando diz que este se propõe a responder questões que não consegue formular.

A nova epistemologia freudiana se nutre da racionalidade iluminista para abordar aquilo que temos de mais irracional e de incognoscível. Saindo dos limites da clínica, Freud aborda problemas cruciais da humanidade, com interesses totalmente diversos de uma sociologia, ou antropologia, como também de alguma *pedagogia social*, ou mesmo de alguma pretensão de criação de uma nova filosofia para resolver o impasse. Lembrando Sérgio Paulo Rouanet (1993), Freud “faz-se tão duro quanto a realidade, para romper essa realidade. Torna-se de pedra, para quebrar o real petrificado. Recusa, por amor, ao fácil amor dos revisionistas”.

O processo de inclusão na civilização, de abandono de antigas satisfações pulsionais, de criação de um Ideal do Eu para o psiquismo e do funcionamento da instância censora do Supereu, não ocorrem simplesmente como uma introjeção direta de preceitos morais necessários para a vida em sociedade – o processo civilizatório surge sobre um campo de conflito, “minado” por profundos paradoxos que regem a vida intrapsíquica e a vida cotidiana – a *pulsão de morte* revelada no *sentimento de culpa* e na *necessidade de punição* como ações do Supereu sobre o Eu são os principais impasses à civilização, como também produtos da própria civilização. Conclui Freud, no *O Mal-estar na civilização*:

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto [pulsão] humano [a] de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem.

Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. Agora só nos resta esperar que o outro dos dois ‘Poderes Celestes’ [pág. 95], o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado? (FREUD, 1974 [1930], p. 170-171).

O campo da ética filosófica nasce como o instrumento civilizatório mais abrangente e sofisticado de sublimação contra a autodestruição humana, na modernidade. É interessante notar hoje os discursos que defendem a necessária re-inclusão da Ética no campo do direito, em abordagens que problematizam a ecologia, os direitos humanos, a paz, o desenvolvimento sustentável, em suma, os chamados direitos de terceira dimensão (LEITE, 2008, Infor-

Ronald Araújo

mação verbal)³, aqueles que não são positivados em leis e códigos, sendo transindividuais, coletivos e difusos, com a indeterminação do sujeito ativo da relação. Tais direitos apontam a necessidade das leis voltarem a seguir preceitos éticos, o que fora totalmente desvinculado na modernidade, quando a racionalidade substituiu as éticas chamadas convencionais, aquelas antigas éticas dos costumes e das religiões (OLIVEIRA, 1997).

Freud, em carta a Einstein aponta a sua esperança no direito e na justiça como forma de tratar esta imensa energia destrutiva criada, paradoxalmente, pelo próprio processo civilizatório, como um lixo que precisa ser reciclado (FLEIG, 1993). O direito e a justiça aparecem como campo de batalha privilegiado dos dois ‘Poderes Celestes’, enquanto houver a possibilidade de construção cada vez mais ampla de campos simbólicos, laços discursivos, que propiciem o inevitável e necessário conflito humano, sem a total destruição do outro neste reencontro com o odiado.

A partir das reflexões freudianas, Jacques Lacan, no seu *Seminário 7* aborda o mesmo problema, porém se atendo especificamente e diretamente aos sistemas ético-filosóficos, em particular à *Ética à Nicômaco*, de Aristóteles, como base da tradição clássica, à *Crítica da Razão Prática*, de Kant, como fundamento da ética moderna, e às reflexões de He-

³ Informação concedida pelo Professor e Desembargador do Trabalho Carlos Henrique Bezerra Leite na palestra intitulada *O acesso à justiça do trabalho na perspectiva dos direitos humanos*, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em 05.09.2008, em Fortaleza, Ceará.

gel sobre a *Antígona*, de Sófocles, a partir da visão de A. Kojève. O objetivo de Lacan com esta crítica é lançar a discussão sobre uma possível Ética da Psicanálise, uma ética particular ao seu próprio campo.

Partindo da constatação de impossibilidade de aplicação da Ética Filosófica no contato com o princípio de realidade, Lacan (1988 [1959-60]) aproxima a tentativa de reencontro deste objeto perdido que é a procura da lei moral para Kant, com o movimento de eterno gozo do corpo de outrem, na manutenção da fantasia sadiana com o *objeto-vítima*, chegando à constatação de que nestas eternas procuras impossíveis de serem satisfeitas, abre-se um campo para além da lei, o chamado campo do gozo, única moeda com o qual se pagaria o acesso ao desejo para Sade, assim como também a pura interdição a este desejo, para Kant. Como podemos esclarecer melhor isso?

Lei e desejo são tomados numa relação de dependência e retroalimentação por Lacan, a partir da honesta constatação de São Paulo, na carta aos Romanos, cap. 7, se referindo às leis de Moisés: “se a lei não dissesse, não cobiçarás, eu não cobiçaria”. Portanto, a lei, num movimento de inscrição simbólica, cria o desejo na medida em que dá uma forma a ele, proporcionando também a visada a um campo para além da própria lei, se determinados desejos, agora formalizados como proibidos, fossem satisfeitos, atingindo o campo do gozo, passagem paga com a própria carne, segundo as palavras de Lacan. Quanto maior o número de leis, maior o número de ladrões, mas por quê?

Ronald Araújo

A noção de cálculo de Cristian Dunker (2002) é interessante para pensarmos o que seria este gozo de que Lacan nos fala, e que retira da noção de pulsão de morte de Freud, uma energia que não tem substância, irrepresentável para o inconsciente, e que segue uma lógica e economia paradoxais.

Podemos dizer que existe um cálculo quando são satisfeitas três condições essenciais: há grandezas representadas dentro de um código, por exemplo, números. Tais grandezas ou números têm a condição de se relacionar em operações, ou seja, podem ser somados, subtraídos, divididos, multiplicados. E a terceira e mais importante condição, é que o produto destas operações gere um número que também seja passível de ser representado no mesmo código no qual se incluem os elementos do cálculo, ou seja, pertença à primeira condição.

O que acontece com o gozo, segundo Dunker, é que ele é uma grandeza, envolve uma economia, se relaciona com outras representações e grandezas, mas o seu produto nestas relações não é passível de ser representado, ele não retorna ao próprio sistema, não há o registro do produto de suas operações, e daí a dificuldade em *tratá-lo*, ou *reciclá-lo*. Para exemplificar, seria da mesma forma que não existe produto racional para a raiz de -1 , mesmo que seja possível a formulação da equação. Aqui, abre-se o campo dos números irracionais.

Assim, a noção de gozo em Lacan oferece várias faces, como a do significante, que envolve o próprio gozo que pode ser *tratado* e atingido pela fala, uma face ética, desenvolvida particularmente durante o *Seminário 7*, mas também uma face real,

inapreensível e que não é passível de elaboração. Como solução para a sua última clínica, Lacan apontou a identificação ao sintoma (SOLER, 1995) como possibilidade de transformação deste sintoma particular do sujeito em *sinthome*, uma nova forma de trato com aquilo que o constitui e que é impossível de ser simbolizado; uma criação de um estilo e, portanto, a Psicanálise envolveria uma questão *estética*, dentro da sua Ética, como um final de análise possível (LACAN, 2007).

Essa noção do real *intratável* poderia ser utilizada como início de um novo enfoque para as reflexões éticas? Poderia a Psicanálise contribuir com as suas descobertas e elaborações para o surgimento de uma reflexão ética mais ampla, que leve em consideração os impasses e impossibilidades da própria civilização, sem se transformar ela mesma em uma nova filosofia, mas ocupando o espaço de um provocador sempre atento a apontar o real em jogo, impedindo as tantas ilusões criadas pelo ser humano como respostas fáceis que encobrem os verdadeiros problemas, tornando árido o campo das ideologias românticas, impossibilitando o nostálgico retorno moralista que até agora não ofereceu resposta prática?

A Psicanálise em extensão hoje é uma questão política e inevitável.

Tramitação:

Recebido em: 12 de junho de 2009.

Aprovado em: 05 de agosto de 2009.

Ronald Araújo

Ronald de Paula Araújo

Av. Santos Dumont, nº 3131, Sl. 307.

Fortaleza – Ceará.

CEP: 60150-162.

E-mail: ronald_paula@yahoo.com.br

Referências

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo: Escuta, 2002. 223 p.

FLEIG, Mário (Org.). Violência: lixo atômico não-reciclável? In: _____. *Psicanálise e sintoma social*. São Leopoldo: UNISINOS, 1993.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. *Publicações pré-analíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 381-394. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 1). (Artigo original publicado em 1895).

_____. À guisa de introdução ao narcisismo. In: HANNS, Luiz Alberto (Coord.). *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 95-132. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 1). (Artigo original publicado em 1914).

_____. Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 89-179. (ESB, 18). (Artigo original publicado em 1921).

O ego e o id. In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 32-41. (ESB, 19). (Artigo original publicado em 1923).

_____. O mal-estar na civilização. In: _____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p.75-171. (ESB, 21). (Artigo original publicado em 1930).

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise: 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. *O seminário, livro 23: o sintoma:1975-1976*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 249 p.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Os desafios da ética contemporânea. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jan./jun.1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

SOLER, Colette. *Variáveis do fim da análise*. Campinas: Papirus, 1995. 216 p.

STRACHEY, James. Introdução do editor inglês. In: FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-22. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19). (Artigo original publicado em 1923).

artigo



O mal-estar carioca: espelho das ambiguidades brasileiras e seus reflexos na clínica

Carioca uneasiness: mirror of Brazilian ambiguities and its reflections on the clinical practice

Virginia Heine*

Resumo

Este artigo surgiu de minhas inquietações a respeito das narrativas recorrentes de muitos dos meus pacientes sobre situações vividas em seu cotidiano. As narrativas eram acompanhadas de um mal-estar, cujos sentimentos variavam em função da subjetividade de cada um deles. Passei a refletir como esses sentimentos estariam relacionados com a realidade cultural brasileira, em especial a do Rio de Janeiro, situada entre a globalização e velhas práticas de comportamento social.

Palavras-chave: globalização, mal-estar, clínica, cultura, sociedade, Brasil, Rio de Janeiro.

* Psicóloga; Mestre em Letras/PUC-Rio

Abstract

This article arose from my concerns about the recurring narratives of many of my patients about situations encountered in daily life. The narratives were accompanied by some discontent, although sentiments differed depending on the subjectivity of each. I began to reflect how these feelings are related to the Brazilian cultural reality, particularly in Rio de Janeiro, in a time of globalization and old social behaviors.

Keywords: *globalization, uneasiness, clinic, culture, society, Brazil, Rio de Janeiro.*



artigo

O mal-estar carioca: espelho das ambiguidades brasileiras e seus reflexos na clínica

Carioca uneasiness: mirror of Brazilian ambiguities and its reflections on the clinical practice

Virginia Heine

Motivações

O homem não se encontra num mundo inerte e opaco e, por outro lado, ao decifrar a linguagem do Mundo, ele se confronta com o mistério. [...] Os mitos revelam tudo o que se passou, desde a cosmogonia até a fundação das instituições sócio-culturais.¹

O homem, por sua condição simbólica, desde sempre se preocupou em construir sentido para compreender a razão de ser de sua existência no mundo. Os mitos inauguram coletivamente a ação criadora no sentido de simbolizar a angústia de existir do homem em todas as suas formas de relação com os mistérios da vida e da morte. A mitologia

¹ ELIADE, Mircea (1963). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 126.

Virginia Heine

grega² foi de rara sabedoria e beleza ao inventar seus deuses pagãos, como expressões vívidas das pulsões humanas. Esses deuses, por sua vez, só se mantinham em equilíbrio na relação que estabeleciam com os homens. Cabia à divindade manifestar-se fora do Olimpo à imagem e semelhança dos seres humanos, com direito ao que eles têm de melhor, de pior, e até de mais ridículo ou grotesco, nas profundezas de sua alma. Porque exhibir-se em sua epifania divina provocaria a total destruição humana. São os mistérios divinos, ou os amores e os medos humanos, velados e revelados por sua capacidade infinita de criar. Já no século V a.c. as tragédias e comédias surgiram, em Atenas, para coroar as reflexões sobre as dores, os amores, os humores, a vida e a morte, dos homens e de seus deuses na *polis*³ grega. Muito mais tarde, Freud entenderá que a função da psicanálise será a de ajudar o homem a sair de seus dramas (neuroses pessoais) para encarar, dialeticamente, a tragédia e a comédia da existência⁴.

Pode-se concluir, desse modo, que a mitologia constitui a base de toda produção de conheci-

² BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Vol.I Petrópolis: Vozes, 1986.

³ O sentido da palavra *polis*, para os gregos, era maior do que simplesmente a cidade (cidade-estado), por ser um lugar de participação popular (dos *políticos* ou cidadãos - circunscritos aos originários da cidade) na ética e na vida política. Quem não participava da coisa pública era denominado *idiota*. (Roberts, J.M. *O livro de ouro da história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001)

⁴ BIRMAN, Joel. Frente e verso: o trágico e o cômico na desconstrução do poder. In: *Seria trágico... se não fosse cômico*. , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

mento, inclusive o científico. O mito compreende o tempo como circular, indicando o eterno retorno ao inanimado, ao caos, à morte. Mas o retorno mítico é o retorno à diferença, pois se trata de um retorno que inaugura o novo. Uma experiência criada plasticamente para simbolizar a morte e o *renascimento* da vida. Porque, de acordo com o pensamento mítico, primeiro morremos para depois vivermos. Portanto, a sabedoria só é alcançada a partir da compreensão do significado da dor de existir⁵. Depois a História introduziu a preocupação com o registro racional, ocorrido na linha cronológica do tempo. Junto com essa preocupação cronológica, a História voltou-se para a lógica da *realidade*. O historiador alemão, naturalizado americano, Peter Gay, profundo conhecedor da vida e da obra de Freud e da psicanálise, porém, relativiza os campos das verdades absolutas e as contradições entre a ordem da fantasia e da realidade. E argumenta que a psicanálise enfatiza e sistematiza a aproximação entre ambos.

[...] não é válida a objeção de que as idéias de Freud não tocam nas realidades que constituem o feijão com arroz do historiador. Em primeiro lugar – e é mérito da psicanálise haver enfatizado isso -, as fantasias são realidades, em geral realidades poderosas a rigor, que exigem um

⁵ Diz o coro, em Agamenon, primeira parte da trilogia *Oréstia*, do trágico Ésquilo: *Abriu aos mortais os caminhos da Prudência, Zeus, o Mestre que lhes deu essa lei: SOFRER PARA COMPREENDER [...] Só aos que sofreram, a Justiça dá de compreenderem*. In: ÉSKUÍLO. *Oréstia*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1976, pp.16 e17.

Virginia Heine

estudo tão intensivo quanto os dados materiais mais óbvios. Não foi uma descoberta da psicanálise que os seres humanos não são inteiramente racionais, que as preocupações neuróticas não são específicas deste ou daquele indivíduo. Ela não desvendou o fato de que os preconceitos nacionais ou raciais coletivos, ou as paixões religiosas, impelem os seres humanos a atitudes e atos que seriam completamente inexplicáveis, se estudados sob a rubrica sensata do exclusivo e simples interesse pessoal. Essa é uma descoberta muito antiga, que remonta pelo menos a Tucídides. O que Freud fez foi sistematizá-la, mostrar como surgem as fantasias e quais suas conseqüências mais prováveis. Admitimos que as fantasias são coisas meio vagas, difíceis de identificar e que, muitas vezes, mal chegam a deixar vestígios visíveis, mas o historiador que as descobre em ação pode dar-se por muito satisfeito, pois está no caminho das verdades históricas. É obrigado a levar em conta as realidades históricas. ‘Quando os homens definem as situações como reais’, como disse há muito tempo a célebre frase do sociólogo W.I. Thomas, ‘elas são reais em suas conseqüências’⁶.

Freud entendeu que não há descontinuidade entre a psicologia individual e a psicologia social. O inconsciente, essa parte escondida e irracional do eu,

⁶ GAY, Peter. A psicanálise e o historiador. In: *Freud: conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 111.

portanto próprio do psiquismo e sede das pulsões, também está presente no grupo social. Lacan complementa dizendo que “o inconsciente é social”, uma vez que é alimentado pelo recalque, o qual é estabelecido pela moral cultural⁷. Não é à toa que, com o enorme conhecimento de que Freud dispunha, ele tenha ido buscar na mitologia os substratos fundamentais para ajudar a entender o inconsciente humano e suas relações com a fundação da cultura. Esta se originou no mito do assassinato do pai da horda primitiva, autoritário e tirânico. Coube aos filhos a culpa pelo parricídio, mas ao mesmo tempo, a interdição do incesto e a organização do grupo social, já munidos da internalização da lei paterna e da constituição do supereu. O princípio de prazer, alvo incontinente do eu, passa a ser atravessado pelo princípio de realidade, quando o eu ideal, eminentemente narcísico, cede à existência do outro, cuja consciência surge com a cultura.

Na última teoria freudiana do aparelho psíquico, a chamada teoria estrutural, desenvolvida depois da Primeira Guerra Mundial, o isso é inteiramente inconsciente, enquanto o eu e o supereu o são em parte. Isso significa que o eu e o supereu, mas especialmente o eu, enfrentam sistematicamente o mundo externo. Um conflito tão íntimo e particular quanto o complexo de Édipo, na visão de Freud, é significativamente moldado por forças externas, por experiências na escola, nas

⁷ MELMAN, Charles, psicanalista e psiquiatra, em debate na *Revista Percurso* n° 34 (1° sem./ 2005).

Virginia Heine

brincadeiras ou na leitura. A cultura externa, ainda que ocupe apenas o pano de fundo da maioria das sessões de psicanálise, está sempre presente. O eu calcula, julga e faz previsões à medida que elabora uma multiplicidade de sinais do ambiente: sinais dos pais, das babás, dos irmãos, dos professores e dos sacerdotes; e dos compromissos religiosos, de classe e nacionais⁸.

A cultura, ou civilização, nasce a partir de dupla castração: da sexualidade (assassinato do pai, único a ter acesso a todas as mulheres – proibição do incesto) e da agressividade (sentimento de culpa pela violência do parricídio). Permanentemente o homem se encontra mediado pela luta entre duas forças: a de amor e vida (Eros-libido-criatividade) e a de agressividade e morte (Thanatos-destrutividade). Tensão estrutural e estruturante da condição humana, uma vez que as pulsões de vida e de morte complementam-se⁹. Daí não se poder pensar a psicanálise destituída de sua vocação dialógica, entre o eu e o outro, o eu e o mundo, e no interior deste mesmo eu que existe e morre. E é por esta aptidão dialógica que a psicanálise não prescinde da comunicação com as outras áreas do saber, trocando informações com o objetivo de pensar melhor a complexidade e a dinâmica das relações entre o homem e o mundo.

⁸ GAY, Peter. Op.Cit. p. 111.

⁹ FREUD, Sigmund. (1930) *O mal-estar da civilização*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 21, Rio de Janeiro: Imago 1974.

A consciência de limites funcionais de uma psicanálise que vai além do micro-cosmo da clínica, ou como uma prática voltada a um universo maior, começou a me inquietar. A interdisciplinaridade parte, nesse sentido, da fragmentação do objeto do saber, reconhecidamente plural e não como objeto único, para, através desta comunicação multidisciplinar, “cimentar os cacos desse objeto plural”¹⁰. A psicanálise, dentro de seu próprio campo do saber, opera com a ideia de que a *fratura* já é parte constitutiva do sujeito e as *identificações* estruturam suas diversas instâncias psíquicas. A psique “trabalha segundo suas próprias leis, mas com representações que lhe são em parte fornecidas pela experiência social”¹¹. Sendo assim, a psicanálise funciona a partir de polarizações: singularidade e pluralidade, fragmentos e integração do sujeito, eu e *self*, o eu e o outro, sujeito e cultura.

Minha escuta clínica pinçava relatos que diziam insistentemente de experiências *reais* do dia-a-dia da vida social. Perceber a presença do mundo externo, pelas práticas culturais da dinâmica social, não como um mero cenário do discurso, mas como algo que atravessava a subjetividade, me causava um incômodo, uma inquietação permanente. Foi a partir desse incômodo que resolvi me debruçar mais atentamente sobre a literatura psicanalítica preocupada com suas relações com a cultura. Portanto a psicanálise não pode ser tomada como um saber deslocado

¹⁰ MEZAN, Renato (1985). Identidade e cultura. In: *A vingança da esfinge: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 252.

¹¹ MEZAN, Renato. Op. Cit. p. 260.

Virginia Heine

da cultura, mas como parte integrante dela (universal – qualquer sociedade, e particular – uma sociedade específica), cujo foco central é o sujeito, sua constituição psíquica, mas que está em permanente estado relacional. Além disso, a psicanálise se concentra sobre uma dimensão inusitada do objeto: o inconsciente¹². O que estaria acontecendo no campo inconsciente estabelecido entre mim e meus pacientes? Entre seus relatos e minha escuta?

A psicanalista e escritora Betty Fuks lembra que para Freud a cultura surge do encontro da interioridade do sujeito com a exterioridade de um código universal, produto das subjetivações e regulamentações do sujeito com o outro. Daí a indistinção entre psicologia individual e social. É que, portanto, a função do analista o coloca na condição de crítico da cultura.

Ainda que no plano do coletivo o analista seja impedido de exercer a clínica sob transferência (como ocorre no desenrolar da análise do sujeito), por razões éticas não pode deixar de escutar e denunciar a impunidade requerida pelos movimentos a favor da guerra, da segregação, do racismo etc. Essa posição que impede à psicanálise ficar neutra na luta entre o obscurantismo da barbárie e a cultura liga-se a sua responsabilidade cívica, de modo inexorável. Espera-se de um analista que, em nenhuma circunstância, por

¹² MEZAN, Renato (1998). Psicanálise e cultura, psicanálise na cultura. In: *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 320 e 325.

ele distinguir as forças mais enigmáticas da natureza humana, justifique condutas que venham a colocar em risco o laço social entre homens. Estas são questões que provocam no analista o desejo de preservar os fundamentos de sua prática: convocar a alteridade a desfazer os jogos de espelhos, direcionando o sujeito a apropriar-se de sua história no reconhecimento da existência do outro¹³.

Precisava, desse modo, ampliar o significado de minha prática clínica e perceber a sociedade onde nos constituímos, e que ajudamos a constituir. De alguma forma, simbolicamente, precisava resgatar a *polis* perdida. Era preciso não me seduzir pelo drama, mas perceber a dimensão trágica da cena analítica, e resgatar o humor transgressor obliterado pelo peso da seriedade, ou mesmo das atuações encobridoras. Foi essa inquietação profunda com os relatos que reincidiam que me fez pensar mais sistematicamente sobre a comunicação existente entre nossas relações sócio-culturais e uma subjetividade. Era quando meus pacientes pareciam falar de situações de uma realidade muito particular. Experiências de muita impotência e angústia diante de um Brasil cindido entre as conquistas globais e as velhas práticas de sempre. Eram relatos angustiados, raivosos, culpados ou impotentes, diante de um cotidiano no Rio de Janeiro que indicava um estado *muito além de um mal-estar*.

¹³ FUKS, Betty. *Freud e a cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p.62 e 63.

Virginia Heine

Histórias

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!

Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado, ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.

O Brasil não nos quer! Está farto de nós! Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.

Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?¹⁴

O século XX trouxe transformações de paradigmas, a partir de revoluções, de invenções, desenvolvimento tecnológico, velocidade. O mundo foi se tornando menor, a informação foi se infiltrando no cotidiano das pessoas, redefinindo sociedades e modos de existir e de se comportar. A comunicação se democratizou, novas subjetividades se tornaram uma demanda de novos desejos. Desde as embalagens das sopas *Campbell*, estilizadas por Andy Warhol, a crítica da cultura foi sendo absorvida pelo senso comum e mimetizada por pasteurizações bem-comportadas, promovidas pela cultura de massa. Estabeleceram-se os quinze minutos de fama, a cultura tornou-se mercadoria, passou-se a exigir a celebração da celebridade.

O século XXI consolidou a banalização dos afetos, escondidos atrás das máscaras de rostos iguais. Prevalece o *kitsch* estilizado por tendências

¹⁴ DRUMMOND, Carlos (1934). Hino Nacional. In: *Brejo das almas*. São Paulo: Record, 2001.

variadas e justapostas para criar um corpo contemporâneo. O pós-moderno estabeleceu-se como uma profusão indiscriminada de estilos e formas, esvaziando-se em fragmentos de uma totalidade que visa desesperadamente à felicidade¹⁵. Sonhamos em ser como os astros de Hollywood (ou os artistas globais). Somos todos muito felizes, lindos, jovens, louros, e, de preferência, ricos.

Neste contexto, ocidente e oriente passam a derreter suas peculiaridades e a se transformar num bloco uniforme e voraz de consumo. Em contrapartida, um mundo fundamentalista armado faz a resistência ilusória à ordem globalizada, sobrevivendo da reação ao poder do outro, do diferente. Deste embate sobram as generalizações preconceituosas acerca do outro. Verso e reverso de um velho fenômeno que Freud vai denominar de *narcisismo das pequenas diferenças*¹⁶, em que um grupo se forma por identificações baseadas em uma idéia de semelhanças e rechaça um outro, cujas dessemelhanças seriam mais de ordem reativa do que profunda. Fenômeno que na pós-modernidade ensaia uma espécie de cultura da fusão e da separação, do amor indiscriminado e das mortes bárbaras. O filme *Babel*, do mexicano Alejandro Gonzáles, apresenta esta justaposição vazia, porosa, esburacada. Mostra um mundo perverso, devorado pela violência banal, que junta para manter

¹⁵ Para Freud felicidade é um estado que não existe, uma vez que o destino do homem é buscar a satisfação do *princípio do prazer* e ser permanentemente impedido pelo *princípio de realidade*. Essa é a sua castração, mas também a sua homeostase.

¹⁶ FREUD, Sigmund. Op. Cit.

Virginia Heine

as partes separadas, atraído pela mímica das falsas igualdades, que tem horror às diferenças, e que é seduzido pela morte travestida de prazer. E a mídia funciona aí ao mesmo tempo como agente de informação e objeto da indústria das celebridades instantâneas.

O Brasil, nesse sentido, encarna a faceta mais cruel da globalização, que é o poder de criar um império e uma colônia de si mesmo, dentro de seu próprio território. Há uma guerra dissimulada desta tensão interna, cuja expressão da violência do jogo de poder pós-moderno se duplica em novas e velhas contradições. Além da mídia, o cinema é atraído pelo espelhamento desta violência exposta, onde a guerra entre o tráfico e a polícia (e a milícia) é reproduzida com tons hiper-realistas¹⁷. Criou-se uma tendência do *cinema ficcional-documental*, onde ficção e realidade indiferenciam-se a ponto de se misturarem atores profissionais com moradores das *comunidades* locais. Sem falar nos documentários propriamente ditos, fonte de inspiração desta nova ficção, muitos dos quais de grande qualidade conceitual¹⁸.

A pobreza é uma temática recorrente na cinematografia brasileira. Repete-se o caótico movimento migratório, sobretudo dos nordestinos, para os grandes centros populosos. Estes indivíduos dei-

¹⁷ *Carandiru, Cidade de Deus, Tropa de elite, Última parada, 174, Era uma vez...* são alguns nomes dessa *ficção documental*. Cf. *Revista Bravo* n° 132 (ago. 2008), por André Nigri: Vi um Brasil no cinema.

¹⁸ *Notícias de uma guerra particular*, de João Moreira Salles; *Ônibus 174*, de José Padilha; *Estamira*, de Marcos Prado, são apenas alguns exemplos.

xam suas cidades transportando sonhos de melhoria de vida. Ao desembarcarem na cidade grande, o sonho se inunda da realidade das favelas, onde a resignação ou a violência condicionarão os limites de sua subjetividade. O tema da pobreza, porém, foi se deslocando, do século XX ao XXI, das projeções românticas, que ajudam a minimizar a culpa das camadas mais abastadas da sociedade, passando pela denúncia e engajamento ideológico, ao lirismo¹⁹, até à estetização da violência perversa, espelho da nova realidade. A luta permanente por inclusão social e colocação no mercado de trabalho vai tornando esses indivíduos cada vez mais concretos, mais imediatistas, com objetivos apontados para daqui a cinco minutos. Qualquer projeto de futuro vai se dissolvendo no presente vivido como destino, cristalizado e imutável, de uma vida sem muitos planos.

Hoje o cinema talvez seja a linguagem cultural de maior impacto ao debate social e político no Brasil. Esse papel já coube à música popular, nos anos 60, quando os protestos ideológicos contra a ditadura militar eram cantados em versos acalorados, sempre em nome da população oprimida. Com o fim das ideologias, o cinema parece ocupar este espaço na atualidade, editando imagens da pobreza endêmica no Brasil. Suas lentes focam sem filtros o lado sombrio, violento, *underground* de nossa sociedade. As contradições entre o acesso à globalização e o atraso absoluto aparecem justamente na exposição da violência, muitas vezes perversamente erotizada,

¹⁹ Filmes como: *Vidas secas*, *A hora da estrela*, *Central do Brasil*, *O céu de Suely*, são verdadeiras poesias.

Virginia Heine

a serviço de uma indústria *kitsch* do corpo sexual, da ganância, das armas e das drogas²⁰.

Há, no Brasil, a busca do sentimento de uma identidade nacional, desde que começou a se perceber diferente de Portugal. Um desejo de decifrar uma *brasilidade* que preencha este vazio de uma identidade única para um país partido. Transita-se nas descrições, idealizações ou críticas à sociedade e ao povo brasileiro, na sua mestiçagem. Este desejo vem estimulando o pensamento crítico e a criação de tantos escritores, desde Gregório de Matos²¹.

São dois brasis: um rico e outro pobre. Sempre foi assim, desde a chegada dos primeiros portugueses, em confronto com os índios. Depois veio a ideia romântica da *mulatização*, tida como protótipo do povo brasileiro, alegremente miscigenado, mas que, na realidade, sempre esteve associada a um Brasil pobre. Mais de quinhentos anos depois, entra governo e sai governo, entre ditaduras e democracias incipientes, e o Brasil continua dividido predominantemente entre ricos e pobres, apesar de uma vasta classe média. Talvez até pela internalização encastelada dessa dualidade constitucional brasileira, a classe média não consiga se sentir em nenhum lugar social ou se reconhecer em nenhum papel social,

²⁰ Não somente a cinematografia brasileira se interessa em tematizar a pobreza. Esta sempre foi uma tendência de nossa cultura em geral.

²¹ Na literatura, está nos modernistas e sua antropofagia da cultura européia, está em Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Drummond, João Ubaldo, e tantos outros. Nas ciências sociais, com Gilberto Freire, Sérgio Buarque, Affonso Romano de Sant'Anna, por exemplo. No cinema, em Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Walter Salles, Andrucha Waddington...

acomodando-se na *coluna do meio*. Ela, que sempre pagou a conta da corrupção endêmica de nossa sociedade, divide-se entre a culpa²² e a raiva pela miséria com a qual se defronta diariamente, vive abastecida do sonho burguês de migrar para as classes mais ricas, acaba se conformando com uma vaga no funcionalismo público do Estado paternalista, e se cala inerte diante dos desmandos do poder que lhe recai no bolso e na subjetividade.

Apesar de nossa cisão, na ânsia de inventar uma identidade única, fomos buscar obsessivamente inspiração na pobreza, no sofrimento das minorias, ou ainda no carnaval, no samba e no futebol, onde a fantasia de uma super-alegria à brasileira se retroalimenta. É pelo filão do carnaval, quando as inversões são constitutivas, que o samba e o futebol pegam uma carona e reinventam a ilusão de uma fusão de classes. Este Brasil cindido, ávido de uma identidade que o transforme em nação, parece condenado às vicissitudes de uma construção repetida de si mesmo. Enquanto alguns artistas buscam um caminho pelas denúncias e críticas e alguns movimentos de resistência à violência se formam em associações, a população vaga acreditando que não há mais em que acreditar. As tentativas de solução acabam, na prática, repetindo certo mito do eterno retorno em si mesmo.

²² O trabalho de catequização dos jesuítas foi pregnante nesse comportamento de aceitação e conformismo espalhado, este sim, por todas as classes sociais no Brasil. Aceitação que ajudou a compor a fronteira única entre os que mandam e os que obedecem, entre os que têm e os que não têm.

Virginia Heine

O Brasil corre urgente para não sair do lugar. As leis são duras e prolixas, favorecendo as interpretações dos agentes da lei que as manipulam de acordo com seus interesses pessoais²³, o que as torna frouxas na prática. A autoridade é ao mesmo tempo ameaçadora e permissiva, e nesse vácuo cada um vai procurando ejetar no outro suas conexões de poder. Aquele que tem a *carteira do poder* dá *carteirada*; aquele que não tem *usa de seu próprio corpo* para ameaçar o *corpo* do outro. A violência e a corrupção se espalham dificultando o convívio em sociedade, às vezes beirando a quebra do contrato social. E o Brasil repete o Brasil, das instituições públicas às empresas privadas, das associações informais às reuniões de condomínio, chegando, muitas vezes, até às instituições de maior requinte intelectual. Na prática, vivemos a *cultura do eu sozinho*, do *salve-se quem puder*, em que, às vezes, *só Deus é quem pode resolver as situações impossíveis*, afinal, dizem, *Deus é brasileiro...*²⁴

Freud afirma que a cultura nasce da renúncia ao princípio de prazer, pela própria impossibilidade de permanecer como puro prazer, dada a necessidade e a consciência da existência do outro. Por um

²³ Roberto Da Matta fala, em seus trabalhos, do predomínio da pessoalidade, como marca característica das relações entre brasileiros.

²⁴ Esta situação da mais franca impotência provoca um tal sentimento de inutilidade que, sem dúvida, afeta a subjetividade do brasileiro, como um todo e individualmente. Numa sociedade legalista em que a idéia de *aos amigos tudo, aos inimigos a lei* gera uma espécie de um *não-ser*, um sentimento de desamparo, na maioria; e numa minoria, ao contrário, uma manifestação de onipotência social.

lado esta condição frustra o sujeito, no seu desejo de liberdade plena. Por outro, ele reconhece a falta como inevitável, por sua castração estrutural e pela condição dualística de seu ideal do eu, simultaneamente narcísica e produto da identificação com o outro (parental e sua extensão social e cultural). Às vezes a dinâmica social brasileira, sub-reptícia, parece contradizer as assertivas freudianas, sobre as relações entre o princípio de prazer e de realidade e a cultura, o que nos causa prejuízos civilizacionais e a nossa subjetividade.

Resta avaliar o último, mas decerto não o menos importante, dos aspectos característicos da civilização: a maneira pela qual os relacionamentos mútuos dos homens, seus relacionamentos sociais, são regulados – relacionamentos estes que afetam uma pessoa como próximo, como fonte de auxílio, como objeto sexual de outra pessoa, como membro de uma família e de um Estado (...) o elemento de civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos²⁵.

Nós, no Brasil, ou vivemos na ilusão da completude total, e somos *os melhores do mundo*, ou

²⁵ FREUD, Sigmund, (1930[1929]), p.115

Virginia Heine

somos vazios, esburacados, então somos *os piores do mundo*. De todo modo, temos a síndrome do número um, nem que seja pelo avesso. O Brasil se globalizou, se modernizou, porém continua pobre, analfabeto, em busca de uma identidade que o defina. É o velho sintoma que se apresenta, mudando apenas de máscara ao sabor das ocasiões²⁶. Esta contradição acaba sempre reforçada pela linguagem, ora das velhas oligarquias, encarnadas de um poder autoritário e escravocrata, ora do discurso raivoso, à caça de culpados, que se entende politicamente correto. À direita ou à esquerda do discurso, o Brasil acaba sempre dividido em dois: um pobre e outro rico.

A clínica

Freud tenta ampliar sempre e cada vez mais as suas investigações a outros domínios do saber. Pela multiplicidade de suas comparações, ressalta a polifonia da alma, adota o desenrolar infinito das associações do pensamento e da afetividade. O inconsciente nunca deixa de produzir novas redes de encadeamentos.²⁷

Comecei a perceber na minha clínica uma espécie de espelhamento das ambiguidades do país.

²⁶ Arnaldo Jabor vêm construindo, em suas crônicas, um panorama analítico de bases psicanalíticas da cultura brasileira, e da carioca em especial, onde as cenas política e social, com suas práticas do cinismo moral, da ausência de ética, da corrupção *kitsch*, do mau-gosto dos personagens dessa história real inverossímil, desfilam semanalmente.

²⁷ FLEM, Lydia. *O homem Freud: o romance do inconsciente*. Rio de Janeiro: Campus, 1993, p. 2

As dúvidas éticas, os embates em situações corriqueiras nas ruas, as crises consumistas e o medo do limite do saldo na conta bancária, a angústia em períodos de imposto de renda (medo do *leão* ou o terror do pai miticamente cruel), relatos sobre a selvageria do trânsito, as horas dedicadas às tentativas de resolver problemas com empresas privadas (sobretudo ao telefone e suas gravações impossíveis), as situações insolúveis em repartições públicas, a culpa que emerge diante de um mendigo em alguma esquina. Um desamparo da ordem da realidade concreta, palpável, se repetia. Alguns relatos eram tão fáceis de reconhecer por mim mesma, na minha vida cotidiana, e tomavam um tempo tal das sessões que comecei a me sentir diante de uma estranha espécie de *clínica da realidade*.

Passei a me questionar sobre qual simbolismo estavam se referindo aquelas falas que se generalizavam e eram recorrentes; ao mesmo tempo em que trabalhava as peculiaridades de tonalidades subjetivas que se diferenciavam em cada caso particular. Primeiro percebi que ouvir esses relatos era imprescindível. Poder narrar esses episódios a quem os ouvisse e compreendesse dava a meus pacientes um sentimento de realidade, de *certa normalidade*. Experiências surreais, vividas permanentemente, começavam a gerar uma dúvida em relação as suas próprias atitudes, a sua percepção da realidade, ao modo como veem o mundo. Uns começavam a duvidar de seu senso de realidade. Outros se tornavam agressivos a ponto de propagar uma raiva que temiam não conseguir conter. Havia aqueles que se sentiam ameaçados por um abandono iminente. Uns

Virgínia Heine

eram capazes de se sentir culpados mesmo diante de uma ação provocada por outra pessoa. Ao passo que outros tinham muita dificuldade em se implicar em certas situações que passavam a ser projetadas na responsabilidade do outro. Houve um que mencionou displicente, sobre os tiros incomuns disparados bem próximo à sua casa na Zona Sul. Havia também relatos cômicos de assaltos, reproduzidos com senso de humor. Ouvia aquelas narrativas, interagia, e acolhia todo aquele material como absolutamente legítimo. Só não podia me arriscar a patrocinar um espaço dedicado à catarse das impotências vividas cotidianamente; convicção que me exigia, que me exige, uma atenção contínua na acuidade de minha escuta.

A insegurança diária, a realidade das balas perdidas cada vez mais próximas, a tendência à reclusão, o horror provocado por notícias divulgadas pela mídia, traziam certos sintomas nada incomuns, como o pânico, as depressões pontuais, a negação, um esfacelamento do eu. A raiva encubada do *flanelinha* que provocou o atraso à sessão pela exigência de um valor inflacionado, ensaiando uma reviravolta momentânea de poder; o medo que o filho saísse à noite e voltasse de madrugada; a insônia. O assalto sofrido na véspera da sessão, a vaga roubada por um *espertinho*, a convivência com um estado de violência tratada pela sociedade e por eles mesmos, por nós todos, como algo estranho e ameaçador, mas corriqueiro, quase *normal*. O risco da percepção desfocada, quando não cindida, da realidade. A observação pervertida. Uma ordem fora de lugar. Para-

lisação. Cumplicidade? Covardia? Uma atrofia dos sentidos. O *medo do colapso*. O desamparo.

Uma situação assumida pela metade, pelas autoridades e sociedade em geral, de um nível altíssimo de violência permanente, resulta num certo tipo de subjetividade. Este sentimento de um país ensolarado, cheio de samba, carnaval, praia e cerveja, de um lado; das armas, da burocracia, da incompetência *burra* (como me nomeou um paciente um dia), dos *pequenos furtos* do dia-a-dia, sejam dos pivetes nas ruas, sejam das grandes corporações prestadoras de serviço à sociedade, sejam do poder oficial com seus esquemas de fiscalização, faz desenvolver um estado de *non-sense* e de angústia existencial, quando não de sintomas mais graves.

Há o paciente que repete na clínica as malandragens disseminadas pela *cultura do jeitinho*. Este tenta a todo custo dar um *jeito* de *te passar a perna*. Com um olhar gélido tenta engendrar formas perversas de pagamento. Repete, com o analista, as práticas utilizadas em sua realidade profissional e social. Em geral, não sabem o que fazer com o acolhimento. Querem submeter, e não se comprometem com nada. Com este tipo de paciente é preciso que se criem normas muito rigorosas de assiduidade às sessões e às formas de pagamento.

Em meio às surpresas do botox ampliando lábios e esticando expressões faciais, das narrativas de vômitos provocados depois das refeições, da obsessão do corpo magro, da androginia, surgem contradições muito específicas. Falta de dinheiro, dificuldade em colocação profissional, dúvidas sobre as escolhas profissionais, falta de previdência, priori-

Virginia Heine

dades invertidas (perde-se o plano de saúde, mas não se abre-mão do carro novo).

Claro que estas questões se assemelham em qualquer lugar, uma vez que o mundo vive uma economia global virtual e de crédito fácil. Porém o que percebo na minha escuta é que há aí um componente bastante brasileiro. Uma falta de compromisso com a vida e uma enorme banalização da morte; ao mesmo tempo, uma fragilidade imensa em relação a uma e a outra. É como se uma população de *cigarras cantantes num eterno verão* emergisse do vazio enganando o caos. Uma introjeção que repete as ambiguidades subentendidas nas máximas: *deixa como está para ver onde vai dar; relaxa, não esquenta a cabeça; ou, só jogando uma bomba neste país; não tem jeito nunca vai mudar*. A vida existe aqui e agora. Não que se trate de um presente essencialmente valorizado, mas de uma vivência em que um estado de incertezas permanentes dificulta o planejamento. É como se a vida acontecesse hoje, e o futuro fosse uma vaga abstração (*a Deus pertence!*); ao mesmo tempo em que se desenvolve uma defesa contrária, onipotente, capaz de denegar a morte. Parecido com a defesa dos adolescentes que, de tanta angústia e incertezas, forjam uma sensação de imortalidade.

A descrença nas instituições e no governo cria um sentimento de orfandade, de abandono em relação às perspectivas concretas da vida, que faz surgirem, pelo menos, três tipos de reação: aceitação das regras do jogo (ou se é otário ou malandro), negação das dificuldades reais (permanente crença num futuro melhor, com governantes – pais salvadores), desejo de evasão (sonho com o mundo exteri-

or). Há, porém, outra saída, ética, defendida por algumas pessoas lúcidas e responsáveis, cujas crenças e atitudes conscientes tentam transmitir ao grupo social a que tenham acesso²⁸. Entre o carnaval e a pobreza, o futebol e o fosso econômico que caracterizam a sociedade brasileira, há também um povo criativo, faminto de oportunidades, ansioso de integração. Mas existe, ao mesmo tempo, uma complacência quase incorrigível com as injustiças sociais, com as estruturas de poder do mais forte. Esta aceitação é tão cristalizada que as vozes críticas, e isoladas, chegam a duvidar da função desta pulsão de vida que as movimentam²⁹.

²⁸ As pessoas conscientes de sua condição de cidadãos, de membros do grupo social, podem ser vistas nas seções de *cartas do leitor* dos jornais e revistas, nos *blogs* e *sites* da internet (esses espaços parecem muros de lamentações, onde se reclama de todas as mazelas da vida nacional; porém esses leitores não desistem, escrevem diariamente); são os cronistas que, através da mídia, buscam trazer de volta à nossa sociedade a ética e os valores perdidos (Lya Luft, Roberto Pompeu de Toledo, Cora Rónai, Arnaldo Bloch, João Ubaldo Ribeiro, são alguns desses escritores, preocupados com o nosso mal-estar); é a própria mídia que, afinal, vem trazendo à baila os horrores da nossa vida política; são aqueles desconhecidos que, no dia-a-dia, procuram se comportar com consciência do outro e solidariedade no espaço público. Muitos pacientes relatam esta consciência e o desejo de mudança, que permanecem como um incômodo mal-estar improdutivo. Sobra um sentimento de menos valia.

²⁹ No dia 14/04/09, no *Globo*, Jabor finaliza assim sua coluna: “O menino de rua denuncia o ridículo do pensamento ‘genérico-crítico’ – mostra-nos que uma crítica à injustiça tem de apontar soluções positivas. Ele nos ensina que a crítica e o lamento pelas contradições (como estou fazendo agora) só serve para nos ‘enobrecer e ‘absolver’(...)”. E no dia 22/04/09,

Virginia Heine

Todo o dilema do consumo, da imagem, do culto às aparências, do mundo *fashion*, da erotização disseminada e difusa, convive com uma vasta população carente de informação e esperança, que se torna presa fácil das evangelizações, muitas vezes fanáticas ou verdadeiras máquinas fabricadas de fazer dinheiro fácil³⁰. A cultura do espetáculo e das celebridades concorre com o drama de uma guerra urbana dissimulada. A contradição entre o futuro identificado com a atualidade globalizada, urbana, opulente e consumista; e o passado identificado com a colônia, tropical, espoliada e distante do progresso, acaba recaindo na clínica. Esta contradição está na memória da cultura. E nesta clínica o próprio analista precisa entender o quanto essa realidade o afeta, e como ele irá elaborar essas questões, internamente, para poder exercer seu papel diante do paciente. O analista vive nesta mesma ambiguidade estrutural e estruturante.

Os sintomas que aparecem, exigindo minha atenção na prática clínica, podem, sem dúvida, aparecer em qualquer clínica, de qualquer cultura ou sociedade. Porém as contingências modificam aspectos da estrutura. E no caso brasileiro, mais especificamente carioca, o que seria extraordinário é corriqueiro e banal. Misturam-se os signos da extrema alegria e *jogo de cintura* com o medo generalizado

também no *Globo*, Roberto Da Matta escreveu: “Disse um grande escritor que para mudar uma história é preciso, em primeiro lugar, escrevê-la. É o que faço por meio de uma coluna em crise”. É interessante a ironia do título: *Crise de coluna*.

³⁰ Muitas dessas igrejas (não todas, é claro) já têm enorme representatividade na vida política, jurídica, social, e nos meios de comunicação de massa; sinal da manipulação do atraso.

da violência latente. O resultado desta contradição é uma sociedade órfã de um Estado ausente da realidade social, sempre pronto para puni-la, apesar da leniência com o corporativismo e a corrupção de seus pares. Este dilema atinge a população como um todo. Porque precisamos nos cercar de grades, contratar segurança privada, e aqueles que podem ainda blindam seus carros. Além disso, lidar com um Estado voraz em relação aos recursos que arrecada exige muito dispêndio de energia. Sobra uma melancolia que torna o sujeito impermeável à valorização da vida. O sentimento de impotência diante de um Estado inimigo gerencia, com frequência, uma raiva mal direcionada, voltando-se contra o próprio sujeito, ou agenciando ataques ao próximo, às instituições ou ao próprio Estado. É a vitória da pulsão destrutiva, porém *bronzeada pelo sol tropical*, onde tudo é excêntrico *abaixo da linha do Equador...*

Observo, na clínica, que as contradições entre um mundo globalizado, que consome tudo o que pode alcançar e que vomita tudo o que não consegue digerir, convivem com os mendigos nas ruas, com as pessoas que morrem diariamente em qualquer esquina por uma bala qualquer ou por um assalto assim... simplesmente banal. O dilema da mulher que trabalha, que é moderna, mas não sabe o que fazer para conciliar o desejo de ser mãe com a profissão, a custos razoáveis. As soluções ainda são de ordem familiar e doméstica. O novo convive com o velho; a alta tecnologia se depara com a burocracia emperrada; o dinamismo da informação sofre com o despreparo do material humano; sistemas sofisticados de telecomunicações enfrentam a desqualificação da mão

Virginia Heine

de obra barata; a proficiência caminha ao lado de um gigantesco número de analfabetos. Os filhos da classe média almejam entrar num mercado para o qual teoricamente se prepararam, cujo investimento foi altíssimo, mas que têm poucas perspectivas de um retorno profissional razoável. A exceção ainda reina no universo do conhecimento pessoal. Sem falar nas ações dos governos, tradicionalmente preocupados em construir a casa pelo telhado, que priorizam, à moda populista, as universidades públicas à educação pública de base, e impedem o crescimento econômico e o progresso sócio-cultural.

Muitos pacientes jovens acabam sonhando em deixar o país. Vários já embarcaram nesse projeto. Há também os que correm para tentar um passaporte estrangeiro, de olho num antepassado imigrante. Muitos temem ser barrados, exatamente pelo fato de serem brasileiros. É quando a percepção de si mesmo fica esvaziada. Isto está na mídia, mas também frequenta nossos consultórios, com fortes implicações narcísicas. As reações são mais uma vez ambíguas. Surge um *falso self* agigantado, xenófobo, carregado de inveja reativa; ou um sentimento de menos-valia egóica que torna a pessoa vacilante sobre as decisões a tomar. Sente-se diminuída e temerosa diante dos desafios da vida. Tende a entregar ao outro um poder sobre si. Há um sentimento de derrota.

Tom Jobim costumava dizer que o “Brasil é de cabeça para baixo”. E Drummond concluiu, certa vez, que “nenhum Brasil existe”. Os velhos mecanismos rançosos de nossa cultura não são apenas estranhos aos signos da contemporaneidade como

também à concepção de uma sociedade mais organizada e justa. A *mise-en-scène* do grande espetáculo fica por conta do governo e dos políticos, que fazem a propaganda de *um país do futuro, gigante em berço esplêndido*, e que nos encharca de ilusões de grandeza. A cidade, muito distante do conceito de democracia e de consciência política da antiga *polis* grega, é poluída de descaso, barulho, insegurança, sujeira, incivilidade. *É nesta fronteira que se constitui nossa subjetividade*. O que os políticos dizem é o contrário do que vemos e vivemos. Surgem sintomas, em que a banalização do cinismo, da mentira, da perversão, parece patrocinar um esvaziamento, ou, ao contrário, uma inflação do eu. A violência que nos ronda é mais grave porque mina os princípios que compõem uma civilização. Evidente que a violência existe na natureza de tudo o que vive, porém quando as pulsões de vida e morte equilibram-se, através de um sistema organizado de direitos e deveres, com uma infra-estrutura lúcida do bem público e de mecanismos coercitivos voltados contra o que o ameaça, a sobrevivência da cultura fica garantida. Mas, uma sociedade assim organizada não *cai do céu*, nem do alto dos desígnios do amálgama político, ela é construída de desejo, suor, inteligência, lastro, trabalho.

Com este quadro, acredito que nós analistas precisamos apurar nossos sentidos e reflexões, diante de nossos pacientes e de nossa sociedade. Talvez o caminho se construa pelas vias freudianas: do *amor* e do *conhecimento*. O herói grego, invariavelmente, morre ao fim da narrativa de caráter mítico, porque perde a consciência dos limites de sua morta-

Virginia Heine

lidade, pela desmedida e pela soberba (*hybris*). Uma das contribuições mais relevantes da psicanálise é com a conscientização do sujeito diante dos limites de seu próprio eu, do outro e do mundo. Um sujeito que se reconhece fragmentado e mortal: eis a integridade humana do sujeito da psicanálise. Se insistirmos em desfocar a visão que temos de nós mesmos diante do espelho de nossa sociedade, que sujeito estaremos construindo, dentro ou fora da clínica?

Tramitação:

Enviado em: 12 de junho de 2009.

Aprovado em: 06 de agosto de 2009.

Virgínia Heine

Rua Visconde de Pirajá, 547 – sala 522.

Ipanema - Rio de Janeiro – RJ.

CEP: 22.410-900.

Fone: (21) 2529-2182 / 9769-4658.

E-mail: avheine@globo.com

avheine@yahoo.com.br

Referências

BIRMAN, Joel. Frente e verso: o trágico e o cômico na desconstrução do poder. In: KUPERMANN, D.; SLAVUTZKY, A (Orgs.). *Seria trágico se não fosse cômico: humor e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 300 p.

BRANDÃO, Junito. *Mitologia grega, vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DRUMMOND, Carlos. Hino nacional. In:_____. *Brejo das almas*. São Paulo: Record, 2001.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FLEM, Lydia. *O homem Freud: o romance do inconsciente*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. O mal-estar na civilização. In:_____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p.75-171. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 21). (Artigo original publicado em 1930).

FUKS, Betty B. *Freud & a cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GAY, Peter. A psicanálise e o historiador. In: ROTH, M S. (Org.). *Freud: conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Virginia Heine

MEZAN, Renato. Identidade e cultura. In:_____. *A vingança da esfinge: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Psicanálise e cultura, psicanálise na cultura. In:_____. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MELMAN, Charles. *et al.* Psicanálise e cultura: uma herança freudiana?. *Revista Percurso*, São Paulo, ano XV, n. 34, p. 125-132, jan./jun. 2005.

NIGRI, André. Eu vi um Brasil no cinema. *Revista Bravo*, São Paulo, n.132, ago.2008.

Resenhas



Técnica e criatividade – o trabalho analítico
Technique and creativity- the psychoanalytic work

Antonino Ferro

Maria Helena Lara de Vasconcellos

O leitor

The reader

Bernhard Schlink

Virginia Heine

Presença sensível-cuidado e criação na clínica psicanalítica

*Responsive presence: care and creativity in the
psychoanalytic clinical practice*

Daniel Kupermann

Rachel Sztajnberg

A perversão comum: viver juntos sem outro

Ordinary perversion: living together without the other

Jean-Pierre Lebrun

Regina Helena Landim

Time, space and phantasy

Tempo, espaço e fantasia

Rosine Perelberg

Esther Perelberg Kullock



resenha

Técnica e Criatividade – o trabalho analítico
Technique and creativity – the psychoanalytic work
FERRO, Antonino. Rio de Janeiro: Imago, 2008.178 p.

Maria Helena Lara de Vasconcellos*

Sublinhando sempre a interdependência entre os funcionamentos mentais do analista e do paciente como fatores determinantes e mobilizadores do campo analítico, Antonino Ferro volta a explorar, neste quinto livro editado no Brasil, as confluências dos conceitos que fundamentam o seu pensar e seu modelo de trabalhar na sala de análise: da narratologia, de Bion e do casal Baranger (Willy e Madeleine), coloridos pelos fios de muitos outros psicanalistas.

* Psicanalista, Membro Efetivo e Coordenadora de Seminários da Formação/SPCRJ; Coordenadora da Comissão de Publicação e Biblioteca e Editora-Responsável dos Cadernos de Psicanálise-SPCRJ; Mestre em Psicologia/UGF; Docente e Supervisora do Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica/UGF.

Maria Helena Lara

Nino, como o tratam seu pares psicanalistas, nesta, como nas suas demais obras, faz um trabalho *artesanal*, entremeando com criativa liberdade os sólidos fios de suas referências teóricas psicanalíticas, literárias e culturais com vivas experiências de uma clínica bem consolidada. Sua narrativa, assim, tem uma plasticidade pictórica *para além* das palavras ou das imagens com as quais ilustra seu pensamento e o desenrolar das sessões, de modo que *quase se pode ver e sentir* as cenas analíticas.

Tal como Bion (e todas as influências psicanalíticas que este traz consigo) – que parece constituir o pilar central do seu pensamento e de sua técnica de analisar – Nino tem uma dotação especial para operacionalizar seu *aparelho de pensar pensamentos* e para transformar suas produções imaginativas em idéias *nomeadas, pictografadas e narradas* de modo muito particular. Através de sua escrita pode-se, desse modo, entrar no campo onírico de vigília das sessões, cujos elementos, tratados como verdadeiras holografias, são expandidos em derivações imagéticas, pode-se dizer, espetaculares por sua capacidade de figurar o que está sendo vivenciado entre a dupla analítica.

Essa é exatamente a mesma ambiência onírica de que fala Nino, referindo-se ao *setting*, no qual a função analítica consiste em captar os elementos polissêmicos (“derivados narrativos”) que se produzem e manifestam no campo das transferências cruzadas: o palco onde as fantasmatisações, no estatuto de personagens, vêm ganhar corpo e voz e narratividade. Desse modo, o paciente e o analista podem entregar-se na empreitada exploratória do *mondo*

interno do paciente, e transformar essas estruturas subterrâneas, desconhecidas e mesmo assustadoras, em terrenos familiares e habitáveis. Percorrer a obra de Antonino, esta ou as anteriores, é mais ou menos assim: uma espécie de aventura pelo sonho de outrem onde se pode sonhar também, adentrando imagens, criando outras; transitar na permeabilidade dos mundos possíveis que se vão produzindo... As descontinuidades também acontecem. Tal como narra Nino, quando se refere às *cesuras interpretativas* do analista interrompendo o fluxo associativo do paciente, ora esbarramos em nossos conhecimentos prévios que nos fazem questionar, ora no desconhecimento dos elementos teóricos que não dominamos, ou mesmo no estranhamento perante o *dialeto* de Antonino Ferro. Essas resistências (*baluartes*) podem emperrar o diálogo com a obra do autor e a necessidade de entendimento claro e imediato pode quebrar momentaneamente a atmosfera onírica *do passeio*. Mas logo os entraves teórico-técnicos se tornam contornáveis, ou instigantes, pela vivacidade das vinhetas clínicas (que constituem, em sua variedade e profusão, a maior riqueza – sempre – de seus escritos), como ideogramas muito carregados de conteúdo ali condensado sendo desvelados com todos os recursos da narrativa – como um quadro vivo no qual os personagens vão compondo, organizando e descrevendo a cena. Uma cena aberta, entretanto, e que nos convida não só a entrar e visitar, mas também a fazer parte da cena, dialogar com os personagens, interferir no arranjo, e criar outras tantas cenas próprias.

Maria Helena Lara

O estilo narrativo de Nino estabelece, assim com o leitor, a mesma dinâmica de relação que propõe para a dupla analítica: uma interação sensível na qual, guardadas as referências da necessária assimetria (que o paciente não cansa de perturbar com sua transferência), a mente do analista (leitor) sendo o verdadeiro *setting* das transformações se coloca na atividade de *rêverie de base*, com a qual deverá ser capaz, bem no modelo bioniano, de acolher, metabolizar e nomear o material polissêmico do paciente (do autor). Em contrapartida, a atividade de *identificações projetivas de base* da parte do paciente (o autor) dispara e alimenta a função *rêverie* do analista (o leitor), para a formulação, *a quatro mãos*, de novos sentidos.

Essa atividade compartilhada de sonho analítico proposta por Ferro, no entanto, é sustentada por um forte rigor teórico do analista, o qual serve, por isto mesmo, e proporcionalmente, ao grau de liberdade técnica necessária para captar e transformar os ingredientes emocionais evocados no campo (pelo paciente, de preferência; mas também, ocasional e inevitavelmente, pelo analista). Especialmente aqueles que vazam pela falta de contenção própria do paciente, cujas capacidades “*digestivo - transformadoras - figurativas da mente*” não sejam suficientes para lidar com os excessos de sensorialidade a que estão vulneráveis. O manejo, portanto, deverá manter uma dinâmica oscilatória permanente (como na dinâmica das posições, da teoria kleiniana sobre as relações arcaicas de objeto) entre a segurança teórico-técnica interpretativa e os riscos da criatividade

na técnica, que permite o descortinar de espaços psíquicos novos e impensáveis.

Além disto, há o fator preponderante da personalidade do analista, sua formação analítica de base, sua condição de ser ele mesmo ou um bom discípulo desta ou daquela escola de fazer análise. Quanto a isto Ferro nos recorda os percursos muito pessoais de certos autores analistas cuja capacidade imaginativa para *pensar pensamentos analíticos próprios* – como Klein e Bion – incitou fortes críticas e controvérsias até se firmarem como grandes expoentes que vieram trazer inovações da maior importância à Psicanálise, e cujo legado fértil sustenta outros tantos modelos e autores criativos.

Aludindo ao trabalho de supervisão, Ferro propõe que os relatos dos analistas supervisionados devam ser tratados como se foram *casos policiais*, quando o conhecimento prévio do analista deve ceder lugar a uma escuta aberta como um investigador, para quem tudo o que é apresentado deve ser tomado como “*indícios significativos*” da trama a ser tecida pelo supervisor e seu supervisionando, para que este possa introjetar o “*narrador interno*” capaz de tecer os “*novelos narrativos*” de seus pacientes com eles.

Ferro também aborda a situação de quando a comunicação analista-analisando se torna, ela mesma, o centro do problema na sala de análise, a partir do uso indiscriminado dos elementos comunicativos do analista, os quais, entre outras coisas, podem tanto reduzir a “*voltagem*” emocional do campo para um marasmo improdutivo quanto elevá-la acima da capacidade de tolerância do paciente, do próprio

Maria Helena Lara

analista, ou de ambos, com riscos de *curto-circuitar* a capacidade para pensar, narrar, elaborar, transformar da parelha analítica. Cabe, pois, ao analista, identificar, por exemplo, quando o modelo interpretativo freudiano torna-se inadequado em face de pacientes ou situações que requerem operações anteriores, inclusive para levá-lo a “consertar o próprio aparelho de pensar pensamentos” (p.28).

Uma ênfase é dada ao atendimento de pacientes autistas ou com fortes barreiras autísticas, sinalizando o quanto a atividade interpretativa ativa deve se abster de focalizar o mundo interno do paciente ou sobre a transferência (as fantasmaticizações), pois seu efeito ativador de protoemoções leva a *evacuações* intensas das mesmas e que impedem qualquer atividade transformadora da mente: “Qualquer excesso interpretativo, mesmo “verdadeiro”, resulta em uma voltagem excessiva que queima os fios ainda inadequados para suportá-la e causa uma derrocada na rede comunicativa”(p.25). Nestes casos, ao analista cabe “se colocar na função de “coro grego”, que *apenas* comenta o que acontece na cena” (Loc.cit.), daquele que apenas reformula o que foi dito, sem precipitar-se em sair do texto narrado ou das histórias colaterais enquanto o paciente não tem estrutura mental para transitar em níveis mais profundos, de modo a permanecerem dentro do “campo psicanalítico” onde as transformações narrativas podem acontecer. De outro modo, pode o analista “sujar” o campo - em nome de uma ortodoxia superegógica e temerosa de *não estar fazendo psicanálise* - com material ainda não metabolizável. Adverte, com isto, para a *arrogância* (o pseudosaber do $-K$, de Bion) analíti-

ca, saturada de teoria e diagnósticos precisos, que impede a “escuta humilde” (a tolerância ao não saber da *capacidade negativa*, também de Bion) ao que o paciente está, a seu modo, tentando comunicar.

Aliás, à propalada “crise da Psicanálise” Ferro atribui como um fator importante justamente essa adesão de neófito a “verdades psicanalíticas” que permanece em alguns analistas e que os impede de pensar que haja *maneiras diferentes de fazer Psicanálise*, e também de que elas são necessárias. Analistas são como cozinheiros, diz o autor com sua cultura culinária italiana. Há os tipos que se limitam a seguir receitas; e há aqueles que experimentam, criando receitas analíticas especiais, conforme o paciente. (p.49). Os primeiros entram em crise quando o paciente não está de acordo com a lista de ingredientes; os outros se dão bem com pacientes atípicos, porque permitem com eles criar o novo e o inesperado.

Os casos de pacientes com episódios ou dinâmicas psicossomáticas também são abordados, inclusive quanto à participação causal da análise nas suas “comunicações” somáticas, na medida em que a função metaforizante do analista tanto estreita o contato com os pictogramas quanto pode induzir, por saturação, a uma “psicossomática selvagem” (cap. III).

O capítulo V traz relatos de trabalhos de análise e de supervisão como subsídios para uma conceitualização sobre funcionamentos mentais que nomeia “homossexuais” (sem vinculação com o sexo biológico) a partir da teoria de continente-contido

Maria Helena Lara

de Bion, inspirada na complementaridade do casal parental em seus papéis masculino/feminino.

O capítulo VI aborda um modelo da mente e as possibilidades narrativas (derivados) para além da palavra, em diversos gêneros literários utilizadas na comunicação, alertando, que “as coisas devem acontecer sem que o paciente perceba, com uma espontânea naturalidade, de tal forma que [...] não atue manobras defensivas ou de evitação”(110).

O capítulo VI explora as sinalizações que o paciente dá ao campo e que serão captadas pelo analista menos por seu “casamento com uma teoria forte de interpretação, mas muito mais de uma capacidade, cada vez mais afinada, de captar as respostas, o colorido emocional que o paciente faz entrar em campo após as nossas intervenções”(p.121) Essas “respostas”do analisando, a relação entre as verdades da autobiografia e as mentiras da análise vão subsidiar as reflexões no capítulo VII.

No capítulo VIII Ferro trata da eterna questão sobre o término de análise: também uma produção compartilhada sem receita única; e o capítulo IX dá termino ao escrito deste livro continuando a discorrer sobre a relação analista-analisando do ponto de vista do narcisismo e da dependência. Da dificuldade de confiar-se ao analista pelo paciente carente de experiências cuidadoras e de tal monta que se tornam desafortunados, cindidos, meio *self-made: os ditos narcísicos?* Ferro argumenta de outro ponto de vista: do narcisismo defensivo que o fez, na circunstância, *ir à luta* para salvar a própria pele. E retoma a máxima de Bion de que o “melhor colega do analista é o analisando”, pois ninguém melhor para -

ouvido, percebido – ser tomado como o grande sinalizador das movimentações do campo, a verdadeira bússola do manejo analítico, especialmente para os trabalhos *no limite*, como no caso em que o paciente não fala.

No mais, o livro em tela vem na sequência do desenvolvimento dos trabalhos anteriores de Antonino Ferro¹, é um autor contemporâneo muito conceituado e dos mais criativos, e cada vez mais presente no cenário psicanalítico brasileiro com seus livros e participações em eventos de Psicanálise. Autor dotado de uma capacidade extraordinária, e generosa, de colocar em narrativa o seu pensamento e a sua rica experiência clínica, é também um psicanalista sensível, capaz de reconhecer e nomear aquilo que, de outro modo, permaneceria silenciosamente oculto e perturbador na sala de análise.

¹ Ver o resumo de seus créditos e de suas produções psicanalíticas na seção **Entrevista** nesta edição dos **Cadernos de Psicanálise-SPCRJ**.



resenha

O leitor

The reader

SCHLINK, Bernhard. *O leitor*. Rio de Janeiro: Record, 2009, 239 p.

Virgínia Heine*

O leitor, do alemão Bernhard Schlink, narra a história de amor entre um jovem estudante de 15 anos e uma mulher madura de 36. Conhecem-se acidentalmente, quando Michael Berg passa mal em frente ao prédio onde morava Hanna Schmitz. Com seu jeito duro e seco ela o socorre e o leva até a porta de sua casa. Aconselhado pela mãe, depois de se recuperar de um longo repouso provocado por uma hepatite, Michael leva flores em agradecimento aos cuidados de Hanna. A partir desse encontro, os dois iniciam um intenso romance. Hanna pede que Michael leia para ela em voz alta. As leituras e o sexo regam o relacionamento dos dois.

Michael vive com a família e a solitária Hanna é misteriosa e fala pouco de si e de seu passado. Parece guardar um segredo. Um dia, sem se despedir, Hanna vai embora, deixando Michael com sentimen-

* Psicóloga clínica; Mestre em Letras.

Virgínia Heine

tos que foram do desespero à raiva; e o que lhe sobrou foi o abandono. Anos mais tarde, quando já era estudante de Direito, Michael a encontra no banco dos réus, num dos muitos julgamentos sobre a conduta dos militares alemães nos campos de concentração, nos primeiros anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. Hanna e outras quatro mulheres que pertenceram ao exército do Terceiro Reich tinham trabalhado em Auschwitz.

O mistério que envolvia Hanna Schmitz condicionou suas escolhas, seus relacionamentos, seu comportamento, seu destino. Depois de sua atitude contraditória no tribunal, o que determinou a sentença do juiz, Michael descobriu, finalmente, seu segredo. Segredo que ela continuava a guardar. Hanna era analfabeta! Segredo que escondia do mundo, e que lhe resultou na prisão perpétua. Michael viveu anos entre dois sentimentos de culpa. Questionando-se sobre a sociedade alemã - que foi cúmplice, voluntariamente ou não, uma vez que transigiu com os nazistas durante e depois da guerra - e tentando compreender a partida inesperada de Hanna, seu primeiro e único amor. Num gesto de solidariedade e amor, passa dez anos gravando leituras em fitas cassete e as enviando para ela. Foi pela comparação entre as gravações e os textos escritos, obtidos na biblioteca da prisão, que ela - autodidata - aprendeu, finalmente, a ler. Mas a atitude de Michael não foi apenas de amor ou culpa por ter se interessado pelas colegas de escola quando ainda vivia o romance com Hanna; ele precisava elaborar aquele amor interrompido.

Depois de dezoito anos presa, Hanna recebeu um indulto de liberdade. Michael, única pessoa a se

comunicar com ela, mesmo que apenas através das remessas das fitas cassete, foi convocado a ajudá-la, pela diretora do presídio. Acabou revendo-a, apenas uma vez. Hanna era uma velha. Tinha “cheiro de velha”. E no dia de sua libertação, quando Michael veio buscá-la ela havia se suicidado. Tinha lido muitos livros de sobreviventes de campos de concentração, de judeus em geral. Primo Levi e Hannah Arendt eram autores que constavam dos livros deixados em sua cela. E a única herança que deixara foi uma pequena soma em dinheiro, para que fosse entregue por Michael a uma sobrevivente de Auschwitz. O dinheiro acabou sendo doado em nome de Hanna Schmitz para a Jewish League Against Illiteracy.

O leitor tem características de um romance memorialista, em que o protagonista, Michael Berg, é quem narra a história, em primeira pessoa, com a Alemanha e o nazismo como cenário. O foco é a descoberta do amor e seus desdobramentos, condicionados pela perspectiva histórica. Neste sentido, pode-se dividir sua narrativa em dois grandes núcleos: o amoroso e o histórico. Um e outro existem sob a ótica do *eu-narrador*. É este eu que relativiza a história pelos indicadores de sua subjetividade, apontando, sobretudo, para a necessidade de não deixá-la esquecer, preservando-a através do registro mnêmico. Porém, seguindo a linha do romance memorialista, este eu maduro, que conta a história no presente, já não é mais aquele mesmo eu que vivencia os fatos ocorridos no passado, o que dota o narrador de um certo distanciamento, mais próximo do épico. Proximidade e distanciamento contrabalançam-se a fim de ajudar o nar-

Virgínia Heine

rador em sua tarefa de revelar tanto sua história amorosa quanto a história recente de seu país.

Revelam-se as angústias de parte da sociedade alemã, nestes primeiros anos do pós-guerra, diante das reminiscências dos horrores do nazismo. O próprio Bernhard Schlink, que nasceu em 1944, pertence a essa geração de alemães, herdeira da memória e do estigma do Terceiro Reich. Schlink empresta a seu personagem-narrador duas de suas profissões: jurista e escritor. E cede ao pai de Michael sua outra formação: a filosofia. O personagem encarna as angústias subjetivas do autor diante da desconstrução da singularidade do cidadão alemão, durante o longo período do poder nazista e de suas consequências, mesmo depois de seu fim com a derrota na guerra. Michael Berg é o representante simbólico das angústias daquela geração de alemães, órfã da admiração pelos pais, e herdeira da culpa *paterna* por sua cumplicidade ou covardia.

O relacionamento entre Michael e Hanna já nasceu fadado ao fracasso; pelos vinte e um anos que os separam, pela ligação de Hanna com o Terceiro Reich, por seus crimes de guerra, por sua prisão. Hanna e Michael encarnam a metáfora do amor impossível; enquanto ela representa o Terceiro Reich, ele funciona como metonímia dos *filhos involuntários do nazismo*. A geração de Michael ficou moralmente órfã e responsável pela reparação dos crimes de um regime desastroso que ameaçou o mundo pelo poder e truculência bélicos. Essa reparação dos crimes nazistas começou com os muitos tribunais constituídos para julgar os criminosos de guerra que permaneceram na Alemanha. Porém esses tribunais estavam

repletos de ex-nazistas, entre juízes, advogados, promotores. Michael revela com isso a hipocrisia que reinava na sociedade alemã de então, o que aumentou ainda mais o abandono de sua geração diante da luta pela reconstrução de valores perdidos nas décadas vividas sob a tirania nacional-socialista. Há um determinado momento do julgamento de Hanna em que ela responde ao juiz com uma outra pergunta, que se torna emblemática da complexidade do tema. Ao ser indagada sobre o porquê de não ter salvo as prisioneiras judias, trancadas numa igreja bombardeada, num momento em que o próprio comando já havia fugido do bombardeio, responde que elas eram prisioneiras e que sua função era impedi-las de fugir. Em seguida devolve a pergunta de forma bastante concreta, revelando, por sua vez, sua própria concretude: “E no meu lugar, o que o senhor faria?”.

Graças à obstinação do povo judaico, o holocausto, com todo o seu requinte de crueldade, não desaparece da memória histórica da humanidade. O enfoque das recriações ficcionais e das reconstituições históricas do holocausto não deve, porém, recair no maniqueísmo das generalizações, sob pena de se repetirem os mesmos males condenáveis, em que de maneira simplista apenas invertem-se as relações de sujeito e objeto, além de se sustentarem versões contra ou a favor de fatos inquestionáveis da História. Primo Levi, escritor sobrevivente de Auschwitz, em *Os afogados e os sobreviventes*, conta que uma das estratégias dos nazistas era justamente espalhar a dúvida, no caso de perderem a guerra, sobre a veracidade do holocausto. Em pleno século XXI, estranhas figuras públicas, como o presidente do Irã, Ahmadi-

Virgínia Heine

nejad, e o bispo inglês, Richard Williamson, são capazes de negar, na contramão da História, a existência do massacre dos judeus pelos nazistas. Bernhard Schlink, com seu romance *O leitor*, trata justamente de repensar o holocausto, sem negá-lo, muito pelo contrário, a partir do olhar daqueles alemães que rejeitam o fenômeno hediondo do nazismo, mas que por generalização e associação acabam seus herdeiros estigmatizados. Essa perspectiva alemã e as consequências vividas, sobretudo pelas gerações seguintes à barbárie nazista, não é tratada por Schlink como uma bravata ou como algo que os vitimize. Questões são postas, através de seus personagens, deixando emergir o ponto-de-vista da sociedade alemã que, por soberba ou culpa, costuma permanecer silenciada. Apresenta reflexões vivas, uma vez que o personagem-narrador descreve suas angústias e as questões que vão surgindo à medida que se desenrola a história ficcional. Michael, quando conta sua história contextualizada, vai apresentando as mazelas deixadas pelo nazismo no seio do próprio povo alemão.

Tais mazelas não atingiram somente seus desafortunados. Aqueles considerados como *arianos legítimos* também foram vítimas, em alguns casos, da realização de suas insanidades. Os *lebensborn*, “fonte de vida” em alemão, são os filhos diretos das loucuras dos nazistas. Os *lebensborn* fizeram parte de um projeto idealizado por Heinrich Himmler, braço direito de Hitler, que consistia em “purificar a raça ariana”, através dos relacionamentos que os soldados do exército alemão viessem a ter com mulheres louras de olhos azuis, consideradas arianas. A Noruega, invadida e ocupada pelo Terceiro Reich durante cinco anos,

foi onde os *lebensborn* mais se propagaram, dado que as norueguesas eram consideradas arianas clássicas. Como os nazistas eram execrados pelos noruegueses, essas mulheres que se relacionaram com os militares germânicos sofreram horríveis maus-tratos, depois que acabou a guerra. Elas eram humilhadas publicamente, tinham suas cabeças raspadas, seus filhos lhes eram arrancados dos braços e entregues a orfanatos, instituições para crianças abandonadas ou até mesmo a asilos psiquiátricos. De acordo com as autoridades norueguesas da época, essas mulheres que se relacionaram sexualmente com os nazistas só podiam ser “retardadas mentais”. Hoje essas crianças têm por volta de 60 anos, e apenas agora, depois que uma delas resolveu criar uma associação para uni-los, é que começam a conseguir alguma vitória na justiça contra o Estado norueguês. Uma das cantoras do grupo musical sueco ABBA, que fez enorme sucesso na década de 70, Anni-Frid Lingstad, conhecida como Frida, foi uma dessas crianças norueguesas. Conseguiu se salvar apenas porque sua mãe e sua avó resolveram se mudar para a Suécia, a fim de escaparem do patrulhamento e maus-tratos em seu país de origem.

Em *O leitor*, Bernhard Schlink constroi a narrativa de maneira econômica, livre de adjetivos, claramente avessa aos excessos e aos sentimentos de exagero. Há uma limpeza em relação às emoções derramadas que não inibe, porém, a intensidade das paixões e angústias do protagonista. Os questionamentos a respeito da História pelo fato de ser alemão, tanto quanto a respeito de seu amor por Hanna, não demonstram a necessidade de seduzir o leitor, convencendo-o quanto à legitimidade de sua dor, muito me-

Virgínia Heine

nos demandam sua piedade, o que tornaria a narrativa meramente reativa aos estragos que o nazismo promoveu também dentro da sociedade alemã. O texto enxuto, aliás, característico do estilo de Bernhard Schlink, aponta para a expressão das angústias que surgem na alma humana, limpas de nacionalismos ou sectarismos que são frutos de grosseiras generalizações. Se a geração de Michael é órfã de valores éticos e de modelos de ideais e crenças em que possa se espelhar, o seu destino não é a condenação às sequelas do nazismo, por penalização ou comiseração. Michael é humano; sofre, ama, é herdeiro da culpa pelas ações de seus antepassados alemães, mas busca construir seus valores, numa trajetória eminentemente humana e livre dos estigmas herdados. Condena os atos e atitudes dos nazistas e de uma sociedade alemã que se deixou seduzir ou acovardar pela ditadura do *führer* e de seus soldados, sem permitir que essa conjuntura contamine suas reflexões e juízos. Nenhum desses sentimentos ou crenças de Michael contamina, em momento algum, a elegância e sobriedade do estilo do próprio Bernhard Schlink. Muito pelo contrário, a limpeza formal do texto de Schlink simboliza suas reflexões livres de prisões ou amarras, nem para mais nem para menos.

Em sua novela *O outro*, publicada na Alemanha em 1962, traduzida para o português apenas em 2009, Schlink já começa a pensar sobre *a arte do amor*. Em 2008, foi adaptada ao cinema com o título *The other man*, que ganhou no Brasil o nome de *O amante*, numa co-produção anglo-americana, sob a direção do britânico Richard Eyre. Há duas características que se mantêm nos dois textos de Schlink, *O*

outro e *O leitor*, este publicado 33 anos depois, em 1995: o estilo enxuto da narrativa e a relatividade dos conceitos pré-estabelecidos pelo senso-comum. O amor, em uma e outra história, é vivenciado pelos protagonistas até o esgotamento. *O outro* conta a história do amor de um homem por sua esposa que morre de câncer. Depois da morte de Lisa, Bengt vive o vazio deixado por ela, até que abre uma carta que chega depois de sua morte. A carta era do amante de Lisa, Ralf, o qual Bengt segue, obsessivamente, até Milão, onde mora. Passa a assinar em nome de Lisa, nas trocas de correspondência com Ralf. Vive obcecado pela história do romance experimentado por sua mulher. Depois da dedicação a esta obsessão é que se torna capaz de elaborar a história amorosa de sua esposa com o amante. Schlink empresta a seus protagonistas uma competência para exaurirem seus sentimentos através da obsessividade com que se relacionam com seus objetos de amor. Tudo é contado, porém, de forma concisa, sem exageros. Narrativa e obsessão amorosa parecem se equilibrar na precisão quase cirúrgica do texto. Neste sentido, a literatura de Schlink funciona como o espaço do esgotamento da dor até sua libertação. À semelhança do processo psicanalítico, os protagonistas de Schlink, parecem necessitar da vivência de suas obsessões amorosas, exaurindo-as e nomeando-as, para somente depois estarem prontos para superá-las, pela elaboração.

Em *O leitor*, Michael retoma a *Odisséia*, de Homero, algumas vezes. Faz a leitura para Hanna, e a cita, posteriormente. Já no final da narrativa, Michael volta a *Odisséia*, lembrando que, para os gregos, nunca se retorna ao mesmo lugar. Daí ele conclui que a

Virgínia Heine

Odisséia é um movimento em direção *a uma meta, ou a nenhuma meta, bem ou mal-sucedida*, assim como o Direito. Desse modo as leis e práticas do Direito são questionadas em sua função, de maneira sutil e brilhante nas entrelinhas e metáforas do texto. Porém, Michael está dizendo mais: está passando a limpo a razão de ser da própria literatura, como o lugar de um fazer em movimento, de um processo onde é possível a construção de um espaço produtor, além de tantas outras coisas, da própria elaboração, pelo *retorno aos fantasmas que sobrevivem como fumaça*. Assim como Michael, também Bengt realiza seu processo de elaboração, mesmo que não seja pela via da escritura literária. Sua história de amor e dor é retomada por Bengt através da troca de cartas com Ralf (não se trata da escritura literária, mas mesmo aqui haverá a escrita – das cartas) para, somente então, poder vivê-la até sua última gota. A leitura da *Odisséia*, algumas vezes mencionada por Michael, parece apontar também para dois signos contraditórios. Por um lado, poderia sugerir o retorno do relacionamento amoroso dos dois, assim como Ulisses retorna a Ítaca para reencontrar Penélope. Porém, ao contrário, já no final da narrativa, quando começa a gravar as leituras para Hanna, relê a *Odisséia* e é quando conclui, baseado nos próprios gregos, que o retorno é algo que jamais acontece: “não se entra duas vezes no mesmo rio”.

A fixação de Michael, durante longos anos de sua vida, em Hanna; a obsessão com que frequentava diariamente sua casa no período em que estiveram juntos; a forma como se subordinava aos arroubos autoritários da amante; ou mesmo submetendo-se a um tipo de relacionamento com traços que fazem

lembrar a perversão, quando aceitava submisso todas as condições impostas por ela; tudo isso aponta para uma forma obsessiva, adoecida de amar, a ponto de levar o leitor a se questionar se o que eles viveram teria ou não sido amor. E se não foi amor o que seria, então, aquele relacionamento entre um jovem adolescente e uma mulher madura que deixara marcas profundas em ambos durante a vida toda? É Hanna quem ensina a Michael a arte do amor, com sua habilidade em seduzi-lo até o mais ardoroso prazer na descoberta de sua sexualidade. É com ela que Michael aprende os verdadeiros prazeres da leitura, que antecede os momentos em que se amam à exaustão. Hanna lhe ensina o amor compartilhado pela cumplicidade saboreada no desenrolar de cada romance lido. É Hanna quem inaugura o hábito de se despirem e banharem-se, como que a limpá-los da vida que acontece fora de seus encontros de amor. É o cheiro de Hanna que fica entranhado em seus sentidos a ponto de impedi-lo de amar qualquer outra mulher com a mesma intensidade com que a amara.

Michael, em contrapartida, foi a única pessoa que verdadeiramente compreendeu que Hanna guardava uma generosidade em estado bruto, escondida por trás de sua frieza crua. Foi com ele que ela pode experimentar sua sensibilidade amordaçada pela vergonha de ser analfabeta. Foi por causa da expressão do amor sublimado de Michael que, posteriormente, Hanna se empenhou em aprender a ler e escrever. Foi ainda quando sentiu que o fosso das diferenças entre os dois, reforçado pelo abismo da idade, os havia separado definitivamente que Hanna desistiu da vida. No filme, Hanna sobe numa pilha de livros para se

Virgínia Heine

suicidar. Os livros são o signo de sua pena diante de seus crimes. Uma vez que se liberta do analfabetismo, se dá conta de que a distância entre ela e Michael era intransponível; e mais que isso, compreende os horrores da guerra, do nazismo, de seus próprios atos. Seu cheiro guardado na memória corporal de Michael agora era o *cheiro de uma velha*. E Hanna percebe. Mas o respeito nutrido por Michael, em relação ao que havia de belo em Hanna, foi o que a penitenciou diante de todos os crimes que cometera em nome do nazismo: ele conseguiu que seu nome constasse oficialmente na doação de sua “herança” para um fundo contra o analfabetismo entre os judeus. O *nome* dos horrores do nazismo foi revertido no *nome* em benefício do conhecimento judaico. Foi assim que Michael *limpou o nome* de Hanna. E foi através da escrita que Michael *limpou* as mazelas de sua própria história. Porque foi pela escritura, pelo fazer literário, que Michael Berg *limpou* as dores de seu amor, provavelmente livrando-o da doença deste mesmo amor, elaborando-o pela palavra, nomeando sua própria dor. Diz Michael, já como escritor-profissão adivinhada por Hanna:

Primeiro quis escrever nossa história para livrar-me dela. Mas para esse objetivo as lembranças não vieram. Então notei como a nossa história estava escapando de mim e quis recolhê-la de novo por meio do trabalho de escrever, mas isso também não destravou as memórias. Há alguns anos deixo nossa história em paz. Fiz as pazes com ela. E ela retornou, detalhe após detalhe, de uma maneira redonda, fechada e direcionada que já não me dei-

resenha

xa triste. Que história triste, pensei durante muito tempo. Não que eu pense agora que ela é feliz. Mas penso que é verdadeira e, diante disso, perguntar se é triste ou feliz é algo que não faz sentido (p.238).



resenha

Presença Sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica

Responsive presence: care and creativity in the psychoanalytic clinical practice

KUPERMANN, Daniel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 250 p.

Rachel Sztajnberg*

Para quem ainda não o conhece, o inspirado título já anuncia a posição ideológica do autor dessa obra diante do seu campo epistemológico. Aqueles que já visitaram suas produções anteriores bem sabem de seu foco no mais além de uma Psicanálise formal, instituída, desprovida de uma inquietação necessária à produção do singular e do inédito. O lúdico, o criativo, o humor são os territórios que Daniel explorou desde sempre, e no qual parece se sentir cada vez mais à vontade, quanto mais experiente se torna tanto como acadêmico como quanto laborioso artesão da técnica clínica. Seu aguçado senso crítico se amplia quanto mais ele adentra suas pesquisas; quer ele dirija sua atenção às formulações

* Psicanalista Membro Titular/SPCRJ; Supervisora e Coordenadora de Seminários/SPCRJ.

Rachel Sztajnberg

metapsicológicas, quer seu olhar se volte para os instigantes questionamentos que a prática psicanalítica inevitavelmente suscita. Ou mesmo quando polemiza a própria formação do analista e seu aprisionamento nos dogmas que as instituições pertinentes se encarregam de transmitir, sem o necessário discernimento entre rigor e rigidez.

Os textos agregados nesse volume abordam uma diversidade de temas que não necessariamente se comunicam, mas cuja unidade e coerência são passíveis de serem apreendidas através do fio condutor que sub-repticiamente move o autor. Ele parece se orientar na direção da acurada delicadeza essencial ao manejo adequado das ferramentas sutis desse ofício tão complexo. Seu desafio maior consiste em não se render aos recursos de fácil alcance para escapar do perturbador incômodo a que os intrincados enigmas da alma nos remetem. Os atalhos aliviam, momentaneamente, as angústias que os impasses geram, mas são traiçoeiros, se nos desviam das rotas desconhecidas que guardam potencialmente a revelação de uma descoberta surpreendente.

Nosso campo de trabalho e pesquisa foi profícuo em desbravadores corajosos e ousados, a começar por Freud e seus *correligionários*. Aludindo à história da Psicanálise e à sua Instituição, o autor se remete ao Freud dos começos, às vicissitudes desse processo paradoxal de normatização e criação e os efeitos buliçosos das transferências nos pólos subserviência e rebeldia que afetaram, e ainda afetam a *cultura* psicanalítica. Num percurso histórico da abordagem do sofrimento psíquico, Daniel evolui com Freud desde a investigação do método catártico,

onde o "lembrar dói"- daí ao poderoso efeito do recalçado, quando "pensar dói", até o traumático da marca do sexual em que "saber dói", demarcando, assim, os estágios da pesquisa original a respeito do manejo técnico.

Sempre interessado na força da transferência como regente *princeps* da direção da cura psicanalítica, além de ampliar suas referências (nômades, cruzadas), o autor acompanha o seu desdobramento conceitual no próprio Freud e depois no dos pensadores que privilegia para dar seguimento às suas especulações, a saber, Sándor Ferenczi e Donald Winnicott. Os dois, premidos por uma clínica particularmente espinhosa pela gravidade dos casos que lhes chegavam, adotaram recursos que atendiam, preferencialmente, a essas demandas regredidas. Valorizando uma ética do cuidado, ocuparam-se ambos menos com as resistências derivadas do recalque neurótico e desenvolveram estudos significativos sobre as variações clínicas da transferência, quando as evidências apontavam defesas do aparato psíquico da ordem da dissociação. Aqui se impõe, como única via de instalação de um contato genuíno, um espaço de jogo no encontro paciente-analista onde a disponibilidade sensível propicia um “novo começo”, gerador de experiências autênticas e propiciadoras de efetiva produção de sentidos. A arte interpretativa dominante originalmente cede lugar agora a uma valorização dos afetos, remetendo ao campo do sentido o que até então pertencia ao registro do compreendido, o que obviamente demanda do analista maior disponibilidade e ampliação dos limites estabelecidos no campo transferencial.

Rachel Sztajnberg

A incursão, como ele próprio a nomeia, pelo Diário Clínico de Ferenczi projeta Daniel no tema da libido do psicanalista, que, apenas arranhada por Freud, foi mais corajosamente enfrentada por Ferenczi que creditava a ela um papel crucial na promoção do evento clínico. Este só teria força transformadora a partir de um verídico encontro de afetos, e não mera verossimilhança. Colocar o coração, além da cabeça, no processo terapêutico é demandar do analista a inclusão de sua libido sem os álbis que costumeiramente servem de escudo protetor no seu trabalho. Daniel se interroga se não estaria nessa formulação ferencziana, posteriormente reforçada pelos postulados de Winnicott, a indicação atual da posição do analista. Menos o sujeito Suposto Saber de antes e mais uma figura *desarmada*, capaz de se inserir num jogo interativo, criando junto, compartilhando uma experiência inédita e fundante de novos traços subjetivos, mais significativos que os anteriores, esses forjados na submissão adaptativa da mera sobrevivência.

Passeando com desenvoltura pelos territórios da sublimação e do humor, que lhes são tão familiares, o autor aponta a dimensão estética do trabalho analítico e aproxima o analista e o humorista no estatuto da orfandade, pois este, não tendo mais nada a perder, aprende a rir com a vida, a criar em cima da tragédia humana, que, sem esse recurso, tornaria nossa existência praticamente inviável.

Aventurando-se mesmo pelo terreno da Educação, campo pelo qual psicanalistas não deveriam demonstrar indiferença, Daniel contribui com uma reflexão sobre o erotismo na infância e na ado-

lescência que pode esclarecer os educadores interessados nas conseqüências traumáticas das violências cometidas nos espaços escolares sob sua responsabilidade.

A sensibilidade do psicanalista, enfim, aos contornos éticos, estéticos, sociais e políticos do exercício de sua função parece ter orientado a cuidadosa produção do autor, altamente recomendável.



resenha

A perversão comum: viver juntos sem outro

Ordinary perversion: living together without the other.

LEBRUN, Jean-Pierre. Tradução de Procópio A-breu. Revisão de Sandra Regina Felgueiras - Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008, 355 p.

Regina Helena Landim*

Jean-Pierre Lebrun é psicanalista belga, filiado à Association freudienne de Belgique, que constitui um dos ramos da Association lacanienne internationale.

Nos últimos anos, Lebrun tem escrito livros e artigos que abordam a questão da mudança social contemporânea, expressa pela “morte de Deus”, pelo declínio da função paterna, da hierarquia e da transcendência na regulação das relações humanas.

A perversão comum é um livro constituído por um conjunto de capítulos, dos quais alguns foram publicados sob forma de artigo, tendo sido reformulados para integrar o presente volume. Em virtude disso, o livro abrange diversos objetivos.

* Psicanalista, Membro Aderente e Supervisora/SPCRJ; Mestre em Psicologia/Université Catholique de Louvain.

Regina Helena Landim

Dentre eles, o mais importante é a descrição da *perversão comum*, que seria a organização psíquica dos sujeitos contemporâneos. O autor aponta e analisa também os paradoxos da sociedade atual. Há ainda capítulos que abordam questões mais práticas, nos quais Lebrun se questiona sobre a educação hoje em dia, descreve o neo-sujeito que procura tratamento e enumera recomendações destinadas ao analista do sujeito contemporâneo.

O livro parte da descrição do homem atual, tomando em consideração duas vertentes: o declínio da função paterna – de Deus às figuras que representariam a autoridade - e a subtração de gozo, que é necessária para a constituição da linguagem e da fala e para a organização social. Lebrun se apóia nas análises e trabalhos de filósofos, sociólogos, historiadores, psicanalistas, lógicos, matemáticos, romancistas, poetas e cineastas e se questiona: o que poderia mudar historicamente e o que deve permanecer, através dessas mudanças, como o cerne do ser homem?

No mundo atual a castração vai sendo forcluída. Entretanto os humanos falam e a linguagem é justamente o que faz com que o homem se distinga dos animais e tenha uma dupla determinação: genômica e lingüística. Ora, poderia um falante estar fora da lei da castração? Esse é o tema desenvolvido no primeiro capítulo do livro.

Falar implica em renunciar à plenitude, assumir um vazio, que é transmitido por um laço social que exige uma subtração de gozo. A aceitação desse vazio permite o acesso à linguagem e ao desejo. Ao descrever a aquisição da linguagem, o autor insiste na necessidade de um lugar vazio, que desco-

le a criança de seu gozo com a mãe, mas não se refere à metáfora paterna, que garante essa separação, estabelece um terceiro e uma alteridade verdadeira, onde o Outro é alguém diferente de mim, a ser descoberto, e não um igual (*mesmo*), conforme a minha imagem, como na distinção narcísica. Isso pode dificultar a compreensão da sequência de seus encadeamentos para leitores não acostumados com a teoria lacaniana da constituição do sujeito, que deverão esperar o sexto capítulo do livro para encontrar finalmente a descrição da aquisição *tradicional* da linguagem através da metáfora paterna, nível que não seria alcançado pelos sujeitos contemporâneos.

A subtração de gozo, mencionada no primeiro capítulo, se dá em diversos níveis, do mais geral ao singular. Mas há tentações totalizantes. O lugar vazio seria substituído no Imaginário Social pela certeza nos dados produzidos ou a produzir pela ciência (cientificismo), pela autonomia dada de imediato a cada um (democratismo) e pela auto-regulação do mercado (liberalismo econômico). É o que o autor desenvolve no ‘segundo capítulo’.

Tudo isso tem como consequência uma crise de legitimidade. Qualquer opinião pode, a qualquer momento, ser superada por outra. Todos têm o mesmo direito de se manifestar, o que provoca discussões infundáveis ou favorece *o pronto a pensar*, pois a expressão de um pensamento singular poria aquele que assim se colocasse no lugar de exceção, agora renegado (o autor usa aqui o conceito freudiano de *Verleugnung*).

Estamos num mundo onde a transcendência aparentemente desapareceu. Entretanto Lebrun pro-

Regina Helena Landim

põe a seguinte hipótese: se a antiga transcendência, que se apoiava no lugar de exceção ocupado por Deus (ou, no mito freudiano, pelo pai da horda), não mais existe, alguma transcendência se imporia, na medida em que somos falantes. Então, a uma transcendência devida a um Outro substancial (uma transcendência transcendente, nos dizeres do autor) substitui-se uma *transcendência imanente*, por exigência lógica.

O autor acredita que está havendo uma mutação do laço social: passamos de uma sociedade hierárquica e consistente, mas incompleta, pois tirava sua consistência de uma referência exterior a ela (Deus, ou seus representantes) para uma sociedade completa, mas inconsistente. A auto-fundação e o individualismo seriam consequências lógicas dessa mutação. Como, nessas condições, garantir um projeto social que valha para todos? São estas as questões do terceiro capítulo.

No quarto capítulo o autor desenvolve os efeitos dessa mutação do laço social em vários aspectos da vida em grupo. E se questiona, mudando sutilmente de posição (até então descrevia, agora se posiciona como membro crítico da sociedade que descreve): diante dessa *grande confusão*, o que fazer?

Ora, uma das tarefas básicas dos humanos é a de educar. No quinto capítulo de seu livro, Lebrun afirma que, sem passar pelo processo da educação, o *infans* não se torna um ser humano adulto, que possa libertar-se de seus pais e tornar-se um membro de sua cultura. Para educar, os pais tradicionalmente se apoiavam na autoridade, fundada nas figuras que a

representavam (conforme diferentes leituras, Deus, o rei, o pai da horda, o pai). No mundo atual essas figuras perdem a legitimidade e com isso também a autoridade. Assim, a educação, em vez de impor regras justificadas pela hierarquia, dissolve-se em negociações intermináveis em que todos podem ter razão.

De outro ponto de vista, se, no universo tradicional, os filhos eram uma dádiva (ou um dever) derivada da vontade de Deus, hoje são o resultado do desejo dos pais. Nessas circunstâncias, em vez dos filhos terem uma dívida para com os pais que os acolheram, são os pais que demandam o amor de seus filhos, filhos *blasés* pelo fato de serem objetos de desejo. Além disso, os próprios pais, se pertencentes ao grupo dos neo-sujeitos, não sabem mais como se colocar diante dos filhos.

A grande questão é a de que o *infans* não se tornará um falante, um adulto, um membro da cultura, sem o auxílio de um Outro, que possa lhe indicar o lugar vazio, a castração, a alteridade. Estamos, portanto, diante de um impasse: todos são reis, mas isso não convém à criança, que produz sintomas (hiperatividade e distúrbio da atenção sendo os mais atuais).

O sexto capítulo do livro é uma ponte entre a questão da educação e a apresentação da *perversão comum*, que seria a organização psíquica do neo-sujeito. Nele, Lebrun não apenas descreve um mundo onde a singularidade e o individualismo dominam, mas exemplifica, com pequenas histórias clínicas, os neo-sujeitos.

Regina Helena Landim

Na antiguidade e na Idade Média, a questão da singularidade não se colocava. A idéia de um destino singular só teria passado a ter sentido no século XIX, com o romantismo. Mas, por muito tempo ainda, o singular se articulava com o coletivo, diz o autor. Isso não mais se dá. O que se observa é a “mesmice”, isto é, o não reconhecimento da diferença e da alteridade. Decorreria daí a ausência de solidariedade porque, para que a solidariedade exista, é preciso que o direito ao trajeto singular não implique em rejeição do laço social. Até hoje todas as sociedades teriam funcionado com base na identificação do indivíduo com o coletivo. Pela primeira vez rompeu-se esse laço. Para Lebrun houve uma virada, isto é, uma mudança brusca de direção. Tudo se passa como se traços considerados essenciais para a estrutura dos seres falantes não fossem mais figurados no Imaginário Social.

O autor descreve alguns neo-sujeitos que teriam procurado tratamento. Uma das características que aponta neles é que mostram (em vez de representar) dificuldades que teriam experimentado sem poder apropriar-se delas por um dizer. A ausência de história e de relação com o passado é outra de suas características. Neles a sensação é prevalente, assim como a relação de adição com o objeto. Colam nos outros, esperando que resolvam problemas que não reconhecem como seus.

Não parecem psicóticos nem neuróticos e também não parecem propriamente perversos.

A estruturação dos “neuróticos comuns” se dá pela metáfora paterna, que institui a linguagem. Como poderiam falar os neo-sujeitos? Lebrun lem-

bra que, muito precocemente, a mãe também introduz a falha (que seria a razão do jogo do *fort-da* descrito por Freud, e cuja ausência determinaria a estrutura psicótica). Essa falha realizaria um corte incompleto, seria responsável pelo funcionamento do *eu sei, mas mesmo assim...*, e permitiria, na falta do corte paterno, um deslizamento lingüístico, embora apenas metonímico.

Chegamos então ao sétimo capítulo, onde o autor vai caracterizar justamente o que chama de *perversão comum*. Os neo-sujeitos não são regulados pelo recalque, como os *neuróticos normais*, mas pela renegação (*Verleugnung*). Lebrun inicia o capítulo rastreando o conceito de renegação em Freud. Ele lembra que, nas crianças, a renegação é normal. A criança não vê o pênis na mãe, mas continua a crer em sua existência nela. A frase: “Eu sei, mas mesmo assim...” resume o que se passa. Nas crianças essa operação permite que elas doseem, por e para si mesmas, a descoberta da castração.

O autor prossegue em sua argumentação, lembrando que o verbo *leugnen* quer dizer ‘mentir’. A tradução literal de *Verleugnung* seria, então, ‘desmentido’. O desmentido tem algumas particularidades: a primeira delas é a de que ele opera no nível do arquivamento dos traços da percepção. Isso tem uma grave consequência. No recalque, tanto o recalcado quanto o ato de recalcar pertencem ao psiquismo; enquanto isso a renegação se dá entre a realidade e o psiquismo, pois age sobre a percepção. Ora, como a percepção é fugaz, o que permanece no psiquismo é o resto de um traço e não um significante. Por isso, o conteúdo do desmentido não é acces-

Regina Helena Landim

sível. Encontram-se, no psiquismo, a clivagem e o próprio ato de desmentir. Outra particularidade do desmentido é a sua relação com a mãe. Para que o processo de desmentido se dê, é preciso que a mãe o tenha confirmado.

Temos então a seguinte configuração: a mãe não “cola” com a criança (a criança não se torna psicótica), sinais da castração (especialmente da mãe) aparecem; essa vertente seria responsável pela primeira parte da afirmação: “Eu sei” (a respeito do vazio, e da castração). Mas estabelece-se também, entre a mãe e a criança, o desmentido, que se refere ao real (da castração), responsável pela outra vertente: “mas mesmo assim...”. O desmentido seria, pois, um mecanismo psíquico que permite, ao mesmo tempo, aceitar e recusar, dizer sim e não. Seu efeito seria o de efetuar uma abolição simbólica, que tem como consequência a multiplicação, em tais sujeitos, de áreas imprecisas no psiquismo. Ora, como o desmentido foi construído em conjunto com a mãe, o sujeito fica na impossibilidade de superá-lo sozinho.

Para Lebrun o neo-sujeito permanece apenas filho de sua mãe (o que chama de *mèreversion* [por referência a *pèreversion*, que é como Lacan se refere, por vezes, à perversão]) e pratica o desmentido para evitar a subjetivação de uma realidade insuportável, enquanto que o verdadeiro perverso faz do desmentido o seu próprio modo de subjetivação. O neo-sujeito seria alguém que *ficou em suspenso, evita se organizar, permanece na ausência de um confronto com o regime paterno*, como se fosse ainda uma criança em vias de organização, com a cumplicidade da mãe. O autor sublinha a importância da

causa sexual para a ausência da mãe. É preciso que, ao partir, a mãe indique que está se dirigindo para o objeto de seu desejo, isto é, que se mostre castrada. Isso não se dá com os neo-sujeitos, que não se tornam verdadeiramente adultos, mas erram em um *no man's land*.

Seria essa a organização psíquica contemporânea. Assim como a neurose era comum nos tempos de Freud, hoje estaríamos às voltas com a *perversão comum*.

Lebrun conclui dizendo que a virada antropológica aliada à *perversão comum* consiste no enfraquecimento do Simbólico em proveito do Imaginário.

O oitavo capítulo focaliza “os sem outrem”. O autor começa tomando como exemplo Jean-Paul Sartre, que, por circunstâncias de sua história, teria ficado aquém da metáfora e seria um neo-sujeito fora de época. Atualmente o pai está distante ou é desautorizado. Então o “pai real”, que é aquele que aceita ser o responsável pela subtração de gozo em seu filho, à qual, passo a passo, o introduz, não sustenta essa função. O sujeito aproveita, mas trata-se de um jogo de “quem ganha perde”, pois ele não terá acesso ao desejo. Há uma abolição simbólica ativa (no psicótico seria passiva), uma vez que resulta da escolha do sujeito. Essa é a única vez em que o autor menciona uma “escolha”, relacionada à *perversão comum*.

Os neo-sujeitos evitam o encontro, pois os encontros, ao colocá-los diante da alteridade do outro, evocam a subtração de gozo. Haveria, então, neles, uma forclusão do encontro, um *pseudo*-laço social.

Regina Helena Landim

O autor lembra os “filhos do desejo” que teriam dificuldade para separar-se dos pais, ficando perpetuamente dependentes do desejo que os trouxe à vida. Estariam no limbo.

O exemplo do *Robinson* de Michel Tournier (*Sexta-feira ou os limbos do Pacífico*, livro que tem um posfácio, feito por Gilles Deleuze: “Michel Tournier ou o mundo sem outrem”) é usado para elucidar o que o autor entende por outrem. De fato, enquanto que o *Robinson* de Defoe refaz, na ilha deserta, todo o seu “equipamento” cultural (calendário, roupas, paliçada etc.) e reconhece em Sexta-feira um acólito, o *Robinson* de Tournier perde o endereçamento: “Vejo dia a dia ruírem pedaços inteiros da cidadela verbal na qual nosso pensamento se abriga... Pontos fixos, nos quais o pensamento se apóia para progredir... esboroam-se, afundam. Surgem dúvidas sobre o sentido das palavras que não designam coisas concretas.”, diz ele. E quando se vê diante de Sexta-feira, já não é mais como um outrem que ele o acolhe.

Lebrun distingue o “Outro”, lugar da fala e da linguagem; o “outro”, isto é, o semelhante, o *alter-ego*, pertencente ao registro do Imaginário e o “outrem”. “Outrem”, diz ele tem a mesma etimologia de “outro”, isto é, vem do latim *alter*, mas deriva do dativo. É, então, o “outro ao qual”. Outrem indicaria endereço, destinação, movimento. Mas a leitura atenta do texto mostra que outrem comporta dois sentidos: (1) é o traço do encontro de um Outro em carne e osso, o “pai real” (nesse caso corresponderia a um dos sentidos de Outro, para Lacan, isto é, ao registro da função paterna, que opera a castração

simbólica, responsável pela estrutura “neurótica comum”) e (2) é também aquele a quem me endereço como um terceiro, para além da relação especular.

Quanto ao *Robinson* de Tournier, é Deleuze quem dá a última palavra: haveria uma dissolução progressiva, mas irreversível da estrutura, como se dá no perverso (como na fantasia, descrita por Freud, “uma criança é espancada”, onde o ponto de partida é o de uma estrutura ternária: “meu pai bate numa criança com a qual rivalizo”, chegando-se finalmente a uma afirmação em que o sujeito e o objeto são indefinidos: “bate-se numa criança”).

Para Lebrun, a *perversão comum* é consequência do desaparecimento do encontro, do Outrem.

O nono capítulo aborda questões relativas à postura do analista hoje. O autor levanta problemas de duas ordens: por suas próprias características, os neo-sujeitos não expressam uma demanda de análise nem têm transferência (hoje ninguém é exceção, nem o analista); além disso, a estrutura do neo-sujeito não comporta material recalçado. Como proceder? Uma tripla operação seria necessária: (1) cortar a fuga metonímica; (2) forçar (sic) o sujeito a dar lugar à negatificação, a renunciar ao todo poder e (3) acompanhar o sujeito em seu caminho, para levá-lo a assumir por si mesmo uma economia desejante. Para isso o autor propõe uma técnica mais ativa, que passaria por um desvio pela economia psíquica do analista, que empresta seu aparelho psíquico ao analisando, reintroduzindo Outrem. O problema é que o próprio analista pertence à cultura atual. Estará imune a seus efeitos?

Regina Helena Landim

Jean-Pierre Lebrun realizou, em *Perversão comum*, uma obra de fôlego. Pesquisou várias áreas do conhecimento: a filosofia, a lógica e a matemática, a história, a antropologia, a sociologia e a psicanálise; leu romances e biografias; viu filmes, sempre interessado nos temas que estuda. Reúne nos capítulos de seu livro uma enorme quantidade de informações que recolhe, compara e analisa para responder a suas questões sobre as mudanças da sociedade e do sujeito atual, tendo sempre em vista sua inserção como psicanalista. Sua posição não é apenas descritiva, muitas vezes aponta soluções.

Poderíamos dizer, parafraseando um provérbio francês, que o livro tem os defeitos de suas qualidades. O texto é sobrecarregado de referências, o que cria subtextos e ramificações, que, às vezes, não só confundem e dispersam a análise das questões focalizadas, mas também acarretam imprecisões, especialmente referentes a termos tomados em sentidos distintos sem que isso seja assinalado.

Do ponto de vista psicanalítico, que é o que mais nos interessa, poderíamos fazer os seguintes comentários: A palavra “outro” é grafada indiferentemente com maiúscula e minúscula. Isso dificulta a compreensão e é falta inexplicável num autor que se baseia explicitamente na teoria de Lacan. “Outrem” também é escrito com maiúscula e com minúscula. Essa notação terá algum sentido? A distinção é necessária para “outro”, porque se trata da mesma palavra com sentidos diferentes. No caso de “outrem”, a diferença poderia ser justificada porque “outrem” também exprime ao menos dois conceitos: (1) um “terceiro”, distinto do outro especular, a quem me

endereço e (2) o traço inscrito no psiquismo do pai real, o que o autor às vezes denomina de estrutura Outrem (que seria, a meu ver, a estrutura neurótica, que tem a marca do Outro). Os dois sentidos de “outrem” poderiam ser conjugados. A estrutura Outrem (“terceira”) é pré-existente ao sujeito. Sua interiorização (certamente via metáfora paterna) seria necessária para que um sujeito não se perdesse em um duplo (como no conto de Maupassant, “O Horla”) ou perdesse os contornos de si (como o alferes do conto de Machado de Assis, “O Espelho”) quando deixado só. Na falta dessa estrutura Outrem o sujeito não seria capaz de manter a alteridade (entendida como objeto “terceiro”, presença “terceira”) em seus encontros. Então, no caso dos dois *Robinsons*, *Robinson Crusoe* teria levado consigo a civilização, porque já a tinha bem estabelecida, em si (através da metáfora paterna). Enquanto isso, na ilha deserta, o *Robinson* de Tournier teria se perdido de si mesmo, por falta de uma boa estruturação “terceira” (neurótica). Mas seria perverso ou delirante?

Em suma, Lebrun parece englobar, no que chama de “Estrutura Outrem”, os dois aspectos assinalados por Lacan do pai edípico: o “pai imaginário”, que priva a mãe de seu filho e o “pai real”, que opera a castração simbólica. Todas essas significações de “outrem” estão presentes no texto. O que falta seria evidenciar sua relação com a metáfora paterna, ou demonstrar que poderiam existir na ausência dela. Falta também precisão na notação gráfica (“Outrem” ou “outrem”) em cada caso. Mas como poderia haver “uma ausência de Outrem, apesar da presença do Outro” (p.348)? Só se considerássemos

Regina Helena Landim

como Outro apenas o primeiro Outro, isso é, *Das Ding* ou um “pseudo Outro” (porque é distinto do “Outro que atesta a castração da mãe”), como no caso de Sartre. Nesse caso, a estrutura dual do sujeito seria responsável pela ausência de verdadeiro encontro. Outra possibilidade, que o livro às vezes parece confirmar, é que Lebrun emprega “Outro” apenas para se referir à ordem da linguagem, deixando de lado a polissemia do termo.

Outra palavra que comporta sentidos bem diferentes no livro é “mãe”. De fato, a mãe (Outro, *Das Ding*) que proporciona, por sua presença/ausência, as primeiras distinções imaginárias e simbólicas do *infans*, atestadas pelo jogo do *fort-da*, que permitem o acesso à linguagem, não é a mesma mãe do desmentido. A mãe do desmentido (outro) age em sentido contrário. Ao invés de conduzir seu filho para o mundo real, ela o aprisiona numa crença privada, filho e mãe ficando acorrentados pela convicção particular que os une.

O termo ‘falta’, classicamente empregado para designar o resultado da castração simbólica, não figura no texto. Ele é substituído pelo termo “vazio” que é usado de duas maneiras: ora como o espaço necessário para que qualquer movimento possa se dar (trata-se de um *lugar vazio*, que permitiria, por exemplo, os movimentos de um jogo ou o deslizamento metafórico/metonímico); ora como aquilo que é instaurado pela subtração de gozo (nesse caso, o resultado da operação poderia ser *falta* ou *vazio*, segundo o funcionamento do sujeito). O termo *vazio* também não parece ter o mesmo sentido nas expres-

sões *lugar vazio e clínica do vazio*, mas o autor não estabelece essas diferenças.

A distinção entre a perversão *clássica* (a estrutura perversa) e a *perversão comum* deveria ser mais desenvolvida. Em geral o autor afirma que a perversão é uma “escolha”, enquanto que a *perversão comum* seria a permanência num estado infantil, perverso polimorfo. Mas, em seus determinantes, a estrutura perversa e a *perversão comum* não seriam semelhantes? *Piera Aulagnier*, por exemplo, em seu artigo, *A estrutura perversa* indica a *Verleugnung* como a característica essencial dessa estrutura, o desafio sendo apenas uma característica secundária. A questão da “escolha” (que remete à questão freudiana da “escolha da neurose”) da perversão mereceria um tratamento mais cuidadoso. Os neo-sujeitos poderiam estar fora de uma “escolha”, como o texto geralmente parece indicar, deixando-os no limbo da perversão polimorfa infantil? Ou seria este o sintoma deles, derivado, portanto, de uma “escolha” e apontando para um gozo? Além disso, por que os neo-sujeitos procurariam uma análise, enquanto que os perversos não o fazem?

Quanto ao tratamento dos neo-sujeitos, deixamos sua apreciação aos leitores.

Do ponto de vista da cultura, faremos apenas algumas observações:

“Imaginário Social” e “Discurso Social” são usados como se tivessem a mesma significação, o que é, no mínimo, problemático. Às vezes o raciocínio do autor é tão extremado que chega a ser paradoxal, como quando opõe o poder do papa na questão do geocentrismo à ciência de Galileu. Deveríamos crer ainda

Regina Helena Landim

no geocentrismo, para preservar a hierarquia e a autoridade? A queda do muro de Berlim terá mesmo eliminado as diferenças? Ou apenas a aparente certeza das respostas? Apesar da globalização, seria possível dizer que a sociedade descrita no texto é uma sociedade universal? Como ficam as atuais guerras religiosas diante da “morte de Deus”? E o crescente número de igrejas evangélicas? Mas, desse ponto de vista mais geral, a questão mais relevante que poderíamos colocar para o autor se refere à livre passagem do social para a estruturação psíquica, e vice-versa. Teria validade?

Poderíamos dizer, finalmente, que o grande mérito do livro de Jean-Pierre Lebrun é o de fazer pensar. Ele não nos deixa indiferentes, seja concordando com seus argumentos, seja discordando deles.

A tradução deixa muito a desejar, desde o subtítulo, onde, pela lógica do texto, *Outro* (Viver juntos sem “outro”) deveria ser escrito obrigatoriamente com maiúscula. Ou então poderia ser mantida a tradução literal de *autrui*, do original francês, “outrem”. Há palavras e expressões mal traduzidas, como por exemplo: *reseau* (rede, palavra que pode ser usada isoladamente ou associada a diversos complementos, como por exemplo: ‘rede ferroviária’, ‘rede de relações’, ‘rede de vasos sanguíneos’ e até ‘rede de pesca’ [se fosse o caso] etc.), traduzida na p. 17 por *rede de pesca*; ‘*pattes de mouche*’ (escrita fina, pequena e de difícil leitura, como se tivesse sido feita por patas de mosca), expressão traduzida na p.289 por “patas de mosca”; ‘*imagée*’ (‘por imagem’, ou ‘por imagens’), traduzida na p.125 por *imajada*; *mainmise* (‘confisco’, ‘apreensão’, ‘toma-

da’), traduzida na p.80 por *mão posta*; *‘droit de cité* (‘ser admitido a’), traduzida em diversos momentos do texto, como na p. 167, por *direito de cidade*; *‘d’office* (‘por efeito de uma medida geral’), traduzida na p. 246 por *por de ofício*. A palavra *‘trace*’ é traduzida por *rastro*, que é uma das possibilidades para a sua tradução. Mas trata-se dos *traços da percepção*... Nesse caso, como em outros do mesmo teor, é preciso um esforço para imaginar qual seria a palavra utilizada no original para compreender corretamente o pensamento do autor. Em tais casos, a revisão em nada contribuiu para uma tradução menos imprecisa. A tradução é muito literal, a construção das frases obedecendo às regras do francês e não do português. Tudo isso dificulta a compreensão do texto.



resenha

***Time, space and phantasy* (Tempo, espaço e fantasia; não publicado em português)**

PERELBERG, Rosine¹. J. London and New York: Routledge, 2008, 221 p.

Esther P. Kullock*

Perelberg, brasileira, analista didata da Sociedade Britânica de Psicanálise, tem uma vasta contribuição à literatura psicanalítica. Antes do livro que me proponho a resenhar, contribuiu com grande número de artigos para revistas de Psicanálise como o *International Journal of Psychoanalysis*, a *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, o *Jornal Brasileiro de Psicanálise*, a revista *Trieb* (SBPRJ). Editou vários livros, dentre os quais *Freud: A modern reader* (2005); entre os artigos, publicou *The psychoanalytical understanding of violence and suicide*.² Entrevistada para *Cadernos de Psicanálise*, volume 17,

¹ Mestre em Antropologia Social/UFRJ. Ph.D. em Antropologia Social / London School of Economics. Analista Didata e Supervisora da British Psychoanalytic Society.

* Membro Titular ,Supervisora/SPCRJ

² PERELBERG, 2002.

Esther Kullock

2001, quando interrogada sobre o que haveria de comum então entre os três grupos da Sociedade Britânica de Psicanálise, Perelberg respondeu: “Penso que a análise é sobre o inesperado... Se o analista é muito amarrado a suas premissas teóricas, independentemente de quais sejam, não deixa lugar para o inesperado”. E agora, na Introdução do livro em tela, comenta que:

“Na sutileza do encontro entre paciente e analista, aspectos do passado inconsciente de nossos pacientes são atualizados no presente que, ele mesmo, cria novos significados; estes, por sua vez, re-traduzem o passado. Gestos, afetos e idéias, no processo de associação livre, fazem surgir um movimento através do qual se constrói, progressivamente, significado.”

Vejo aí uma importante concepção do interjogo entre transferência e contratransferência e seus efeitos na clínica psicanalítica.

Tempo, espaço e fantasia consta das partes 1- Teoria e prática clínica e 2- Aplicações. Perelberg enfoca os conceitos (e sua imbricação) relativos ao título, e mostra como embasam uma série de questões estudadas pela Psicanálise. Para ela, “Tempo e espaço são dimensões centrais em psicanálise, ligadas indissolivelmente entre si”. Começando por Freud como sustentação para suas formulações sobre o *tempo*, Perelberg pesquisa o tema em autores da atualidade que se seguiram ao estudo freudiano, e introduz a visão a que chegou do conceito de *après coup*, idéia importante sobre “tempo” na organização mental de cada um e na do livro: “O capítulo 2

esboça a complexidade das noções freudianas de tempo, e sugere a determinação estrutural do conceito de *après coup*” (Introdução, p.2). Entendo esse conceito como: o *passado* presente no *presente*, e o *presente* alterando conteúdos de vivências *passadas*.

Perelberg acentua a “riqueza das formulações freudianas” (talvez “mais revolucionária do que a de qualquer de seus seguidores”) como centrada na complexidade de diferentes perspectivas sobre tempo: o tempo não seria uma “entidade absoluta”, mas algo “constantemente interpretado em termos da existência do indivíduo” – uma verdadeira “antropologia do tempo”(p. 3)

Quanto às noções de espaço/ tempo, ela as vincula às hipóteses de Freud quando da observação do “jogo do carretel”³ em seu neto: esse jogo, com a verbalização do “*fort – da*” com a qual o menino acompanha sua manipulação do brinquedo, “é entendido por Freud como uma tentativa de dominar as vindas e idas da mãe. É no espaço criado pela ausência do objeto que um senso de tempo se instala e a atividade de fantasia tem lugar”(p.1) E mais: “É a ausência do objeto que abre o espaço para os começos do pensamento” (p. 19). A centralidade dessas idéias pode ser vista naquelas de Bion⁴: o espaço, geometricamente, derivaria do lugar onde algo esteve. Para Perelberg, no trabalho *Luto e melancolia*⁵, Freud introduz uma mudança na ênfase que ele dá, agora, não mais a uma teoria que privilegia as vicissitudes das pulsões e suas representações, mas a uma

³ FREUD, 1920, p. 61.

⁴ BION, 1962.

⁵ FREUD, 1917.

Esther Kullock

teorização que enfoca o mundo interno e as identificações (p. 18-19). Assim estaria aberto, a meu ver, o caminho para a questão dos primórdios da subjetividade.

No Prefácio de *Tempo, espaço e fantasia*, André Green (como Perelberg, um estudioso de Freud), destaca esse conceito da autora, de reestruturações do psiquismo a partir de seu próprio desenvolvimento – o *après coup* (ambos explicam o porquê de Perelberg conservar a terminologia francesa). Ele também comenta o “profundo conhecimento” que ela tem de Freud, “algo relativamente incomum na literatura psicanalítica britânica atual” (Idem):

O leitor deve prestar especial atenção ao Capítulo 2: “Après coup e fantasia inconsciente”[...]a noção já está presente no Projeto⁶ de Freud e, depois, no caso do Homem dos Lobos. Isso implica uma concepção de descontinuidade de nossa vida mental. Em carta a Fliess, Freud menciona coisas “ouvidas mas compreendidas subsequente”, da mesma forma que fantasias inconscientes às vezes têm lugar retrospectivamente (p. XVI)

Green ainda identifica, na obra, o “aspecto da organização do tempo que também pode ser aplicado a sonhos que predizem o curso futuro da análise” como uma proposta original da autora; os sonhos não seriam somente relacionados com situações do

⁶*Idem*, 1950.

passado: às vezes eles são precursores do futuro e são relativos a material clínico que anunciam, e que só será visível *a posteriori*.

Outro capítulo importante é o de número 5, no qual Perelberg considera a relação entre identificações e identidade: “O interjogo entre identificação e identidade na análise de um jovem violento: questões de técnica” (p. 66-86). Ela propõe uma distinção entre esses conceitos e diz que Freud, em todo o seu trabalho, postulava a fluidez dos processos identificatórios. Isso contrastaria com “identidade”, que é “a tentativa que cada indivíduo faz de organizar essas identificações conflitantes a fim de alcançar uma ilusão de unidade, que lhe permita dizer ‘Eu sou isso (e não aquilo)’” (p.68): sua percepção dessa fluidez é o embasamento para a técnica a ser usada com pacientes violentos, que Perelberg ilustra com o caso de Karl. Ela compreende que em certos indivíduos a fluidez dos processos identificatórios torna-se uma sobrecarga para a mente, em virtude da falta de distinção entre fantasia e realidade. Nesses casos há de se levar em conta “a tentativa de um indivíduo potencialmente acabrunhado pela fluidez extrema entre processos identificatórios masculino e feminino de estabelecer uma *persona*, uma identidade”; além disso, diz ela, “na análise de Karl, um jovem violento, o ato físico de violência era uma tentativa de criar um espaço mental em relação a objetos primários internos indistintos” (p. 69).

O assunto *après coup* é retomado por Perelberg no Capítulo 7, “As controvérsias e *après coup*”. onde aponta que “o conceito de *après coup* é revisitado e expandido. Algumas das idéias nele contidas

Esther Kullock

foram apresentadas originalmente em outubro de 2005, na abertura do *Colóquio de Deauville,...*”(p. 6). São idéias de que a autora diz ter sentido falta nas *Controversial Discussions*, realizadas na Inglaterra, 1942-1944, e das quais tomou conhecimento durante sua formação analítica, mais de 20 anos depois. Ela diz que esse conceito (*après coup*) “teria iluminado as *Controvérsias* em termos de questões de temporalidade” (p.6). Perelberg também aplica o conceito à análise de pacientes *borderline*, onde há que “identificar e prestar atenção às mudanças entre processos identificatórios” (p.5); formulá-los em termos de interpretações representa um desafio técnico para o analista.

Intercalados com capítulos mais clínicos, a autora formula e desenvolve:

Na parte Um: Teoria e prática clínica

- questões de técnica, (como a que lhe surgiu a partir da sugestão de Bateman⁷ usando a distinção que Rosenfeld⁸ faz entre dois tipos de narcisismo: narcisistas de “pele fina” e de “pele grossa”), com pacientes narcisistas e *borderline*, que tendem a fazer um movimento entre essas duas posições; Bateman sugere que é esse movimento que abre a oportunidade para o tratamento analítico. É importante o analista poder identificar e ter consciência desses movimentos internos do paciente para integrá-los e utilizar essa percepção na formulação de suas interpretações.

⁷ BATEMAN, 1997.

⁸ ROSENFELD, 1987.

À medida que isso acontece, “o paciente torna-se, ele mesmo, mais capaz de tolerar a fluidez interna entre processos identificatórios” (pp. 84-86).

- temas de transferência e contratransferência, usando sua experiência clínica sobre sonhos, que a leva a dizer que tanto o *conteúdo* de sonhos, como a *experiência* trazida pelos sonhos a paciente e analista é que levam a um *insight* significativo; aqui ela explora “a idéia de que a contratransferência do analista pode ser um caminho crucial para capacitar o analista a entender os estados mentais de seus pacientes no tratamento analítico” (p. 5); e elabora sobre duas categorias de pacientes que diferem em termos do impacto que trazem à transferência: os que *criam um espaço vazio na mente do analista* e os que a *enchem* (capítulo 6).

Na parte Dois: Aplicações

- controvérsias em termos de *temporalidade* (idéias sobre o indivíduo em seu desenvolvimento histórico, através da evolução da psicanálise), que a interessaram desde a *Observação de bebês*⁹ e que partem de “observação” e “pesquisa” em função do que é, ou não, *psicanalítico* (como um debate entre A. Green e D. Stern). Quanto aos debates sobre a relação entre o bebê e o “infantil”, e o que constitui pesquisa psicanalítica, Perelberg diz que o que aconteceu nos encontros a que se refere foi um choque entre culturas

⁹ Escrito em 1986(cronologicamente p primeiro livro) a partir dos seminários de observação de bebês, durante sua formação na Sociedade Britânica

Esther Kullock

psicanalíticas diferentes (segundo Green, “diferentes modos de pensar”). Aí também se vê a abertura da visão de Perelberg, a partir de sua base de antropóloga.

Como diz Green, no Prefácio, só se pode mencionar assuntos de que “esse livro muito rico trata”. De fato, Perelberg, rastreia desde Freud a evolução dos conceitos que vai estudar, pesquisa-os e chega, nessa busca, a importantes autores da psicanálise contemporânea, em geral da Europa; ela baseia suas formulações em suas vivências na clínica e nesses estudos.

Green, que tem sido importante interlocutor da autora, valoriza ainda sua capacidade de “estabelecer linhas de comunicação marcadas por diferentes tradições entre colegas de diferentes países” (Prefácio), fazendo com tudo isso “uma contribuição original e criativa à psicanálise” (Idem).

É esta também minha opinião, que ainda registra a capacidade de Perelberg de utilizar, ela mesma, seu *après coup* com grande flexibilidade na criação do livro.

Referências

BATEMAN, Anthony. Narcissism and its relation to violence and suicide. IN: PERELBERG, Rosine Jozef. *The psychoanalytic understanding of violence and suicide*. London: Taylor & Francis, 1997. p. 109-123.

resenha

BION, W. Uma teoria do pensamento. *International Journal of Psychoanalysis*, New York, v. 43, p. 4-5, 1962.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p. 17-85. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 18). (Artigo original publicado em 1920).

_____. Luto e melancolia. In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre meta- psicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p. 271-291. (ESB,14). (Artigo original publicado em 1917).

_____. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. *Publicações pré-analíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 381-393. (ESB, 1). (Artigo original publicado em 1895).

PERELBERG, Rosine Jozef. *The psychanalytic understanding of violence and suicide*. London: Institute of Psycho-Analysis, 2000. Resenha de: SILVA, José Francisco da Gama. *Cadernos de Psicanálise-SPCRJ*, Rio de Janeiro, v.18, n. 21, p. 327-331, 2002.

ROSENFELD, Herbert. *Impasse e interpretação: fatores antiterapêuticos no tratamento psicanalítico de pacientes neuróticos*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

Cadernos de Psicanálise – SPCRJ

O artigo, *inédito*, deverá ser enviado, dentro do prazo estabelecido, em envelope lacrado, endereçado a:

SPCRJ/Coordenação da CPB
Cadernos de Psicanálise da SPCRJ.
Rua Saturnino de Brito, 79 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22470-030.

O envelope deverá conter, em documentos separados:

- uma **Folha de Rosto** conforme descrição abaixo;
- um **Resumo** conforme descrição abaixo;
- **três cópias impressas** do artigo com **títulos apenas na primeira folha** e *sem qualquer identificação do autor, inclusive nas páginas internas* (notas de rodapé ou de fim, ou referências dentro do texto);
- um CD (**regravável**) com **três arquivos separados** nomeados: **Folha de Rosto**:.... (nome do artigo e os dados descritos abaixo), **Resumo**:... (nome do artigo e apenas os dados descritos abaixo) e **Artigo**: ...(nome do artigo e o artigo propriamente dito).

Orientações gerais

- Os trabalhos devem ter no **máximo 14** e no **mínimo 8 laudas**, formatadas em:
 - ❖ papel A4, letra Times New Roman 12, espaço entre linhas 1,5 cm; alinhamento justificado.
 - ❖ margem esquerda com 3,0 cm e direita com 1,5 cm;
 - ❖ margens superior e inferior com 2,5 cm;
 - ❖ títulos e subtítulos em **negrito**, com maiúscula apenas na primeira letra (título em inglês em *negrito e itálico*).

- A **Folha de Rosto** deve conter o título do trabalho e o nome do autor e sua qualificação, endereço completo, com CEP e telefone (e-mail quando houver).
- O **Resumo** deve conter **apenas o título do trabalho** (em português e, logo abaixo, em inglês), **resumo** (cerca de 5 linhas) e **palavras-chave**, *abstract* e *keywords*, e ainda, a **data do envio do artigo**.
- As folhas internas devem estar numeradas e **sem qualquer informação que possibilite a identificação do autor**; apenas a primeira folha deve conter o título do artigo.
- Palavras estrangeiras e tudo que se quiser destacar devem estar em *itálico*; **nenhuma outra forma de destaque deve ser usada no corpo do texto**.
- Devem ser utilizadas **notas de rodapé**, com algarismos em arábico.
- Citações literais, diretas, de até 3 linhas devem estar contidas entre aspas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.
- Citações literais, diretas, com mais de 3 linhas, devem ser destacadas, sem aspas, com recuo de 4 cm da margem esquerda, alinhamento **justificado**, fonte **tamanho 11** e **espaço simples** entre linhas.

Orientações quanto à forma de redação das 'REFERÊNCIAS':

Elaboradas de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023 ago./202; 6021 maio/2003; 6022 maio/2003), devem constar no final do texto, em ordem alfabética de sobrenome, com espaço **simples** entre as linhas, e **1,5** cm para a separação entre as referências.

Exemplos:

- **Um autor (sobrenome em maiúsculas e prenomes, abreviados ou não, e o título grafado em itálico; o subtítulo, não. Somente a primeira letra do título em caixa alta).**

BAUMAN, Z. *Amor líquido*: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- **Dois e/ou três autores (nome e sobrenomes – abreviados ou não - dos autores, separados por ponto e vírgula):**

BOTELHO, J. E.; CARNEIRO, M. P. F. O estranho passageiro. In: JORNADA DE PSICANÁLISE DA SPCRJ, 5. 2002. Rio de Janeiro. *O primitivo e o psiquismo*. Rio de Janeiro: SPCRJ, 2002. p. 19-25.

- **Mais de três autores (nome apenas do primeiro autor e a expressão *et al.*, em *itálico*):**

GREEN, André *et al.* *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

- **Capítulo e/ou artigo de livro:**

BIRMAN, Joel. Uma dívida impagável. In: ARAÚJO, M. C. de; MAYA, M. C. B. B. (Org.). *Neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Letter, 1992. p. 49-106.

- **Artigo em periódico científico:**

GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 1997.

- **Capítulo de livro com indicação da data de edição original:**

FERENCZI, S. Elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 25-36. (Obras completas, 4). (Trabalho original publicado em 1928).

FREUD, Sigmund. Feminilidade. In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos* Rio de Janeiro: Imago, 1976.p 139-165. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).(Artigo original publicado em 1920).

- **Trabalho apresentado em evento (Congresso, Jornada, Seminário):**

VETTER, I. C. L. Aspectos técnicos no tratamento psicanalítico da depressão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, 1., 1969, Caxias do Sul, RS. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 3, n. 1-2, p. 49-75, 1969.

- **Dissertação e/ou tese:**

ARAÚJO, U. A. M. *Máscaras inteiriças Tukúna*: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

- **Compiladores, Editores e/ou Organizadores: (Comp.), (Ed.), (Org.):**

CHEMAMA, Roland (Org.). *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Francisco F. Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

- **Nos documentos em formato eletrônico, ao final da referência, acrescentar:**

Disponível em: < (site) www.>. Acesso em:(data).....

Caso necessário, sugerimos consultar:

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

Abreviaturas latinas (em *itálico*):

Apud = citado por, conforme, segundo.

Cf. = *confira ou confronte*.

Et al. = e outros

Et seq. = para não serem mencionadas todas as páginas da obra referenciada (intervalo entre páginas).

Ibidem ou ibid. = na mesma obra.

Idem ou id. = do mesmo autor (quando se trata de diferentes obras do mesmo autor).

Loc. cit. = mesma página de uma obra já citada (no lugar citado).

Op. cit. = na obra citada.

Passim = aqui e ali; em vários trechos ou passagens.

Sic. = assim mesmo, desta maneira (usado para destacar erros gráficos ou de outra natureza).

DIVULGANDO ALGUNS DOS NÚMEROS ANTERIORES

Cadernos de Psicanálise v. 24, n.27, 2008 – LIBERDADE E TRANSGRESSÃO (293 páginas)

Liberdade e Transgressão – duas palavras que ecoam em nossos ouvidos como ícones dos tempos em que vivemos. A SPCRJ propôs uma reflexão sobre as fronteiras delimitadoras entre Liberdade e Transgressão: de corpos, de pensamento, de valores éticos e práticas sociais. Para tarefa de tal magnitude contamos com o apoio de Joel Birman em Genealogia da Transgressão; Daniel Kupermann e Ramon Souza em Ironia, Transgressão e Tragicidade na Neurose Obsessiva; Ana Maria Rudge em Liberdade e a Máquina da Linguagem; e o Núcleo de Família e Casal da SPCRJ em Psicanálise de família: uma clínica transgressora? Affonso Romano de Sant’anna, o entrevistado deste número, nos brinda com seus bem humorados comentários sobre processo criativo, pós-modernidade e globalização. Este caderno conta também com excelentes artigos e resenhas.

Cadernos de Psicanálise v. 23, n. 26, 2007 – SOLIDÃO (291 páginas)

Em tempos tão corridos, tão marcados pela imagem, encontramos o homem só diante do espelho. Espelho este que reflete o desamparo, a incerteza, a instabilidade das escolhas e solidão. Como interlocutores deste tema Luiz Alberto Pinheiro de Freitas, Ronaldo Lima Lins e o Núcleo de Piera Aulagnier – SPCRJ trazem contribuições preciosas. Resenhas dos livros *Os circuitos da solidão* (Bernardo Tanis), *Elas não sabem o que dizem. Virginia Wolf, as mulheres e a psicanálise*. (Maud Mannoni) e *Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades* (Rossano Cabral Lima) enriquecem de maneira intrigante e instigante as múltiplas reflexões possíveis: algumas abordadas nos artigos que discorrem sobre este e outros interesses. Coroando a edição, uma entrevista cativante com Adélia Prado.

Cadernos de Psicanálise v. 22, n.25, 2006 – ÉTICA E SUBJETIVACÃO (355 páginas)

Em tempos de incertezas e de aceleradas mutações políticas e sociais é mais do que oportuna a articulação proposta entre os temas da ética e da subjetivação, bem como a discussão de suas implicações para a constituição do psiquismo e a gestação de valores e costumes na sociedade contemporânea. A questão é analisada em profundidade na seção “Tema em Debate” pelos integrantes do Núcleo Melanie Klein e Autores Neo-Kleinianos/SPCRJ, por Nahman Armony (médico psiquiatra e psicanalista) e por Walter Sztajnberg (advogado). Este número apresenta ainda uma rica entrevista com o psicanalista Elias Mallet de Rocha Barros, além de 11 artigos selecionados pela Comissão Editorial. A resenha de um livro de Tales A. M. Ab’Saber – *O sonhar restaurado: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud.*, - editado em 2005 pela Editora 34, de São Paulo (320 p.) completa a edição.

Cadernos de Psicanálise v. 21, n. 24, 2005 – DOR (273 páginas)

A importância do tema reside na frequência cada vez maior com que os sofrimentos psíquico e físico costumam se manifestar associados, apesar de promessas de manipulação e controle eficaz da vida humana, feitas pelo progresso tecnológico. O tema é abordado na seção “Tema em Debate”, por Luiz Ricardo Prado de Oliveira e Paulo César Nogueira Junqueira (psicanalistas), Rogerio Luz (pesquisador da ECO/UFRJ, poeta e artista plástico) e Ferreira Gullar (poeta e crítico de arte). Sávio Moll (coordenador dos Doutores da Alegria/RJ) é o entrevistado deste número, que conta ainda com sete artigos selecionados pela Comissão editorial e duas resenhas.

Exemplares desses números, ou de outros anteriores, podem ser adquiridos diretamente na secretaria da **SPCRJ**: Rua Saturnino de Brito, 79 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro – RJ, fone (21) 2239-9848.

Visite nosso site: www.spcrj.org.br

Capa

Douglas de Oliveira Rocha (douglas@psicologiaclinica.com.br)

Editoração Eletrônica

Vera Lucia Vianna - Maria Helena Lara de Vasconcellos / SPCRJ

Gráfica

Fábrica de Livros - SENAI-RJ/XEROX/Fundação Gutenberg de Artes Gráficas.

Rua São Francisco Xavier, 417 – Maracanã – Rio de Janeiro/R. J.

Tel.: 3978-5328/3978-5329 Fax: 3234-0521

flivros@terra.com.br

Assinatura

Cadernos de Psicanálise – SPCRJ

No- me: _____ _____
Endereço: _____ _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Telefone: _____
E-mail: _____
Assinatura anual – R\$ 45,00 – com porte pago
Volume: _____ número: _____ Ano de Publicação: _____

Para assinar a revista **Cadernos de Psicanálise – SPCRJ** preencha uma cópia desta folha, anexe o comprovante do depósito bancário e envie para o endereço abaixo; ou via fax (21) 2239-9848.

**SOCIEDADE DE PSICANÁLISE DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO**

Rua Saturnino de Brito, 79 – Jardim Botânico – CEP: 22470-030.

Dados Bancários:

UNIBANCO (409)

Agência 0598

c/c 100122-4

CNPJ – 42.132.233/0001-98